

# METODOLOGIAS QUALITATIVAS DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

Ana Cristina Brito Arcoverde  
ORGANIZADORA





METODOLOGIAS  
QUALITATIVAS  
DE PESQUISA EM  
SERVIÇO SOCIAL

# METODOLOGIAS QUALITATIVAS DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

Ana Cristina Brito Arcoverde

ORGANIZADORA

Editora  
Universitária  UFPE

RECIFE | 2013

Universidade Federal de Pernambuco

**Reitor:** Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

**Vice-Reitor:** Prof. Sílvio Romero Marques

**Diretora da Editora UFPE:** Prof<sup>ª</sup> Maria José de Matos Luna

EDITORA ASSOCIADA À



### Comissão Editorial

**Presidente:** Prof<sup>ª</sup> Maria José de Matos Luna

**Titulares:** Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculanu Pinto, Rogério Luiz Covalski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

**Suplentes:** Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

**Editores Executivos:** Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas.

**Capa e projeto gráfico:** Ildembergue Leite

**Revisão:** Silvia Elizabete Figueira Ramos

**Impressão e acabamento:** Editora Universitária da UFPE

### Catálogo na fonte

**Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408**

---

M593	Metodologias qualitativas de pesquisa em serviço social / Ana Cristina Brito Arcoverde (organizadora). – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. 272 p. : il.  Vários autores Inclui bibliografia. ISBN 978-85-415-0373-0 (broch.)  1. Pesquisa social – Metodologia. 2. Pesquisa qualitativa – Metodologia. 3. Serviço social – Pesquisa. I. Arcoverde, Ana Cristina Brito (Org.).	
300.72	CDD (23.ed.)	UFPE (BC2013-232)

---

# Autores

## Ana Cristina Brito Arcoverde

Professora titular da Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Doutora em Sociologia pela Université de Paris III, La Sorbonne Nouvelle, França (1991). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1984). Especialista em Desenvolvimento de Comunidade (1979). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1973) e em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda (1997). Pesquisadora 1A do CNPq, líder do grupo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social (Arcus), pesquisadora do Necso e do Nepss. Foi vice-coordenadora da Pós-Graduação em Serviço Social, vice-diretora do CCSA, pró-reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida – Progepe/UFPE – (1993-1997) e secretária executiva de Desenvolvimento e Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco (2011). É autora e organizadora de vários livros, como: *O Coletivo Ilusório – Uma reflexão sobre o conceito de comunidade*; *Mediação de conflitos e família*; *Intermediação da Mão de obra na Agência do Trabalho de Recife*; *Economia Solidária em Pernambuco*; *Estado & Sociedade – contribuição ao debate das políticas públicas*; *Avaliação de políticas, programas e projetos*. Ensina, pesquisa e faz extensão nas áreas da política social, emprego e desemprego, informalidade, exclusão, inclusão, economia solidária, avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

**E-mail:** ana.arcverde@gmail.com

## Clara Cruz Santos

Professora Auxiliar convidada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC), na Licenciatura em Serviço Social e no Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. Licenciada em Serviço Social, Mestre em Famílias e Sistemas Sociais, doutorou-se no ano de 2007 em Serviço Social, na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Docente desde 2000, autora dos livros *Rostos de uma profissão: identidades profissionais do Serviço Social em Portugal e Profissões e identidades profissionais*. É membro do Grupo de Investigação em Organizações, Trabalho e Cidadania (GIOTC) e do Observatório da Cidadania e Intervenção Social (OCIS) da FPCEUC. É ainda Terapeuta Familiar reconhecida pela Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar.

**E-mail:** claracruzsantos@gmail.com

### **Clara Martins do Nascimento**

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui graduação em Serviço Social pela UFPE. Técnica de Estudos e Pesquisas na Gerência de Monitoramento e Avaliação/GMA do Governo do Estado de Pernambuco, no âmbito da Política Estadual de Assistência Social. Desenvolve pesquisas nas temáticas: educação superior, assistência estudantil, prática profissional do Serviço Social na Educação, assistência social, avaliação. Integrou a equipe como bolsista de iniciação científica dos núcleos de estudos e pesquisa Nepps e do Arcus de 2008 a 2012.

**E-mail:** cal\_shaktti@hotmail.com

### **Cristina Pinto Albuquerque**

Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, é Doutora pela Faculdade de Letras da Universidade de Fribourg (Suíça) na área de especialização Trabalho Social e Política Social. Exerce atualmente as funções de coordenação da Licenciatura em Serviço Social. É membro integrado da Unidade de Investigação Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, da Association Internationale des Sociologues de Langue Française e colaboradora do Instituto de Psicologia Cognitiva da Universidade de Coimbra. Possui publicações e é/tem sido membro de projetos de investigação, nacionais e internacionais, nas áreas da pobreza, da política social, do desemprego (com um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em curso), do voluntariado e do empreendedorismo social.

**E-mail:** crisalbuquerque@fpce.uc.pt

### **Helena Lúcia Augusto Chaves**

Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Serviço Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1984). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1989). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Autora do livro intitulado *Globalização, Ideologia e Discurso: uma análise sobre a dimensão ideológica do processo de globalização*, publicado em 2009 pela Editora Universitária da UFPE. Principais temas de estudo e atuação: política social, política pública, avaliação, monitoramento, lutas sociais, práticas sociais, ética, serviço social, diretrizes curriculares, projeto pedagógico, ideologia, globalização e análise de discurso.

**E-mail:** helena.chaves@gmail.com

### **Helena Neves Almeida**

Licenciada em Serviço Social, Mestre em Psicologia e Doutora em Serviço Social, área de especialização “Mediação Social”, pela Universidade de Fribourg, Suíça (2000) com a tese *Conceptions et pratiques de la médiation sociale. Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*. É professora universitária desde 1976 (Instituto Superior de Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga, Instituto Superior Bissaya-Barreto e Universidade de Coimbra). Atualmente é professora convidada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, leciona “Paradigmas de Intervenção na Sociedade Contemporânea” e “Questões Aprofundadas de Investigação” no curso de Mestrado em “Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo”; leciona ainda “Metodologias e Práticas de Serviço Social”, e “Planejamento e Gestão de Projetos” na Licenciatura em Serviço Social. É também investigadora no Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Vocacional e Social (IPCDVS), e no Grupo de Investigação em Organizações, Trabalho e Cidadania (GI-OTC), ambos sediados na FPCEUC – Portugal.

**E-mail:** hna@fpce.uc.pt

### **Josimeire de Omena Leite**

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1993). Cursa o doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

**E-mail:** meireomena@hotmail.com

### **Lucinda Maria da Rocha Macedo**

Professora do Departamento de Psicologia do CFCH/UFPE, Mestre em Psicologia Social (PUC/SP) e Doutora em Serviço Social (UFPE), Membro do Laboratório de Interação Social Humana (Labint) no Departamento de Psicologia e do Ações em Rede Coordenadas no Universo Social (Arcus) no Departamento de Serviço Social da UFPE.

**E-mail:** lucindamrm@gmail.com

### **Marcelo Teles de Mendonça**

Psicólogo e Advogado. Mestre em Serviço Social pela UFPE. Doutorando em Serviço Social pela UFPE. Atua como professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e da Faculdade Europeia de Administração e Marketing (Fepam). É técnico da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente na Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

**E-mail:** martelesm@gmail.com

## **Maria do Socorro Ferreira Osterne**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1974), Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1991), Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2005) e Livre Docência em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2000). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará nos cursos de graduação em Serviço Social e nos mestrados acadêmicos em Políticas Públicas e Sociedade, e Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Sua tese de doutorado tem como tema: *Violência nas Relações de Gênero e Cidadania Feminina*. Como pesquisadora, estuda o tema: *Família, Gênero e Geração nas Políticas Públicas*. É autora dos livros: *Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina*; *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*; e coautora do livro: *Família, gênero e geração: temas transversais*. Exerceu por oito anos (1996-2004), o cargo de pró-reitora de Planejamento da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Foi Coordenadora de Educação Superior na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (2007-2008); Pesquisadora Institucional e Coordenadora da CPA/Uece (2010-2012). Atualmente é Membro da Coordenação Colegiada do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade; Membro do Observatório de Violência Contra a Mulher/OBSERVEM e Pesquisadora do CNPq. Participa do Grupo de pesquisa: Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Gênero e Pobreza, atuando principalmente nos seguintes temas: família, gênero, políticas públicas, cidadania e pobreza. Cumpre Pós-Doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará.

**E-mail:** socorro.osterne@uece.br

## **Marilena Jamur**

Doutora em Ciências Sociais pela EHESS/Paris-FR (1990), após realizar o Mestrado em Serviço Social pela PUC-Rio (1976), tendo se graduado em Serviço Social pela PUC do Paraná. Trabalhou em Programas de formação de assistentes sociais, em Graduação, Mestrado e Doutorado nas seguintes Universidades: Escola de Serviço Social da PUC-Paraná (1969-1974), Faculdade de Serviço Social da Uerj (Graduação: 1976-1985); Escola de Serviço Social da UFRJ (Graduação e Mestrado: 1976-1996); Escola de Serviço Social da PUC-Rio (Doutorado, Mestrado e Graduação: 1996-2006). Na área de Ensino, ministrou diferentes disciplinas na área de Serviço Social, de Planejamento, Política Social e Assistência Social, em todas as unidades mencionadas e de Metodologia de Pesquisa na ESS/UFRJ e na ESS/PUC-Rio: nesta ministrou também a disciplina Representações Sociais e Serviço Social. Desenvolveu atividades de Coordenação e Orientação de

Estágios na ESS/PUC-Paraná e na ESS/UFRJ. Foi ainda Orientadora de Dissertações e Teses na ESS/PUC-Rio. Na área de Pesquisa, os principais projetos desenvolvidos foram: com financiamento do CNPq: Projeto Integrado de Pesquisa “Representações Sociais da Pobreza e da Assistência na História do Rio de Janeiro”; “Em busca das mudanças: a prática do Serviço Social na Região ABEPSS-Leste (1980/2003)”, (2004-2006); participou ainda, como Sub-Coordenadora do Projeto “O universo do funk proibido no Rio de Janeiro” – Coordenado por Angela Arruda, financiado pela Faperj (2008-2010). Atualmente, é membro da Associação Brasileira de Psicologia Social / Core-Rio de Janeiro, onde participa de uma pesquisa sobre prática profissional dos psicólogos em escolas e realiza um estudo histórico comparativo de três profissões (professores, psicólogos e assistentes sociais). Tem atuado como Parecerista das publicações *Arquivos Brasileiros de Psicologia* e *Argumentum*. É Membro do Comitê Editorial do GrupoLumen-Hvmanitas, com sede em Buenos Aires, Argentina, desde 2010.

**E-mail:** marilena.jamur@hotmail.com

### **Renata Ramos Severo**

Mestra em Serviço Social pela UFPE (2012), Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e Especialista em Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília (2010). Assistente Social do Hospital das Clínicas (HC) da UFPE, com experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente na área da Assistência Social, Educação e Saúde. Experiências no projeto de Cooperação Internacional Canadá-Brasil.

**E-mail:** renatasevero8@hotmail.com

### **Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra**

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1989) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1999). Cursa o doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. É pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Ética e Cidadania do Curso de Serviço Social e Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (LABVIDA) da UECE. Tem experiência de pesquisa nas áreas de Serviço Social e Sociologia, com ênfase na Sociologia da Juventude, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, culturas juvenis, gênero e família.

**E-mail:** tecaesmeraldo@yahoo.com.br

# Apresentação

A motivação para a organização deste livro intitulado *Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social* remonta há mais de duas décadas como professora, pesquisadora e orientadora de monografias, dissertações e teses de alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. A construção teórico-metodológica da produção de conhecimento no Serviço Social sempre foi um desafio que vem sendo superado pelos obstinados pela pesquisa, particularmente por aqueles que privilegiam a investigação de natureza qualitativa, e pela opção de trabalhar preferencialmente com dados primários. A querela quanti-quali nas ciências sociais e no serviço social é desafiadora e será mais adiante desvendada num dos artigos aqui apresentados, mas de partida posso afirmar que quali e quanti inexistem isoladamente e mantêm entre si relação de absoluta sintonia, o quanti explica o quali, e este, o quanti pelo olhar de totalidade e multifacetado que procura desvendar o real.

Desvendar a realidade não é tarefa exclusiva do profissional de serviço social em seu fazer cotidiano, seja no ensino, na pesquisa ou na práxis junto aos usuários dos seus serviços, no âmbito das instituições públicas, privadas, ONGs, mas é o eixo privilegiado que conduz por sucessivas aproximações a investigação da realidade social, à busca da verdade dos fatos sociais em sua diversidade, mas sob diferentes olhares e perspectivas teórico-metodológicas distintas.

Pesquisar é antes de tudo buscar o real, o novo, o desconhecido-conhecido, é também compromisso profissional com a essência e essencialidade

do fenômeno humano e, portanto, do propriamente social e político. É pesquisando que se conhece, e é conhecendo que nos aproximamos das verdades relativas sobre o Ser Social, sujeito de múltiplas interações, relações e determinações sociais. Do Ser Social aqui compreendido como o construtor de sua própria história, de sua própria humanidade.

O intuito é claro: o de oferecer contribuição para enfrentar o desafio de desvendar a realidade social, proporcionar o acesso às produções de conhecimento, divulgar as práxis de pesquisa qualitativa no Serviço Social, alimentar a curiosidade intelectual dos apaixonados e instigados pela descoberta, pela investigação, e socializar algumas produções locais, nacionais e de outros mares, como de Coimbra, Portugal, cujos autores aceitaram enveredar nessa tarefa de expor suas ideias e experiências de teoria e metodologia qualitativa de pesquisa. Enfim de submeter à leitura crítica os conteúdos dos capítulos produzidos em forma de artigos, artigos originados de investigações, de teses e dissertações por pesquisadores comprometidos com o processo de produção de conhecimentos no Serviço Social, focalizando o campo dos fundamentos e das experiências de investigação e metodologia de pesquisa.

A presente coletânea reúne, em duas seções, onze artigos, sendo cinco deles nucleados pelo Tema I – Fundamentos de pesquisa qualitativa, e mais seis artigos em torno do Tema II – Práxis de investigação no Serviço Social.

Em *A dimensão político-estratégica da investigação qualitativa em Serviço Social*, que abre a primeira sessão da presente coletânea, as autoras portuguesas, abordam a pesquisa qualitativa pela ótica da relação que implica entre o sujeito observador e o sujeito observado, e possibilita múltiplas e complexas perspectivas de compreensão do real. Neste capítulo, defendem, sobretudo, o potencial da investigação qualitativa para a afirmação do papel transformador e político do Serviço Social nas sociedades contemporâneas. Mais do que conhecer fragmentos do real incomparáveis e desconexos, as autoras afirmam que as linguagens qualitativas permitem identificar o comum sob a aparência de heterogeneidade, e permitem sistematizar sem neutralizar a singularidade, permitem, ainda, superar

o óbvio e articular níveis de intervenção distintos (micro, meso, macro), conectando diferentes linguagens e processos de ação, e valorizando o conhecimento de proximidade e as concepções e impactos das políticas, dos programas, dos projetos e das ações junto a pessoas e territórios.

O capítulo *A querela metodológica quantitativo versus qualitativo: aproximações à hermenêutica controlada em Bardin e à hermenêutica de profundidade em Thompson* discute alguns pressupostos teórico-metodológicos presentes em metodologias da pesquisa social que trabalham com a interpretação de textos, falas, mensagens e formas simbólicas. A autora se debruça sobre a instigante querela metodológica do quantitativo versus qualitativo baseada na abordagem de Bardin (2009) sobre a análise de conteúdo como uma hermenêutica controlada, e na abordagem das formas simbólicas em E. P. Thompson (1995), também considerada por Demo (2001) como uma hermenêutica de profundidade, como forma de iluminar a querela metodológica quantitativo versus qualitativo na investigação em Serviço Social.

A autora de *Controvérsias paradigmáticas nas ciências sociais* oferece ao leitor elementos para entender as polêmicas em torno da descoberta da cientificidade das Ciências Sociais e suas respectivas controvérsias paradigmáticas no intuito de pensar a realidade social. Pontua que hoje se vivencia uma nova era, marcada, sobretudo, pelo questionamento das certezas e por uma nítida procura de reformulações, alargamentos, rupturas conceituais e teóricas, enfim, marcada por indagações sobre os meios de pesquisa, sobre as técnicas e os métodos na investigação da essência do real. Alerta para os perigos do dogmatismo e admite a possibilidade de diálogo entre os paradigmas teóricos contemporâneos, lembrando os riscos do ecletismo. Advoga a ideia do devir, a historicidade e o caráter ideológico do processo de conhecimento, além da inexistência de um único método científico. Na relação sujeito versus objeto a autora destaca a busca do processo de objetivação e o vínculo do conhecimento com a prática, pondo em dúvida a completude da objetividade. Por fim, afirma as regras do método científico como condição que antecede a produção do conhecimento científico.

No capítulo intitulado *A prática da análise de discurso na investigação social*, a autora trata da análise de discurso como um recurso investigativo na complexidade da linguagem e seus processos culturais. A elucidação de questões/aspectos da realidade que nem sempre possuem formas próprias de expressão foi o desafio na prática investigativa que a autora assumiu superar, e encontrou na análise de discurso, contextualizada por pensadores clássicos dessa abordagem, um potencial analítico precioso. O artigo demonstra que o discurso passa a significar uma prática social diferente da escrita, da fala e da língua, embora se materialize na escrita, na fala, na língua, na imagem, no gesto, na ação, na música, entre outros. É, portanto, na sua historicidade que o discurso se imbuí de sentido e se concretiza como discurso. O processo de produção de sentido como materialidade do discurso depende do que se quer atingir como produção significativa. Conforme a autora, é na relação entre a produção do discurso e os efeitos por ele produzidos que se constitui o processo de reconhecimento, ou seja, processo de circulação eivado de sentidos. Mas alerta, o discurso também reflete uma visão de mundo determinada e vinculada aos seus autores e à sociedade em que vivem. A ação do sujeito sobre o mundo implica um posicionamento e esse, no processo interlocutório, seleciona sentidos, ou os exclui. O uso da linguagem realiza-se em modos particulares. Ela é usada em diferentes situações sociais e define os modos de estruturação das áreas de conhecimento e da prática social. Nesse campo metodológico, a linguística é diálogo falado em contraste com textos escritos e refere-se a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. O discurso, no entanto, é uma instância da linguagem entre a língua e a fala. Ele articula o nível linguístico e o extralinguístico. O “ser” e o “não ser” que caracteriza o discurso, incluindo seu sentido e sua materialidade, implica em interlocução interativa contextualizada como potencialidade analítica, interpretativa e investigativa da análise de discurso no trato de problemas de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais e Humanas de forma inquestionável. A análise de discurso utilizada pela autora constituiu-se o procedimento metodológico escolhido para analisar a ideologia, que perpassa a evolução conceitual do termo

globalização, identificado em matérias jornalísticas, publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo, no transcurso de dez anos.

No capítulo *A importância do método histórico-dialético para o Serviço Social enquanto profissão e área de produção de conhecimento na contemporaneidade brasileira*, a autora faz uma reflexão sobre o método dialético e sua importância para o Serviço Social brasileiro não somente como profissão, mas também como área de produção de conhecimento. Ressalta a relevância do pensamento de Marx que afirma existir uma conexão indissociável entre elaboração teórica e formulação metodológica que imbrica a totalidade, a mediação e a contradição. A autora demonstra que o Serviço Social tem avançado na produção de conhecimento próprio e chama a atenção para a importância da realização de pesquisas que apreendam como as recentes transformações societárias incidem sobre a cultura profissional, repercutem no campo da pesquisa, na formação e no exercício profissional. Revela ainda que são diversas as demandas postas ao Serviço Social na atualidade e que permanecem como desafios. Conclui e reafirma que, para fornecer respostas competentes a tais demandas, a nova geração de pesquisadores deve recorrer às concepções teórico-metodológicas de Marx que possibilitam a reconstrução crítica e analítica da demanda cotidiana para o Serviço Social, bem como a criação de estratégias de atuação que ultrapassem toda e qualquer forma de atuação acrítica e apolítica.

Os artigos que compõem a segunda seção desta coletânea, nominada de Práxis de investigação no Serviço Social, são dedicados às experiências de produção de conhecimento resultantes de pesquisas, teses e dissertações no Serviço Social da Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco/Brasil, e nas Ciências Sociais da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França.

Assim, no capítulo *Um caminho metodológico: um longo e difícil caminho...*, a autora apresenta o caminho metodológico que percorreu na construção da avaliação do Plano Nacional de Avaliação (PNQ) em sua expressão local PlanTeQs/PE/Recife (Plano Territorial de Qualificação), no período de dois anos. O ponto de partida do trabalho foi o reconhecimento do

processo de globalização, do neoliberalismo e de suas consequências econômicas, políticas e sociais. Ainda reconhece que a fração da população a que se destinam estes programas está em situação de desvantagem em relação ao conjunto da sociedade, e que a educação, particularmente a educação para o trabalho, vem sendo indicada como elemento capaz de solucionar os desafios postos neste processo, sem considerar o contexto macroeconômico. A autora defende a avaliação de política pública para além dos resultados numéricos e trabalha com o conceito de mudanças significativas para traduzir a ideia de uma situação inicial, objeto da política pública que, se espera, deve trazer modificações nas condições de vida da população alvo da política. O uso de dimensões da mudança (aspectos demográficos, inserção no mercado de trabalho, renda, acesso a serviços, situação educacional, etc.) na investigação que empreendeu visou explorar e responder como os egressos avaliam a qualificação obtida e suas repercussões nas condições de vida e autoestima dos participantes.

Em *Apropriação do princípio da integralidade na política de saúde e a análise documental como estratégia de pesquisa*, a autora defende que a integralidade ao lado da universalidade e equidade constituem-se princípios doutrinários que norteiam não só a política de saúde mas devem conformar todo o sistema de atendimento aos usuários dos serviços. A integralidade tem interface com as demais políticas setoriais, estando relacionada à multiplicidade de fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença com dificuldades de efetivação. Para desvelar como este princípio é apropriado na política de saúde a autora utiliza como estratégia de pesquisa a análise documental, escolhe os documentos representativos da política, como relatórios de Conferências Nacionais de Saúde, e o Plano Estadual de Saúde de Pernambuco (PES/PE) no período delimitado da investigação. Ressalta que a escolha de tais documentos se deu em função de serem construídos com a participação dos diferentes sujeitos responsáveis pela execução da política, a saber: gestores, profissionais e usuários. Ultrapassando o plano da estratégia de pesquisa, a autora elenca alguns resultados, destacando que a integralidade mencionada nos documentos como princípio basilar da política de saúde é

elemento de retórica, assim como o é a articulação apresentada como sinônimo de integralidade e como elemento chave para sua efetivação. Afirma, finalmente, que a apropriação da integralidade na política de saúde, pensada em seus múltiplos aspectos e contextos – político, social e econômico – e a ser alcançada de forma a mais completa possível, ainda constitui-se um desafio.

Em *Como avaliar impactos*, a autora apresenta um caminho metodológico para apreender por meio da pesquisa os impactos econômicos, sociais, ideológicos e políticos, compreendidos como mudança, nas dimensões objetiva, subjetiva e substantiva. O artigo deixa claro que, no caso específico da avaliação de impactos, uma das modalidades de pesquisa avaliativa, a opção metodológica foi aliar procedimentos qualitativos a quantitativos, uma vez que se compreendem os dois métodos como complementares para a investigação das mudanças operadas por políticas, programas, projetos ou práticas sociais juntos, e da população como problema de investigação. É preciso realçar que é “falso dilema” pensar que o quantitativo e o qualitativo na pesquisa são divergentes ou contraditórios. Infinitas afirmações que emanam da aproximação da realidade social requerem ambos os procedimentos, seja para construção do universo e da amostra que garantem representatividade e fiabilidade dos dados, seja para organização e verificação de dados qualitativos, por saturação da informação, dentre outros. Ainda mais porque nenhum resultado obtido pelo estudo de determinado aspecto ou faceta da realidade social tem caráter apenas objetivo ou subjetivo, ou é absoluto. O artigo apresenta além dos fundamentos que apoiaram a questão da pesquisa, o procedimento metodológico escolhido e o caminho trilhado para construir uma estrutura de indicadores para avaliação de impactos, cuja aplicação possibilitou captar as mudanças na vida, na consciência e na ação políticas de trabalhadores engajados em unidades econômicas organizadas em torno de princípios coletivistas e relações de trabalho mais horizontais no território do estado de Pernambuco como potencial transformador da consciência dos moldes do trabalho hegemônico organizado na sociabilidade capitalista. A autora oferece finalmente ao leitor alguns resultados

da avaliação dos impactos, ou das mudanças detectadas nas dimensões objetiva, substantiva e subjetiva.

O artigo *Os nexos entre a assistência estudantil e a contrarreforma universitária nos anos 2000: apontamentos teórico-metodológicos* é produto de pesquisa orientada pela hipótese acerca da funcionalidade da expansão da assistência estudantil, nos anos 2000, em sintonia com a operacionalização das principais propostas contrarreformistas em curso nas universidades públicas brasileiras. A pesquisa qualitativa desenvolvida pela autora trabalhou com múltiplos documentos: relatórios, livros, legislações, atas, discursos presentes em materiais de circulação pública, todos datados dos anos 2000. O percurso teórico-metodológico trilhado permitiu identificar as particularidades da contrarreforma universitária no período, e os nexos existentes com a expansão da assistência estudantil nas universidades públicas federais, relacionados ao denominado processo de “democratização” da educação superior, a saber: Reuni e o Novo Enem/Sisu. O ponto de partida, amparado em Lima (2005), concebe a ênfase no discurso da democratização como particularidade desta fase específica das contrarreformas em curso no ensino superior e, portanto, terreno ideológico em que se orchestra a expansão da assistência nas Ifes.

A análise de conteúdo dos documentos seguiu roteiro especialmente preparado para identificar as referências à assistência estudantil, rastrear como os enunciados eram abordados e encontrar os nexos com propostas conservadoras e produtivistas no ensino superior por meio de categorias como produtividade, alienação, educação e trabalho que subsidiaram a apreensão do processo de reprodução das relações desiguais das classes sociais no capitalismo, tendo a expansão da assistência estudantil nas universidades públicas federais como estratégia para legitimar e subsidiar a “democratização” proposta pelos programas.

Em *Política de segurança pública e intersetorialidade: uma análise de conteúdo na pesquisa documental*, o autor apresenta o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento da pesquisa documental, objetivando perceber como o princípio da intersetorialidade vem se materializando na política de segurança pública em Pernambuco. Trata teoricamente dos

fundamentos da análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin e justifica a sua escolha para realizar a codificação e análise dos dados. Além da metodologia de análise de conteúdo na pesquisa documental, como contribuição na produção de conhecimento em Serviço Social, o autor apresenta aos leitores parte da análise e interpretação dos dados quantitativos que utilizou para apreender a concepção de segurança que orienta a política de segurança pública no estado de Pernambuco.

O artigo que encerra a coletânea, *A Formação ideológica dos assistentes sociais no Brasil (1934-1988)*, de natureza qualitativa, se insere teoricamente numa sociologia das ideologias para analisar a formação e o desenvolvimento da ideologia que se expressa no discurso de um grupo profissional, os assistentes sociais brasileiros, examinando, ao mesmo tempo, as suas condições de produção. As questões que deram origem à investigação são apresentadas inicialmente pela autora, que descreve, a seguir, todo o processo em que são realizadas e justificadas as escolhas metodológicas. A pesquisa qualitativa e a triangulação adotadas são justificadas pela natureza do problema e das características do objeto a construir e investigar. A autora, ao final do seu artigo, brinda os leitores com alguns dos resultados do processo de pesquisa que se desenvolveu em três etapas, cobrindo um período de mais de meio século.

Esperamos que a leitura do conteúdo dos artigos reunidos em *Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social*, iniciativa inédita no Serviço Social, cumpra seu papel – além de socializar conhecimento próprio, o de ser fonte de inspiração para novas pesquisas qualitativas e práxis de investigações em Serviço Social, e, por que não ousar, que o seja também para outras áreas de conhecimento. Aos leitores, esperamos que embarquem em mais uma aventura!

## SEÇÃO I

# Fundamentos de Pesquisa Qualitativa

## CAPÍTULO 1

# A dimensão político-estratégica da investigação qualitativa em Serviço Social

*Cristina Pinto Albuquerque*

*Helena Neves Almeida*

*Clara Cruz Santos*

### 1. Introdução

Se num período inicial da institucionalização da profissão de Serviço Social, a importância da investigação se encontrava fortemente relacionada com a estruturação metodológica de estratégias de intervenção, permitindo “ultrapassar as práticas espontâneas e as reflexões que se confinam em ações pontuais” (MARTINS, 1999:57), atualmente exige-se mais do pesquisador de/em Serviço Social. Exige-se não só a compreensão dos fenómenos sociais através do processo investigativo, que permita a retroalimentação sobre e para a prática profissional, mas também, uma capacidade reflexiva que permita a construção de uma teoria da/na ação.

A complexidade e imprevisibilidade das sociedades contemporâneas exigem hoje, talvez mais do que nunca, ao longo de mais de um século de História da profissão, práticas de pesquisa intimamente interconectadas com a ação profissional. A necessidade de identificar, de avaliar e de compreender, sob prismas diferenciados, não somente resultados, mas também processos, percursos e significados, afirma-se assim como um elemento basilar de uma prática profissional orientada para a construção de dinâmicas de desenvolvimento pessoal e social.

Como evidencia Nunes (2004: 229), os assistentes sociais encontram-se confrontados atualmente com uma ambiguidade estrutural. Por um lado, têm de responder, face ao incremento de situações de emergência social e à escassez de recursos, a exigências de imediatez e pragmatismo e, por outro, têm de adotar, sob os mesmos argumentos, procedimentos prospectivos e de potencialização, ou criação, de oportunidades, o que pressupõe necessariamente a superação do imediatismo e a centração em abordagens complexas de articulação entre o individual e o coletivo, entre os níveis micro, meso e macro e entre temporalidades distintas (o passado, o presente e o futuro).

Com efeito, a par de uma orientação de cariz gestor, e em muitos casos paliativa, evidenciam-se, nas últimas décadas, novas finalidades (inscritas nas próprias políticas sociais contemporâneas) associadas ao empoderamento e à capacitação social dos públicos atuais, heterogêneos e aleatórios, do Serviço Social. Tais finalidades requerem novas estratégias de ação e de participação da população, bem como uma capacidade de aprendizagem reflexiva que não se coaduna com uma visão residual e casuística dos problemas sociais. Deste modo, o profissional de Serviço Social constitui-se como um elemento basilar na análise dos mesmos e na formulação de respostas teóricas e políticas “de transformação societária, contribuindo para o redimensionamento da profissão na contemporaneidade” (IAMAMOTO, 2004: 148).

Em consonância com os contextos e problemáticas plurifacetadas, dinâmicas e de contornos difusos e rizomáticos, também o universo da intervenção social não pode amalgamar-se sob uma análise homogeneizante, e como tal redutora da diversidade de práticas e de enquadramentos político-institucionais que tendem a delimitar o cenário sincrético do trabalho social contemporâneo. É no entanto um fato que a difícil categorização de populações e problemáticas e a extensividade do presente no domínio das (novas) políticas sociais coloca à intervenção social atual questões renovadas.

Se o social é hoje pensado sob o prisma da vulnerabilidade de massas, aprender a viver com a incerteza e a precarização das expectativas e

dos percursos constitui-se como um referencial cultural, social e político da maior relevância, logo, trabalhar com os indivíduos competências sociais e de adaptabilidade a contextos em perpétua mudança afigura-se como uma dimensão profissional fulcral no âmago da intervenção social contemporânea.

Com efeito, a semântica da mudança e da responsabilidade coletivas, baluartes ideológicos e simbólicos de uma intervenção sociopolítica implicada com a crença moderna num futuro aberto e relativamente previsível, tende a ceder lugar à semântica da responsabilização, da continuidade e da reflexão: responsabilização partilhada entre todos os atores envolvidos na ação através de uma lógica de participação e intervenção em rede; continuidade do adquirido, dos elos sociais, continuidade cultural e identitária, face à diversidade e à contingência de destinos e contextos; reflexão sobre a ação, os contextos e os processos de intervenção, tendente a uma maior compreensão dos mundos vividos e, conseqüentemente, ao exercício da autoridade e do poder proponente, consentâneo com as exigências e as características dos sujeitos e do meio. Manter, sustentar as ligações sociais e econômicas, torna-se deste modo o objetivo central da ação profissional.

Em concordância com Dominelli (2004), pensamos que se exige, atualmente, à profissão de Serviço Social uma nova visão do mundo “que emancipe o direito de cidadania dos sujeitos” (Ibidem: 253). Neste sentido, é necessário que os assistentes sociais se consigam libertar de processos de ação burocratizados e encerrados em lógicas potencialmente perversas de contração na imediatez e na “quotidianização”, em prol de uma intervenção estratégica passível de produzir resultados concretos e mensuráveis, mas também assente numa lógica de avaliação qualitativa dos processos, dos impactos, dos significados, das dinâmicas participativas dos públicos, das aprendizagens que decorrem de um cotidiano aparentemente amorfo e inapreensível. Só deste modo a pesquisa se constitui como um diálogo inteligente e crítico com a realidade (DEMO, 2001).

A investigação qualitativa desempenha, sob este prisma, um papel muito relevante para a intervenção do Serviço Social, permitindo

integrar, numa reflexão holística sobre a prática, dois eixos analítico/instrumentais de relevo para uma ação emancipante e transformadora:

- a) As concepções, representações e vivências dos sujeitos, considerando que não basta um diagnóstico objetivo das condições de vida e de trabalho para compreender em profundidade as vivências e os sentidos, sobretudo considerando as populações, os contextos e as interações atuais cada vez mais heterogêneas e complexas. O sentir subjetivo, as referências culturais e as expectativas (desde logo, em relação à própria noção de mudança), os significados atribuídos a si mesmo, aos contextos, às ausências e conquistas, a avaliação de resultados sob o prisma dos destinatários constituem-se como elementos essenciais de uma prática reflexiva e empiricamente fundamentada. A valorização atual das narrativas dos sujeitos, tradutoras do seu mundo vivido, constitui-se como um elemento essencial de reconstrução de percursos de vida e na identificação e aproveitamento das potencialidades dos sujeitos, reapreciados sob uma óptica de valorização e não de déficit. Sob tais pressupostos, diversos estudos de compreensão da pobreza e de avaliação dos impactos das políticas sociais, valorizando a perspectiva dos cidadãos afectados pelos problemas, têm sido realizados. Referem-se a título de exemplo os estudos de Deepa Narayan (2000) sobre as “vozes dos pobres” no quadro do Banco Mundial;
- b) As conexões significativas dos sujeitos com as estruturas, identificando e analisando os traços estruturantes das vivências quotidianas e a dimensão política das ações, das relações de força e de poder, dos fatores determinantes da experiência social dos sujeitos e dos significados que lhes são atribuídos por diversos agentes consoante as suas posições socioeconômicas.

Como salienta Martinelli (1999: 22), os pressupostos inerentes à utilização de metodologias qualitativas centram-se assim: no reconhecimento da singularidade do sujeito e da contextualização das suas experiências; no reconhecimento da experiência social dos sujeitos, superando meras

percepções circunstanciais e desconectadas e evidenciando a necessidade de conhecer o real vivido e as experiências quotidianas, e, finalmente, no reconhecimento de que conhecer o modo de vida dos sujeitos pressupõe em simultâneo o conhecimento das suas experiências sociais.

As linguagens fenomenológica e etnometodológica, por exemplo, permitem aceder ao conhecimento não apenas dos contextos vividos e plenos de significados dos sujeitos, mas também do cotidiano, seja dos cidadãos utentes, seja dos próprios profissionais. O cotidiano como fonte de construção de conhecimento, momento de interconexão argumentativa e tempos de ação, preconiza de fato dinâmicas de intersubjectivação na construção do conhecimento e da intervenção, colocando em evidência, quer a maximização do “mundo vivido”, quer a sua dimensão experiencial e estratégica na esfera da intervenção social.

No presente capítulo, advogaremos sobretudo o potencial da investigação qualitativa para a afirmação do papel transformador e político do Serviço Social nas sociedades contemporâneas. Mais do que conhecer fragmentos do real incomparáveis e desconexos, as linguagens qualitativas permitem identificar o comum sob a aparência de heterogeneidade, permitem sistematizar sem neutralizar a singularidade, permitem articular níveis de intervenção distintos (micro, meso, macro), valorizando o conhecimento de proximidade e as concepções e impactos das políticas, dos projetos e das ações junto de pessoas e territórios. Este conhecimento de proximidade e a capacidade de, por um lado, pensá-lo de forma complexa e estratégica e, por outro, de o projetar para além dos limites dos contextos proximais acedendo a uma dimensão macro, quer em termos de avaliação, quer ao nível do planeamento macro e meso de políticas e normativos, constituem-se como elementos cruciais de poder, de autonomia (relativa) e de afirmação dos assistentes sociais. A pesquisa qualitativa permite igualmente aceder ao espaço de referência dos cidadãos utentes, partindo da sua realidade e retornando a eles de forma crítica e criativa (MARTINELLI, 1999: 27). A (re)adequação das práticas e a valorização da perspectiva dos sujeitos permite potenciar as condições de

afirmação de cidadania e incrementar a eficácia das intervenções sob o prisma daqueles que delas beneficiam ou que nelas participam.

Sob tais pressupostos, procuraremos, assim, ao longo do capítulo, refletir em torno dos eixos analítico/instrumentais já evidenciados – a importância do mundo vivido dos sujeitos e a relevância experiencial do cotidiano – de modo a discutirmos o potencial político (no sentido de argumentativo e transformador) da utilização dos dados da pesquisa qualitativa num processo de mediação entre diferentes lógicas (micro/meso/macro) e conectando diferentes linguagens e processos de ação.

## **2. Pesquisa qualitativa: diálogo analítico e dinâmico com a realidade e a prática profissional**

Os estudos qualitativos parecem assentar historicamente em duas posturas (VALLES, 2003) diferenciadas. A primeira defende que a sistematização metodológica na análise qualitativa é impossível de ser realizada com rigor, sendo, no entanto, observáveis linhas gerais de delimitação técnica que servirão de guia para o investigador. A segunda argumenta que a análise de dados qualitativos é uma atividade muito pessoal, composta de procedimentos interpretativos subjetivos, com especial ênfase para a sistematização padronizada de alguns procedimentos.

Na verdade, o que se observa na metodologia qualitativa é uma panóplia de orientações, técnicas e pressupostos relacionados com a análise e a utilização de técnicas, potenciando um nível elevado de combinações que torna difícil a sistematização metodológica. Ainda assim, é possível identificar, segundo Valles (2003), dois grandes grupos de orientação metodológica nas análises qualitativas e que se referem, sobretudo, a propósitos gerais, conceitos e teorias.

O primeiro grande grupo refere-se ao que autor designa por indução analítica (VALLES, 2003: 343). A indução analítica propõe uma estrutura lógica na organização do estudo qualitativo, com sistematização dos dados recolhidos. Os seus aspetos processuais e metodológicos mais

reconhecidos referem-se ao desenvolvimento de classificações e tipos (normalmente associados a um número reduzido de casos) e o esforço em produzir hipóteses explicativas no sentido da comparação sistemática das relações entre variáveis introduzidas no processo de investigação.

O segundo grande grupo, que, segundo Valles (2003), relaciona-se à teoria fundamentada (onde se inscreve a *Grounded Theory*), enquadra técnicas que pressupõem um processo analítico de constante comparação sem um procedimento de codificação ou categorização definido *a priori*. O grande objetivo destes procedimentos é o de gerar teorias sistematizadas através do uso explícito de procedimentos de análise e comparação constante face aos dados recolhidos.

A investigação qualitativa não se baseia de fato numa única concepção teórica ou metodológica. Enquadra antes diversas abordagens, como sejam a etnografia, o interacionismo simbólico, a fenomenologia ou o construtivismo, e quer se oriente por uma lógica dedutiva ou indutiva, existem limitações analíticas (explicativas ou compreensivas) ao nível das metodologias e instrumentos de pesquisa empírica que lhes estão associados e que têm pautado muitas das críticas que têm sido dirigidas à pesquisa qualitativa. Sem pretendermos explorar este debate, consideramos que a compreensão da realidade, pela complexidade que enquadra, pressupõe grelhas de leitura diferenciadas (compreensivas e explicativas) e combinadas de forma coerente. A pesquisa qualitativa permite introduzir, nas referidas grelhas, a percepção e o significado atribuídos pelos sujeitos a si mesmos, às suas vivências e aos seus contextos, dados sem os quais o conhecimento do real, sempre limitado, será ainda mais parcelar e enviesado.

Qualquer abordagem compreensiva do real preconiza um entendimento lógico da realidade e, neste contexto, as metodologias qualitativas facultam um grau relativo de inteligibilidade aos fenômenos sociais e humanos. É assim possível identificar os vetores que permitem caracterizar o que Toulmin (1990, in FICK, 2005: 12) designa de investigação “funcional empírica”, a investigação qualitativa: o regresso à oralidade; o regresso ao particular (estudos orientados não só para questões universais e

abstratas, mas também para tratar problemas concretos, específicos, que ocorrem em situações específicas); o regresso ao local (reencontro com o estudo dos sistemas de conhecimento, práticas e experiências, no contexto das tradições locais e modos de viver em que se enraízam); o regresso ao conceito de oportunidade (necessidade de situar os problemas estudados e as soluções a propor no seu contexto histórico ou temporal).

Nesta perspectiva, a investigação qualitativa constitui-se como um instrumento primordial da ação profissional, aliando dois processos importantes: a) a sistematização do conhecimento para a construção de novo conhecimento e; b) um saber interativo, vivido e refletido, que implica e potencia a relação com o objeto de estudo.

Como já referenciamos, a investigação qualitativa (combinada preferencialmente com lógicas associadas ao paradigma quantitativo) permite integrar, de forma coerente e complexa, dois eixos de conhecimento particularmente relevantes para a construção de uma prática emancipadora e política: 1) o conhecimento produtor e produzido do/no cotidiano; 2) o conhecimento do “mundo vivido”, das percepções e experiências dos sujeitos, nomeadamente dos cidadãos utentes de políticas, projetos e serviços.

## **O cotidiano: fonte de conhecimento, momento de interconexão argumentativa e tempo de ação**

O cotidiano, que se traduz naquilo que se passa todos os dias quando nada parece acontecer, ganha estatuto de relevo como fonte de saber, a nível teórico, prático e axiológico, e como objeto de estudo no âmbito das tendências apontadas para a pesquisa qualitativa. “O quotidiano é uma rota de conhecimento... não é uma parcela isolável do social... é o laço que nos permite ‘levantar caça’ no real social, dando nós de inteligibilidade ao social” (PAIS, 2002: 33).

A pesquisa qualitativa permite captar a diversidade no sentido de identificar, compreender e explicar aquilo que é comum, acedendo a lógicas de sistematização do “ilegível” quotidiano, e ao que é diferente (o

extraordinário). Como evidencia Machado Pais (2002: 34), “a revelação do social – seguindo as rotas do quotidiano – não obedece a uma lógica de demonstração, mas antes a uma lógica de descoberta na qual a realidade social se insinua, conjectura, indicia”.

O cotidiano constitui-se, pois, como a parcela do real onde os componentes singulares e universais, ou concretos e abstratos, se evidenciam, se imiscuem e se consubstanciam, enquadrando uma dinâmica de intercompreensão e interconexão argumentativa. Isto significa a capacidade, ou possibilidade, de partilha ou de apropriação de algo do universo de referência do outro e vice-versa, permitindo o alargamento de espaços retóricos, logo, uma maior mobilidade e fluidez construtiva na exploração progressiva da ação e da argumentação razoável. Nesta óptica, afirma-se como o domínio de efetivação de competências osmóticas, um campo de “racionalidade enquadrada” (MORMONT, 1992: 209)<sup>1</sup>, acedendo a uma dinâmica de construção da coerência e de aprendizagens a partir de permutas de proximidade e de distanciamento.

## O cotidiano e a hibridação de racionalidades

A totalidade dos estudos sobre o cotidiano salienta a complexidade e a dificuldade de apreensão analítica e factual do seu conteúdo, mas também a fulcralidade do mesmo no fundamento da prática e como fonte de conhecimento<sup>2</sup>.

---

1 No mesmo sentido, ainda que no âmbito de paradigmas distintos, os autores da teoria estratégica referenciam o conceito de “racionalidade limitada” e de “multirracionalidade” (Cf. Crozier, M. & Friedberg, E. (1991). *L'Acteur et le système*. Paris: Seuil, 1ª edição: 1977) e H.A. Simon a noção de *bounded rationality* (Theories of bounded rationality. In McGuire, C.B. & Radner, R. (1972). *Decision and organization*. Amsterdam, London: North Holland Publishing C<sup>o</sup>).

2 A consagração da vida quotidiana no âmbito de um programa de contornos filosóficos e revolucionários emerge com Karl Marx. Não é, pois, de estranhar que inúmeros estudos centrados na analítica do cotidiano se devam a autores enquadrados na corrente marxista dialético revolucionária, como sejam: Georg Lukács (*Introdução a uma estética marxista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970); Henri Lefebvre (*Critique de la vie quotidienne*, Paris, L'Arche, 1968; *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Paris, Gallimard, 1968); Lucien Goldmann (*Dialéctica e cultura*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967); Karel Kosik (*Dialéctica do concreto*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969) e Ágnes Heller (*Sociología de la vida cotidiana*, Barcelona, Edicions 62 s/a, 1994, 1ª edição: Akadémiai Kiadó de Budapest, 1970).

No domínio da análise sociológica são de salientar as correntes do interacionismo simbólico, da fenomenologia e da etnometodologia na consagração do cotidiano, ou seja, do “conjunto das atividades vulgares e comuns que as pessoas realizam” (RITZER, 1993), como domínio pertinente de investigação.

Destacam-se, porém, duas acepções, pelo menos aparentemente contrárias, dos elementos que permitem caracterizar o cotidiano. Assim sendo, se num determinado sentido, o cotidiano traduz a ideia do que é habitual, banal e rotineiro, num sentido diverso, comporta a mudança, a criatividade e a imprevisibilidade como dimensões intrínsecas, indispensáveis à definição de cada dia como único, consagrando um componente de transição espaço/temporal não uniforme. Numa acepção diferenciada, relativa ao âmbito das ações e às perspectivas dos fundamentos das mesmas, a maioria das análises identifica o cotidiano com o domínio do particular e do privado, logo, em oposição a qualquer forma de generalização.

Carvalho (1996: 14) identifica alguns dos componentes que podem ser integrados numa acepção alargada de “vida quotidiana”: os gestos, as relações e atividades rotineiras; a alienação; a banalidade, a rotina e a mediocridade; o espaço privado individual, permeado de ambivalências, tragicidades e aspirações; o micromundo social com menor índice de controle e de programação (e por essa razão mais livre, porém, paradoxalmente mais ameaçador); bem como o potencial transformador e de resistência e o domínio da coexistência de contrários: fictício/real, abstrato/concreto, heterogéneo/homogéneo ou fragmentário/hierárquico.

Numa obra clássica, *La Conquête du Présent* (1979), Michel Maffesoli sublinha a riqueza e a consistência da vida quotidiana, cristalizando, em momentos vividos e pontuais, todo o sentido que dá nobreza a essa mesma vivência. O presente consubstancia, na concepção do autor, uma dupla polaridade dialética entre o sagrado e o profano, sagrado esse simultaneamente manifesto e dissimulado, pela mediação de “jogos” mais ou menos “teatralizados” e rituais.

Como afirma Maffesoli (1979: 192), “sob uma fina película de novidade esconde-se a invariância de uma forma estável”. No presente, no instante em que o “jogo” se vivifica, uma tal dimensão invariante emerge e transmuta-se, constituindo-se como situação dinâmica e intensa, capaz de renovar e (res)significar os elos de sociabilidade.

*il ne s'agit donc pas de redonner leurs lettres de noblesse aux minuscules attitudes du quotidien, mais voir comment ceux-ci s'enracinent dans le rapport qui existe entre l'archétype fondateur et le stéréotype banal. Ce rapport, qui est une autre manière de dire le rituel, peut s'appréhender de diverses manières, il est un ensemble à plusieurs entrées. (MAFFESOLI, 1979, 22/23).*

Nesta perspectiva, o cotidiano enquadra, sobretudo, uma componente maiêutica, apreensível por via de linguagens qualitativas como a etnometodologia, que permite modelar características e registros de contraditoriedade e de dinamismo. O presente evidencia-se, sob este prisma, não fundamentalmente como a alçada de reiteração, circular e ritualizada, de vivências quotidianas marcadas pelo *affrontement destinal* (MAFFESOLI, 1979: 189), mas como o domínio de criação, a partir de elementos diversos, de processos de ação e de argumentação, fugazes ou dotados de maior potencial de perenidade e reconhecimento. Partimos, assim, do pressuposto de que o sujeito é criador de enquadramentos e de codificações e que tem igualmente capacidades para subverter e reconstituir “rituais” ou miscigenar, em territórios retóricos plurais, princípios e normas de referência.

Neste sentido, o cotidiano consagra, simultaneamente, quer o domínio do rotineiro, da mecanicidade, da funcionalidade e do privado, quer a dimensão do dinamismo, da heterogeneidade e da inventividade de regras e processos de interação, prática e prova pública. Enquadra deste modo uma dimensão política na medida em que agrega os indivíduos a contextos, consubstanciando a sua experiência social numa óptica de complementaridade e de construção coletiva de significados.

Como afirma Martinelli (1999), a investigação qualitativa permite realçar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e a dimensão política que, como construção coletiva, decorre da realidade dos sujeitos, ultrapassa-a dotando-a de uma dimensão abstrata, e retorna a ela de forma crítica, redimensionada e criativa. O cotidiano é assim a dimensão onde a prática se constrói e se reconstrói, ou seja, onde o vetor estético-expressivo se consubstancia, em dinâmicas transacionais complexas e continuamente renovadas e renováveis.

### **A construção de sentido no e do cotidiano**

Na obra *L'Invention du Quotidien* (1980), Michel De Certeau consagra o banal e o microscópico como elementos dignos de interesse, no quadro de um cotidiano comportando a criatividade, a subversão, o bricolage tático, o exercício e a invenção da autonomia, na criação e “insurreição” de cada instante. Nesta óptica, o cotidiano inventa-se a partir de formas variadas de *braconner* (DE CERTEAU, 1980: 10), como domínio de liberdade potencial, como espaço de reapropriação do fluir de todos os dias, possibilitando a (re)constituição, rebelde e astuciosa, de elos entre diferentes contextos, temporalidades e sociabilidades. Aquilo a que o autor (DE CERTEAU, 1980: 56) chama “as formas sub-reptícias da criatividade dispersa” consagra, no cotidiano, a componente, mais ou menos muda, do excepcional e da aprendizagem e a confirmação ou insurreição das normas na construção de cada instante. Uma tal concepção encontra-se nos antípodas de um cotidiano reduzido a qualificativos de banalidade e repetitividade, em prol de uma abordagem ao cotidiano como domínio de invenção da sua própria consistência e sentido. O aparentemente banal e microscópico adquire, assim, na abordagem de Michel De Certeau (1980), um interesse acrescido, já que passíveis de restaurar, em conjunto com procedimentos normativos, sociabilidades deterioradas.

O cotidiano, na verdade, é o domínio do imediato e do supramediato, consubstanciado na construção de processos argumentativos dotados de plausibilidade no domínio público, ou seja, axiológica e fatualmente

ancorados. Para além disso, é no cotidiano que se constrói a linha de continuidade entre diferentes temporalidades, permitindo a formação de um conhecimento mais aprofundado dos contextos e das dinâmicas transacionais, bem como o desenvolvimento de processos de visibilização das práticas e de determinação das sequências temporais pertinentes (o momento certo para agir e para argumentar num determinado sentido) na efetivação de um processo argumentativo verosímil. O cotidiano é, assim, mais uma dimensão construtiva e processual do que castradora e dissonante.

Na verdade, o assistente social não conduz a sua prática submetendo-se fatidicamente às circunstâncias, pondera antes o que se constitui como essencial e como accidental e de que forma o circunstancial se imiscui na construção das situações para, dessa forma, proceder à triagem dos elementos situacionais pertinentes na arquitetura de argumentos publicamente admissíveis.

Nesta perspectiva, evidencia-se um espaço de subjetividade e de complexidade resultante da interação que o profissional desenvolve com os contextos e com os sujeitos da intervenção. Pressupõe pois um conhecimento indutivo, simultaneamente produto e fundamento da ação; produto da experiência acadêmica e profissional do assistente social e de práticas anteriores, analogicamente ponderadas, permitindo a construção de uma ação estratégica e os respetivos fundamentos teóricos. Como efeito desta concepção, o profissional age não só como um observador, mas também como um ator no cenário social onde se encontra envolvido.

Nesta ótica, como quadro de explicitação e insurreição de referenciais normativo-axiológicos, a reflexão e a pesquisa no/sobre o cotidiano permite, de alguma forma, controlar a fluidez e a imprevisibilidade, organizar o aparente caos, aproveitando, no mesmo movimento, o seu potencial criador e subversivo. Os assistentes sociais são, neste quadro, simultaneamente tecedores e constituintes da trama deliberativa e transversal do cotidiano, articulando diversidades e edificando um sistema coerente de articulação entre o particular e o geral, a norma, a ação e o tempo.

## **O Serviço Social e a maximização do “mundo vivido”: dinâmicas de intersubjetivação na construção de conhecimento e de ação**

O indivíduo constituiu-se historicamente como um dos grandes referenciais e como a base da matriz técnico-ideológica do Serviço Social. Tratava-se, porém, do indivíduo moralmente considerado que se pretendia, de forma mais ou menos subtil, (re)qualificar, exercendo sobre ele um trabalho educativo de longo prazo. Atualmente visa-se, sobretudo, o sujeito socialmente considerado. São os processos, as trajetórias, bem como a inscrição em coletivos, com imperativos e lógicas de responsabilização, que estão em causa. Neste sentido, são reconhecidos os meios, inerentes a cada indivíduo e à comunidade de que é parte integrante, para infletir o curso da existência e a lógica do *fatum*, e para ultrapassar, reutilizando as suas próprias potencialidades, uma ruptura, uma insuficiência, uma ausência de si mesmo e do contato com os outros.

Atualmente colocam-se duas exigências ao Serviço Social: por um lado, uma intervenção passível de desencadear, junto de pessoas vazias de referências e de sentido, um trabalho de reconstituição de capacidades de relação, segurança e esperança, centradas em aptidões criadas, redescobertas e legitimadas. Salienta-se, assim, a importância da relação com o mundo vivido dos atores enquanto fonte de significação e de reconhecimento num registro público e privado; por outro lado, um trabalho de desenvolvimento de competências que permitam aos profissionais exercer o poder que lhes é atribuído e a autoridade que lhes é reconhecida para elaborarem propostas, estimulando e inovando a oferta social, tornando-a mais próxima do “mundo vivido”, mais eficiente e eficaz.

A valorização prioritária da afirmação de si e das competências sociais dos sujeitos (para estabelecer e manter relações e para se adaptar continuamente a situações diferenciadas) modifica a concepção de integração e de socialização. O enfoque na dimensão positiva e dinâmica das diferentes situações constitui uma mudança de perspectiva

na leitura do social, particularmente importante na construção de um imaginário profissional renovado.

*A nivel de las “actitudes, sentimientos y acciones” el modelo de intervención social preconiza ponerse de entrada en una posición activa y optimista, y arrastar hacia esta perspectiva a los usuarios. Se trata, pues, de poner el acento sobre la esperanza, de subrayar y valorar los aspectos positivos, de utilizar un pequeño cambio – por mínimo que sea – como palanca de dinamismos nuevos. (ROBERTIS & PASCAL, 1994, 21).*

No contexto atual, cabe ao indivíduo em sofrimento provar o valor dos seus atos, mostrar as suas iniciativas numa estratégia pensada de inserção socioeconômica. Trata-se, no fundo, de fazer bom uso do último recurso que resta, a sua própria experiência de vida e de trabalho.

Tudo o que foi vivido e tudo o que potencialmente pode vir a sê-lo constituem-se como trunfos importantes perante a incapacidade revelada pelo Estado e pela sociedade para responder a todas as situações. Multiplicam-se, assim, as avaliações das trajetórias de vida e das performances, os balanços e as análises minuciosas dos *curricula* socioprofissionais. É preciso que a pessoa envolvida no percurso de transformação de “um destino numa história” (AUTÈS, 1992) faça validar pelos outros as etapas desse percurso, testando a coerência do seu discurso com base na sua experiência, sob o ângulo da verdade (na medida que deve ser conforme ao mundo objetivo), da justiça (demonstrando que pratica, conhece e compreende as regras sociais geralmente admitidas) e da sinceridade (provando a correspondência entre aquilo que diz e aquilo que efetivamente vivencia) (BOULTE, 1995).

A sociedade exige, pois, daquele que procura reerguer-se, reconhecer-se e ser reconhecido provas da sua utilidade social, do seu contributo pessoal, de acordo com as regras que a própria sociedade instituiu, observando-o perversamente a uma lupa poderosíssima que revela as suas menores inadaptações. A pesquisa qualitativa é importante no conhecimento concreto das dificuldades e percursos e na identificação dos fatores sociais (partilhados) e subjacentes às experiências individuais.

A dimensão discursiva e o valor atribuído à palavra como mecanismo de visibilização, de (des)construção e de interconexão constituem-se como uma característica estrutural do Serviço Social, que se encontram, paradoxalmente, tanto no âmago da sua fragilidade e ambiguidade<sup>3</sup>, como da sua relevância enquanto vetor, não negligenciável, de poder.

A intervenção social pode, assim, qualificar-se, como evidencia Soulet (1997), como uma modalidade formalizada para produzir comunicação entre indivíduos e entre estes e as organizações, no sentido de regenerar as capacidades comunicacionais e decisoriais dos cidadãos, tornando legível o interface de dois ou mais sistemas de códigos (pelo menos aparentemente) desconectados. Nesta óptica, mediatizar, visibilizar e des/conectar universos estranhos entre si, constituir-se-iam como os pilares estruturantes da atividade profissional (SOULET, 1997).

A análise do Quadro 1 permite-nos identificar algumas das características estruturantes do Serviço Social no que concerne à sua dimensão discursiva.

Se a comunicação se impõe de fato como uma dimensão constitutiva da essência do agir profissional, ela assume atualmente particular relevância face à rarefação das fontes de identidade. Na atualidade, é preciso desenvolver práticas que permitam a restauração de interioridade(s), respondendo à exigência de “viver na verdade”. Privilegiam-se, assim, formas de intervenção baseadas na intercompreensão e na negociação, no âmago de um modo de agir estratégico-relacional. Neste sentido, a comunicação afirma-se como atividade produtora de elos sociais por via da palavra e, não somente, como sinônimo de troca e de facilitação da partilha informativa.

Há que ponderar, porém, as condições de enunciação de uma palavra social sobre esse mesmo social. Tais condições pressupõem que aquele

---

3 Os discursos que têm dado forma aos “saberes” e às práticas de Serviço Social parecem corresponder, na ótica de diversos autores, ao que Lévy-Strauss apelidou (numa perspectiva analítica distinta) de “bricolage intelectual” ou “ciência do concreto”, próxima da intuição, comportando uma certa “densidade de humanidade” e dando mais relevância aos acontecimentos do que à estrutura que lhes subjaz.

que enuncia a palavra seja portador de uma identidade reconhecida socialmente. Ora o acesso a si pressupõe o estabelecimento de uma relação com o outro. A identidade não é apenas uma questão de nome, de posição no quadro de uma escala social, de uma genealogia, de um destino geracional, é também uma questão de “olhar”, na medida em que aquilo

**QUADRO 1: Características estruturantes do Serviço Social, associadas à conceptualização da sua dimensão discursiva.**

<b>DIMENSÃO DISCURSIVA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mecanismo de visibilização, de desconstrução e de interconexão de realidades.</li> <li>• Vetor de poder.</li> </ul>	
<p><b>MODO DE AGIR:</b> Estratégico-instrumental baseado na intercompreensão e na negociação.</p>	<p><b>VETORES:</b> <b>Comunicação:</b> atividade produtora de elos sociais por via da palavra e como sinônimo de troca e de facilitação da partilha informativa.</p>
<p><b>Teorias e modelos de intervenção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perspectiva das forças</li> <li>• Perspectiva centrada nas pessoas</li> <li>• Intervenção centrada na relação e prática reflexiva</li> <li>• Abordagem sistêmica e ecológica</li> <li>• Intervenção em rede</li> <li>• <i>Social advocacy e empowerment</i></li> <li>• Investigação-ação</li> </ul>	<p><b>Intersubjetivação:</b> relação com o mundo vivido dos atores sociais (sejam ou não excluídos) e com a sociedade, enquanto fonte de significação e de reconhecimento.</p> <p><b>Focalização:</b> processos, trajetórias individuais, bem como a sua inscrição em coletivos, com imperativos e lógicas de responsabilização partilhada.</p> <p><b>Recursos:</b> (re)utilização das potencialidades dos clientes, de uma rutura, uma insuficiência, uma ausência de si mesmo e do contato com os outros, nas oportunidades e forças.</p>

**Fonte:** Elaboração das autoras.

que somos e a forma como nos percebemos se produz na relação com os outros. É pois no trabalho de intersubjetivação, de relação com o mundo vivido dos agentes sociais (sejam ou não excluídos) e com a sociedade, que o profissional demonstra as suas competências para ser um elemento produtor de elos sociais.

A dinâmica da intersubjetivação (Quadro 2) assenta nomeadamente na retórica contratual tendo por base a crença na palavra dada e no compromisso firmado. Tal dinâmica tece-se por linhas de aproximação e de comunicação, sublinhando trajetórias, marcas de uma existência, ligações e cruzamentos mais do que continuidades (LE-STRAT, 1996).

A singularidade do eu, hoje, revela-se, assim, como um recurso fundamental. Diluem-se as tecnologias políticas modernas de controlo social (LE-STRAT, 1996) e em seu lugar emergem procedimentos de maximização dos investimentos subjetivos. O relato biográfico passa a ser o fulcro da nova concepção do social.

À lógica do *guichet*, tendo por base o anonimato e a reparação dos riscos aleatórios, segue-se a lógica da “magistratura social” (ROSANVALLON, 1995) que assenta no exame, na exploração e na avaliação do percurso dos candidatos à inserção, procurando, por essa via, diferenciar as situações individuais. Pretende-se, assim, retirar da sombra existências desconhecidas, de modo a submetê-las a uma avaliação, que irá determinar os termos do diagnóstico na base de um contrato de inserção entre indivíduo e sociedade, menos opaco, mas mais exigente.

O grande objetivo dos assistentes sociais hoje é produzir sentido pela restauração da dignidade das pessoas excluídas. Para tal, é necessário que estas se reencontrem, que dominem a sua intimidade, a sua vida privada, que aprendam, sobretudo, a não se alienar de si mesmos, pois só dessa forma poderão aceder à cidadania, conhecendo, reivindicando e praticando os seus direitos, os seus interesses e as suas competências.

Ora, como afirma Isabelle Astier (1995), o acesso e o reconhecimento da cidadania passam pela valorização, por parte da sociedade, do direito dos sujeitos ao respeito pela vida privada. Por outro lado, se queremos delinear soluções e respostas adequadas à singularidade de cada sujeito e

## QUADRO 2: Dinâmicas da Intersubjetivação na prática profissional.

<b>Elemento central:</b> Retórica contratual e de capacitação, tendo por base a crença na palavra dada e no compromisso firmado.
<b>Finalidade:</b> Restauração da dignidade humana; promoção do acesso a si mesmo e aos contextos socioeconômicos; participação social.
<b>Objetivos intermediários:</b> Tornar pública a narrativa dos atores; tornar a sua prática, a sua linguagem, as suas finalidades e a sua dimensão ético-sócio-cultural inteligível para os restantes dos sujeitos.
<b>POSTULADOS BASE</b>
<b>1. Competências dos interventores:</b> Apoiar os indivíduos a assumir a sua interioridade e a traçar um projeto consistente de futuro.
<b>2. Contributos profissionais:</b> a) Mudança de perspectiva na leitura social através do enfoque na dimensão positiva e dinâmica das diferentes situações; b) Construção de um imaginário profissional renovado; c) Reconhecimento da importância da narrativa na órbita da ação pública: permitem delinear causas sociais, colocando em causa condições de vida e falhas das políticas públicas.
<b>3. Lógica da “magistratura social”:</b> Retirar da sombra contextos latentes, existências desconhecidas, proceder à sua avaliação, e elaboração de contratos de inserção mais transparentes e adequados.

**Fonte:** Elaboração das autoras.

às suas necessidades e interesses específicos é incontornável uma análise minuciosa do seu modo de vida, das suas experiências, das suas competências e também dos seus limites e fracassos, em suma, saber de que “matéria é feita a vida das pessoas” já que é essa também a matéria e a mais-valia das soluções delineadas<sup>4</sup>. Ao tornar pública a sua narrativa, o

<sup>4</sup> Como afirma Astier “...l'idée d'exclusion sert avant tout à privilégier l'individu, sa biographie et son caractère, ses compétences et ses faiblesses, mais pour aussitôt constater son inutilité sociale et économique” (1995, 129).

sujeito passa a existir aos olhos dos outros com os quais deseja interagir. Cabe aos interventores sociais ajudar os indivíduos a assumir a sua interioridade, a conquistar a “arena” pública sem diluir a dimensão privada das suas experiências e a traçar um projeto consistente de futuro.

O reconhecimento da importância da narrativa na órbita da ação pública processa-se a partir do momento em que dos dramas individuais se destacam elementos que permitem delinear causas sociais, colocando em causa condições de vida e falhas das políticas públicas, projetando elementos individuais num universo coletivo e permitindo, por esta via, conjurar o julgamento direcionado para o indivíduo (ASTIER, 1996).

A narrativa privada deve poder servir uma causa comum. Constituir-se como um exemplar singular de uma experiência coletiva, em suma, socializar a palavra privada (LE MOIGNE, in RIDDER, 1997), por via de processos de pesquisa e de reflexão partilhada. A dimensão individual e coletiva não se opõem, complementam-se de forma dinâmica. Na intervenção coletiva, está presente a dimensão individual e nesta há que ter em consideração a dimensão coletiva.

### **3. A pesquisa qualitativa como vetor de uma intervenção político-estratégica: conexão entre significados e níveis de intervenção**

O trabalho de (re)construção identitária e de revalidação existencial, por via de processos de reconstituição e narrativa coerente do passado, das experiências e dos recursos, logo, de visibilização, de reconhecimento e de participação (potencial), tende a constituir-se, como temos acentuado, como o eixo central da intervenção social contemporânea.

Deste modo, o primeiro desafio para os profissionais é o de saber reconhecer o outro, as suas potencialidades e as suas dificuldades, fazer emergir a sua identidade, o seu mundo vivido, os significados e sentidos das suas opções e perspectivas. O segundo desafio é a capacidade de identificação do que é comum na diversidade, transformando as experiências

singulares em elos de cadeias mais complexas e construídas coletivamente. A pesquisa é um instrumento essencial para a resposta e conexão entre os dois desafios, produzindo conhecimento supracircunstancial, logo, com potencial político. A reflexão crítica e a superação de abordagens excessivamente centradas na temporalidade presente e em leituras individualizantes dos problemas sociais contemporâneos parece-nos de fato essencial para a fundação de uma intervenção política e social que não seja mera reconfirmação da impossibilidade de pensar e de agir para além de um quadro temporal e espacial restrito de cumplicidade com o presentismo e, como tal, potencialmente invalidante. A investigação permite evidenciar conexões entre fatos, vivências e experiências, que, para além do singular, traduzem uma dimensão socioeconômica partilhada.

Nesta ótica, os assistentes sociais, como agentes de mediação e conexão entre níveis de ação, discursos e temporalidades, podem, de fato, constituir-se como agentes de recriação do futuro, assumindo um projeto de sociedade que ultrapassa a imediatez e as situações individuais, sem contudo as esquecer ou ocultar.

O trabalhador social posiciona-se, na verdade, como “artesão da palavra”, da escuta, da solicitude, mas realiza também um trabalho de circulação e de tradução de todo um conjunto de normas, concepções e experiências não diretamente acessíveis a todos os níveis de ação (organizacional, comunitário, estatal). Assim, as narrativas que os indivíduos podem produzir sobre si próprios, a expressão partilhada das suas experiências e percursos constituem-se muitas vezes como a única garantia de continuidade existencial. A superação de um espaço íntimo de construção da troca relacional entre assistente social e sujeito constitui-se, pois, como a construção de uma possibilidade de reconhecimento partilhado, logo, dotada de um potencial de futuro. Deste modo, o profissional social constrói cruzamentos de temporalidades e de consonâncias, dotando uma narrativa abstrata de consistência existencial, transmutando um caso numa pessoa e uma pessoa num elo de uma cadeia de processos, socialmente ancorados, porém significantes sob um prisma individual e contextual.

Do mesmo modo, a possibilidade de renegociação de valores, normas e acordos (tácitos ou explícitos), subjacentes à necessária readaptação aos dados da situação e à imprevisibilidade dos contextos, se por um lado torna a prática aparentemente mais *ad hoc* e assistemática, cria, por outro lado, potencialidades renovadas para a coprodução de novas abordagens e políticas sociais menos estandardizadas e mais adequadas ao equilíbrio a operar na atualidade entre proteção e capacitação.

As competências políticas, associadas ao saber dizer, tendem pois a sobrelevar atualmente as competências pedagógicas dos assistentes sociais. A determinação e justificação da “justa medida”, o enquadramento nos contextos referenciais do outro, a consideração da “ecologia relacional das pessoas ajudadas” (ION et al., 2007) e a reinscrição plausível das provas de injustiça, e das suas componentes singular e geral em espaços partilhados de elocução, consagram o potencial renovado das práticas de trabalho social em sociedades polifônicas e sincréticas. Deste modo, o grande trunfo profissional dos assistentes sociais consiste na utilização e aperfeiçoamento de competências de mediação entre espaços, existências, discursos, projetos e temporalidades. A relevância da pesquisa qualitativa é a este nível inequívoca. A construção de conexões e de redes de circulação de sentido adquire, pois, mais pertinência que um conjunto de conteúdos predefinidos.

Do mesmo modo, as competências atualmente requeridas no domínio do Serviço Social derivam menos de uma lógica de qualificação técnica estrita que da capacidade para compreender e perspectivar os diferentes parâmetros sociopolíticos coexistentes. Nesta perspectiva, o espaço intersticial ou de fronteira, no qual o trabalhador social preferencialmente circula, adquire toda a sua centralidade. Como evidencia Michel De Certeau (1980), a fronteira partilhada institui-se como “cotidiano habitado”, como espaço terceiro de conexões capazes de preencher os vazios, de salientar os pontos de contato ou de fricção e de construir “passagens”. O conceito de fronteira reenvia-nos igualmente para uma noção de transitividade. O domínio do transitório tem, ao mesmo tempo, um

sentido limitativo e evolutivo. A sua existência justifica e prova de uma certa forma o que está para além de si, o que lhe dá uma continuidade.

Considerar as práticas dos trabalhadores sociais como intersticiais significa não somente que elas se situam na confluência de um registro do universal e num registro do concreto, num registro do presente e num registro do futuro, num registro do individual e num registro do coletivo, mas sobretudo, que elas operam a imbricação entre todos eles. Aos assistentes sociais compete, pois, traduzir e interpretar discursos e procuras sociais, existentes ou latentes, transformando-se em agentes de cidadania por via de uma prática de sistematização do ordinário e do extraordinário, de decodificação e de recodificação de fragmentos de saber e de acontecimentos. Existem, pois, no campo da intervenção social, inúmeras ocasiões para dar sentido ao social, para nomear a sua diversidade, as suas plurirreferencialidades e racionalizações e para considerar nas dimensões mais enriquecedoras do Serviço Social – a relação, a proximidade, a troca, o sofrimento, a criatividade – o social em si com as suas ambiguidades, limites e potencialidades.

Sob este prisma, a pesquisa qualitativa consagra a possibilidade de uma prática social politicamente consistente ao facultar:

- a) O acesso a universos de referência diferenciados, aos significados ocultos e à dimensão supra presentista e circunstancial do quotidiano como espaço de ação e de complementaridade;
- b) Os referenciais necessários a uma tradução de discursos, problemáticas e contextos, de um nível micro para um nível meso e macro e vice-versa, dotando de inteligibilidade concepções, perspectivas e modos de viver e de sentir *a priori* desconectados;
- c) O acesso a processos de avaliação e de validação de políticas, projetos e serviços sob o prisma dos diversos sujeitos constituintes e destinatários;
- d) A compreensão da ação a partir de retóricas e de práticas sentidas e construídas contextualmente;

- e) A ligação entre a singularidade das situações e a regularidade de fatores de experiência social partilhada.

## 4. Considerações finais

Estando ancorada na compreensão explicativa da realidade social, a investigação qualitativa permite tornar estranho aquilo que é familiar e familiar o que é estranho. A vida quotidiana é invisível e escapa ao nosso entendimento, por nos ser demasiado próxima, por ocorrer numa dimensão espacial e temporal onde a rotina parece impor-se como regra. A pesquisa qualitativa, por via das suas diversas linguagens e métodos, permite construir, ou identificar, os “nós de inteligibilidade” da realidade social, ao considerar a influência contextual na construção e na análise de situações particulares, transformando-as em elos de processos coletivos e complexos. Enfatizando as relações de proximidade, centra-se na construção de nexos de sentido e de significados atribuídos pelos sujeitos à sua ação, na relação que estabelecem com os outros e com a sociedade onde se inserem.

Num tempo em que se valoriza a pesquisa de evidências e a mensuração, convém não esquecer que a utilidade afirmada da investigação social para a explicação da vida em sociedade será sempre omissa e incompleta se não formos capazes de integrar a componente do “mundo vivido” daqueles que concorrem para a construção da ação e para a produção de conhecimento. Apenas abordagens de proximidade e de participação permitem dar coerência interna ao conhecimento produzido e impulsionar o desenvolvimento de projetos e a implementação de mudanças mais justas, eficientes e eficazes, porque mais adequadas à realidade estudada.

O conhecimento científico, qualquer que seja o paradigma epistemológico em que se enquadra, não escapa à influência do campo das problemáticas, dos saberes estruturados, dos contextos económicos, sociais e políticos, dos valores dos atores envolvidos, mas as informações qualitativas tornam-no mais consentâneo com as dinâmicas sociais existentes e latentes, com a realidade vivida, com os processos e as lógicas que

regem a vida dos sujeitos em sociedade. É neste contexto que o cotidiano se constitui como fonte de conhecimento, como espaço de interconexão argumentativa e como tempo de intervenção. A intersubjetivação que caracteriza o conhecimento produzido está na base da lógica de “magistratura social” que permite retirar da sombra contextos latentes, existências desconhecidas, proceder à sua avaliação, elaborar contratos de inserção mais transparentes e adequados.

A pesquisa qualitativa não é, neste sentido, somente um diálogo crítico e reflexivo com os sujeitos e a sua realidade. É também uma dimensão fundamental do próprio **AGIR** do Serviço Social na contemporaneidade.

## Referências

ASTIER, I. “Du récit privé au récit civil: la construction d’une nouvelle dignité?” in *Lien social et politiques*, nº 34, 1995.

AUTÈS, M. *Travail social et pauvreté*. Paris: Éditions Syros Alternatives, 1992.

BOULTE, P. *Individus en friche*. Essai sur la réparation de l’exclusion par la restauration du sujet. Paris: Desclée de Brouwer, 1995.

CARVALHO, M.C.B. O Conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social in NETTO J.P. & CARVALHO M.C.B. de, *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. S.Paulo: Cortez Editora, 1996.

DE CERTEAU, M. *L’Invention du Quotidien “Tome 1. Arts de Faire”*. Paris: Union Générale d’Édition, 1980.

DEMO, P. *Pesquisa e informação qualitativa: Aportes metodológicos*. São Paulo: Papirus, 2001.

DOMINELLI, L. *Social work: theory and practice for a changing profession*. Cambridge: Polity Press, 2004.

FICK, *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor, 2005.

IAMAMOTO, M. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

ION, J, LAVAL, C. & RAVON, B. “Politiques de l’individu et psychologies d’intervention: transformations des cadres d’action dans le travail social” in F. Cantelli & J.L. Genard, (coord.), *Droit et Société “Action Publique et Subjectivité”*, Vol. 46, 2007.

- LE-STRAT, N. P. *L'Implication, une nouvelle base de l'intervention sociale*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.
- MAFFESOLI, M. *La conquête du présent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.
- MARTINELLI, M. L. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.
- MARTINS, A. *Gênese, emergência e institucionalização do serviço social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- MORMONT M. "Pour une typologie des transactions sociales" in M. BLANC M. (textes réunis et présentés par), *Pour une sociologie de la transaction sociale*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1992.
- NARAYAN, D. *Voices of the poor. Can anyone hear us?* Oxford: Oxford University Press for the World Bank, 2000.
- NUNES, H. *Serviço social e regulação social: agência do assistente social*. Porto: Estratégias Criativas, 2004.
- PAIS, J. M. *Sociologia da vida quotidiana*. Teorias, métodos e estudo de caso. Lisboa: Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, 2002.
- RIDDER, G. "Les Professions de l'intervention sociale: l'éclatement?" in DE RIDDER G. (coord.), *Les nouvelles frontières de l'intervention sociale*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997.
- RITZER, G. *Teoría sociológica contemporánea*. Madrid: MacGraw-Hill/Interamericana de España, s.a., 1993.
- ROBERTIS, C. & PASCAL, H. *La intervención colectiva en trabajo social*. La acción con grupos y comunidades. Buenos Aires: El Ateneo, 1994.
- ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale*. Repenser l'État-Providence. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- SOULET, M.H. *Petit précis de grammaire indigène du travail social*. Règles, principes et paradoxes de l'intervention sociale au quotidien. Fribourg: Éditions Universitaires Fribourg Suisse, 1997.
- VALLES, M. *Técnicas cualitativas de investigación social*. Reflexión Metodológica y Práctica Profesional. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

## CAPÍTULO 2

# A querela metodológica quantitativo *versus* qualitativo: aproximações à hermenêutica controlada em Bardin e à hermenêutica de profundidade em Thompson

*Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra*

### 1. Introdução

O presente artigo visa sistematizar considerações iniciais sobre alguns pressupostos implícitos nas metodologias da pesquisa social que trabalham com o universo da linguagem, a saber: interpretação de textos, mensagens, falas, discursos e formas simbólicas. Para tanto, propõe-se como recorte o tema da **querela metodológica entre abordagens quantitativas e qualitativas**, em especial nas metodologias e técnicas da pesquisa social que reenviam para uma relação de continuidade, pertença ou aproximação quer à tradição hermenêutica, quer àquela identificada à teoria crítica<sup>1</sup>.

Nesse sentido, optou-se por uma abordagem sobre os modos como tal querela metodológica é enfrentada seja no âmbito das técnicas de análise

---

1 Tal aproximação tornou-se necessária durante a construção do projeto de pesquisa para qualificação no doutorado em Serviço Social, denominado *Deslocamento e estetização nas visões sobre a juventude nos estudos das culturas juvenis no Brasil de 90 a 2000*. A proposta de pesquisa adota como estratégia metodológica a realização de uma cartografia dos estudos sobre as culturas juvenis no Brasil, tendo como amostragem a produção textual de um grupo de cientistas sociais situados no campo nos estudos de juventude.

de conteúdo, em razão de serem consideradas por Laurence Bardin (1977; 2009) uma **hermenêutica controlada**, que pressupõe uma atitude interpretativa; seja no interior da proposta teórico-metodológica de interpretação das formas simbólicas em E. P. Thompson, em virtude de tal proposta articular hermenêutica e teoria crítica<sup>2</sup>, e de ser considerada por Pedro Demo (2001) uma **hermenêutica de profundidade**.

A intenção de se abordar essas questões adveio da identificação de um tema recorrente tanto nas argumentações de Bardin (1977; 2009) sobre a análise de conteúdo, quanto naquelas de Demo (2001) acerca da proposta teórico-metodológica de E. P. Thompson: ambas relacionadas à interpretação de textos, falas e formas culturais. Trata-se da problemática relativa ao uso e/ou adequação das técnicas de análise de conteúdo ou das técnicas de análise de tipo formal, estatística e objetiva em pesquisas qualitativas que trabalham com o universo simbólico da cultura, da linguagem e da interpretação.

Propõem-se como ponto de partida desta abordagem algumas indagações iniciais que podem servir de fio condutor ao debate, a saber: em que sentido a ênfase nas medições das frequências dos códigos e signos presentes em um texto fala ou transmite a mensagem, bem como em operações formais, que visam inferir tendências objetivas nos textos, mediante a quantificação de recorrências, se adéqua às pesquisas orientadas por uma perspectiva hermenêutica e/ou ancoradas na teoria crítica? Até que ponto é possível combinar um estudo etnográfico de textos, de

---

2 O historiador Edward P. Thompson é considerado um dos articuladores da New Left Review e um dos pais fundadores, juntamente com Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall, dos Estudos Culturais ingleses nos anos 50 e 60. Sua obra destaca-se pela contribuição crítica a determinadas abordagens marxistas, de caráter economicista e stalinista, sobre as formas culturais, e por ter adotado uma perspectiva histórica que compreende a classe social como experiência de vida. Nessa perspectiva, as práticas cotidianas de resistência cultural e política adquirem centralidade no processo de formação das classes trabalhadoras. Daí o diálogo de Thompson não só com a teoria crítica marxista, mas com autores vinculados à hermenêutica e à fenomenologia. A obra mais conhecida de Thompson é *The Making of the English Working Class* [1963]. Para uma abordagem sobre as relações entre Thompson, a Nova Esquerda e os Estudos Culturais ingleses, cf. MATTERLART, A. e NEVEU, E. *Introdução aos Estudos Culturais* [2003]. Trad. br. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, pp. 45-54.

caráter qualitativo, hermenêutico e crítico, com uma análise objetiva, que não se furta à busca por regularidades e à inferência de tendências interpretativas nos textos?

Para uma discussão inicial sobre essas questões, principia-se com uma sistematização das considerações de Laurence Bardin (2009) sobre as técnicas de análise de conteúdo, compreendidas pela autora como uma hermenêutica controlada. Em seguida, apresenta-se uma síntese da leitura de Pedro Demo (2009) sobre a hermenêutica de profundidade em E. P. Thompson. Após tal sistematização, busca-se chegar a algumas considerações provisórias, no sentido de uma aproximação às soluções para querela metodológica quantitativo *versus* qualitativo nas abordagens de Laurence Bardin (1977; 2009) sobre a análise de conteúdo e de Pedro Demo (2001) sobre a proposta teórico-metodológica de E. P. Thompson.

## **2. A análise de conteúdo em Bardin: uma hermenêutica controlada**

No prefácio à obra *Análise de Conteúdo* (1977), antes de descrever a trajetória histórica, delimitar o campo e esclarecer os diversos usos das técnicas de análise de conteúdo nas ciências humanas, Laurence Bardin (2009) apresenta uma definição atualizada destas técnicas, compreendidas como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais *subtis* em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. (BARDIN: 2009, 11).

Em tal definição, além de destacar o aspecto comum que caracterizaria todas as técnicas de análise de conteúdo – a hermenêutica controlada – Bardin (2009) também indica pistas sobre a presença de uma querela metodológica na trajetória histórica dessas técnicas. A discussão acerca do factor comum às técnicas de análise de conteúdo e sobre a querela metodológica que parece se anunciar nas considerações de Bardin (2009) exige o esclarecimento de algumas indagações: Como Bardin chega à conclusão de que a hermenêutica controlada seria o factor comum a todas as técnicas de análise de conteúdo? Em que consistiria essa hermenêutica controlada? Até que ponto a oscilação entre o polo da objetividade (rigor) e aquele da subjetividade (fecundidade) sustentada por Bardin (2009) revelaria a presença da querela metodológica quantitativo *versus* qualitativo na história das técnicas de análise de conteúdo?

A associação da análise de conteúdo a uma espécie de “hermenêutica controlada” é justificada por Bardin (2009:16), em virtude da exigência de uma “atitude interpretativa”, cuja “preservação” é tida como um dos principais pressupostos das técnicas de análise de conteúdo. Daí a autora reenviar para certa relação de continuidade entre essas técnicas e uma tradição hermenêutica, retórica e lógica anterior<sup>3</sup>. Nesse sentido, Bardin reconhece que bem antes do surgimento das modernas técnicas de análise das comunicações nos EUA,

(...) os textos já eram abordados de diversas formas. A hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos, é uma prática muito antiga. O que é passível de interpretação? Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido, cuja significação profunda (a que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição

---

3 Bardin (2009) remonta a essa antiga tradição, quando reconstrói a denominada “pré-história”, os “antecedentes históricos” das modernas técnicas de análise de conteúdo nascidas nos EUA, nas primeiras décadas do século XX. Ver aqui BARDIN, L. *Análise de conteúdo*, pp.15-17. Para um esclarecimento sobre essa antiga tradição, as origens da hermenêutica e sua relação com a retórica, a filologia, a poética e a lógica, cf. DILTHEY, W. *O surgimento da hermenêutica* (1900). Trad. br. Eduardo Gross. In: *Numem, Revista de estudos e pesquisa da religião*, v. II, n.1. Juiz de Fora: UFJF, 1999, pp. 11-32.

carismática. Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar. A interpretação dos sonhos, antiga ou moderna, a exegese religiosa (...), a explicação crítica de textos literários, até mesmo de práticas tão diferentes como a astrologia ou a psicanálise revelam um processo hermenêutico. Também a retórica e a lógica são de agrupar nas práticas de observação de um discurso, práticas estas anteriores à análise de conteúdo. (...) A atitude interpretativa continua em parte a existir na análise de conteúdo, mas é sustentada por processos técnicos de validação. (Bardin: 2009, 15-16).

Bardin (2009:16) deixa claro que a “atitude interpretativa” pressuposta pelas técnicas de análise de conteúdo decorre do caráter **simbólico** e **polissêmico** da linguagem, cuja compreensão exigiria um “desvendar crítico” dos sentidos ocultos por detrás dos discursos, falas, textos, mensagens e demais formas simbólicas. Daí a autora considerar as técnicas de análise de conteúdo como herdeiras, em parte, daquela tradição hermenêutica, retórica e lógica preexistente, uma vez que essa tradição se dedicou ao desvendamento da “significação profunda” de textos e formas simbólicas de diversas naturezas: sagrada, literária, poética, mítica, etc.

No entanto, Bardin (2009) também destaca que a “atitude interpretativa” relativa às técnicas de análise de conteúdo está ancorada na “dedução/inferência”. Fundamenta-se, portanto, em processos técnicos de **rigor** e critérios de **validação** “científicos” que se distanciam da tradição hermenêutica preexistente, por apresentarem uma pretensão diferenciada dessa última. Trata-se da busca de **cientificidade** e **objetividade**, associadas ao método e ao padrão de ciência instaurado na modernidade<sup>4</sup>. Disso decorre a denominação “hermenêutica controlada”

---

4 Sobre o padrão hegemônico de ciência na modernidade, cujas bases se assentam no primado do método, da subjetividade epistêmica e da racionalidade formal, ver aqui, ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, pp. 20-22. Também há que se considerar aqui as críticas dos hermeneutas Dilthey e Gadamer, quanto ao conceito metodológico, os objetivos e a orientação prevalente na ciência moderna. Dilthey (1999) sustenta que as ciências humanas,

e a “oscilação entre dois pólos” na história dessas técnicas: de um lado a busca pelo rigor e pela objetividade, supostamente associados a uma interpretação “científica” e ao controle da subjetividade do pesquisador; e de outro a busca pela “fecundidade da subjetividade”, supostamente relacionada à construção de uma “interpretação brilhante” (BARDIN: 2009, 31).

Ao argumentar sobre o contexto e as razões favoráveis à recepção de seu livro<sup>5</sup>, Bardin (2009) remete a tal “oscilação” e à relação dessa última com a busca por certo ideal de cientificidade, que se mostra recorrente na história das técnicas de análise de conteúdo. Assim, a década de 70 é considerada “favorável” àquela recepção, em razão de ser “uma época de abertura para a liberdade de expressão, efervescência do pensamento e explosão da comunicação”, possibilitando o surgimento de determinadas questões, a saber:

(...) como estar à escuta, cientificamente e com rigor, de palavras, imagens, textos escritos e discursos pronunciados? (...) como pensar o uno e o múltiplo? (...) como compreender, analisar, sintetizar e descrever inquéritos, artigos de jornais, programas de rádio e TV, cartazes publicitários, documentos históricos e reuniões de trabalho? (...) como descrever e interpretar opiniões, estereótipos,

---

cujo objeto é a compreensão do mundo histórico humano mediado pela linguagem, não se adéquam aos padrões de verdade, objetividade e explicação causal propostos pelas ciências naturais. Daí sua crítica à tendência recorrente na ciência moderna, cuja expressão se verifica na orientação positivista: a redução dos fenômenos sociais a objetos, coisas, passíveis de uma explicação causal nos mesmos moldes das ciências naturais. Já Gadamer (2008: 29) vai mais além, pois para ele não se trata de uma questão de método, porque “desde a sua origem histórica, o problema da hermenêutica ultrapassa os limites que lhe são impostos pelo conceito metodológico da ciência moderna”. E isto em razão do caráter ontológico da linguagem, que estende o problema hermenêutico (a pergunta sobre o como compreender) para além da experiência de verdade postulada pelo método científico moderno, decorrendo daí a universalidade da compreensão e da interpretação na experiência humana. Ver nesse sentido, DILTHEY, W. *O surgimento da hermenêutica*, pp.1-32; GADAMER, H-G. *Verdade e método I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 10a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp.29-34.

5 Trata-se da obra *Análise de conteúdo*, publicada em 1977.

representações, mecanismos de influência, evoluções individuais e sociais? (...) Como fazer isto? Com qual método? (BARDIN: 2009, 7).

A busca de um método para assegurar um tratamento científico e rigoroso dessas questões é ressaltada por Bardin (2009) como uma das principais razões não só para a recepção de sua obra, mas para o próprio surgimento e desenvolvimento das técnicas de análise de conteúdo no início do século XX. Segundo a autora, a emergência das práticas de análise de conteúdo nos EUA, durante as primeiras décadas do século XX, esteve vinculada às modernas técnicas de análise das comunicações, as quais se ancoravam em uma concepção de rigor e objetividade científica associada às noções de medida e quantificação (BARDIN: 2009, 17)<sup>6</sup>.

Já nos anos 40 e 50, quando são sistematizadas as regras da análise de conteúdo e predomina o interesse pela dimensão “simbólica da política”<sup>7</sup>, o foco das discussões continua direcionado para a questão da objetividade e das medidas de verificação de caráter quantitativo (BARDIN: 2009, 18). Nos anos 60 e 70, com o surgimento dos programas de computador e a ênfase na semiologia, novas questões e exigências de rigor se apresentam, permanecendo a ênfase na inferência com base em indicadores de frequência, mas agora com a ajuda de indicadores combinados (BARDIN: 2009, 24-25).

Após os anos 1960 e 1970, Bardin (2009) destaca um alargamento no campo das pesquisas orientadas pelas técnicas de análise de conteúdo, com a efervescência de novas tecnologias da inteligência artificial e programas de computador. Daí o surgimento de outros questionamentos,

---

6 Bardin menciona, nesse período, a “multiplicação dos estudos quantitativos dos jornais” e o desencadear de um “fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página)”. Ver, nesse sentido, BARDIN, L. *Análise de conteúdo*, p. 17.

7 A análise dos símbolos e mitologias políticas desenvolvidas nos EUA durante esse período decorre dos problemas levantados pela Segunda Guerra Mundial. Segundo Bardin, H. D. Lasswell é a referência mais importante nesse tipo de análise em que se compreende o símbolo como “o significante maior”, uma “palavra-chave” da “mitologia política”, a exemplo das palavras “direito”, “liberdade”, “democracia”, etc. Cf. BARDIN, L. *Análise de conteúdo*, pp.18-19.

onde se observa uma preocupação quanto ao tecnicismo cada vez mais exato e a formalização de categorias standard (BARDIN: 2009, 26).

Essa breve incursão na história das técnicas de análise de conteúdo possibilita a identificação de uma tendência recorrente, que preocupa sobretudo pesquisadores interessados em utilizar tais técnicas em investigações norteadas por uma perspectiva etnográfica, hermenêutica e/ou ancoradas na teoria crítica marxista. Trata-se da tendência em privilegiar processos técnicos de validação formal, de caráter quantitativo, visando uma adequação ao ideal de cientificidade moderno, não obstante a preservação de uma atitude interpretativa ser tida como pressuposto hermenêutico no uso da análise de conteúdo. Daí a “desconfiança” que pode surgir quanto à possível articulação entre as bases teórico-metodológicas norteadoras da análise de conteúdo e a concepção hegemônica de ciência e de método na modernidade, cuja expressão máxima, na acepção de Adorno (1985), é o positivismo tecnicista<sup>8</sup>.

O debate sobre essa questão remete às duas grandes linhas de força ou dois polos oscilantes que atravessam a história das técnicas de análise de conteúdo destacados por Bardin (2009: 31): a busca de rigor científico, associado à objetividade e aos procedimentos quantitativos, e ao mesmo tempo, a intenção de desvendar os conteúdos latentes, inéditos e ocultos das mensagens, reenviando para a questão da subjetividade e das abordagens qualitativas. Em outras palavras, a querela metodológica entre abordagens quantitativas e qualitativas.

A posição de Bardin em relação a tal querela metodológica se explicita na crítica que ela faz às definições clássicas e usuais da análise de conteúdo, a exemplo daquela sustentada por Berelson e Lazarfeld, a saber:

---

8 Sobre o positivismo como expressão máxima do padrão hegemônico de ciência na modernidade, cuja racionalidade típica é considerada de caráter formal, tecnicista e pragmático, ver aqui ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, pp. 20-22. Destacam-se ainda as críticas de hermenutas contemporâneos (GADAMER, RICOEUR) à concepção de ciência prevalente na modernidade, em razão de sua vinculação a um ideal de saber matemático, ancorado no primado do método, da subjetividade epistêmica e do cogito cartesiano. Em sentido contrário, portanto, à orientação sugerida tanto pela hermenêutica, quanto pela teoria crítica.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. (Apud BARDIN: 2009, 20).

Segundo a autora, essa definição é limitada, em virtude de ainda ser prisioneira aos padrões de **rigor** e **objetividade** típicos de uma época: aquela em que se deu a sistematização das regras constitutivas da análise de conteúdo em meados dos anos 40 e 50<sup>9</sup>.

Daí Bardin (2009) destacar as iniciativas e os questionamentos que contribuíram para desbloquear a análise de conteúdo, a partir dos anos 50 e 60, graças ao diálogo com diversos campos do saber e disciplinas: semiótica, linguística, psicolinguística, psicanálise, etnologia, história, sociologia e ciência política. O diálogo com tais disciplinas teria possibilitado uma relativização do caráter **cientificista** e **objetivista** presente na análise de conteúdo clássica, favorecendo: i) uma menor rigidez na exigência de objetividade e uma crítica à associação entre objetividade e cientificidade, relacionada até então à minúcia das análises de frequência; ii) uma aceitação da compreensão clínica em parceria com aquela estatística; iii) a ampliação da análise de conteúdo para além do seu caráter descritivo, destacando a inferência como sua função ou objetivo principal (BARDIN: 2009, 23).

Tendo em vista tais considerações, Bardin (2009) reenvia para uma abordagem mais ampla sobre a análise de conteúdo, na perspectiva de distanciá-la da sua forma clássica. Nesse sentido, a solução para a querela metodológica apresentada por Bardin (2009: 31, 32), mediante a identificação da análise de conteúdo a uma espécie de hermenêutica controlada, considera o quantitativo<sup>10</sup> e o qualitativo como duas linhas de força complementares e não opostas.

9 Nessa época prevalece uma orientação em que rigor, objetividade e cientificidade equivaliam ao privilégio da métrica e da quantificação. Ver aqui: BARDIN, L. *Análise de conteúdo*, p. 20.

10 É válido destacar aqui as ponderações de Raymond Williams, um dos pais fundadores dos estudos culturais britânicos, em relação ao aspecto quantitativo e à utilidade da análise de conteúdo. Williams reconhece que, embora a análise de conteúdo tenha sido criticada por seus “achados meramente quantitativos” e por “seus dados”, na maioria das vezes, exigirem uma “interpretação

A solução proposta por Bardin (2009: 30) pressupõe uma exigência para quem utiliza as técnicas de análise de conteúdo: o distanciamento crítico ou a vigilância epistemológica quanto ao seu uso, sob pena de não se perceber os seus limites. Tal exigência é relevante, em razão da motivação principal dos analistas de conteúdo ter uma íntima relação com o caráter polissêmico das mensagens (linguagem), pois, conforme sustenta Bardin: é a atração pelo escondido, a busca de desvendar o conteúdo latente, não dito ou potencialmente inédito presente em qualquer mensagem que motiva a análise de conteúdo (2009: 34, 35).

Conforme essa orientação, a análise de conteúdo é considerada um instrumento **polimorfo** e **polifuncional** (BARDIN: 2009, 11). As metáforas e os termos utilizados pela autora para denominar o analista de conteúdo são sugestivas desse caráter polimorfo, a saber: detetive, espião, agente duplo, arqueólogo, aquele que é capaz de realizar uma segunda leitura ou interpretação, para além daquela considerada ingênua (2009: 34-41).

Para a realização dessa segunda leitura ou interpretação, as técnicas de análise de conteúdo se apresentam, então, como formas de mediação entre as intuições ou hipóteses iniciais do pesquisador e as interpretações consideradas definitivas. Daí se justificar o interesse maior da análise de conteúdo no alongamento do tempo latente entre as primeiras intuições e as inferências obtidas após o tratamento dos textos e processos de análise.

Disso decorre a consideração das técnicas de análise de conteúdo como técnicas de ruptura em relação ao que se considera uma intuição aleatória e fácil, que pode conduzir a interpretações arbitrárias, pois tais técnicas exigem uma observação do intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa (BARDIN: 2009, 11).

Tendo em vista tais assertivas, Bardin chega a uma definição mais ampla e detalhada, que pressupõe uma delimitação do campo da análise de

---

ulterior”, tais análises não podem ser de todo descartadas. E isto porque elas “são essenciais para qualquer sociologia da cultura, não só em sistemas modernos de comunicações (...), mas também, em tipos mais tradicionais de trabalho”. Cf. WILLIAMS, R. Cultura. Trad. br. Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.18.

conteúdo, com base nas suas regras de funcionamento. Assim, a análise de conteúdo passa a ser considerada

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, cujo objetivo é obter, mediante a utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção destas mensagens. (BARDIN: 2009, 44).

Em razão do caráter amplo das comunicações (dito, escrito, icônico, etc.), a delimitação do campo da análise de conteúdo é realizada considerando-se certa unidade nas suas regras de funcionamento. Na acepção da autora, uma descrição analítica pressupõe as seguintes regras: i) procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens; ii) tratamento da informação contida na mensagem; iii) análise dos significados ou dos significantes, a exemplo da análise temática ou análise lexical (BARDIN: 2009, 37-39).

Nesse sentido, a análise de conteúdo exige, num primeiro momento: i) uma decomposição do texto ou mensagem em categorias de fragmentação da comunicação, com base em regras homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas, adequadas e pertinentes; ii) a delimitação de unidades de codificação ou registro (palavra, frase, minuto, centímetro); a definição de unidades de contexto, quando se identifica ambiguidades na referenciação do sentido dos elementos de codificação (BARDIN: 2009, 38-39).

Após a fragmentação do texto, tem-se a segunda fase da análise de conteúdo, que, na ótica de Bardin (2009: 40, 41), corresponde a sua finalidade principal, a inferência, compreendida como uma forma de dedução lógica, cujo objetivo é extrair as consequências e descobrir os efeitos das mensagens. Trata-se da passagem da descrição à interpretação, pois no entendimento da autora não basta apenas descrever os conteúdos, mas saber o que eles podem ensinar ou dizer depois de tratados e relacionados a outras coisas (BARDIN: 2009, 40).

A análise de conteúdo possibilitaria, então, a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção dos textos<sup>11</sup>, comunicações e mensagens, podendo recorrer, nesse processo, a indicadores quantitativos e/ou qualitativos. Nesse sentido, as variáveis inferidas dizem das condições de produção ou recepção dos textos e do campo de suas determinações, que podem ser de natureza sociológica, psicológica, política, histórica, etc.

Em sua abordagem, Bardin sugere que, ao contrário das análises de conteúdo clássicas, cuja orientação privilegiava as descrições numéricas das características do *corpus* do texto, as análises de conteúdo atuais, orientadas por uma hermenêutica controlada, se voltam para os tipos, qualidades e distinções no texto antes de qualquer quantificação. Assim, as análises de conteúdo atuais se configurariam muito mais como mediação entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa (BARDIN: 2009,42-43).

Após essa breve incursão em algumas considerações de Bardin acerca das técnicas de análise de conteúdo, cabe agora principiar com a interpretação de Demo (2001) sobre a hermenêutica de profundidade em Thompson (1995). A síntese dessas reflexões se justifica, em razão de Thompson (1995), mediante um diálogo com a teoria crítica e a hermenêutica contemporânea<sup>12</sup>, também sugerir uma alternativa para a querela metodológica entre abordagens quantitativas e qualitativas na interpretação dos textos, falas, mensagens e comunicações.

---

11 Para Bardin, o termo condições de produção é suficientemente vago para permitir possibilidades de inferência muito variadas, desde aquelas relativas às condições psicológicas do indivíduo emissor até aquelas relativas ao contexto de produção da mensagem. Daí ela preferir uma denominação considerada mais neutra, aquela de variáveis inferidas. Cf. BARDIN, L. *Análise de conteúdo*, p. 42.

12 Thompson (1981; 1995) dialoga com vários hermeneutas contemporâneos, a exemplo de Gadamer e Ricoeur, além dos autores ligados à teoria crítica marxista, em virtude de sua proposta ter como objetivo uma análise crítica da ideologia, compreendida como discurso interessado em sustentar relações de dominação. Para Demo, o fato de a ideologia ser considerada um discurso conduz a uma exigência de análise: a capacidade de adentrar nas falas, captando não apenas seus sentidos manifestos, mas aqueles implícitos. Acerca das considerações de Demo sobre Thompson, ver aqui: DEMO, P. *Hermenêutica de profundidade, à la Thompson*. In: *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas; São Paulo: 2001, p.36.

### 3. A hermenêutica de profundidade em Thompson

Segundo Demo (2001: 36), a hermenêutica de profundidade em Thompson (1981; 1995), além de responder a uma exigência peculiar à análise crítica da ideologia, também pode ter utilidade na reconstrução da informação qualitativa nas pesquisas sobre os fenômenos sociais e as formas simbólicas. Este argumento se justifica por causa de a proposta de Thompson se ancorar em um referencial que coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma reconstrução simbólica significativa, que exige interpretação (THOMPSON apud DEMO: 2001, 36). Daí o papel central atribuído ao processo de interpretação, uma vez que o estudo das formas simbólicas é fundamental e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação (idem)<sup>13</sup>.

Demo (2001:36) sustenta também, que a pretensão de Thompson ao dialogar com a hermenêutica é reagir à tendência cientificista da pesquisa clássica de reduzir tudo a objeto de análise formal. Daí as críticas de Thompson ao modo como os fenômenos sociais e especialmente as formas simbólicas são tratados na pesquisa clássica: a sua redução a objetos naturais, passíveis de serem estudados tendencialmente por intermédio de métodos formais e objetivos, resultando na análise formal, estatística e objetiva (idem).

Nesse sentido, Thompson (1995) empreende uma crítica ao caráter parcial das análises apoiadas na pesquisa formal, estatística e objetiva, uma vez que para ele tal pesquisa não dá conta da complexidade dos fenômenos e das formas sociais e simbólicas em sua dimensão hermenêutica e qualitativa. No entanto, ele não incorre em uma posição extremista, de abandono daquelas formas de pesquisa, pois reenvia à tradição hermenêutica justamente para buscar uma solução mais ampla, visando

---

13 As formas simbólicas são definidas por Thompson como construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas. Ver, nesse sentido, THOMPSON, apud DEMO, P. *Hermenêutica de profundidade, à la Thompson*, p. 36.

superar a parcialidade no tratamento dos fenômenos sociais e das formas simbólicas. Nesse sentido, Thompson sustenta que:

(...) embora vários tipos de análise formal, estatística e objetiva sejam perfeitamente apropriados e mesmo até vitais de forma geral na análise social, e na análise das formas simbólicas em particular, esses tipos de análise se constituem, na melhor das hipóteses, num enfoque parcial ao estudo dos fenômenos sociais e das formas simbólicas. Eles são parciais porque, como nos lembra a tradição hermenêutica, muitos fenômenos sociais são formas simbólicas e formas simbólicas são construções significativas, que embora possam ser analisadas pormenorizadamente por métodos formais e objetivos, inevitavelmente apresentam problemas qualitativamente distintos de compreensão e interpretação. Os processos de compreensão e interpretação devem ser vistos, pois, não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que é ao mesmo tempo complementar e indispensável a eles. (THOMPSON apud DEMO: 2001, 37).

Com base nos argumentos sustentados por Thompson e destacados por Demo, pode-se inferir que a perspectiva metodológica da hermenêutica de profundidade não desconsidera e nem suprime, no processo investigativo, a análise formal e objetiva, uma vez que essa é considerada complementar à análise qualitativa das formas simbólicas. No entanto, convém destacar que a orientação adotada por Thompson articula hermenêutica e teoria crítica, pois a sua finalidade não é apenas uma descrição das formas simbólicas, mas uma interpretação/reinterpretação crítica.

Nesse sentido, Demo (2001: 38-44) esclarece os três momentos constitutivos do percurso metodológico proposto pela hermenêutica de profundidade “thompsoniana”. Em um primeiro momento, trata-se de realizar uma hermenêutica da vida cotidiana, de caráter etnográfico, cuja finalidade é inventariar e interpretar o que Thompson (1995) denomina

de doxa, ou seja: as opiniões, crenças, representações e formas de compreensão que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social (Apud DEMO: 2001, 38).

O momento etnográfico da pesquisa ou a hermenêutica da vida cotidiana traduz, nas palavras de Demo, a busca de se investigar os contextos em que são produzidas e interpretadas as formas simbólicas (2001: 38). Nesse sentido, Demo (2001: 39) não separa a interpretação da doxa proposta por Thompson de uma análise sócio-histórica, cuja finalidade é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, em seu sentido genético (Idem: 39). Esse momento primeiro da pesquisa se justifica em razão da tradição hermenêutica não separar a interpretação das formas simbólicas do contexto sócio-histórico e cultural ou do horizonte de sentido em que tais formas são criadas e recriadas.

Em seguida, num segundo momento, tem-se a análise formal ou discursiva<sup>14</sup>, cuja pretensão é adentrar na estrutura da complexidade dos objetos e expressões que circulam nos campos sociais, desvendando suas regularidades, códigos e algoritmos (DEMO: 2001, 39). Trata-se de apreender, na dinâmica constitutiva das formas simbólicas, os traços estruturais que se mostram abertos à formalização ou sua gramática generativa, observando naquela dinâmica, o que se mostra recorrente, repetitivo e regular (idem).

---

14 Thompson (1995) propõe três modalidades de análise formal ou discursiva: i) análise semiótica, que busca estudar as relações entre os elementos que compõem a forma simbólica ou o signo e as relações entre estes elementos e aqueles do sistema mais amplo, do qual o signo ou forma simbólica podem ser parte; ii) análise da conversação, que se detém nos processos de interação linguística nas situações concretas em que ocorrem, visando captar o modo como estão organizadas suas características sistemáticas e estruturais; iii) análise sintática, que se preocupa com a estruturação discursiva da fala comum, o modo como são feitas as frases e como se formula o pensamento; iv) análise narrativa, que visa apreender a estrutura do enredo da história, personagens, papéis; v) análise argumentativa, que busca captar os padrões de inferência, dedução e indução, que asseguram persuasão ou convencimento, voltando-se para a estrutura retórica do discurso. Cf. THOMPSON apud DEMO, P. *Hermenêutica de profundidade, à la Thompson*, pp. 40-41.

O último momento da pesquisa, considerado a sua finalidade principal, diz respeito à interpretação/reinterpretação. Trata-se de um momento dependente dos anteriores, mas qualitativamente diferenciado, por se configurar como um movimento novo no pensamento, o qual opera mediante a síntese, a construção criativa do significado ou explicação interpretativa do que está representado, ou do que é dito nas falas ou discursos (THOMPSON apud DEMO: 41). Tal interpretação está sujeita a um questionamento constante, na intenção de se reconstruir criticamente os significados para além da mera descrição, visando captar o não dito e os implícitos apreendidos nas falas ou discursos.

Demo, ao interpretar a hermenêutica de profundidade em Thompson e na intenção de torná-la mais operativa, propõe a distinção de alguns níveis de análise formal, a saber: i) nível das frequências dos componentes comunicativos, no sentido de ordenar o material orientando-se pela simples recorrência quantitativa; ii) indicação dos códigos mais recorrentes dos fenômenos, a fim de revelar as suas estruturas invariantes; iii) busca de estruturas profundas da comunicação humana, para além das superfícies numéricas; iv) levantamento dos modos de argumentar, no sentido de indicar as formas recorrentes de modular a expectativa de convencimento, envolvimento e adesão por parte de quem escuta; v) e por último a interpretação/reinterpretação, processo em que a qualidade do referencial teórico, a convergência e a clareza da hipótese de trabalho cumprem um papel fundamental (2001: 53-56).

Sintetizando esse referencial metodológico, Demo (2001: 58) propõe um quadro em que são subdivididas as operações preliminares da pesquisa e um roteiro de investigação. Nas operações preliminares, tem-se a definição de um referencial teórico e uma hipótese de trabalho, seguidas da definição e necessidade da informação quantitativa. No roteiro da investigação, destaca-se primeiramente a contextualização sócio-histórica, seguida de uma análise formal, com vistas a captar as frequências, os códigos, as estruturas profundas e os modos de argumentação. Por último,

tem-se a interpretação/reinterpretação, ancorada em uma *standpoint epistemology*<sup>15</sup>, no questionamento próprio<sup>16</sup> e na reinterpretção (Idem).

Com base na síntese das considerações de Demo acerca da hermenêutica de profundidade em Thompson e naquelas sugeridas por Bardin sobre a análise de conteúdo como uma hermenêutica controlada, talvez seja possível agora tecer algumas considerações provisórias sobre as soluções apresentadas por esses dois autores à querela metodológica quantitativo *versus* qualitativo.

## 4. Considerações finais

Após as considerações anteriormente realizadas sobre a hermenêutica controlada em Bardin e a hermenêutica de profundidade em Thompson, pode-se aqui inferir que ambos propõem uma solução válida para o estudo das formas simbólicas e para a querela metodológica quantitativo *versus* qualitativo. Tanto Bardin quanto Thompson enfatizam o caráter complementar entre as abordagens formais, objetivas e estatísticas e aquelas abordagens qualitativas.

No entanto, a hermenêutica de profundidade em Thompson, por fundamentar-se na articulação entre teoria crítica e hermenêutica contemporânea, parece oferecer uma contribuição mais fértil às pesquisas que visam não apenas uma compreensão dos significados ocultos nos

---

15 Para Demo, a *Standpoint Epistemology* diz respeito a uma análise culturalmente plantada, o que significa uma postura de entendimento do outro da maneira como esse outro gostaria de ser entendido. Daí aproximar-se de uma perspectiva antropológica, de mergulho em profundidade em outra cultura, na tentativa de ver o mundo como esse outro vê. O compromisso com certo nível de objetivação é aqui compreendido nestes termos. Corresponde, pois, ao momento etnográfico sugerido por Thompson ou a hermenêutica da vida cotidiana, cujo objetivo é uma interpretação da doxa. Ver aqui DEMO, P. *Hermenêutica de profundidade*, à la Thompson, p. 56.

16 O questionamento próprio é associado à perspectiva de se assumir a posição de intérprete autônomo, interpretando o fenômeno pesquisado em sentido desconstrutivo, para ir além das aparências e do dito, conforme sugere uma perspectiva crítica. Tal perspectiva é complementar à *standpoint epistemology*, pois se antes o foco era no ponto de vista do outro, agora é na posição do pesquisador como intérprete autônomo e crítico. Cf. DEMO, P. *Hermenêutica de profundidade*, à la Thompson, p. 56.

textos e demais formas simbólicas da cultura, mas uma interpretação crítica dessas formas culturais.

As técnicas de análise de conteúdo, embora trabalhadas na perspectiva mais ampla de uma hermenêutica controlada em Bardin, ainda se mostram, em certo sentido, prisioneiras aos cânones instituídos pela concepção de ciência hegemônica na modernidade. Daí o risco de se distanciarem tanto das intenções propostas pela tradição hermenêutica moderna e contemporânea, em suas críticas ao ideal de cientificidade moderno, quanto daquelas relativas à teoria crítica, em suas críticas ao positivismo tecnicista como expressão máxima daquele ideal.

Nesse sentido, buscou-se destacar aqui as contribuições de Demo (2001) no esclarecimento e detalhamento dos três momentos da trajetória metodológica de Thompson, em razão de se identificar, nessa trajetória, etapas significativas para um tratamento hermenêutico e crítico de textos, mensagens, falas e demais formas simbólicas da cultura.

O destaque na hermenêutica de profundidade em Thompson não desconsiderou, no entanto, a possibilidade de uso das técnicas de análise de conteúdo e de outras técnicas de análise formal, estatística ou objetiva. Apenas se pretendeu realçar aqui a amplitude da proposta teórico-metodológica de Thompson com base na leitura de Demo, por se compreender que tal proposta contribui para um estudo mais aprofundado das formas culturais, em virtude de algumas razões, que caberia por fim destacar: i) a valorização e a incorporação da abordagem antropológica (etnográfica) como uma hermenêutica da vida cotidiana, que é fundamental para a compreensão da *doxa*; ii) o fato de não se desconsiderar a análise formal e objetiva para chegar aos códigos recorrentes e às estruturas invariantes das formas culturais; iii) e por último, o não se abdicar da posição de pesquisador autônomo e crítico na interpretação/reinterpretação daquelas formas culturais.

## Referências

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Edição revista e atualizada. Trad. Port. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.
- DEMO, P. Hermenêutica de profundidade, à la Thompson. In: *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas; São Paulo: 2001, pp. 36-60.
- DILTHEY, W. O surgimento da hermenêutica [1900]. Trad. br. Eduardo Gross. In: Numem, *Revista de estudos e pesquisa da religião*, v. II, n.1. Juiz de Fora: UFJF, 1999, pp. 11-32.
- GADAMER, H-G. *Hermenêutica em retrospectiva*. Trad. port. Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Verdade e método I*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MATTERLART, A. e NEVEU, E. *Introdução aos Estudos Culturais* [2003]. Trad. br. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Trad. br. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990.
- VATTIMO, G. *Para além da interpretação: o significado da hermenêutica para a filosofia*. Trad. br. Raquel Paiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- WILLIAMS, R. *Cultura*. Trad.br. Lólio Lourenço de Oliveira. 2a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

## CAPÍTULO 3

# Controvérsias paradigmáticas nas Ciências Sociais

*Maria do Socorro Ferreira Osterne*

### 1. Introdução

O campo científico, mesmo a despeito de sua natureza metódica, é perpassado por conflitos e contradições. Historicamente falando, não foram poucas as tentativas de uniformização de procedimentos para penetrar a essência do social como pré-requisito à atribuição do seu estatuto de ciência. De fato, são inúmeros os questionamentos em torno da cientificidade e muito já se falou sobre a crise dos paradigmas no âmbito das ciências sociais. Na verdade, parece que as ciências sociais sempre estiveram às voltas com acirradas polêmicas em torno de seus paradigmas. Seriam, portanto, as controvérsias paradigmáticas algo inerente à própria natureza dessa área do conhecimento?

A rigor, a discussão específica sobre os paradigmas, em sua gênese mais atual, não emergiu no marco das Ciências Sociais, mas no seio da Física, com fortes rebatimentos na elaboração da chamada Nova Filosofia da Ciência.

Foi no interior dessa elaboração que, em 1962, Thomas Kuhn, na sua famosa monografia *A estrutura das revoluções científicas*, definiu o paradigma como uma “constelação que compreende globalmente leis, teorias, aplicações e instrumentos” e que possibilita “um modelo que engendra uma tradição particular de investigação científica”. Em outras palavras, Kuhn identificou como paradigma o conjunto de soluções de um problema que, usadas como modelos de exemplos, podem substituir regras

explícitas como base para a solução dos enigmas objetos da “ciência normal”<sup>1</sup> (NETTO; 1992, 8).

Importa destacar que, Kuhn restringe sua análise às ciências que ele próprio caracteriza como “paradigmáticas”, ou seja, aquelas que dispõem de um paradigma compartilhado pela dita comunidade científica e, para ele, as ciências referidas ao social são “pré-paradigmáticas”. Nessa linha de raciocínio, percebe-se que a própria noção de paradigma é problemática quando se trata das Ciências Sociais.

Para Netto (1992), é mais pertinente tratar o debate na área do social numa abordagem que o apreenda mais como polêmica inerente aos conhecimentos referidos à sociedade do que como influxo da controvérsia na Física. No âmbito dessa análise, considera que o embate no interior das Ciências Sociais passa por duas vias diferenciadas: a primeira seria o questionamento do paradigma positivista; a segunda o questionamento da racionalidade na crise da modernidade.

O paradigma positivista há muito tempo vem sendo alvo de vetores críticos. Seus questionamentos datam de, pelo menos, um século. A mais importante dessas críticas é, sem dúvida, aquela situada na tradição marxista, embora possam também ser encontradas na sociologia compreensiva de Weber, na fenomenologia de Husserl, enfim, nas derivações do historicismo alemão.

Posteriormente emergiu o questionamento da racionalidade na crise da modernidade. O princípio é que há uma crise de cultura e de civilização – vinculada ao fracasso das promessas da modernidade, compreendida como o grande projeto histórico, social e cultural que, embutido no Iluminismo, relacionava a racionalidade do controle sobre a natureza com a emancipação e a liberação dos homens. (NETTO, 1992, 12).

A defesa da razão, da racionalidade como instrumento de controle e exploração da natureza para garantir um produtivismo que possibilitaria a liberação e a autonomia dos indivíduos, tornou-se uma decepção.

---

1 A ciência normal seria constituída pelas atividades de pesquisa e investigação que operam tendo como referência básica um paradigma científico legitimado por uma comunidade científica.

A promessa, na realidade, não aconteceu, ao contrário, as pessoas foram cada vez mais submetidas a uma progressiva heteronomia, ou seja, a novas formas de opressão e de sujeição, com base na razão (instrumental).

O desenvolvimento da ordem capitalista, em seu estágio monopolista, conduziu à chamada pós-modernidade que, por sua vez,

constitui-se basicamente na ausência de determinações ontológicas: já não há o real, há discursos sobre o real; já não há mais totalidade da vida social, há fragmentos, recortes, instantes; já não existe mais uma imagem do real, existe um conjunto de imagens do real. (Idem. Ibidem).

Em síntese, o que se passou a questionar foram os paradigmas de racionalidade que se afirmaram no processo da modernidade.

É previsível, portanto, que os modelos de análise tenham assumido versões contemporâneas peculiares em face das determinações históricas e da própria evolução do pensamento no interior das diferentes matrizes analíticas.

Feitas essas observações de ordem mais geral é hora de perguntar: o que está se destacando como novo na forma de pensar as realidades sociais?

De fato, desde as últimas décadas do século XX, as Ciências Sociais vêm ampliando os limites de seus questionamentos, suas fontes de reflexão e seus meios de pesquisa. Para Martins e colaboradores (2005), essa área do conhecimento transformou-se e se enriqueceu diante da multiplicidade de inovadoras e diversas formas de expressão e reflexão na produção científica. Para esses autores:

Posturas conceituais e epistemológicas renovadoras e criativas dissolvem dicotomias obsoletas, demarcações seguras e duradouras. Revelam ou sugerem um grande elenco de temas possíveis e problemas que haviam sido ocultados nos cuidados próprios dos formalismos acadêmicos. (p. 12).

Acrescentam que as Ciências Sociais têm uma tradição de interdisciplinaridade e que, sobretudo agora, abrem-se com mais vigor para as

trocas entre as disciplinas, aos diálogos teóricos, à expansão da tradição crítica na produção teórica e na troca de conhecimento com a sociedade, para além das fronteiras estritamente acadêmicas. Sugerem que se vive hoje uma nova era nas Ciências Sociais, marcada pelo questionamento das certezas e por uma visível busca de reformulações, alargamentos, rupturas conceituais e teóricas, questionamentos dos meios de pesquisa, de técnicas e de método. Reconhecem que, no Brasil, já aparece uma significativa criatividade nas instituições acadêmicas, assim como uma consciência da necessidade de revisão crítica e criativa do diálogo com a sociedade, com os movimentos sociais, enfim, com os chamados novos sujeitos. Ainda para Martins, Ecker e Novaes (2005),

as novidades sociais, os novos relacionamentos, as novas modalidades de ação, as novas necessidades sociais, surgidos com as rupturas relacionadas com o regime militar, levaram a novas institucionalizações, enrijecimentos, preocupantes certezas “definitivas”, multiplicação de contradições e desafios para a sociedade e, portanto, também para as ciências sociais. (p.13)

Não é, pois, ao acaso que se tenha observado uma ênfase destacada nas expressões da experiência e, em especial, nos atores sociais. Coloca-se hoje em evidência a relevância dos significados e das ações, a busca da construção dos significados, a valorização do estudo dos discursos, da linguagem, em suma, o sentido das palavras.

Observa-se, portanto, uma grande virada para a análise dos processos de simbolização e representação, que é o campo da cultura propriamente dito. Já é possível perceber um visível crescimento dos estudos literários ou culturais, da teoria crítica, que terminam por evidenciar a literatura, a filosofia, as artes e as humanidades de uma maneira geral. Do mesmo modo, também se constata ênfase nas análises dos processos de subjetivação e da construção da subjetividade, além da valorização da vida cotidiana como dimensão das conquistas fundamentais do gênero humano. Tudo isso tem influenciado o crescimento do interesse pela

fenomenologia e pela hermenêutica, abordagens já tradicionalmente dedicadas aos estudos destas questões.

Nessa busca de compreender o novo, nota-se o reconhecimento de grande parte dos pesquisadores em Ciências Sociais sobre a impossibilidade de o pesquisador fechar-se em um único paradigma e a necessidade da comunicação, da interconexão entre os paradigmas como perspectiva teórico-metodológica de explicação da realidade.

Essa exigência de intercomunicação, nas análises, pode aparecer de diferentes formas, a saber: na síntese entre micro e macroabordagens teóricas; na relação entre estrutura e sujeito; na demanda de interligação entre processos estruturais e práticas sociais e, ainda, quando os pesquisadores destacam a relação entre enfoque de estrutura e enfoques culturalistas.

Tudo isso é possível desde que haja abertura teórica e flexibilidade de análise para ser o mais fiel possível ao dado da realidade, ou seja, estar aberto para incorporar as dimensões criativas da realidade social, para acolhê-la em suas manifestações essenciais e não tentar vesti-la com a camisa de força do dogmatismo. É pertinente antecipar o reconhecimento de que toda realidade é sempre muito mais rica do que a sua possibilidade de explicação como posteriormente se dará ênfase nesta reflexão. Para que o pesquisador possa estar aberto para incorporar as dimensões criativas da realidade social, tendo como perspectiva teórico-metodológica a comunicação e a interconexão entre os paradigmas, precisará estar sempre muito bem preparado, atento e atualizado no tocante aos processos de conhecimento e dos seus resultados. Do contrário poderá não saber reconhecer os limites entre a necessária abertura teórica e o ecletismo. Se o ecletismo pode estar presente, por exemplo, na composição de uma revisão de literatura que antecede a busca do estado da arte de um tema, por outro lado, provocaria efeitos nefastos no momento da adoção de um marco teórico referencial.

Enfatizar a necessidade de o pesquisador estar bem preparado remete a pensar na exigência constante do alargamento do seu senso crítico.

Para não aceitar é preciso conhecer. O indivíduo portador de senso crítico é aquele que consegue adotar um espírito continuamente indagador; convence-se de que é sempre possível dar um passo para trás; recua para questionar os fundamentos, a veracidade e a logicidade das informações, enfim, exercita sua capacidade de analisar e discutir problemas de forma inteligente e racional. Só assim poderá preparar-se para acolher as dimensões criativas da realidade.

Neste ponto é oportuno também destacar que não há como ficar apenas nos “significados”, pois, o horizonte da transformação pressupõe romper com as estruturas. É claro que o simbólico e as representações sociais, têm grande importância na reprodução das estruturas. E é exatamente por isso que se torna necessário mergulhar mais fundo para entender como o simbólico e as representações sociais produzem e são reproduzidos pelas estruturas econômicas, políticas, pela família, pelo parentesco, pela sociedade, enfim. As palavras são muito importantes para entendermos como as coisas se reproduzem. Seu conhecimento constitui-se pré-requisito para podermos lutar por transformações.

Assim, parece ser perfeitamente factível a possibilidade de diálogo do marxismo com outros paradigmas contemporâneos, com as versões culturalistas e com as abordagens do cotidiano. Afinal de contas, o marxismo, para manter coerência com a sua própria base dialética, precisa estar posto como uma perspectiva teórica aberta. Por outro lado, é sempre oportuno enfatizar a necessidade de que os fundamentos de fonte marxista sejam analisados por meio de estudos conscientes e profundos por parte dos pesquisadores. Somente assim será possível enxergar, tanto os limites do marxismo como suas possibilidades atuais, uma vez referência analítica de significativa importância no seio das Ciências Sociais. Para Löwy (1985),

nessa consideração radical da historicidade, da transitoriedade de todos os fenômenos sociais, o próprio marxismo tem que aplicar a si próprio esse princípio, tem que considerar a si mesmo em sua transitoriedade. (p. 15).

A exigência de uma postura aberta e crítica; não cair na tentação do dogmatismo; buscar o diálogo entre as teorias evitando o ecletismo; a possibilidade da interlocução do marxismo com outros paradigmas contemporâneos, como os de cunho culturalista; a interconexão entre macro e microabordagens; entre abordagens estruturais e intersubjetivas no enfoque de comportamentos concretos, simples e “insignificante”, da cotidianidade, da existência do sentido, enfim, a busca da relação entre estrutura e sujeito para explicar a realidade social já eram tendências destacadas desde a década de 1990. Essas questões continuam fecundas no momento atual, diferenciadas, contudo, pela terceirização e o sucateamento de parte do ensino superior público, pela má qualidade das bibliotecas, pelos poucos recursos para a pesquisa e pelo empobrecimento dos docentes e discentes que se fragilizam no sentido de levar a efeito uma vida acadêmica de qualidade.

Além do mais, percebe-se que a pesquisa, principalmente em sua dimensão epistemológica e metodológica, não vem, efetivamente, passando todo o processo de formação dos profissionais em nível das graduações. Localiza-se em determinadas disciplinas e ainda é uma prática assumida por poucos grupos como atividade de iniciação acadêmica. Observa-se, também, que muitas pesquisas terminam sendo reafirmações de coisas já ditas, não acrescentando novas informações às experiências.

Da Matta (1978), como articulista do livro *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa*, fala ainda do problema do “divórcio” entre o pesquisador e a realidade:

[...] o divórcio entre o pesquisador e a tribo, a classe social, o mito, o grupo, o ritual, o bairro, as pessoas, o sistema de relações sociais, o modo de produção, o sistema político e tantos outros domínios da realidade a ser conhecida. (p. 24).

Esse divórcio, na concepção do autor, não diz respeito somente à “ignorância” do estudante. Ao contrário, pode até estar relacionado ao excesso de conhecimento. Um conhecimento, porém, teórico, universal e mediatizado, não pelo concreto e principalmente pelo específico, mas

pelo abstrato e pelo não vivenciado. Mediatizado pelos livros, ensaios e artigos, enfim, pelos outros. Os alunos sentem enormes dificuldades de construir análises originais dos seus dados.

Essa discussão de cunho mais filosófico, epistemológico e metodológico da pesquisa, no interior do processo de formação profissional, continua sendo um desafio, essencialmente pertinente ao momento atual e pressupõe o exame dos chamados paradigmas de análise da realidade social nesse início do século XXI.

Uma realidade desafiante que, ao lado de problemas mais remotos relacionados à ainda ampliada reprodução da miséria e da fome; a manutenção da opressão de classe, raça/etnia e gênero; as dificuldades no trato com a saúde e a educação e o mau uso da política, passa a conviver com problemas mais recentes tais como a destruição do meio ambiente e a degradação das condições de vida; a violência em todas as suas formas de manifestação; os particularismos e os individualismos; as hostilidades étnicas; as discriminações; os preconceitos; o uso e o tráfico de drogas; o crime organizado e tantas outras situações que expressam novos desafios colocam novas temáticas e apontam para novas tendências de análise.

Sabe-se que, para a pesquisa, o movimento da realidade social e suas demandas e as perspectivas teórico-metodológicas encarregadas de reconstruir essa realidade são dimensões fundamentais à sua finalidade.

Nunca se pode esquecer que a teoria não pode ser outra coisa senão a (re)construção, em nível do pensamento, do próprio movimento da realidade. Daí a ideia de que toda e qualquer teoria, por maior que tenha sido o rigor do método, será sempre muito mais limitada do que a realidade em si. Em outras palavras, qualquer conhecimento é aproximado e construído, ou seja, o conhecimento pressupõe um método de raciocínio, nunca uma verdade.

Para Ladrière (1977), quando se quer chegar a um conhecimento verdadeiro da realidade social é preciso captá-la em sua própria produção, isto é, na ação. É imperativo considerar a ação nela mesma, no seu processo de efetuação, não em seu efeito. Ora, os efeitos são passíveis de observação. A ação em si não o é. Porém, ela pode ser compreendida a

partir dela mesma. Deduz-se dessas considerações que algumas ciências, como, por exemplo, as ciências da natureza, podem ser explicadas; outras, como é o caso das Ciências Sociais, só podem ser compreendidas.

Os dilemas entre as condições de possibilidade do uso do esquema da explicação, que, por sua vez, utiliza a linguagem do sistema e do uso do esquema da compreensão que utiliza a linguagem do sentido, são inúmeros. Nesse sentido, Ladrière (idem), indaga, problematizando, se a opção por tratar os fatos sociais “como coisa”, através das regras formais, não seria rejeitar o que é da ordem das significações, das intencionalidades, das finalidades e dos valores inerentes à face interna da ação. Por outro lado, pergunta se ao acolher o caminho da “compreensão” não se estaria arriscando a uma perspectiva essencialmente subjetiva. O autor sai do impasse, sugerindo que o essencial não é encontrar efetivamente um acordo a respeito de qual é o conteúdo determinado do conhecimento, tampouco fundar um método universalizante.

Para si, a cientificidade representa uma ideia reguladora, não um modelo determinado e constituído de uma vez por todas. Sua opinião é que se torna impossível definir uma metodologia das ciências humanas tendo como diretriz uma ideia de cientificidade já construída. Acrescenta que: “Na realidade histórica de seu devir, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia, elaboração de uma norma” (idem. p.11). Se a epistemologia é possível, continua argumentando, se deve ao fato de que a ciência já funciona e, no funcionamento que lhe é endógeno, certa ideia reguladora já se manifestou parcialmente.

Dessa reflexão infere que a epistemologia deverá dirigir sua atenção, não para os resultados, não para a ciência já construída, mas para os procedimentos, ou seja, para o devir. Em síntese, para tudo aquilo que faz da atividade investigativa uma tarefa categoricamente prospectiva.

Percebe-se, então, que o mais importante nessa ordem de lógica é compreender, com precisão, de que forma a pesquisa pode ser criadora, como pode fazer aparecer não somente novos resultados, mas novos métodos para que a ideia de cientificidade possa assumir, progressivamente,

contornos mais precisos, controlar a si mesma e se tornar mais eficaz para adaptar-se de forma cada vez mais estreita a seu objeto.

Neste ponto, é oportuno lembrar o “paradigma da simplicidade” referido por Morin (2010), para se contrapor ao método cartesiano e enaltecer a presença do outro, a humildade, a abertura, o rigor e a tolerância, a provisoriade do conhecimento e a emergência do incerto e do aleatório na vida das pessoas, e também Martins (2000), em sua defesa da sociabilidade do homem simples, quando diz:

É nos limites, nos extremos da realidade social que a indagação do cientista se torna fecunda. A explicação sociológica é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. É nessas situações de protagonismo oculto e mutilado dos simples, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos. O relevante está também no ínfimo, na vida cotidiana fragmentária e aparentemente sem sentido. (2000, contracapa)

É, portanto, partindo da construção do objeto que se conseguirá captar o aspecto dinâmico do procedimento científico. Essa construção, contudo, é uma operação contínua. Nunca poderá ser considerada conclusiva, uma vez que, a partir do instante em que se consegue descolar o objeto da situação problemática na qual se encontrava, ele, logo, logo, suscitará, em seu próprio movimento, novos problemas.

Com o testemunho da história, sabe-se que sempre existiu uma forte preocupação do homem com o conhecimento da realidade. Por intermédio dos mitos, das religiões e das filosofias muito se tem produzido sobre o significado do mundo, da vida. Minayo (1994) lembra que a poesia e a arte continuam desvendando lógicas do consciente coletivo, do cotidiano e do destino humano. Enfatiza que a ciência é apenas uma dessas formas de buscar o conhecimento, “não exclusiva, não conclusiva, não definitiva”, embora hegemônica na sociedade ocidental (p. 10). Para Ladrière (1977):

A ciência não é simplesmente o prolongamento da visão espontânea do mundo, ou uma formulação um pouco sofisticada do que se oferece à percepção. Ela só consegue fazer com que captemos aspectos inéditos da realidade na medida em que começa por substituir o campo perceptivo por um domínio de objetos que ela constrói por seus próprios meios. (p. 19).

Assim, a unidade da ciência será sempre problemática, pois ela constituiu-se muito mais como um campo de heterogeneidade entre disciplinas que se articulam, entre saberes que se encontram alimentados por interações conceituais. Não é uma nem totaliza todo o conhecimento possível. Insere-se num devir constante e contínuo. Em decorrência, é possível concluir que **não existe um método científico**. No máximo o que se tem é uma noção de método científico. Ou seja, procedimentos metodológicos que permitem penetrar a essência dos fenômenos naturais, humanos e sociais por intermédio da experimentação. A rigor, o conhecimento científico só fará jus a este nome se for elaborado segundo as regras da metodologia científica, regras essas que jamais deverão submeter-se a práticas redutíveis e protocolares, como muito bem enfatizam Bourdieu e colaboradores (1968):

A prática científica não é, decididamente, redutível a uma sequência de operações, de procedimentos necessários e imutáveis, de protocolos codificados. Tal concepção, que converte a metodologia numa tecnologia, repousa sobre a visão rigorista e “burocrática” do design fixado no início da pesquisa e de uma vez por todas, concretizando-se, no que W. H. White chama de “mania de projeto”. Ao contrário, parece que a complexidade das problemáticas em ciências sociais exige interpenetrações e voltas constantes entre os pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico da pesquisa. (In BRUYNE e colaboradores, p. 3).

Enfatiza-se, então, que não existe **um** método científico. Seria, reconhecidamente, impossível para qualquer texto listar a totalidade dos

métodos utilizados nas ciências, até porque o aprendizado dos métodos que interessarão ao pesquisador acompanhará sua especialização num determinado campo de conhecimento. O objeto de estudo de cada ciência terminará por determinar quais métodos específicos devem ser utilizados.

O campo dos problemas que constituem objeto de curiosidade das Ciências Sociais, por exemplo, é por demais vasto para ser absorvido ou reduzido a uma única disciplina. Trata-se, no dizer de Bruyne e colaboradores (1977), de um campo pluridisciplinar, onde cada disciplina, seja a sociologia, a economia, a antropologia, a psicologia etc., pinça um aspecto particular desse espaço para estabelecer com ele uma relação de conhecimento.

Sendo assim, pode-se considerar que as Ciências Sociais, antes e agora, continuam na condição de constituir-se possibilidade de conhecimento científico, como enfatiza Minayo (1994). Pensando dessa maneira, a autora, sob a forma de questionamentos, põe em destaque alguns dos dilemas inerentes à cientificidade das Ciências Sociais, dentre os quais: como os pesquisadores podem garantir a objetivação dos resultados de seus estudos sendo eles próprios agentes da realidade pesquisada? A busca da objetivação, própria das ciências da natureza, não descaracterizaria o essencial dos fenômenos e processos sociais, cujos sentidos são dados pela subjetividade? Que método geral poderia ser proposto para explorar uma realidade tão marcada pela especificidade e pela diferenciação? Enfim, como garantir a possibilidade de um consenso fundado num compartilhamento de princípios e não de procedimentos?

Difícil não observar que existe hoje, categoricamente, uma ideia de devir na noção de cientificidade. Sendo assim, seria muito complicado enfrentar a experiência das Ciências Sociais com a norma de uma cientificidade anteriormente constituída. Lembra, contudo, Minayo (1994) “A pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais preciosos” (p. 13).

Importa, portanto, comentar sobre a historicidade do objeto das Ciências Sociais. As sociedades humanas vivem em espaços determinados

que expressam formação social e configuração específicas. E, no dizer de Cury (1985), “cada realidade no seu devir é limitada por outra, e assim a totalidade é sempre aberta a novas determinações. Nesse movimento, cada elemento contém os anteriores e se abre a novas determinações” (p. 30). Dessa forma, as marcas da provisoriedade, do dinamismo e da especificidade estão presentes em qualquer questão social com fortes reflexos sobre a sua possibilidade de explicação.

Outra noção significativa no interior da teoria do conhecimento é a da relação do sujeito (aquele que observa e conhece o fenômeno), por muitos considerado polo ativo do conhecimento, com o objeto (aquilo que é observado e conhecido), por alguns entendido como o polo passivo do ato de conhecer. Hoje já existe uma profunda compreensão da existência de uma nítida identidade entre sujeito e objeto em todo e qualquer ato de investigação. Sujeito e objeto se determinam mútua e incessantemente. Esta compreensão é muito importante para a concretização do desejo da objetivação. A visão de mundo do pesquisador e de seu campo de estudo está presente em todo o processo do conhecimento desde a escolha e concepção do objeto, passando pelos resultados do trabalho e sua aplicação.

Na verdade, o sujeito do conhecimento não constrói seu objeto isolando-se ou fazendo interrogações a si mesmo. Ele, como já referido anteriormente, o (re)constrói em nível do pensamento, formulando indagações sobre a realidade à qual ele próprio pertence em um determinado tempo e espaço definido. Além do mais, não é apenas o pesquisador que empresta sentido à sua produção intelectual, mas todas as pessoas envolvidas, os grupos e as sociedades.

Outra evidência é que todo conhecimento se vincula a necessidades reais. Todo problema científico será sempre, antes, um problema da vida prática, vincula-se a necessidades reais, faz parte da vida. Toda investigação, portanto, inicia com um problema que, por sua vez, articula-se a conhecimentos anteriores. Cai, assim, por terra, qualquer pretensão de um conhecimento puro. Sobre esse aspecto se pronuncia Limoeiro (1982):

[...] o conhecimento puro – fruto de uma pura extração de verdades prontas e já contidas como tal na realidade, ou de uma pura construção lógica inteiramente contida no plano teórico – é uma ilusão, ilusão que só é possível pela abstração de momentos da produção de um conhecimento, desconhecendo a sua trajetória e os estímulos, impulsos e resistências ligados a ela. (p. 10).

O vínculo com a prática, necessariamente, perpassa todo o curso do conhecimento, seja como produto seja como processo. A saber, tanto na condição de teoria, quanto na condição de método. Admitida a historicidade e a teoricidade do sujeito e do objeto, numa empreitada investigativa, não há como almejar que o conhecimento consiga produzir, em nível teórico, uma completa e definitiva representação do objeto investigado.

Neste caso, pode-se deduzir que todo conhecimento, por mais rigorosos que sejam seus mecanismos de controle, exatidão e transparência, mesmo assim é incompleto e parcial, põe em dúvida a objetividade.

Toda resposta científica dependerá da fase de desenvolvimento do seu objeto, assim como do nível de desenvolvimento teórico alcançado até então. O pesquisador, por sua vez, partirá da problemática do seu tempo, da realidade em que se encontra. Assim, a seleção do objeto, os objetivos da investigação, os recursos disponíveis, a maior ou menor ênfase na atividade científica, definem prioridades postas pelas próprias relações sociais em cada momento histórico. Todo conhecimento é, portanto, ideológico, comprometido, veicula intenções e visões de mundo historicamente constituídas mesmo que seus resultados e contribuições ultrapassem os interesses de seu desenvolvimento.

Por outro lado, o conhecimento científico estará sempre aberto a novas contribuições. O resultado de uma pesquisa, operacionalizada com o rigor do método, consegue dar conta da realidade, porém não de toda realidade. O mais importante será dar conta do que seja mais essencial nesta realidade. Essa busca é o que se convencionou chamar objetivação, ou seja, o rigor no manuseio do instrumental teórico e técnico para se

penetrar mais fundo na essência do real, uma vez que a especificidade das Ciências Sociais não lhes permite a objetividade.

Para Minayo (1994),

As Ciências Sociais possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. (p. 15).

Finalmente, importa enfatizar que o conhecimento científico só se concretiza com o recurso das regras da metodologia científica. A metodologia é a própria lógica dos procedimentos científicos. Ela ajuda a explicar os produtos e também o próprio processo da investigação. Em sua composição, os métodos desempenham papel preponderante. As diversas abordagens científicas revelam igualmente a diversidade de métodos. Contudo, alguns deles, por serem bastante gerais, influenciam mais fortemente a lógica de abordagem dos pesquisadores, são eles os métodos: dialético, fenomenológico, hipotético-dedutivo e o método da quantificação.

Têm-se, também, os quadros de referência das macroteorias que ajudam no movimento da conceituação. São eles, principalmente, os quadros positivista (neopositivista); compreensivo; funcionalista; estruturalista e marxista. Por último, é preciso destacar a dimensão que controla a coleta de dados e informações, que é a dimensão técnica da pesquisa. Dela depende, em grande parte, o sucesso do encontro com os fatos empíricos.

Para finalizar, põe-se em relevo uma reflexão de K. Popper (p. 57):

Penso que a ciência parte de problemas (mais do que de informações, ou mesmo de teorias, embora se possa admitir que o background do problema contenha teorias e mitos)... Assim, aprendemos a compreender um problema tentando resolvê-lo e fracassando.

Como se nota, os desafios são imensos quando alguém se propõe a buscar explicações para a dinâmica social. Estes desafios, porém, não são intransponíveis. É preciso preparo para acolher a surpresa. Isso significa que a teoria deverá assumir sua tensão entre o que está posto em forma de abstração ampla da realidade social e o que está reposto com base naquilo que a dinâmica do real põe para ser pensado. Afinal de conta, concordando com Shakespeare: “Há mais coisas no mundo que em toda a nossa vã filosofia”.

## Referências

- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. Ed. Tradução de Ruth Joffily, prefácio de Jean Ladrière. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- BOURDIEU, P, CHAMBOREDON J.C e PASSERON J. C. *Le métier de Sociologue*. Paris: Mouton - Bordas, 1968.
- CARDOSO, Míriam Limoeiro. Prefácio. In: SILVA, Maria de Guadalupe. *Ideologia e Serviço Social: reconceitualização latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez, 1985.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de Etnólogo, ou como ter “antropological blues”. In: *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso, e métodos na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. 7. ed. Tradução de António Correia. Coimbra-Portugal: Armênio Amado - Editor, Sucessor, 1980.
- LADRIÈRE, Jean. Prefácio. In: BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
- LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARTIN, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza, ECKERT Carmélia e NOVAES Sylvania Caiuby. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 2. Ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- MINAYO, Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 2. Ed. São Paulo- Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1993.
- NETTO, José Paulo. A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. In: *Cadernos ABESS* nº 5. São Paulo: Cortez, 1992.
- POPPER, K. In: BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
- SILVA, Maria de Guadalupe. *Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1982.

## CAPÍTULO 4

# A prática da análise de discurso na investigação social

*Helena Lúcia Augusto Chaves*

### 1. Ser e não ser: eis aí o discurso

A análise de discurso é um recurso investigativo de importância crucial na atual complexidade que caracteriza a linguagem e seus processos culturais. Isto porque possibilita considerar aspectos da realidade a ser investigada que nem sempre possuem formas próprias de expressão, sendo de difícil apreensão e interpretação. Portanto, a utilização de uma metodologia adequada para coleta da análise desses dados que compõem o real torna-se uma necessidade. Elucidar essas questões na prática investigativa é uma das potencialidades da análise de discurso que remonta ao pensamento acadêmico clássico, mas constitui-se com um arcabouço teórico e metodológico a partir dos anos 50 do século XX.

Nesse contexto, que pode ser caracterizado pela denominação de **virada linguística**<sup>1</sup>, o discurso passa a significar uma prática social diferente da escrita, da fala e da língua, embora se materialize na escrita, na fala, na língua, na imagem, no gesto, na ação, na música, dentre outros. Dessa forma, todo discurso é uma construção social e por isso só pode ser analisado considerando o contexto histórico e social, no qual foi produzido. Ou seja, é na sua historicidade que o discurso se imbui de sentido e se concretiza como discurso.

---

1 “Virada linguística” ou “giro linguístico”, em inglês “linguistic turn”, constitui-se em um marco na história da filosofia do século XX, a partir do qual a linguagem passa a ser considerada um objeto de investigação filosófica. Essa expressão, segundo Donald Davidson (1917–2003), filósofo estadunidense, denomina um novo paradigma quanto ao modo de se fazer filosofia.

A produção de sentido constitui a materialidade do discurso, cujas condições de produção e reconhecimento definem os dois polos do sistema produtivo de sentido. Este, por sua vez se completa no processo de circulação. Esse processo indica as diversas formas que pode tomar o discurso dependendo do que se queira atingir como produção significativa. Portanto, na relação entre a produção do discurso e os efeitos por ele produzidos, que constituem o processo de reconhecimento, encontra-se um processo de circulação eivado de sentidos.

O discurso também reflete uma visão de mundo determinada. Essa visão de mundo é, necessariamente, vinculada a dos seus autores e à sociedade em que vivem. Isto porque o discurso é ação do sujeito sobre o mundo e, portanto, indica um posicionamento. Essa posição assumida no processo interlocutório seleciona sentidos, ou os exclui. Dessa forma, o uso da linguagem realiza-se em modos particulares. A linguagem é usada em diferentes situações sociais e define os modos de estruturação das áreas de conhecimento e da prática social. Já a linguística é diálogo falado em contraste com textos escritos; refere-se a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. O discurso, no entanto, é uma instância da linguagem entre a língua e a fala. Ou seja, o discurso articula o nível linguístico e o extralinguístico.

O **ser** e o **não ser** caracterizam o discurso, na medida em que o universo abordado no discurso, incluindo seu sentido e sua materialidade, implica em interlocução interativa contextualizada e, nesse sentido, a potencialidade analítica, interpretativa e investigativa da análise de discurso no trato de problemas de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais e Humanas é inquestionável.

Portanto, nessa introdução ao debate sobre análise de discurso e sobre a prática da análise de discurso na investigação social, o tratamento do tema em questão foi iniciado pela referência ao termo discurso e a sua respectiva produção de sentido, dando ênfase ao potencial da análise de discurso na investigação social. Em seguida, foi desenvolvida uma reflexão sobre o assunto no pensamento acadêmico, destacando quatro autores considerados clássicos na composição dessa abordagem. Também

foi considerado importante focar as origens, conceitos e elementos da análise de discurso. E, por fim, a título de exemplo, foi incluída uma explicação do processo metodológico utilizado na pesquisa, que resultou na minha tese de doutoramento, publicada pela Editora Universitária da UFPE com o título *Globalização, Ideologia e Discurso: uma análise sobre a dimensão ideológica do processo de globalização*, na qual a análise de discurso constitui-se o procedimento metodológico escolhido para analisar a ideologia, que perpassa a evolução conceitual do termo globalização, identificada em matérias jornalísticas, publicadas pelo jornal Folha de São Paulo, no transcurso de dez anos.

## **2. O discurso através dos tempos no pensamento acadêmico**

Dos pensadores clássicos que se tornaram referência para abordagem sobre o discurso e para a análise de discurso serão destacados quatro autores, iniciando pelo pensamento do autor que introduz o tema na perspectiva acadêmica. Saussure (1857-1913) foi o precursor da linguística enquanto ciência. Seu pensamento desencadeou o surgimento do estruturalismo e estimulou muitos dos questionamentos da linguística do século XX. Desse pensamento surge a concepção dicotômica entre sincronia e diacronia<sup>2</sup>; língua e fala; significante e significado; paradigma e sintagma. A denominação de dicotomias para esses quatro pares de conceitos ocorre por serem definidos um em relação ao outro, e por não serem compreendidos da maneira como foram concebidos se estudados isoladamente. A primeira das dicotomias saussurianas projeta o estudo da língua e suas variações histórico-temporais através da linguística diacrônica, enquanto a linguística sincrônica estuda a língua em um certo momento, sem importar sua evolução temporal. Ao contrário da diacronia, a sincronia se preocupa com a língua isolada do seu processo de

---

2 Sincronia advém dos termos gregos *syn* (juntamente) e *chrónos* (tempo) conferindo-lhe o significado de “ao mesmo tempo”, enquanto diacronia é composta pelo termo *dia* (através) e *chrónos* (tempo), significando “através do tempo”.

mudanças históricas. Na segunda dicotomia, a oposição dos dois conceitos se deve ao aspecto da construção coletiva atribuída à língua em contraposição à propriedade individual atribuída à fala. A língua é definida como sistemática, enquanto a fala como assistemática. Uma vez constituída como um sistema, abre-se um conjunto de possibilidades analíticas para o estudo da língua. A importância desse conceito é o fato de que Saussure, através dele, estabelece o objeto de estudo da linguística, ao afirmar que esta deve se preocupar apenas com a língua. A partir daí, exclui-se a fala do campo dos estudos linguísticos. A dicotomia significado/significante redefine a língua e a emancipa, pois antes a língua era vista como um catálogo de nomenclaturas entre “palavras” e “coisas”, passando a ter uma relação que a localiza entre “imagens acústicas” e “conceitos”. Ou seja, o significante do signo linguístico<sup>3</sup> é uma cadeia de sons (“imagem acústica”) e consiste no plano da forma. Já o significado é o conceito e reside no plano do conteúdo. Significante e significado, juntos, formam um signo, cujo estudo denominou-se “semiologia”. Na quarta dicotomia, o sintagma é definido por Saussure como “a combinação de formas mínimas numa unidade linguística superior”, e surge a partir da linearidade do signo, ou seja, ele exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo, pois um termo só passa a ter valor a partir do momento em que ele se contrasta com outro elemento. Já o paradigma é, como o próprio autor define, um “banco de reservas” da língua, fazendo com que suas unidades se oponham, pois uma exclui a outra. Na interpretação de Barthes (1996: 63), “o sintagma é uma combinação de signos, que tem por suporte a extensão”; na linguagem articulada, essa extensão é irreversível (é a “cadeia falada”), enquanto paradigma é uma associação de unidades que, tendo algo em comum, possibilita o estabelecimento de relações. Os sintagmas são os elementos usados numa composição (explícitos, reais), enquanto o paradigma é um conjunto de referência destes objetos (são implícitos, imaginários). Ou seja, paradigma é o banco de dados de escolhas a partir do qual a narrativa é construída, o sintagma é a narrativa.

---

3 O signo linguístico constitui-se numa combinação de significante e significado, como se fossem dois lados de uma mesma moeda.

Outra abordagem destacada nesse debate é o pensamento de Wittgenstein<sup>4</sup> (1889-1951). Para esse autor, na obra *Investigações Filosóficas*, iniciada em 1936, a linguagem funciona em seus usos. Assim, há que se indagar sobre suas funções práticas e não sobre os significados das palavras. A “significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a significação de um nome elucida-se muitas vezes apontando para o seu portador” (1991: 28). Já as funções práticas da linguagem são múltiplas e variadas. A linguagem é considerada pelo autor como um conjunto de “jogos de linguagem”. Esta expressão define “uma linguagem primitiva”; “os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada”; ou “o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada” (1991: 12). Portanto, não há uma única função comum das expressões da linguagem, nem algo que possa ser considerado como o jogo de linguagem. Ou seja, a linguagem, para o autor, não pode ser considerada, a partir de uma única estrutura lógica e formal, visto que uma proposição constitui-se de pequenos segmentos, que são diferentes, múltiplos e parcelados. Dessa forma, o todo da linguagem não pode estar contido em uma proposição. Por isso é que cada segmento de uma proposição constitui-se em um “jogo de linguagem”, a partir das semelhanças existentes entre eles. “Os jogos de linguagem figuram muito mais como objetos de comparação, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem”. (1991: 57). O pensamento de Wittgenstein é considerado como de fundamental importância no contexto do que se denominou de **virada linguística**, que consiste na construção de campos de investigação da realidade social,

---

4 O conjunto da obra de Wittgenstein, segundo os intérpretes, está dividido em duas fases bem distintas. A primeira corresponde ao *Tractatus Lógico-Philosophicus* e a segunda se refere às *Investigações Filosóficas* e demais obras. A principal diferença entre o pensamento do autor nessas duas fases consiste em que na primeira fase sua obra caracterizava-se por uma perspectiva logicista, que foi considerada pelo autor como incapaz de elucidar todos os problemas da linguagem, pois resultava de uma maneira “supersticiosa” de abordagem. Na segunda fase, a linguagem, para o autor, engendra ela mesma superstições, das quais é preciso desfazer-se. Nesse sentido, a tarefa primordial da filosofia é neutralizar os efeitos enfeitadores da linguagem sobre o pensamento. Para o autor, somente substituindo a atitude metafísica pela atitude prática é que se pode desvendar como a linguagem funciona.

baseados em estudos sobre a linguagem, como elemento componente da formação social.

O estudo da linguagem interessou também autores identificados com a teoria crítica e constituiu-se tema de discussão na Escola de Frankfurt, através da abordagem de Benjamin (1892-1940). Segundo esse autor, não há nada no mundo que não participe de algum modo da língua, por isso a linguagem tem uma significação decisiva no seu pensamento. Para ele, a realidade se expressa, por um lado, na língua, naquilo que se pode dizer sobre o real; por outro lado, o real só existe na medida em que se pode conhecê-lo e se consegue dizê-lo. A teoria da linguagem desenvolvida por Benjamin é marcada por uma dimensão teológica ao afirmar que existe a linguagem das coisas que é divina e a linguagem dos homens que a complementa e é capaz de dar nomes às coisas. Esse poder nomeador, em dado momento, constitui-se na função comunicativa. Posteriormente, ao analisar a ascensão da burguesia ao poder e a organização da sociedade capitalista, Benjamin passou a examinar características históricas, dedicando-se à reflexão das diferenças internas que apareciam no campo da comunicação.

Em perspectiva diferente da de Benjamin, a linguagem para Bakhtin (1895-1975) está sempre sendo criada, porque é um fato social que se funda nas necessidades de comunicação. Dessa forma, a linguagem tem uma existência dinâmica, transforma-se continuamente, e os falantes desempenham um papel essencial nesse processo de criação permanente. Para ele, as pressões ideológicas conservadoras provocam distorções na linguagem, mas acredita na possibilidade de mobilização democrática e de ação emancipatória por parte das massas. Também acredita que a palavra é o signo ideológico por excelência. Nesse sentido, realiza estudos que destacam os palavrões como elemento da cultura popular, inserindo-os no âmbito da linguagem. Os palavrões são reconhecidos e apreciados por ele como contribuições à “criação de uma atmosfera de liberdade” (BAKHTIN, 1986: 31). O riso é destacado como uma potencialidade da cultura popular, desempenhando papel decisivo ao evitar que as expressões

ideológicas sérias sejam sedimentadas e não haja espaço para contestação. Para ele, o riso nunca se deixa absorver inteiramente pelo discurso “oficial”. Nos estudos de Bakhtin, é possível perceber que a dimensão do discurso extrapola os limites da escrita e da fala, podendo se fixar em outros aspectos do processo de comunicação. Nesse sentido, o enunciado é objeto da linguagem, composto pela matéria linguística (parte verbal) e pelo contexto da enunciação (parte não verbal). A enunciação é destacada enquanto realidade da linguagem. Por isso é que, para o autor, a situação de enunciação é componente necessário para compreender e explicar a estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal. A intersubjetividade humana se realiza através de cada ato de enunciação. Nesse sentido, o processo de interação verbal passa a constituir uma realidade fundamental da língua. Dessa forma, a produção do discurso acontece na história, por meio da linguagem, que é uma das instâncias por onde a ideologia se materializa.

### **3. Análise de discurso: origens, conceitos e elementos**

Partindo de críticas ao positivismo e à ciência social tradicional, a análise de discurso surge como consequência e manifestação da “virada linguística”. É proposta a partir da filosofia materialista e possui base epistemológica diversa de outras metodologias. O objeto da análise do discurso é o discurso. Há uma variedade de enfoques, de tradições teóricas e de tratamentos. Também existem muitos estilos diferentes de análise. A análise de discurso é uma prática originada no campo da linguística, da linguagem e da comunicação. É especializada em analisar construções ideológicas presentes em uma estrutura comunicacional ou texto. É muito utilizada para analisar textos da mídia e as ideologias que os engendram. Aplica-se a diferentes disciplinas, campos e estudos (sociologia, mídia, tecnologia, psicologia, política). Defende a importância do discurso na vida social. A análise dos discursos interessa-se, principalmente,

pela colocação do sentido no espaço-tempo. Focaliza os efeitos sociais do discurso.

Na teoria da produção social dos sentidos, os **discursos sociais** podem ser analisados a partir de três aspectos de sua constituição, denominados produção, reconhecimento e circulação. A **Produção** e o **Reconhecimento** são os dois polos do sistema produtivo de sentido. A **Circulação** coloca-se entre a Produção e o Reconhecimento e pode tomar formas muito diversas dependendo do tipo de produção significante visada. O ponto de partida da análise ou a reconstituição do processo de produção a partir do “produto” consiste em passar do texto (inerte) à dinâmica de sua produção.

O analista de discursos pode interessar-se pelas condições de produção de um discurso, pelos seus efeitos (reconhecimento), ou pelo processo de circulação (produção e reconhecimento). A noção de “discurso” não designa apenas a matéria linguística, mas qualquer conjunto significante, considerado como lugar de investimento de sentido. Discurso é diferente de Língua, que é diferente de Texto. O termo **Discurso** refere-se à abordagem dos fenômenos de sentido. **Texto** é uma expressão equivalente a um “conjunto significante”. **Análise discursiva** implica postulados para abordagem do texto. As características principais do analista e da análise de discurso são: Postura crítica em relação ao conhecimento imposto sem discussão; Reconhecimento de que a compreensão do mundo é histórica e culturalmente específica e relativa; Convicção de que o conhecimento é socialmente construído; Compreensão de que o mundo é determinado pelos processos sociais e não pela natureza do mundo em si mesmo; Vinculação entre construção social e ações/práticas.

Na análise de discurso, **Texto** e **Contexto** constituem o objeto de análise. O Texto é o objeto empírico de análise do discurso e é entendido como o produto da atividade discursiva. Nesse sentido, não se refere apenas a material escrito. Visto que é a construção sobre a qual se debruça o analista para buscar, em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. A designação da nomenclatura (texto) só é aceita se o receptor da mensagem conseguir decifrá-la.

O Contexto é a situação histórico-social de um texto, que envolve instituições humanas e outros textos. É a **moldura de um texto**, ou o enquadramento situacional e circunstancial de ocorrência dos fatos. Envolve elementos tanto da realidade do autor quanto do receptor. A análise destes elementos ajuda a determinar o sentido. Na interpretação de um texto, deve ser considerado o autor, sua identidade social e histórica. O discurso compartilha da identidade do autor. Por isso, uma mesma frase muda de sentido em diferentes contextos interpretativos. A frase “Meu relógio está atrasado” pode significar um pedido de desculpa quando se chega atrasado a uma reunião. A mesma frase quando dita ao vendedor ou ao lojista, que vendeu o produto, pode referir-se a uma reclamação.

As dificuldades da contextualização mais comuns consistem em estabelecer uma relação dialética entre as características de um texto e a sociedade, ou seja, a continência de um pelo outro é uma relação contraditória. Outra dificuldade é entender que os discursos (esfera da superestrutura) não sofrem apenas os determinantes econômicos (esfera da infraestrutura), mas também culturais, sexuais, etários, etc. A passagem da análise semiológica para a interpretação semântica também se constitui como dificuldade pelo fato de não ser imediata. Ou seja, não basta demarcar e classificar as palavras para imediatamente interpretar seus significados. É preciso considerar o máximo possível de variáveis presentes no contexto.

A **Ordem de Discursos** é um conjunto ou série de tipos de discursos, definido socialmente (FOUCAULT, 2002) ou temporalmente (FAIRCLOUGH, 2001), a partir de uma origem comum. São os discursos produzidos num mesmo contexto de uma instituição ou comunidade, para circulação interna ou externa e que interagem não apenas entre eles, mas também com textos de outras ordens discursivas (intertextualidade). A Ordem do Discurso contextualiza os discursos como elementos relacionados em redes sociais e determinados socialmente por regras e rituais, bem como modificáveis na medida em que lidam permanentemente com outros textos que chegam ao **emissor** e o influenciam na produção de seus próprios discursos.

O **Universo de Concorrências**, também denominado mercado simbólico, é o espaço de interação discursiva no qual discursos de diferentes emissores se dirigem ao mesmo público **receptor**. A concorrência ocorre quando cada um destes discursos tenta “ganhar” o receptor, “anulando” os demais ou desarticulando seus argumentos ou credibilidade em seu próprio favor. O modo de interpelar o receptor definirá as características do discurso (posicionamento competitivo) e determinará seu êxito ou insucesso.

Na teoria do **Discurso Estético**, também chamado discurso das imagens, a imagem é um texto. A percepção estética identifica valores ideológicos inculcados e identificáveis por meio de suas marcas de enunciação e interpelação. Ou seja, é possível analisar linhas de formas, texturas, cores, nas imagens produzidas por uma sociedade, uma instituição ou um período, e a partir destas marcas encontrar formas de interpelação (posicionamento e poder) e valorizações de determinados conceitos que são fundamentalmente ideológicos.

Diante desses postulados, o primeiro ponto a ser considerado na prática da análise de discurso é a forma de questionamento, na qual as perguntas são diferentes das convencionais. Enquanto a pergunta convencional indaga “Por que tal fato acontece?”, a pergunta para a análise de discurso é “**Como tal fato acontece?**”. Partindo de indagação que possibilita acompanhar o movimento relacional entre os elementos a serem analisados, a segunda etapa é fazer uma transcrição detalhada (literal) do discurso a ser analisado, exceto para textos de domínio público. A leitura cética do material a ser analisado é o terceiro passo do processo analítico, seguido pela codificação e por último pela análise.

A análise discursiva apresenta alguns postulados que possibilitam uma melhor compreensão do processo analítico. Um dos postulados da maior importância e que se constitui como fundamental é a identificação de traços na superfície do discurso a ser analisado. Esses traços não se reduzem à soma das propriedades das unidades-enunciados que compõem o discurso, mas refere-se a características marcantes do discurso. A identificação de uma mesma marca na sequência operatória pode ser

o traço definido na posição da sequência. Nesse sentido, o discurso tem uma espessura espaço-temporal que lhe é própria. Ou seja, um discurso nada mais é do que uma colocação de sentido no espaço-tempo. Em alguns suportes (discurso escrito da mídia de massa, por exemplo), a colocação no espaço é tão importante quanto a colocação em sequência. A análise discursiva trabalha sobre os desvios intertextuais, interessa-se essencialmente por diferenças entre discursos. Dessa forma, a abordagem comparativa é o princípio de base da análise dos discursos.

A **Operação Metodológica** constitui-se de etapas sequenciadas, cuja primeira consiste em constituir um determinado *corpus* de discurso. Em seguida, é necessário distinguir o próprio *corpus* de todos os outros elementos, que devem ser considerados na análise. Esses elementos são chamados de **extradiscursivos** e constituem as condições tanto da produção quanto do reconhecimento. Também variam de acordo com o tipo de pesquisa e com a natureza da produção significativa enfocada. Os elementos extradiscursivos referem-se às dimensões fundamentais (econômica, política e social) do funcionamento da sociedade dentro da qual os discursos foram produzidos e tratam da problemática do ideológico e do poder. O passo seguinte consiste em descrever operações. Identificar as marcas da superfície textual é fundamental no tratamento analítico do *corpus*. As marcas podem ser interpretadas como os traços de operações discursivas subjacentes (condições de produção de discurso, marco de leituras possíveis, marco dos efeitos de sentido desse discurso).

Uma operação compõe-se por três elementos: um operador, um operando e a relação entre ambos. A primeira condição da descrição de operação é a identificação de um operador na superfície. Uma marca situada num ponto determinado de uma superfície textual pode estar associada a várias operações ao mesmo tempo. O operando pode estar ausente do texto que se analisa, pode ser identificado como marca em outro texto; ou estar na ordem do imaginário social. Uma mesma marca situada num ponto determinado de uma superfície textual pode funcionar, simultaneamente, como operador de uma operação e como operando de

uma outra. Um título, por exemplo, pode ser operando em relação a um subtítulo que o precede e operador em relação ao texto que segue.

Na análise de discursos, os termos que compõem as relações podem ser de qualquer nível de complexidade. Um termo de uma relação pode, em outro nível de análise, ser uma relação. Uma mesma classe de operações pode ser assumida por marcas diferentes na superfície. Um mesmo tipo de marca, em contextos discursivos diferentes, pode assumir operações diferentes. Na análise dos discursos sociais compostos por várias matérias significantes (discurso escrito e imagem, por exemplo), um operador pode ser investido numa marca não linguística. Um texto pode ser submetido a uma pluralidade de leituras. Portanto, é necessário buscar os desvios interdiscursivos.

A noção de **Desvio** designa o próprio princípio de estruturação interna de um *corpus* de textos. A comparação entre tipos de textos é indissociável da regra de base do método. Um *corpus* é constituído por grupos de textos. Cada um desses grupos deve ser homogêneo do ponto de vista das condições extratextuais (seja na produção, seja no reconhecimento). No que diz respeito às dimensões de análise, os textos devem ser equivalentes. Um desvio sistemático deve manifestar-se entre os grupos, tornando visíveis os traços de suas condições diferenciais de produção ou de reconhecimento. É o que toda pesquisa sobre um *corpus* deve verificar. Toda análise dos discursos é, em última instância, uma análise de diferenças, de desvios interdiscursivos.

A **Interdiscursividade** é outro destaque importante no processo analítico, pois a estruturação dos discursos é sempre um fenômeno interdiscursivo. Ou seja, os discursos sociais são sempre produzidos (e recebidos) dentro de uma rede extremamente complexa de intermediações. Dessa forma, a noção de relações interdiscursivas é essencial em todos os níveis do funcionamento do sistema produtivo do sentido. A interdiscursividade é também uma das condições fundamentais de funcionamento dos discursos sociais e, portanto, justifica a estratégia metodológica.

Vale ressaltar que as etapas descritas do processo analítico não se configuram como um mecanismo fechado e definido *a priori*. Ou seja, cada

processo de pesquisa deve construir o caminho metodológico que possibilita o maior aproveitamento dos dados, baseando-se nos postulados que constituem os procedimentos metodológicos da análise de discurso.

#### **4. A Análise de discurso na prática investigativa: um exemplo de pesquisa desenvolvida e de potencial analítico decorrente**

A pesquisa desenvolvida referente à tese de doutorado, que será tratada neste exemplo de abordagem investigativa utilizando a Análise de Discurso, foi detalhada na obra *Globalização, Ideologia e Discurso: uma análise sobre a dimensão ideológica do processo de globalização* de minha autoria, publicada pela Editora da UFPE. Este estudo buscou identificar, em discursos da imprensa escrita, no período de dez anos, compreendido entre 1995 do século XX e 2004 do século XXI, elementos que configurem a ideologia no processo de globalização.

Em se tratando de estudo que realiza tal investigação, através da materialidade de discursos da imprensa escrita, considereei adequada a escolha do período compreendido entre a segunda metade dos anos 90 do século XX e a primeira metade dos anos 2000 do século XXI, ou seja, de 1995 a 2004, pelos seguintes motivos: os anos 90 são indicativos da consolidação do processo de globalização no mundo; a transição de um século para outro é um elemento importante de comparação entre os cinco últimos anos da década de 90 e os cinco primeiros dos anos 2000; a discussão de novos paradigmas para o enfrentamento das questões do novo século é uma tônica nos debates sobre questões contemporâneas; o caráter de transitoriedade constitutivo da atualidade; e o estudo de fenômeno em formação exigiu a definição de um período mais extenso a ser considerado na coleta de dados.

Os discursos da imprensa escrita para compor o material empírico foram escolhidos pelo fato de ser este um dos campos de maior riqueza discursiva na abordagem da questão da ideologia. A delimitação do

período estudado abrangeu o transcurso de dez anos para permitir a verificação da construção conceitual do termo globalização no discurso estudado. O jornal escolhido como fonte de coleta de dados foi a Folha de São Paulo por ser um dos mais importantes veículos de comunicação em circulação nacional. Também é relevante ressaltar que esse jornal foi escolhido por conter textos assinados por teóricos contemporâneos, bem como por pessoas influentes na formação de opinião pública, o que foi considerado de fundamental importância, visto tratar-se de abordagem, que, de forma instrumental, utiliza a construção do conceito de globalização na imprensa escrita. Nesta análise, não foi feita uma abordagem sobre a mídia, mas sobre o termo globalização na imprensa escrita, ou seja, como o termo globalização passa a ser apreendido e repassado para a opinião pública, através da veiculação do discurso impresso, no jornal e período acima especificados.

Para a composição de tal análise, a utilização dos principais campos conceituais de definição da globalização foi fundamental. Ou seja, foi realizada uma categorização para estudo e compreensão da globalização, baseada na identificação dos principais enfoques conceituais do termo, como globalização tecnológica; globalização política; globalização econômica; globalização cultural e globalização social. O esboço desta questão foi fundamental para construir o argumento de que a ideologia é uma dimensão da prática social que se apresenta de forma transversal, podendo ser identificada em qualquer um dos aspectos conceituais do processo de globalização.

O ponto de partida para investigação e análise nesse estudo constituiu-se do pressuposto de que a ideologia na globalização se configura pelo determinismo em que se pauta esse processo, definido como algo autônomo, irrefutável, capaz de engendrar a história, sendo este o motivo pelo qual a globalização aparece como inevitável.

A característica da inevitabilidade constituiu-se em marca a ser identificada no discurso analisado e tornou-se um indicativo da dimensão ideológica do processo de globalização, podendo ser verificada em qualquer um dos aspectos conceituais do termo. Por isso, foi considerado

pertinente utilizar a análise de discursos<sup>5</sup> como estratégia teórico-metodológica do processo de investigação e análise.

O material empírico que constituiu o *corpus* da pesquisa foi extraído do arquivo eletrônico de textos do jornal Folha de São Paulo<sup>6</sup>, composto por textos integrais das edições impressas, acessível via Internet, referente ao período acima especificado.

Na pesquisa enfocada, a primeira seleção de matérias foi feita através da utilização da ferramenta de busca por palavra, disponível no arquivo eletrônico de textos do referido jornal. A busca da palavra globalização resultou na coleta de 8.227 matérias jornalísticas, que foram lidas<sup>7</sup> e classificadas em um dos cinco enfoques conceituais da globalização, definidos no estudo. A classificação das matérias em cada enfoque conceitual do discurso-objeto foi feita a partir da análise do “fragmento discursivo” considerado. A unidade, ou o fragmento discursivo considerado na composição do *corpus* foi a matéria inteira. Esta foi a primeira etapa do processo de investigação e análise, a qual permitiu verificar a viabilidade de tratamento empírico do tema da globalização em suas diversas perspectivas de análise conceitual, bem como selecionar as matérias jornalísticas para a investigação e análise mais aprofundada.

A escolha do material a ser destacado na análise constituiu a segunda etapa do processo de pesquisa e realizou-se mediante a identificação de argumentos divergentes, o que permitiu a realização de um comparativo entre os discursos, uma vez que “a abordagem comparativa é o princípio de base da análise dos discursos” (VERÓN, 2004: 62). O método de constituição deste *corpus* foi baseado na identificação de “desvios

---

5 O termo análise de discursos é utilizado por Verón (2004) para demarcar o campo da semiótica e diferenciar sua abordagem da análise do discurso conhecida como AD, que se inscreve no campo da linguística. Utilizei a denominação dada por Verón, visto que, baseada nessa abordagem, esbocei a metodologia de análise para esse estudo.

6 Esse veículo de comunicação foi escolhido pelo fato de manter como autores, em suas diversas editorias, teóricos renomados e personalidades influentes não só do Brasil, mas do mundo. Esse fator é importante nessa abordagem que se refere ao debate teórico da globalização.

7 De acordo com Verón (2004: 70), o analista de discursos, por definição, sempre é colocado em posição de reconhecimento, pois ele faz leituras dos discursos.

interdiscursivos”, visto que “a estruturação dos discursos sempre é um fenômeno interdiscursivo” (idem, ibidem, p. 69) e do “efeito ideológico”, que “é, em contraposição, o do discurso absoluto: aquele discurso que se mostra como o único discurso possível acerca daquilo de que se fala.” (VERÓN, 1980:198). Neste procedimento, não foi observado nenhum critério quantitativo; no entanto, o material selecionado totalizou-se em uma amostra que correspondeu aproximadamente a 10% do quantitativo do universo da etapa anterior, ou seja, 806 unidades, organizadas ano a ano e classificadas em cinco arquivos, referentes a cada aspecto conceitual específico do termo globalização considerado no estudo.

A partir dessa seleção, para cada ano do período estudado foi organizado outro arquivo constando de uma seleção das unidades destacadas para a análise, as quais passaram por outro processo de classificação, organizado nos seguintes pontos de análise: definição de globalização; ideologia da globalização; e inevitabilidade da globalização. Este novo agrupamento de dados, que também não foi baseado em critérios quantitativos, totalizou 423 unidades, sendo 251 referentes aos anos estudados da década de 90 e 172 correspondentes aos anos 2000. O agrupamento deste material empírico constituiu a terceira etapa deste processo investigativo e permitiu um tratamento ao *corpus* da pesquisa, no sentido da construção do argumento da tese proposta. Nesta base de dados, foi realizado o quarto procedimento metodológico utilizado na seleção, organização e classificação do material empírico, referente à extração de trechos das matérias para compor a estrutura analítica dos dados. O resultado desta etapa foi estruturado na apresentação e análise dos extratos de cada matéria sobre definições da globalização e sobre ideologia e inevitabilidade da globalização.

A intenção desta análise foi a possibilidade de construção do argumento de que a característica da inevitabilidade é constitutiva da materialidade da ideologia no processo de globalização; de que as dimensões conceituais da globalização se entrecruzam na prática social; de que a ideologia se constitui de forma transversal em relação às práticas

sociais e de que a configuração da dimensão ideológica da globalização é passível de ser traçada.

Nessa operação de busca e tratamento do material empírico, os dados quantitativos foram sistematizados em forma de tabelas, nas quais foram apresentados os dados analisados em cada etapa sequencial do processo de investigação e análise, bem como o demonstrativo percentual destes dados. Com base nos números apresentados, foram feitas algumas considerações de esclarecimentos, observações e curiosidades, extraídas da análise numérica dos dados.

Na tabela 1, foi feita a classificação do total de matérias por ano em cada aspecto conceitual do termo globalização. A tabela 2 apresentou o resultado do quantitativo de matérias que foram destacadas para análise na segunda etapa da pesquisa, correspondendo, aproximadamente, a 10% do total de dados constantes do material empírico analisado. A tabela 3 mostrou a seleção de matérias destacadas por ano no item de análise definição de globalização, referente a cada aspecto conceitual do termo globalização. Na tabela 4, foi enfocada a seleção de matérias destacadas por ano no item de análise sobre ideologia da globalização, referente a cada aspecto conceitual do termo globalização. E, na tabela 5, foi apresentada a seleção de matérias destacadas por ano no item de análise inevitabilidade da globalização, referente a cada aspecto conceitual do termo globalização.

A análise dos dados numéricos constantes nas tabelas foi apresentada, visando destacar pontos importantes, que foram utilizados na compreensão da análise do discurso objeto, bem como explicitar descobertas do processo investigativo, extraídas da análise dos dados, que não poderiam ser feitas sem a apresentação do resultado de quantificação, o qual se tornou útil para demonstrar o trabalho de classificação e categorização do material empírico utilizado. A partir desse demonstrativo, o discurso da imprensa escrita sobre o tema da globalização foi tratado em outro nível da análise proposta.

Nesse nível de análise, algumas reflexões sobre a vinculação entre os temas da ideologia e da globalização foram feitas de forma instrumental,

a partir da utilização de comentários associados a fragmentos discursivos, inseridos na composição da análise. Estabelecer uma vinculação entre os temas implicados não era o objetivo da análise, mas tornou-se importante para ressaltar o nexu construído entre os temas no âmbito da investigação. A definição pela utilização desta estratégia visou apresentar de forma mais dinâmica a construção analítica proposta, bem como destacar, no próprio discurso objeto, argumentos para o raciocínio desenvolvido na investigação do problema de pesquisa.

Os extratos das matérias destacados em cada item de análise foram apresentados em ordem cronológica, comprovada pela data da publicação, constante dos dados de referência, inseridos logo após o trecho destacado. A ordem cronológica foi adotada para permitir a análise da construção do debate sobre a globalização na sequência em que estava se processando.

No tratamento das definições de globalização, constantes no material empírico, cada aspecto conceitual do termo globalização foi destacado em item separado. Foi feita também uma separação em subitens referentes ao período considerado na coleta de dados empíricos, o qual foi dividido em dois, ou seja, matérias referentes ao período de 1995 a 1999, e matérias referentes ao período de 2000 a 2004. A organização dos dados nesses dois períodos visou estabelecer um paralelo entre as principais questões tratadas nos últimos anos da década de 90 do século XX, e nos primeiros anos da década de 2000 do século XXI. O resultado desta análise foi apresentado em cada subitem especificado.

Os fragmentos discursivos referentes à ideologia e à inevitabilidade da globalização foram tratados, desvinculando-os dos respectivos aspectos conceituais, onde haviam sido inseridos. Este procedimento visou explicitar a interligação entre os aspectos conceituais estudados; projetar a discussão para além do limite de assuntos tratados em cada enfoque conceitual; verificar que o tema pode se constituir em discussão específica; e esboçar o contorno da ideologia no discurso da globalização.

Por fim, procurei revelar a dimensão ideológica da globalização no discurso analisado, destacando a discussão da inevitabilidade da

globalização presente nesse discurso. O enfoque de tal característica visou demonstrar a materialidade da ideologia no âmbito da análise proposta. A partir desse construto, algumas considerações foram esboçadas acerca da possibilidade de identificação da dimensão ideológica da globalização na prática discursiva analisada. Ou seja, a identificação da característica da inevitabilidade como marca do discurso da globalização possibilitou a construção da estratégia metodológica, composta pela articulação dos termos Globalização, Ideologia e Discurso em abordagem conceitual, cuja argumentação analítica, explicitada na análise de discurso, evidenciou a potencialidade analítica da questão da ideologia e a relevância da prática discursiva na composição dos processos sociais contemporâneos.

## 5. Conclusão

O processo da pesquisa na análise de discurso desenvolve-se numa sequência de passos, iniciados pela **questão de pesquisa**, a qual desencadeia todo o processo de investigação e análise. O passo seguinte é a **escolha do material a ser analisado**. É necessário realizar uma avaliação criteriosa do material para realizar a escolha mais adequada à investigação proposta. O terceiro passo é a **leitura interrogativa**, que possibilitará a descoberta dos sentidos do discurso. O quarto passo consiste na **codificação**. Esse procedimento é fundamental na análise e interpretação dos dados. O quinto passo é a **análise da regularidade e variabilidade dos dados**. A **análise da hipótese** é o sexto passo, seguido da **análise de desvios** e da **análise de coerência**, sétimo e oitavo procedimentos respectivamente. A **descrição**, incluindo a análise de casos desviantes; o entendimento dos participantes; a coerência e a avaliação dos leitores também é um procedimento necessário à produção do conhecimento através da análise de discurso e pode ser definido como etapa final do processo de investigação e análise utilizando essa forma de fazer pesquisa.

Portanto, a análise de discurso produz uma generalização empírica ampla, é representativa e produz dados que são fidedignos e válidos no

âmbito da produção de conhecimento, sendo este o *status* de uma análise. Além disso, contem um grande potencial reflexivo, tanto no âmbito teórico como da práxis social, configurando-se em importante mecanismo de compreensão de processos de composição do real e produção de conhecimento.

## Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARTHES, R. *Elementos da semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- BENJAMIN, W. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas: Unicamp, 2002.
- CHAVES, H. L. A. *Globalização, ideologia e discurso: uma análise sobre a dimensão ideológica do processo de globalização*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes: Unicamp, 1997.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 5. ed. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

## CAPÍTULO 5

# A importância do método histórico-dialético para o Serviço Social enquanto profissão e área de produção de conhecimento na contemporaneidade brasileira

*Josimeire de Omena Leite*

### 1. Introdução

O processo de consolidação de uma cultura crítica no interior do Serviço Social é permeado por grandes desafios, sobretudo num contexto sócio-histórico marcado pelo avanço do pensamento pós-moderno. Este se contrapõe ao pensamento fundado na ontologia, despreza a dimensão ontológica do real e advoga a ação profissional pautada pela racionalidade instrumental.

As densas e atuais produções teórico-intelectivas ancoradas no método dialético vêm advertindo os profissionais quanto ao perigo da disseminação, no conjunto da sociedade, das práticas inspiradas no neoliberalismo e sua cultura. No intuito de contribuir com mais uma reflexão, este artigo buscará responder à seguinte indagação: qual a importância do método histórico-dialético para o Serviço Social enquanto profissão e área de produção de conhecimento na contemporaneidade brasileira?

## 2. Do concreto sensível ao concreto pensado: aproximações marxianas à questão do método de pesquisa

Indubitavelmente, o grande legado de Marx para a humanidade é a orientação metodológica para a pesquisa de fenômenos humano-sociais. Encontra-se, no item 3 da *Introdução*<sup>1</sup>, a configuração original da sua proposta metodológica. Melhor dizendo, é no “prefácio” de 1859 (*Contribuição à crítica da economia política*) que Marx desenvolve uma forte crítica à concepção de método proposta pelos economistas clássicos. Esta, centrada no percurso metodológico concernente à produção do conhecimento do ser social, iniciava-se no âmbito da **objetividade** – o real – e findava no âmbito da **subjetividade**, restringindo-se, portanto, às formulações teórico-abstratas.

Ancorado no pensamento marxiano, Kosik observa que as correntes idealistas absolutizaram ora o sujeito, ora o objeto (1976). Já na proposta metodológica marxiana, o conhecimento tem início no real – no plano da objetividade –, recorrendo em seguida à teoria da abstração, que se localiza no nível da subjetividade, e finalmente retorna ao real – espaço da objetividade, correspondente à totalidade concreta. Esse percurso traçado por Marx demonstra que “a realidade social dos homens se cria como união dialética de sujeito e objeto” (idem, p. 20).

Sem dúvida, o método de Marx é o de aproximações sucessivas: o conhecimento submete-se a um contínuo processo de retificações/aproximações, visando à produção da explicação do fenômeno investigado. Em suas palavras,

[...] se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis

---

1 Refere-se à célebre obra de Karl Marx cujo título é *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*.

até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos de empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população – desta vez não com uma ideia caótica do todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações. (MARX, 1989, p. 229).

A fidelidade aos princípios da lógica que orienta “o método do abstrato ao concreto” ou “da aparência à essência, do concreto sensível ao concreto pensado” (MUNHOZ, 2006, p. 26), permitirá ao pesquisador o desvelamento da realidade<sup>2</sup>, entendida esta como a “unidade do fenômeno e da essência” (KOSIK, 1976, p. 12).

Em seus estudos, Kosik ressalta o esforço que o pesquisador deve empreender para descobrir a estrutura da realidade, sua essência:

[...] se quiser pesquisar a estrutura da coisa e quiser perscrutar “a coisa em si”, se apenas quer ter a possibilidade de descobrir a essência oculta ou a estrutura da realidade – o homem, já antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo suscetível de ser definido como a estrutura da coisa, a essência da coisa, a “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente. (1976, p. 12-3).

O supracitado autor traz uma profícua contribuição para o entendimento do que seja o fenômeno e a essência, e sua intrínseca relação. Para ele o fenômeno é aquilo que se manifesta primeiro, de imediato e com uma maior frequência, e o mundo dos fenômenos externos pertence ao mundo da pseudoconcreticidade<sup>3</sup>. Seus estudos revelam que compreender o fenômeno é atingir a essência que, por sua vez, seria inatingível sem a manifestação do próprio fenômeno (1976).

---

2 Ao referir-se ao método da ascensão do abstrato ao concreto, Kosik afirma que “o caminho entre a ‘caótica representação do todo’ e a ‘rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações’ coincide com a compreensão da realidade” (1976, p. 30).

3 Kosik explica que “no mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece” (1976, p. 12).

Ao tratar sobre a essência, Kosik assevera que a “estrutura da coisa”, “a coisa em si” , ao contrário do fenômeno, não se manifesta de forma imediata; ela se oculta, mas não de forma absoluta. Demonstra que o fenômeno não se diferencia radicalmente da essência, pois “os fenômenos se transformam em mundo fenomênico na relação com a essência”, melhor explicitando, ele se liga à essência através de uma íntima relação, podendo manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la (1976, p. 12).

Assim, Kosik conclui que o pensamento dialético efetua a destruição da pseudoconcreticidade para que a concreticidade seja atingida. Apesar de esse pensamento não negar a existência dos fenômenos, extingue a sua pretensa independência (1976); ele “[...] é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência” (p. 16).

A dialética<sup>4</sup> materialista, como método de explicitação científica da realidade humano-social (KOSIK, 1976), possibilita o desenvolvimento do processo investigativo tendo como norte a dinamicidade do real. Isso se dá porque “o conhecimento é sempre processo que envolve um esforço de reconstrução da realidade em nossa mente [...]. O método dialético é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações sucessivas, sem a pretensão de esgotar a complexidade e a dinamicidade do real” (BOURGUIGNON, 2006, p. 4).

Ainda segundo o supracitado autor, Marx sujeita o conhecimento à natureza do objeto que busca conhecer: o ser social historicamente situado na sociedade burguesa. No pensamento de Marx, encontra-se uma importante articulação entre teoria e metodologia, que resulta em orientações fundamentais para a compreensão da realidade e do contexto nos quais as relações sociais são produzidas (idem, p. 5).

Netto afirma que a teoria para Marx “[...] é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido

---

4 Para Kosik, a dialética “é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade” (1976, p. 32).

e interpretado no plano ideal (do pensamento)” (2009, p. 8). O autor acrescenta que o objetivo da pesquisa marxiana é conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa, pois elas “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” (idem, p. 21).

Ancorado nos escritos de Marx, Netto aduz que as categorias são ontológicas e reflexivas. Ontológicas porque pertencem à ordem do ser, existem na realidade, são objetivas. Através de procedimentos intelectivos (abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente, portanto, elas também são reflexivas, já que pertencem à ordem do pensamento. Assim, “tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias” (idem). O autor indica que, “no trabalho da razão, o sujeito deve ser fiel ao movimento do objeto, portanto, a categoria é reconstruída, recriada pela razão” (1990, p. 14).

O pensamento de Marx, ao demonstrar que existe uma conexão indissociável entre elaboração teórica e formulação metodológica, revela que é nessa conexão que se imbricam três categorias: a totalidade, a mediação e a contradição. É consensual para os estudiosos do método dialético que tais categorias são fundamentais para dar sustentação ao processo de reflexão sobre o real e a sua reprodução intelectual.

A totalidade<sup>5</sup> concreta é a categoria ontológica fundamental que representa o concreto, síntese de determinações. Netto esclarece:

Em Marx, a realidade social constitui uma totalidade concreta – um complexo de totalidades. A realidade social, o ser social, é uma totalidade constituída de totalidades [...] Essas totalidades não são amorfas, não são iguais, são diferentes: há totalidades de maior grau de complexidade e outras de menor grau. Toda totalidade inserida na

---

5 Kosik apresenta uma pertinente definição do significado de totalidade. Para o autor, esta significa “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (1976, p. 35).

totalidade concreta, que é a realidade, tem uma dupla articulação estrutural: ela é subordinada pelas totalidades mais complexas e é subordinante em face das totalidades menos complexas. (1990, p. 15).

Ao ressaltar a riqueza da concepção de que “a realidade não é algo simples, mas extremamente complexo: um complexo de complexos” (1990, p. 15), o supracitado autor ressalta a importância da categoria mediação, pois, tão só obtendo-se uma visão das mediações que operam no conjunto da sociedade, é possível o reconhecimento dessas totalidades parciais, com seus diferentes graus de complexidade. Em suas palavras,

[...] são as mediações que permitem a compreensão das relações diferenciadas entre essas totalidades. Sem as mediações teríamos uma totalidade amorfa, gelatinosa, sem diferenciação [...]. À medida que se vê a realidade imediatamente, sem mediações, está-se equalizando, não se está apanhando as suas especificidades. (1990, p. 16).

Nessa direção, Pontes afirma que a mediação “[...] é responsável pelas relações moventes que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre as estruturas sócio-históricas” (1995, p. 81). Ao afirmar que os complexos sociais são estruturas sócio-históricas reais que compõem o ser social, ele chama a atenção para o fato de que “as mediações, que permitem a apreensão do movimento do ser social na sua historicidade e legalidade imanentes, estão ocultas aos sujeitos cognoscentes: tanto a gênese histórica quanto sua estrutura social encontram-se submersas na facticidade” (2000, p. 41-42).

Quanto à categoria contradição, esta não deve ser entendida apenas como interpretativa da realidade, “[...] mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso de desenvolvimento da realidade” (CURY apud BOURGUIGNON, 2006, p. 8).

Netto, ao reportar-se à sociedade burguesa como sendo uma “totalidade dinâmica”, uma “totalidade concreta e articulada”, afirma que “[...] seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação” (2009, p. 27)<sup>6</sup>.

Pontes esclarece que “é a presença da negatividade (tensão entre as forças que lutam pela manutenção da ordem social e as forças que buscam desestruturá-la) no ser social que explica os processos históricos de mudança e transformação da sociedade” (2000, p. 40). Netto, ao observar que essa negatividade é imanente a todo processo social, detalha:

Todas as totalidades sociais, de maior ou menor intensidade, são campos de força [...] Nesse campo de forças há vetores contraditórios: são feixes de força que operam em sentidos diferentes. Dentre os sentidos possíveis, há dois que sempre são necessários: há feixes que operam no sentido de manter, de preservar, de conservar a estrutura dada de um determinado fenômeno, e há feixes que operam no sentido de desestruturar, de alterar essa estrutura dada. (1990, p. 18).

No processo de ultrapassagem da facticidade, torna-se fulcral uma compreensão desta, partindo dela para visões muito mais amplas e complexas do real: é passar do concreto sensível ao concreto pensado.

Munhoz afirma que, no caminho dessa passagem, “[...] verifica-se a necessidade do processo de mediação entre a universalidade da teoria e a singularidade com que os fenômenos se expressam no real” (2006, p. 7). Ancorada em Lukács, a autora ressalta que a imediatez do singular cobra do pesquisador “[...] um caminhar do pensamento no sentido de aproximações sucessivas a esse singular, para descobrir as mediações que levam deste à particularidade e à generalidade” (p. 13).

---

6 Essa assertiva de Netto comunga com o pensamento de Kosik (1976) ao afirmar que “a totalidade sem contradições é vazia e inerte; as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias” (p. 51).

A particularidade, por ser uma categoria ontológico-reflexiva, deve ser entendida como o espaço “[...] onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza” (PONTES, 2000, p. 46). Netto sintetiza:

O conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações<sup>7</sup> [...]. As determinações as mais simples estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade. (NETTO, 2009, p. 21).

Tão somente através da pesquisa, possibilitada pelo método, é que o pesquisador reproduz no plano ideal a essência do objeto investigado. Tal processo, segundo Netto (2009), implica um papel ativo do sujeito que realiza a pesquisa; este, dotado de imaginação e criatividade, deve ter a capacidade de pôr em movimento um acúmulo de conhecimentos, sempre numa postura de revisão e crítica.

Reportando-se ao Serviço Social, a breve análise que se segue demonstra como se deu historicamente o delineamento de uma cultura crítica no âmbito da profissão e da formação – fundada em uma vertente crítica inspirada na tradição marxista – e sua relação com o reconhecimento do Serviço Social como área de investigação e produção de conhecimento.

### **3. O reconhecimento do Serviço Social como uma área específica de pesquisa: breve histórico**

Até o final dos anos 1960, o Serviço Social, no Brasil, não conheceu a pesquisa como constituinte do perfil profissional, e só a partir de 1968, nos marcos das transformações societárias em que a autocracia burguesa

---

<sup>7</sup> Dussel afirma que, para Marx, a determinação é “um momento essencial constitutivo do objeto” (apud NETTO, 1990, p. 21).

implementa uma reforma universitária, é que se transmutam as condições da formação e do exercício profissional (NETTO, 2009).

Ancorada nos estudos do supracitado autor, realizados em 1991, Leite (2012) observa que

[...] a relativa homogeneidade presente na ação profissional, que perdurou até meados dos anos 1960, marcada pela ausência de uma significativa elaboração teórica e participação no cenário político, encontra um terreno infértil no processo de laicização do Serviço Social, que ganha expressão no contexto do desenvolvimento das relações capitalistas, no trâmite da chamada “modernização conservadora”. A análise salienta o fato de que a renovação do Serviço Social irá trazer ao novo cenário os elementos mais marcantes que são a introdução de um pluralismo teórico, ideológico e político no bojo da profissão – revelando a não homogeneidade de concepções e de práticas do Serviço Social. Contribuem para esse processo a interlocução com disciplinas das ciências sociais, intentando romper com a “subalternidade intelectual” e a formação de uma vanguarda dedicada à pesquisa e culmina com o gradativo reconhecimento do Serviço Social como área de investigação e produção de conhecimento (p. 3-4).

É consenso entre autores contemporâneos de tradição marxista, como Netto (2009) e Sposati (2007), que a profissão laiciza-se e integra-se no circuito acadêmico, onde, a partir dos anos 1970, com a estruturação dos cursos de pós-graduação na área de ciências sociais, a produção de conhecimentos na área de Serviço Social ganha um ritmo acelerado em face de um crescente estímulo à pesquisa nesse campo. Constata-se, assim, no Serviço Social, um considerável aumento da sua produção bibliográfica, nutrida pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado sob a exigência do componente da pesquisa inovadora.

Apesar da inserção tardia das atividades de pesquisa no campo profissional, fica visível que, a partir dos anos 70 do século passado,

[...] a pesquisa veio se consolidando nos espaços da formação pós-graduada e é hoje um elemento significativo do Serviço Social brasileiro, atestando a sua maioria intelectual e as suas condições para participar da interlocução com as ciências sociais. E, desde meados dos anos 1980, também as revisões curriculares foram concedendo destaque à pesquisa, de modo que também na graduação ela começou a ganhar destaque. (NETTO, 2009, p. 28).

Os estudos de Lara (2007) indicam que, a partir dos anos de 1980, a profissão se inseriu como interlocutora das demais áreas do conhecimento, começando a responder pela sua própria produção teórica. Isso conferiu maior destaque à pesquisa acadêmica, obtendo, inclusive, o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de pesquisa<sup>8</sup>. Houve também o reconhecimento institucional pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por outras agências de fomento, viabilizando o financiamento da pesquisa em Serviço Social e a inserção de pesquisadores do Serviço Social em seus quadros.

Vale lembrar que tal inserção tem suas raízes no movimento de reconceitualização do Serviço Social na América Latina, que a partir dos anos 60 do século XX, somado a uma conjuntura sócio-histórica marcada pela crise da ditadura militar e pela redemocratização da sociedade civil, criaram

[...] as bases para o processo de renovação crítica no interior do Serviço Social brasileiro que, na década de 1980, viabiliza o delineamento de uma cultura crítica fundada, segundo Netto (1999), numa vertente crítica inspirada na tradição marxista. Esse processo irá impulsionar uma ruptura profissional com o conservadorismo e o delineamento de um novo projeto ético-político do Serviço Social, agora comprometido com o projeto societário da classe trabalhadora. (LEITE, 2012, p. 5)<sup>9</sup>.

---

8 Sposati (2007) ressalta que a pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional dos assistentes sociais apenas em 1982.

9 Como observa Iamamoto (2009), o Serviço Social edificou um projeto profissional inovador e

No decorrer dos anos 80 e 90 do século passado, houve um significativo empenho em corroborar a base científico-profissional propagada através do processo de desconstrução e reconstrução crítica da profissão, edificando-se no aporte sócio-histórico da análise do real, difundido pelo currículo de formação da década de 80 (SPOSATI, 2007). A autora acrescenta que tal processo permeou a categoria através dos encontros, congressos, publicações pela academia, entre outros, e reconhece que “[...] foi efetivamente a construção da nova cultura crítica no âmbito da profissão e da formação profissional que tem o mérito desse fortalecimento da pesquisa para os assistentes sociais” (idem, p. 17).

No entanto, vale ressaltar que o processo de consolidação dessa nova cultura crítica vem sendo permeado por grandes desafios que merecem um olhar atento e crítico sobre o Serviço Social enquanto profissão e como área de produção de conhecimento.

Os estudos de Leite (2012) trazem à luz alguns elementos ao recuperar uma pertinente discussão, que se encontra na atual literatura crítica do Serviço Social brasileiro, acerca dos desafios contemporâneos postos ao processo de consolidação de uma cultura crítica no interior do Serviço Social e à efetiva implementação do seu projeto ético-político num contexto marcado pelos ditames neoliberais. As produções teóricas analisadas pela autora demonstram que o Serviço Social vem enraizando e atualizando a vertente de ruptura com o conservadorismo na profissão e confirmam o fato de que o processo de consolidação de uma cultura crítica no seu interior ainda enfrenta grandes desafios.

Ao elencá-los, a autora intenciona possibilitar aos assistentes sociais a compreensão de que tal enfrentamento só será possível com o entendimento da crise estrutural do capital e das respostas a ela dadas pelas classes dominantes. De fato, “[...] isso implica um debruçar-se sobre a crise e a reestruturação produtiva do capital que leve em conta as recentes mudanças no mundo do trabalho e o espriar-se do ideário neoliberal,

---

crítico, materializado no Código de Ética e na Lei que regulamenta a profissão, elaborados em 1993, bem como nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria em 1996, que norteiam a formação acadêmica.

que impulsionaram, nos países periféricos, as chamadas reformas institucionais” (2012, p. 133).

Em sua análise conclusiva, Leite (2012) chama a atenção dos assistentes sociais para o perigo da disseminação, no conjunto da sociedade, das práticas inspiradas no neoliberalismo e de sua cultura. Adverte, assim, quanto ao avanço do pensamento pós-moderno que, sem sombra de dúvida, desafia o pensamento fundado na ontologia e abandona a dimensão ontológica do real, numa nítida defesa da ação profissional pautada pela racionalidade instrumental<sup>10</sup>.

Tal assertiva instiga este estudo a responder à seguinte questão: qual a importância do método histórico-dialético para o Serviço Social enquanto profissão e como área de produção de conhecimento na contemporaneidade brasileira?

## **4. A importância do método histórico-dialético para o Serviço Social brasileiro: uma reflexão contemporânea**

Indubitavelmente, o método histórico-dialético torna possível o tratamento crítico e analítico da contemporaneidade. Segundo Netto (2009), a introdução do pensamento de Marx deu uma efetiva contribuição para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, apesar de tudo, formou-se nele uma nova geração de pesquisadores que se utiliza, com muita competência, das concepções teórico-metodológicas de Marx.

Assim, pois, nos anos 80 do século XX, ganha destaque o Serviço Social crítico. A partir, sobretudo, da década de 90, quando a teoria social marxista articula-se mais efetivamente com a profissão, o Serviço Social

---

10 Ao recuperar tal discussão, Leite (2012) também busca possibilitar aos assistentes sociais a compreensão de que o projeto ético-político do Serviço Social não está em crise, como alguns autores contemporâneos insistem em afirmar, mas se encontra tensionado e determinado pela crise estrutural do capital, bem como pela ofensiva dos mecanismos capitalistas de restauração dessa crise mundial.

busca compreender os novos desafios e estruturar formas de intervenção no contexto das grandes transformações societárias em curso, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital e de restauração conservadora.

Tal contexto é marcado pela forte ofensiva do capital, que atinge não só as instâncias da produção, mas também as instâncias da reprodução social. Nestas estrutura-se um complexo arsenal de “[...] inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias” (ALVES, 2000, p. 38), cujo fim é a retomada do processo de acumulação e a captura da subjetividade operária pela lógica do capital.

Esclarecedor é o estudo do referido autor, ao indicar que, nas condições sociometabólicas do capitalismo neoliberal, a ideologia da empresa constitui a ideologia dominante que vem impregnando toda a vida social (2011). Assim, pois, é no contexto do capitalismo neoliberal que se põe “[...] a necessidade de novo nexos psicofísico ou de um novo homem produtivo” (p. 97).

No processo de construção desse novo nexos psicofísico, exalta-se o ideário da qualidade total, do empreendedorismo, da empregabilidade, da produtividade, estimulando-se a busca da eficiência, da inovação<sup>11</sup>, adaptação às mudanças, a coragem de assumir riscos. Em suma, “[...] vocábulos, noções e conceitos que constituem o espírito do toyotismo e aparecem como valores-fetichismo, expectativas e utopias de mercado, configurando-se como o ‘novo terreno ideológico’ a partir do qual ocorre a ‘reforma das consciências’ (GRAMSCI apud ALVES, 2011, p. 92).

Indubitavelmente, a crise e o processo de reestruturação produtiva do capital, cujo fim é a recuperação do seu ciclo de reprodução, atingiram profundamente o mundo do trabalho. Terminaram por afetar “[...] a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser [...] a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas” (ANTUNES, 1999, p. 20-21).

---

11 É público e notório que a “inovação” é hoje, também, um quesito de avaliação da produção intelectual.

Tais mudanças irão repercutir nas profissões, inclusive no Serviço Social, reconfigurando o seu espaço sócio-ocupacional. Como observa Moraes (2013, p. 50), “[...] torna-se um desafio decifrar as lógicas do capitalismo contemporâneo, sobretudo no que se refere às mudanças no mundo do trabalho e à desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais de forma ampliada”. Um sistema cuja lógica reitera a desigualdade social e penaliza os trabalhadores, submetendo-os cada vez mais a um processo sutil e complexo de superexploração.

É nesse novo cenário que se coloca o desafio, no campo teórico, de se compreender qual a importância do método histórico-dialético para o Serviço Social, enquanto profissão e como área de produção de conhecimento. Isso requer uma análise dos avanços e limites da profissão no âmbito dessas duas expressões, como também um olhar crítico sobre os desafios à formação profissional na cena contemporânea.

É perceptível nas reflexões de autores ligados à tradição marxista que o Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento tem avançado; no entanto, tais estudos ainda alertam para a necessidade de uma profunda reflexão que busque apreender a profissão no contexto das determinações mais amplas e isso implica, também, uma compreensão de como as recentes transformações societárias vêm incidindo sobre a cultura profissional.

Moraes relembra que um dos princípios básicos para a avaliação da pesquisa, é que ela deve “[...] consistir num rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, de maneira a construir a compreensão dos problemas sociais e os desafios do universo da produção e reprodução da vida social” (2013, p. 241). A nosso ver, aí reside a importância do método histórico-dialético para o Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento, como uma sólida referência para o desenvolvimento de pesquisas que se debruçam sobre as determinações que dificultam a fluidez das análises críticas no interior da profissão. Noutras palavras, pesquisas que deem visibilidade aos atuais desafios para a consolidação de uma cultura crítica no interior do

Serviço Social, principalmente num contexto de avanço do pensamento pós-moderno<sup>12</sup>, em que

A razão dialética, até então afirmada como o instrumento por excelência para se analisar a realidade social, é desqualificada em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes de explicação do mundo. A produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um “caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes. No campo das ciências sociais desencadeiam-se polêmicas metodológicas, buscando-se convencer que as abordagens individualistas e culturalistas permitem uma aproximação maior com o mundo vivido pelos sujeitos sociais. (SIMIONATO, 2009, pp. 6-7).

Ao tratar do Serviço Social, Lara (2007) ressalta que esta profissão vem afirmando o seu espaço no âmbito da pesquisa, mormente no que se refere aos estudos sobre as expressões da questão social. Segundo a autora, a pesquisa que gera a produção do conhecimento tornou-se pré-requisito ao assistente social, visto que, através da investigação científica, ele consegue apreender as intrincadas conexões do real, aproximando-se de sólidas respostas às dúvidas que emergem no âmbito de suas intervenções.

No entanto, num contexto de grandes transformações societárias em curso, em pleno século XXI, repõe-se a necessidade não só de os assistentes sociais se debruçarem sobre os objetos de intervenção, como também

---

12 Maranhão (2006) desenvolve uma pertinente análise sobre o desafio contemporâneo que se coloca no centro do debate epistemológico ou ontológico: o avanço do pensamento pós-moderno. O autor denuncia o espraiamento de uma cultura irracionalista do imediato, o modo de pensar que põe no mesmo plano a essência e a aparência mostrando-se incapaz de acessar as determinações e a essencialidade do fenômeno social, bem como criar estratégias de intervenção crítica, numa mera reposição do sincretismo profissional.

de o Serviço Social tornar-se objeto de sua própria pesquisa. Isso decorre de que “[...] um novo perfil do trabalhador se gesta na sociedade sob o domínio do capital financeiro, da sociedade dos imediatismos, do salve-se quem puder, do aqui e agora, da razão instrumental, dos fins que justificam os meios, do presente contínuo, e exige capacidade de se adaptar às constantes mudanças e às situações cada vez mais precarizadas” (GUERRA, 2010, p. 717).

A supracitada autora chama a atenção para o fato de que, no âmbito do Serviço Social, vem ocorrendo a precarização do exercício profissional, mediante a desregulamentação do trabalho, a subcontratação e a tendência à terceirização do trabalho, disfarçada sob a forma de “assessoria”. Soma-se a esse quadro a crescente segmentação do mercado de trabalho, que modifica as condições de trabalho, as atribuições e os papéis nas instituições estatais e nas da iniciativa privada, que reduzem a capacidade dos profissionais de se contrapor a essa lógica, bem como “[...] de questionar os objetivos institucionais e de potencializar as contradições inerentes às relações sociais capitalistas” (2010, p. 720).

Os estudos de Guerra (2010) são muito elucidativos ao explicitarem que vem ocorrendo um movimento que incide nas profissões de maneira geral e que repercute no Serviço Social, como a desregulamentação, a desespecialização, a desprofissionalização e a polivalência; estas chegam à profissão sob a aparência de romper com a chamada divisão sociotécnica do trabalho. Tendências que hoje estão postas no mundo do trabalho e que operam sobre esse elemento da cultura profissional, visando levar o assistente social a atender a demandas cada vez menos específicas e menos próprias de uma profissão. Em suas palavras:

Na lógica que estamos evidenciando e diante das atuais necessidades do capital, o trabalhador deve portar as seguintes características: ser desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional. É chamado a desenvolver várias competências e habilidades voltadas ao mercado, portador de valores individualistas e imediatistas, a partir dos quais vale o ter (neste caso, o certificado) em

detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado), de formação aligeirada, mas que lhe garanta competitividade e capacidade de se adaptar a esses novos e difíceis tempos. (p. 724).

Ao alertar para o fato de ainda existir uma grande carência de pesquisas que coloquem o Serviço Social dentro dessa relação como classe trabalhadora e que pensem como o assistente social vem respondendo às determinações das recentes transformações do mundo do trabalho<sup>13</sup>, Guerra (2013) entende que esse novo contexto societário acaba conformando um determinado perfil, necessário para o profissional se manter no mundo do trabalho em face do fenômeno do desemprego. É nesse cenário que a questão da precarização se coloca, e o assistente social, como os demais trabalhadores, adapta-se acriticamente, delineando-se uma cultura da passivização.

Vê-se, pois, que, ao lidar com as refrações da questão social, os assistentes sociais são compelidos a intervir parcialmente, recorrendo aos procedimentos burocrático-administrativos para, num mais puro pragmatismo, dar respostas imediatas às demandas que se apresentam no cotidiano institucional, tendo a sua intervenção um fim em si mesmo<sup>14</sup>. Como observa Maranhão (2006), ao se manipular as variáveis empíricas, nos moldes das análises lógico-formal-abstratas, exalta-se a razão instrumental como a forma legítima de se conhecer o real.

---

13 Guerra observa que “[...] muito raramente a literatura produzida no Serviço Social se debruça sobre as consequências geradas pela degradação das condições de trabalho e vida dos assistentes sociais” (2010, p. 722). Ressalta, inclusive, que desconhece estudos sobre o adoecimento no trabalho do assistente social.

14 Guerra também problematiza a existência de uma tendência, no interior da profissão, de procurar a teoria para dar respostas imediatas à prática, ou seja, buscar uma teoria macroscópica que dê respostas de “aplicabilidade”, que forneça o “passo a passo” da intervenção. Uma teoria que, de um ponto de vista da “utilidade”, vai permitir uma intervenção que resolva “problemas”. A autora vê esta questão como um “anti-intelectualismo” que tende a reforçar uma divisão entre o profissional “da academia” e o profissional “da prática”. Para ela, tal visão acompanha o Serviço Social há muitos anos e isso é uma questão a ser enfrentada, no sentido de se buscar na própria pesquisa e através de uma visão diferenciada de pesquisa o que vem a ser essa dicotomia (2013).

Os estudos de Guerra (2000) e Maranhão (2006) convergem ao defender que a profissão Serviço Social deve investir, em condições adversas, numa instrumentalidade inspirada pela razão crítico-dialética. Uma instrumentalidade que comporte a contradição, a totalidade e as mediações, buscando desenvolver estratégias teórico-metodológicas e ideopolíticas para a superação do sincretismo e atentando para as determinações histórico-sociais, econômicas, políticas e ideológicas presentes em sua atuação profissional.

Buscar desenvolver tais estratégias implica, também, um debruçar-se contínuo sobre os desafios postos à própria formação profissional; noutras palavras, requer um olhar crítico sobre os desafios à formação profissional ante as mais diversas demandas contemporâneas.

Os limites deste artigo não permitem um maior aprofundamento na análise da formação profissional em suas múltiplas determinações e relações no cenário contemporâneo. No entanto, buscar-se-á trazer à luz, mediante uma breve revisão bibliográfica, alguns desafios à pesquisa – tratada na atual literatura como tema e disciplina na formação profissional do Serviço Social – cuja reflexão faz parte de um esforço coletivo para superá-los.

Simionatto (2005) anota que, nos dois últimos decênios, houve um fortalecimento da produção coletiva na graduação e na pós-graduação, especialmente a partir da criação de núcleos e grupos de pesquisa, edificando um *corpus* teórico que lhe outorga legitimidade<sup>15</sup>. No entanto, apesar desse avanço, ainda perduram dificuldades na mediação com situações particulares à profissão e que devem ser enfrentadas.

---

15 Segundo Guerra (2010), tem-se, na construção de uma sólida relação entre graduação e pós-graduação, um patrimônio histórico da categoria que advoga o princípio de que “a formação pós-graduada deve oferecer subsídios à graduação, e esta deverá fornecer os objetos que deverão ser aprofundados na pós-graduação” (p. 732). Simionatto, ao recapitular os grandes eixos temáticos e linhas de pesquisa em torno dos quais se aglutinam os núcleos e grupos de pesquisa, cuja produção tem reconhecimento nacional e internacional, identifica o avanço no “trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social de forma crítica, na apreensão dos problemas e dos desafios com que se defronta a profissão no contexto das relações sociais mais amplas [...]” (2005, p. 57).

Autores que produzem a literatura crítica do Serviço Social convergem ao indicar que a pesquisa se torna um valioso instrumento para a formação e o exercício profissional, em face das grandes e recentes transformações societárias e seus reflexos para o Serviço Social<sup>16</sup>, principalmente num contexto sócio-histórico onde se aguçava na educação superior “[...] a lógica instrumental, pragmática, aligeirada, competitiva, individualista” (GUERRA, 2010, p. 732). Vislumbra-se, nesse contexto, a precarização do ensino, materializada na expansão dos cursos a distância, caracterizando a universidade como uma “fábrica de diplomas” (Idem, p. 728). Na pós-graduação profissional (mestrados e doutorados profissionais), revela-se uma nítida articulação entre universidade e mercado, fortalecendo-se a tendência à tecnificação, cujo fim é “[...] agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas” (p. 732).

Aliam-se a esse quadro outros desafios que se colocam na formação e exercício da pesquisa no Serviço Social, num contexto institucional onde são precárias as condições objetivas para o seu enfrentamento, conforme observa Moraes:

Em relação às unidades de ensino, é possível perceber os impactos das políticas neoliberais do Estado brasileiro na redução de recursos para as atividades de pesquisa, na ampliação das universidades públicas sem investimento na qualidade do ensino, da pesquisa e extensão, na privatização interna dessas universidades, comprometendo sua autonomia e gestão democrática, no aumento dos cursos de graduação a distância, além do crescimento de universidades particulares sem compromisso com a qualidade do ensino e sem preocupação com a implementação de atividades de pesquisa e extensão, entre outros fatores. (2013, p. 241-2).

---

16 Simionatto (2005) ressalta que, na reforma curricular de 1982, a pesquisa é apresentada como uma das exigências da formação profissional.

Alia-se a esse quadro o desafio dos pesquisadores ao lidarem com o fenômeno do empresariamento da pesquisa, pois, cada vez mais pragmáticos e “sedutores”, os editais induzem para determinadas áreas. A análise de Guerra (2010) é elucidativa quando observa que o Serviço Social como área de produção de conhecimento, mesmo possuindo diversos programas de pós-graduação consolidados, “[...] encontra limites para concorrer aos editais das agências de fomento, uma vez que, em sua maioria, eles se destinam às áreas tecnológicas ou da saúde” (p. 732). A autora ainda acrescenta:

Poucos são os intercâmbios e convênios entre os programas e núcleos/grupos de pesquisa. Algumas poucas iniciativas, mas exitosas, têm sido realizadas por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e de alguns convênios de Mestrado Interinstitucional (Minter). Apesar de a produção brasileira na área ser muito requisitada por outros países da América Latina, temos dificuldade na sua circulação e possuímos raras experiências de convênios internacionais. (Idem).

Ao reportar-se aos profissionais de Serviço Social, Moraes (2013) observa que o discurso de valorização da pesquisa nem sempre alcança a prática, lançando mão de diversas justificativas, como a existência de muitas atribuições, a falta de tempo, a pouca disponibilidade de pessoal, a inexistência de recursos, entre outras. Segundo o autor,

Mesmo com essas restrições, nos deparamos com situações em que a pesquisa é incorporada ao trabalho do profissional, sobretudo por motivo de cursos de especializações. Nesses casos, é veiculada a ideia de que a pesquisa está estritamente relacionada a normas, prazos e obrigações a serem cumpridas, aprisionando uma prática que deveria ter ousadia, desafiar, investigar e gerar prazer com as novas descobertas e possibilidades de ação. (2013, p. 242).

Tal cenário é agravado pelo fato de que poucas universidades federais apresentam projetos acadêmicos de resistência e força política contra a lógica mercadológica que vem sendo imposta ao ensino superior (LARA, 2007), comprometendo o perfil profissional que se deseja: comprometido com práticas emancipatórias<sup>17</sup>.

Diante do exposto, pode-se afirmar que ainda são diversas as demandas para o Serviço Social como profissão e área de produção de conhecimento na atualidade e que permanecem como desafios. Para Moraes, põe-se, no atual cenário, não só a necessidade de se estudar a fundo o sentido e o significado da prática da pesquisa para o cotidiano do assistente social, como também que seja fortalecida uma reflexão crítica acerca do papel e da importância da pesquisa na universidade pública, buscando-se uma compreensão da “[...] forma como o método crítico vem sendo apropriado e utilizado como ferramenta analítica” (NOGUEIRA apud MORAES, 2013, p. 253).

A nosso ver, para se avançar no sentido de dar respostas a tais demandas, a nova geração de pesquisadores deve continuar a recorrer, com muita competência, às concepções teórico-metodológicas de Marx, pois, indubitavelmente, só o método histórico-dialético torna possível o tratamento crítico e analítico da contemporaneidade. Tão somente com a apreensão do método dialético é que haverá um aproximar-se do assistente social com a totalidade dos processos sociais e a criação de “[...] uma ferramenta, um instrumental de acesso às múltiplas determinações que compõem a realidade social através da reprodução mental de processos reais” (MARANHÃO, 2006, p. 31).

Dessa forma, delineiam-se as reais possibilidades para a reconstrução crítica da demanda cotidiana que chega ao Serviço Social, visando à criação e ao desenvolvimento de estratégias de atuação que ultrapassem toda e qualquer forma de atuação acrítica e apolítica.

---

17 Ancorado nos estudos de Bourguignon, Moraes ressalta que “no caso do Serviço Social, um dos desafios que se colocam no terreno da pesquisa refere-se ao fato de ‘alimentar práticas profissionais comprometidas com processos emancipatórios.’” (2013, p. 259).

## 5. Considerações finais

A revisão bibliográfica aqui apresentada busca contribuir para a reflexão sobre o método dialético e sua importância para o Serviço Social brasileiro enquanto profissão e área de produção de conhecimento.

Demonstra que o método histórico-dialético torna possível o tratamento crítico e analítico da contemporaneidade brasileira, por ser o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações sucessivas, sem a pretensão de esgotar a complexidade e a dinamicidade do real. Proporciona uma compreensão da importância do pensamento de Marx, pois este revela existir uma conexão indissociável entre elaboração teórica e formulação metodológica e que é nessa conexão que se imbricam a totalidade, a mediação e a contradição. Categorias, estas fundamentais para dar sustentação ao processo de reflexão sobre o real e a sua reprodução intelectual.

O presente artigo também chama a atenção para o esforço que o pesquisador deve empreender a fim de descobrir a estrutura da realidade, sua essência, pois existe uma oculta verdade da coisa, diferente dos fenômenos que se manifestam de imediato. Tão somente através da pesquisa, possibilitada pelo método, é que o pesquisador reproduz no plano ideal a essência do objeto investigado.

As produções teóricas aqui analisadas demonstram como se deu historicamente o delineamento de uma cultura crítica no âmbito da profissão – fundada em uma vertente crítica inspirada na tradição marxista – e sua relação com o reconhecimento do Serviço Social como área de investigação e produção de conhecimento. Dá visibilidade ao fato de que a pesquisa se consolidou gradativamente nos espaços da formação pós-graduada e constitui, atualmente, um elemento significativo do Serviço Social brasileiro, certificando a sua maioria intelectual e atestando as suas condições para participar da interlocução com as ciências sociais, em face da sua densa produção teórico-intelectual referenciada nas concepções teórico-metodológicas de Marx.

Os estudos apresentados também são elucidativos por conferirem aos assistentes sociais a compreensão da necessidade de enfrentamento dos novos desafios postos ao processo de consolidação de uma cultura crítica no interior do Serviço Social. Alertam os profissionais para o perigo da disseminação, no conjunto da sociedade, das práticas inspiradas no neoliberalismo e de sua cultura, advertindo-os quanto ao avanço do pensamento pós-moderno. Também conferem visibilidade ao fato de que o Serviço Social depara-se com o grande desafio de compreender e de estruturar formas de intervenção no contexto das grandes transformações societárias em curso, decorrentes da forte ofensiva do capital que atinge não só as instâncias da produção, mas também as instâncias da reprodução social.

Ao demonstrar que o Serviço Social, enquanto área de produção de conhecimento tem avançado, obtendo significativas conquistas, este artigo também ressalta a importância da realização de pesquisas sérias que busquem apreender como as recentes transformações societárias vêm incidindo sobre a cultura profissional e como vêm repercutindo no campo da pesquisa, na formação e no exercício profissional em Serviço Social.

Esta reflexão evidencia a necessidade de os assistentes sociais se debruçarem sobre os próprios objetos de intervenção, reafirmando que, apenas mediante uma profunda interlocução da categoria profissional com o marxismo, provendo-se dos seus pressupostos teórico-metodológicos, é que se põe concretamente a possibilidade de um olhar atento e crítico acerca dos desafios impostos ao Serviço Social como profissão e área de produção de conhecimento.

Além de dar visibilidade às reflexões contemporâneas que chamam a atenção para a necessidade de se estudar a fundo o sentido e o significado da prática da pesquisa para o cotidiano do assistente social, de que sejam fortalecidas reflexões críticas acerca do papel e da importância da pesquisa na universidade pública, bem como de que seja objeto de análise a forma pela qual o método crítico vem sendo apropriado e utilizado como ferramenta analítica – quer na academia, quer no âmbito do exercício

profissional, é de igual importância que se evidenciem as preocupações da pesquisa em relação à discussão metodológica na sua relação com o Serviço Social e suas implicações na construção do conhecimento e na intervenção profissional. Daí a importância de os docentes pesquisadores nas IES públicas, nos grupos de pesquisa, refletirem sobre as metodologias qualitativas na pesquisa em Serviço Social.

Este estudo, ao tratar especificamente da importância do método histórico-dialético para o Serviço Social enquanto profissão e como área de produção de conhecimento, dá um passo nessa direção.

## Referências

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*/Giovanni Alves. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social* – Brasília, DF: Cead, 1999.

BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. *Emancipação*, Ponta Grossa, ano 6, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

GUERRA, Yolanda. *A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância*. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2010, n. 104, p. 715-736. ISSN 0101-6628. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/08.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. (Informação verbal). Palestra proferida Seminário *Pensar criticamente o Brasil e o Serviço Social*, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, em 19 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: *CFESS/ ABEPSS. Capacitação em serviço social e política social*. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. [Curso de Especialização a Distância em Políticas Sociais]. Brasília, DF. UnB, ABEPSS/CFESS/CEAD/NED/UnB, 2000.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *CFESS/ ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Curso de Capacitação a distância. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS/UnB-CEAD, 2009.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Torfíbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. *Revista Katálysis* [online]. 2007, vol. 10, n. spe, p. 73-82. ISSN 1414-4980. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300008>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

LEITE, J. de O. Cultura Crítica e o Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro: desafios contemporâneos. In: *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Vol. 1, n. 1 (1993) – Rio de Janeiro. UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2012.

MARANHÃO, C. H. M. C. *Sincretismo, tradição marxista e estratégias de atuação profissional: ensaio sobre a importância histórico-ontológica dos fundamentos para a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social*. Recife, 2006, mimeo.

MARX, K. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. A “viagem de volta”: significados da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2013, n. 114, p. 240-265. ISSN 0101-6628. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n114/n114a03.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

MUNHOZ, D. E. N. *Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: Enfrentando o Desafio de Conhecer a Realidade*, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/70/68>>. Acesso em 15 jul. 2013.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFEES/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. *O método na economia política – Karl Marx* (Texto comentado por vários autores, em tipo menor). Organizado por Myrian Veras Baptista. São Paulo: PUC, 1990. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nca/downloads/metodo.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

PONTES, R. N. *Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social*. In: *Capacitação em serviço social e política social, Módulo 4: Brasília, DF: UnB, CEAD, 2000*.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. Artigo. *Revista Temporalis*, nº 9, Recife: ABEPSS, 2005

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálysis* [online]. 2007, vol. 10, n. spe, p. 15-25. ISSN 1414-4980. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300002>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

## **SEÇÃO II**

# **Práxis de Investigação no Serviço Social**

## CAPÍTULO 6

# Um caminho metodológico: um longo e difícil caminho...

*Lucinda Maria da Rocha Macedo*

### **1. A abordagem avaliativa da pesquisa: algumas considerações**

O artigo tece considerações acerca do caminho percorrido no processo de construção e desenvolvimento da avaliação do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), especificamente em sua expressão local, sob a forma de Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQs/PE/ Recife), utilizados no desenvolvimento do projeto de pesquisa. Considera dois anos de sua execução no estado de Pernambuco, na Região Metropolitana do Recife.

A avaliação na área social é sempre um desafio em função da complexidade que envolve, pois se faz necessário considerar desde as decisões de investimento e de sua implementação, as quais são perpassadas por condicionantes históricos, culturais e políticos, demandando do pesquisador a consideração de todas estas variáveis na construção do desenho da pesquisa e de seus instrumentos.

A existência de um contexto de déficit de lugares na esfera do trabalho, à luz do neoliberalismo, conduz a atribuição ao indivíduo da responsabilidade pela sua inserção ou desqualificação para o trabalho e em diferentes campos. Nesta zona de incertezas, onde o trabalho não está assegurado, é que as políticas públicas de inserção social, como instrumento de ação

do Estado, configurada por um conjunto de orientações e ações por parte do governo, que visam um determinado objetivo e buscam determinados resultados, parece fazer sentido. Tais políticas trazem em si a constatação de que a fração da população a que se destinam está em situação de desvantagem, em relação ao conjunto social.

Ao considerarmos tal população, estaremos considerando sua relação com a dinâmica social que gera variados aspectos relacionados à pobreza e desigualdades, em numerosas esferas de inserção social. Nesse quadro, destacamos a educação formal e profissional, o desemprego e as condições de vida.

A intenção de contribuir para o entendimento da relação entre as mudanças nas condições de vida, tendo em conta a participação nos cursos de qualificação profissional, considerou os seguintes elementos: 1) Avanços no conhecimento técnico e científico e suas aplicações ao processo produtivo; 2) Centralidade do processo de globalização na reconfiguração das relações sociais e da orientação neoliberal que o norteia; 3) Transformações nas relações econômicas, políticas e sociais, tanto entre países quanto entre empresas e indivíduos; 4) Crescimento do desemprego e da pobreza como movimento do processo de globalização.

Tal cenário e a indicação da qualificação profissional como elemento de resposta aos desafios postos trouxeram-nos a interrogação que colocou o problema da pesquisa, ou seja, novas conexões entre economia e educação são estabelecidas, associadas ao processo de ensino e aprendizagem, reciclagem, educação continuada, formação geral e profissional, sem a consideração do contexto macroeconômico. Falta, portanto, o reconhecimento dos limites da educação, em particular da educação profissional, para que o enfrentamento das causas para as quais a educação vem sendo apontada possam ser enfrentadas.

Nesta pesquisa, buscamos avaliar os PlanTeQs/PE/Recife nos anos X e Y, orientadas pela procura do entendimento dos impactos nas condições de vida, associados aos cursos de qualificação, pelos egressos.

A avaliação de uma política ou programa social refere-se aos “efeitos do programa sobre a população alvo e tem, subjacente, a intenção

de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações das condições sociais” (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986 p. 111). As **alterações nas condições sociais** são aqui entendidas como aquelas referentes às condições de vida, portanto pressupõem mudanças. O conceito de mudanças significativas é aqui utilizado para traduzir a ideia de **impacto**, proposta por Roche (2002) e Figueiredo e Figueiredo (1986). Por **mudanças significativas**, entendemos aquelas referentes a uma situação inicial, alvo da política pública, modificadas ou não para uma situação Z que pode implicar em mudanças nas condições de vida para um patamar superior ao antecedente.

Para avaliar as mudanças significativas por meio de uma política pública é preciso considerar que esta envolve princípios políticos, cuja importância está referida à concepção de condições de vida. Tal concepção se concretiza por meio de princípios que são passíveis de questionamentos e avaliações sistemáticas e políticas. (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, op. cit. p. 107-113).

Qualquer proposição explicativa contém a possibilidade de ser vista por diversos níveis de avaliação. O nível de avaliação individual envolve os conceitos que se referem ao domínio subjetivo. O nível de avaliação social ou do grupo abrange conceitos que demandam compreensão das instituições e de suas ações, delimitando procedimentos que superam o nível individual.

No que se refere à avaliação de programas como o PNQ e os PlanTeQs, a contribuição de Figueiredo e Figueiredo (1986) é ampla, na medida em que avança ao superar a preocupação apenas quantitativa e imediata, que tem o mérito de resposta em curto prazo, porém contribuem pouco nas análises de políticas públicas com resultados difusos, pautados por fatores políticos e econômicos, considerando-se tanto o tempo (curto, médio e longo prazo) como variáveis de diversas ordens como o programa considerado e as condições de vida e a apropriação do saber (cognitivo e social).

Por entendermos que a avaliação não se reduz a constatar resultados, pois, entre o sucesso e o fracasso de uma política ou programa, há muitas

nuances que merecem ser analisadas, supera a constatação de resultados e permite uma contribuição para possíveis ajustes, reformulações e/ou transformações da política ou programa em foco.

Ainda para os autores, as políticas públicas, em geral, considerando os seus propósitos, conduzem a dois aspectos: “gerar um produto tangível e mensurável e gerar um impacto que tanto pode ser físico, tangível e mensurável, como pode ser subjetivo, alterando atitudes, comportamentos, e opiniões” (op. cit., p. 109). Nessa perspectiva, a avaliação política precede a avaliação da política pública, preliminar e necessária, para orientar a avaliação a ser efetuada, porém entendemos que a avaliação política baliza e orienta também toda a avaliação da política pública em foco.

Destacamos que o contexto do passado, com ações voltadas para o mesmo fenômeno ou fato social, pode afetar a concepção e os resultados de um programa, independente das ações desenvolvidas no presente. As ações, sempre consideradas secundárias, dirigidas à educação e preparação para o trabalho, em particular para determinados segmentos sociais, desenvolvidas e aplicadas, contribuem para seus delineamentos presentes e, ao mesmo tempo, traduzem a perspectiva político-econômica que dá suporte e direciona o programa. Comunica tais indicações a participação dos diferentes segmentos sociais em sua concepção e execução; a extensão com que alcança a população-alvo; a frequência de sua aplicação; a definição das fontes de financiamento; as questões que envolvem a estrutura organizacional e administrativa que o viabilizam.

Considerar os condicionantes históricos, no desenvolvimento de um programa social, demanda uma visão dialética da sociedade, com ênfase nas suas contradições e na busca por mudanças.

Para uma melhor delimitação conceitual da pesquisa avaliativa apresentaremos, brevemente, alguns conceitos.

A **avaliação política** busca analisar os pressupostos e fundamentos políticos de uma determinada política pública “independentemente de sua engenharia institucional e de seus resultados prováveis” (ARRECH, 2001, p. 30).

Na **avaliação de políticas públicas**, o singular é que estas exigem a adoção de métodos e técnicas de pesquisa que viabilizem o estabelecimento de uma relação entre um programa e um resultado (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986). Acrescentamos que é necessário entrar no mérito dos resultados obtidos para captar as mudanças.

O conceito de **condições de vida** se refere a avaliar se as necessidades básicas (moradia, situação educacional, renda, nutrição, lazer, esportes e rede de sociabilidade), o acesso ao consumo de bens e serviços, e trabalho/ocupação estão sendo atendidos, considerando os elementos de sobrevivência, sociais e políticos.

Para as políticas com objetivos de mudança ou ativas, como é o caso do PNQ, a análise das mesmas tem como objetivo as mudanças desejadas das condições de vida da população alvo. Entendemos que as condições de vida são multidimensionais e parâmetro para a compreensão da distribuição dos bens na sociedade.

O modelo analítico aqui adotado lança mão do parâmetro de condições de vida. Para tanto foi necessário não só verificar se o estado desejado ocorreu, mas se a nova situação teve um desenvolvimento positivo, implicando numa avaliação tanto da política como numa avaliação política da mudança.

Na consideração do contexto do desenvolvimento dos PlanTeQs, conceituamos sinteticamente **globalização econômica** como “conjunto de mecanismos e instrumentos de aprofundamento do padrão capitalista dominante de produção, distribuição e consumo de bens e serviços”. A **reestruturação produtiva** é entendida como “processo de transformações técnicas, econômicas e sociais que se efetiva no interior do padrão convencional da produção em massa” (BELLONI, 2001, p. 31).

Entendemos que os governos, ao implementarem uma política, buscam produzir alguma mudança e que os **produtos** dessa política são, de acordo com Figueiredo e Figueiredo (op. cit. p. 110), “indicadores... de suas prioridades e das demandas que estão sendo atendidas, dos interesses que estão sendo articulados e dos benefícios e objetivos que estão sendo perseguidos”, contudo ressaltam que os produtos da política não

“revelam necessariamente em que medida os objetivos desejados foram ou não atingidos, ou seja, não revelam as mudanças de tais produtos nas condições de vida da população”. Assim, a mudança é “uma medida do desempenho da ação pública, ou seja, uma medida em que a política atingiu ou não seus objetivos ou propósitos”. (op. cit. p. 110).

A partir dos produtos esperados da implementação da política, temos que considerar, na apropriação dos benefícios pela população, os seus resultados (conclusão do curso, qualidade da formação oferecida, efetividade da intermediação da mão de obra e mudanças nas condições de vida), para, então, capturarmos as mudanças indicadas pelos beneficiários, ou seja, a visão de mundo, o acesso ao trabalho, a melhoria nas condições de vida e a concepção sobre si mesmo.

A partir da consideração da natureza da avaliação, as mudanças **objetivas** sublinham as mudanças quantitativas nas condições de vida, as mudanças **subjctivas** ressaltam as mudanças de crenças, valores e comportamentos, e as mudanças **substantivas** destacam as transformações qualitativas das condições de vida.

Para viabilizar a apreensão das relações entre participação nos cursos de qualificação, as mudanças nas condições de vida, entrando no mérito e na apropriação dos seus benefícios, consideramos: as dimensões das mudanças e os indicadores de condições de vida.

A adaptação das **dimensões** proposta por Roche (2002, p., 69), aqui denominadas mudanças substantivas, nos permitiu construir as dimensões que nos orientaram na análise dos dados da pesquisa: **educação e trabalho** (oferta e busca de maior nível de escolaridade, qualificação profissional, atividades de trabalho e renda, participação em sindicato); **aprimoramento no trabalho** (ampliação na preparação para o trabalho, mudanças nas atividades de trabalho); **condições de vida** (trabalho e renda; acesso a serviços: moradia, saúde, água, energia elétrica, saneamento, transporte; lazer, nutrição, esportes, dentre outras); **relação consigo mesmo e com a sociedade** (conceito sobre si mesmo, relação com amigos, participação em associações, acesso a crédito, dentre outras).

A partir do conceito de condições de vida e das dimensões de mudança substantivas, foram elaborados indicadores para apreensão das mudanças nas condições de vida, como subsídio e orientação à análise. **Dimensões das condições de vida:** **Aspectos demográficos** (sexo, idade, estado civil, renda pessoal e familiar, nível de escolaridade); **condições habitacionais** (mora com a família, moradia própria ou alugada); **situação educacional** (nível de escolarização, cursos de qualificação); **inserção no mercado de trabalho** (trabalha, tipo de atividade que exerce, vínculo de trabalho); **renda** (pessoal e familiar, acesso a crédito); **acesso a serviços** (médico-odontológico, água, energia elétrica, transporte, saneamento, contribuição ao INSS, lazer, esporte); **rede de sociabilidade** (participação em associações, relação com amigos e familiares, conceito sobre si mesmo).

Buscamos trabalhar com as dimensões da mudança, além dos indicadores de condições de vida para superar o nível dos resultados, como número de sujeitos qualificados e empregados, e explorar como os egressos avaliam a qualificação obtida, os impactos que esta trouxe para a inserção no trabalho, para ampliação das condições de vida e para a autoestima dos participantes dos PlanTeQs.

Não nos fuge ao conhecimento que a atuação de outros indicadores na trajetória ocupacional e nas condições de vida não foram isolados, porém quando de sua emergência, a partir dos discursos e análise da conjuntura econômica e social, estes foram considerados no sentido de verificar se corroboram ou não a relação entre qualificação e mudanças nas condições de vida.

## 2. Contexto de realização da pesquisa

Para uma melhor compreensão do trabalho de pesquisa desenvolvida é importante esclarecermos alguns elementos referentes aos PlanTeQs/PE/Recife:

- 1) Os recursos que financiam o programa vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dirigidos à Secretaria de Desenvolvimento

Social e Cidadania, por convênio plurianual único, para ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. As ações previstas são: financiamento de pesquisa de emprego e desemprego, intermediação de mão de obra, seguro-desemprego, qualificação profissional;

- 2) As atividades de coordenação das ações de qualificação profissional desenvolvida no Estado de Pernambuco ficam a cargo, por missão, da Agência do Trabalho/Sine-PE. A Agência do Trabalho é uma unidade técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, é o Órgão do Estado encarregado pela coordenação das ações de qualificação desenvolvidos pelos PlanTeQs; atua em parceria com o governo federal, portanto, era a fonte onde os dados necessários à pesquisa deveriam ser buscados.
- 3) Desde 1999, o Estado de Pernambuco mantém um processo de habilitação e contratação das entidades executoras dos PlanTeQs efetivado por licitação pública. As empresas habilitadas são, em seguida, chamadas para negociar os cursos que darão e as metas a serem atingidas;
- 4) O número de alunos por turma é de 25 educandos em média, exceto para o público submetido a medidas sócio-educativas e aos apenados, que têm entre 15 e 20 alunos por turma;
- 5) A definição da oferta dos cursos dos PlaTeQs é orientada pelas demandas das Comissões Municipais de Emprego, do Governo do Estado e de Setores Organizados da Sociedade Civil;
- 6) Os trabalhadores cadastrados na Agência do Trabalho Sine/PE/Recife, no banco de dados do Sistema Público de Emprego, podem ser encaminhados tanto para o trabalho, dependendo da adequação dos seus perfis às vagas existentes, como para os cursos dos PlanTeQs, em conformidade com as pretensões indicadas quando dos preenchimentos dos seus cadastros.

Para os anos considerados na pesquisa pudemos observar uma redução no número de turmas e de educandos, a qual está relacionada com a queda no repasse de recursos de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

### **3. Procedimento de coleta de dados**

O objetivo primordial dessa seção é explicar os procedimentos que nortearam o trabalho de investigação, junto ao grupo de educandos analisados, egressos dos PlanTeQs/PE/Recife (X e Y), e descrever as condições de realização da pesquisa de campo.

Foram aplicados questionários a 184 sujeitos, sendo 114 (62%) oriundos do PlanTeQ X, e 70 (38%) originários do PlanTeQ Y, no município do Recife. Os participantes da pesquisa têm o seguinte perfil: sujeitos entre 17 e 50 anos, de ambos os sexos, com nível mínimo de escolaridade de ensino básico fundamental incompleto e nível máximo de escolaridade de curso superior completo, com renda menor que um salário mínimo a R\$ 800,00.

Não há consenso na literatura acerca da metodologia empregada na avaliação de políticas e programas sociais. Aqui nos orientamos pela pertinência em aliar os métodos quantitativos e qualitativos de análise, em função tanto dos objetivos da pesquisa quanto da natureza complexa do objeto de estudo.

O método quantitativo é caracterizado pelo emprego da quantificação com a intencionalidade de garantir a precisão dos resultados, pois estes privilegiam o observável, o imediato, contribuindo para evitar distorções de análise e de interpretação, assegurando uma margem para as inferências (RICHARDSON, 1985).

O método qualitativo tem como objeto situações complexas; é caracterizado por possibilitar, de forma mais adequada, o entendimento de um fenômeno social, na medida em que privilegia o universo de significados, crenças, valores e atitudes, contribuindo para explicar as relações entre o programa de qualificação e o sistema social mais amplo. Por

entendermos que a implementação qualitativa de uma política ou programa condiciona os resultados que se deseja que sejam obtidos, nos pareceu fundamental considerar a complementaridade dos métodos quantitativos e qualitativos.

Consideramos ainda que a conjugação dos métodos nos permitiria articular os objetivos da pesquisa e dos PlanTeQs, por permitir trabalhar com um objeto complexo e que carece de: a) uma descrição adequada de seu contexto, do processo dinâmico que envolve a população prioritária do programa; b) das particularidades dessa população, sendo estes indicadores do funcionamento da organização social e dos modelos políticos e econômicos que regulam a sociedade.

Com relação aos egressos, só foram considerados na pesquisa aqueles que haviam concluído o curso, pois, buscávamos a avaliação de mudanças nas condições de vida a partir dos cursos de qualificação; a conclusão dos cursos era, portanto, condição necessária, assim como o trabalho foi entendido como elemento de mediação entre qualificação profissional e as condições de vida.

As formas de acesso ao campo foram efetuadas seguindo as seguintes etapas:

### **a) Preparação para a coleta dos dados**

Antes da elaboração do instrumento de coleta de dados, tivemos algumas reuniões com a Gerente da Agência do Trabalho (Agência Boa Vista) e a Gerente de Qualificação da mesma Agência. O objetivo era se apropriar do maior número possível de informações sobre o desenvolvimento dos PlanTeQs, no intuito de atualizar a experiência anterior com os cursos de qualificação desenvolvidos pelo PLANFOR e contribuir para o adequado desenvolvimento da pesquisa.

O acesso aos quadros referentes aos PlanTeQs, desenvolvidos na Região Metropolitana do Recife, possibilitou duas ações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa: a) seleção dos cursos desenvolvidos no município do Recife e a definição dos cursos profissionalizantes, com a exclusão

daqueles considerados instrumentais, ou seja, aqueles que enriquecem o perfil do profissional, mas que são instrumentos para uma atividade de trabalho principal, prioritariamente quando se consideram as exigências de multiquificação e de perfis de qualificação mais elaborados. Os cursos retirados foram: Informática Básica, Informática Avançada, Qualidade no Atendimento, Qualidade de Vendas, Espanhol, Inglês, Saúde e Segurança no Trânsito, Relacionamento Interpessoal, Direção Defensiva, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, e Gestão em Qualidade em Serviço. A relação nominal dos egressos, fornecida também pela Agência do Trabalho, contendo os nomes e os números dos telefones, viabilizou o acesso aos mesmos, para contato e aplicação dos questionários.

## **b) Definição de critérios que apoiaram o recorte da realidade estudada**

Reformulação do PLANFOR e a emergência do PNQ/PlanteQs. Assim, o período abrangido pelo estudo mostra-se um determinante dos procedimentos adotados. Evitamos trabalhar com o ano de transição do PNQ/PlanTeQs devido a ser um ano atípico, em termos de número de cursos oferecidos, alunos atendidos, além da verba e do tempo destinados para o desenvolvimento dos mesmos.

Toda a etapa de coleta de dados empíricos contou com a colaboração de oito alunos do curso de graduação em Psicologia e de duas alunas do curso de Geografia como auxiliares de pesquisa.

Foi fundamental a participação da pesquisadora na coleta dos dados da pesquisa, no sentido de conhecer e enfrentar as dificuldades emergentes ao longo do processo de coleta dos dados, bem como para a orientação adequada e pertinente dos alunos colaboradores frente às dificuldades encontradas e soluções possíveis.

Os primeiros contatos com os egressos foram feitos exclusivamente por telefone e consistiram nos seguintes passos:

- Identificação da pesquisadora ou do colaborador da pesquisa, com apresentação do nome e da instituição que representavam;

- Informação de que o nosso acesso era devido aos dados fornecidos pela Agência do Trabalho, identificávamos e confirmávamos a conclusão do curso frequentado e o ano;
- Em sequência, apresentávamos a proposta da pesquisa, esclarecendo o que pretendíamos investigar, destacando a liberdade do egresso em participar ou não, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Projeto de Pesquisa, e da cooperação necessária para o desenvolvimento do trabalho;
- Informávamos ainda o local de aplicação do questionário. Com relação ao local, há apenas a exceção de oito sujeitos aos quais os questionários foram aplicados na Colônia Penal do Bom Pastor, seis (6), e dois (2) sujeitos que se encontravam na Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac);
- Uma vez aceita a participação, eram agendados dia, hora e local para a aplicação do questionário;
- A orientação para a desistência da efetivação de cada entrevista era de três tentativas de contato telefônico, nos três expedientes (manhã, tarde e noite), respeitando o limite de 21h30min;
- Quando os contatos eram agendados para a semana seguinte, na semana da aplicação do questionário, foi efetivado um novo contato para a confirmação do comparecimento;
- A duração média de aplicação do questionário foi de 35 a 45 minutos.

A coleta dos dados foi desenvolvida durante quatro (4) meses, de forma intensiva.

#### **4. Construção e aplicação do instrumento**

Para a construção do instrumento, orientamo-nos pelos objetivos da pesquisa avaliativa, a qual busca apreciar tanto o tempo (curto, médio e longo), quanto variáveis de diversas ordens, como o programa considerado, as condições de vida e a apropriação do saber cognitivo e social.

Como a implementação de políticas públicas gera produtos e resultados, podendo também gerar mudanças, tanto objetivas como subjetivas, consideramos este elemento na elaboração do questionário construído, a partir de perguntas “abertas” e “fechadas”, com múltiplas escolhas. A construção do questionário considerou três grandes temas da avaliação pretendida: dados pessoais, informações e avaliações sobre o curso e condições de vida. A divisão do questionário por temas buscou: a) delimitar um perfil do grupo, a partir da configuração dos dados pessoais; b) configurar a avaliação dos cursos de qualificação frequentados; c) investigar as mudanças que associam a qualificação profissional e as condições de vida. Cada um desses temas envolve diversas perguntas, na busca de abarcar o máximo possível das dimensões das mudanças em suas multidimensionalidades, tendo como categorias as noções de condições de vida e de qualificação profissional no processo de globalização. O conjunto das questões que compõem o questionário é que permitiu a construção da análise e das conclusões.

A opção pela utilização do questionário como instrumento de coleta de dados deveu-se a três fatores principais: 1) Utilização do universo da amostra; 2) Amplitude das informações necessárias para um melhor entendimento da questão da qualificação profissional na globalização e os impactos nas condições de vida dos egressos; 3) Agilidade para sistematização dos dados, inclusive para o uso de programas informáticos.

A elaboração do questionário foi facilitada pela experiência profissional anterior da pesquisadora tanto com o público prioritário dos PlanTeQs, como com o planejamento e organização dos cursos, no antigo PLANFOR. Consideramos também o conhecimento dos egressos acerca das temáticas desenvolvidas nos questionários.

O tipo de perguntas contidas nos questionários situa-se na categoria de perguntas abertas e fechadas. Tal escolha buscou atender as seguintes preocupações principais: obter informações sociodemográficas e também aprofundar as opiniões dos egressos. Estas questões consideradas conjuntamente deveriam permitir uma análise que viabilizasse o entendimento dos potenciais e limites dos PlanTeQs e captar as mudanças nas

condições de vida, indicadas pelos egressos e possíveis associações com os cursos de qualificação.

No que se refere às perguntas fechadas, buscamos colocar alternativas de respostas que incluíssem todas as possibilidades esperadas, com alternativas claramente excludentes e facilmente compreensíveis. Para esta construção nos apoiamos nas vantagens inerentes às perguntas fechadas: fáceis de codificar, agilidade para o preenchimento do questionário, não necessidade de escrita (RICHARDSON, 1985, p. 142-159).

Com relação às “perguntas abertas”, o ponto central considerado foi a busca da variedade das respostas possíveis e aprofundamento das opiniões e suas justificativas. No que se refere tanto às avaliações dos cursos quanto às mudanças significativas decorrentes da participação nos mesmos a partir das repercussões nas suas condições de vida, as questões formuladas solicitavam a indicação de até três respostas possíveis ou a explicitação do porquê de uma resposta dada, em geral em sequência a uma pergunta fechada. Por outro lado, foram disponibilizadas de duas a três linhas para o preenchimento das respostas, contribuindo para o balizamento do espaço disponível para as mesmas.

A técnica de coleta de dados adotada foi a interativa. O objetivo foi o de buscar as informações pertinentes ao objeto de estudo, através da fala dos atores sociais (egressos), participantes da qualificação profissional sob estudo. O uso dessa técnica destaca a linguagem e o significado da fala na coleta de informações sobre o tema pesquisado numa situação face a face (MINAYO, 1994, p. 51-67).

Durante o processo de coleta de dados, percebemos que vários egressos não residiam no município do Recife, e sim em outros municípios da Região Metropolitana. Portanto, este foi um dado importante obtido a partir do estudo. Um dos municípios identificados não teve oferta de cursos no ano X e no ano seguinte teve apenas 50 cursos; no ano subsequente, os cursos foram reduzidos para 25, seguindo a tendência de redução do número de cursos oferecidos, observada também no município do Recife, para os anos considerados.

A aplicação dos questionários ocorreu sempre de forma tranquila e cortês, com os egressos demonstrando muito interesse no resultado final da pesquisa. Ocorreu, inclusive, iniciativa do egresso telefonar para informar antecipadamente sobre a impossibilidade de comparecer no dia marcado e buscar remarcar a aplicação do questionário.

## 5. Configuração da análise

O PNQ/PlanTeQ faz parte de uma política pública com objetivos de mudanças ou políticas ativas, portanto, a análise da mesma tem como objetivos as mudanças desejadas nas condições de vida da população alvo.

Para tanto foi necessário verificar não só se o estado desejado ocorreu, ou seja, a qualificação profissional e a obtenção de trabalho ou emprego, mas se a nova situação teve um desenvolvimento positivo, no sentido da melhoria das condições de vida. Do ponto de vista social e político, a valorização do conhecimento e do julgamento dos educandos é um elemento relevante no processo de avaliação.

O procedimento utilizado na análise do questionário considerou a diferença entre “questões abertas e fechadas”. É necessário, portanto, um tratamento diferenciado na análise das mesmas.

No tratamento dado às respostas às “questões fechadas”, cada item foi tratado quantitativamente e acompanhado das respectivas porcentagens. As questões estavam associadas principalmente à construção do perfil dos egressos.

A análise das respostas foi apoiada pelo programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), que é um *software* de aplicação estatística que permite desde o uso de métodos de estatística descritiva simples até análises multivariadas mais complexas, incluindo também a possibilidade de construção de gráficos. A rápida análise estatística efetuada por este programa o tornou um instrumento útil para os objetivos da pesquisa.

“Na análise da informação, as técnicas estatísticas contribuem para verificar informações, auxiliar na interpretação qualitativa, viabilizando conclusões menos subjetivas”. As técnicas qualitativas permitem a

verificação das respostas dos questionários e a expansão da compreensão das mesmas (RICHARDSON, 1985, p. 48).

Na análise das respostas às “questões abertas”, utilizamos como apoio o programa *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte* (ALCESTE). Este realiza de forma automática a análise dos discursos produzidos como respostas às questões formuladas. Tal análise objetiva obter uma primeira classificação estatística em função da distribuição de palavras dentro do enunciado e tem por finalidade apresentar as palavras mais características referentes àquele enunciado.

Na presente pesquisa, cada questionário constitui uma unidade de análise, compondo um conjunto de segmentos de textos que têm como base um conjunto de informações denominado de Unidades de Contexto Inicial (UCIs). Cada UCI identifica o seguinte conjunto de informações: número do sujeito, ano do PlanTeQ, sexo, idade, nível de escolaridade e estado civil do egresso e o curso. Um conjunto de contextos iniciais conforma um *corpus* de análise. As respostas textuais dadas pelos sujeitos compõem, em seu conjunto, as Unidades de Contexto Elementares (UCEs). “As várias UCEs são classificadas a partir da distribuição dos vocabulários em seu sentido semântico e pela raiz das palavras ou formas reduzidas compondo as classes, segundo a distribuição do vocabulário nas UCEs. O conjunto de UCEs é dividido em ‘função da frequência das formas reduzidas’ que geram uma matriz que produz uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), produzindo a classificação final”. (CAMARGO, 2001, p. 4).

A descrição das classes de UCEs é feita, então, a partir de um dendrograma (árvore) de CHD, que informa a relação entre as classes (R) e informa, ainda, as UCEs mais características de cada classe. As UCEs podem incluir também a identificação dos sujeitos, dos cursos frequentados, as idades e o estado civil típico ou peculiar a cada classe. Uma classe representa um tema extraído do texto. O *corpus* é o conjunto de informações ou dados a ser analisado e classificado pelo programa, o que serve de base à análise a ser efetuada pelo ALCESTE e gerará a composição das classes obtidas.

A construção dos arquivos, a partir dos dados dos questionários, para trabalhar com o ALCESTE, seguiu a seguinte orientação: cursos, mudanças, em consonância com a proposta de análise.

Para a efetivação da análise, consideraram-se os relatórios trabalhados tanto pelo SPSS quanto pelo ALCESTE. Procurou-se configurar os dados estatísticos e os dados qualitativos na perspectiva de enriquecer a análise, tomando por base os dendrogramas elaborados pelo ALCESTE, referentes a CHD do *corpus*. Consideraram-se, na análise, as categorias de qualificação profissional, condições de vida e globalização.

A interpretação dos dendrogramas respeitou as relações existentes entre as classes e os conteúdos de cada uma das classes. Os dados estatísticos fornecidos pelo SPSS foram incorporados a esta análise de acordo com a sua pertinência. Tal articulação contribuiu na interpretação qualitativa e viabilizou conclusões menos subjetivas.

Dentro da perspectiva de que o PNQ/PlanTeQ trabalha com uma população socialmente desfavorecida, privilegiamos não só o sistema de conhecimento dos indivíduos, mas também a busca dos propósitos das políticas, de sua execução e das mudanças sobre as condições de vida de seu público prioritário.

## Referências

ARRECH, Marta T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 29-39.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUZA, Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação: uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 75).

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica*. Análise e conjuntura, Belo Horizonte, vol, n. 3: set/dez 1986. (p. 107-127)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHE, Crhis. *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGS*. (edição adaptada para o Brasil OBONG; tradução: Tisel Tradução e Interpretação Simultânea Escrita). São Paulo: Cortez: ABONG: Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

## CAPÍTULO 7

# Apropriação do princípio da integralidade na política de saúde e a análise documental como estratégia de pesquisa

*Renata Ramos Severo*

### 1. Introdução

Para discutirmos a apropriação do princípio da integralidade na política de saúde, empreendemos, no processo da pesquisa, momentos diferenciados que foram aos poucos se desdobrando. Inicialmente procedemos ao levantamento bibliográfico sobre a integralidade na saúde a fim de identificarmos como o tema é discutido nesse campo.

Nos estudos, identificamos que a integralidade é debatida numa perspectiva mais focalizada, isto é, no âmbito do exercício profissional como elemento necessário para o desenvolvimento das práticas individuais e coletivas através do trabalho em equipe; e, como elemento fundamental, a organização da política, com ênfase para a atenção a problemas específicos de saúde. Na discussão da integralidade, de forma mais ampliada, verificamos a perspectiva que parte para uma análise que se aproxima da intersetorialidade na saúde com a realização do trabalho em rede, enquanto estratégia de gestão.

Foi possível identificar, ainda, no levantamento bibliográfico, a integralidade apresentada como uma dificuldade e uma potencialidade da política e, entre as fragilidades para sua efetivação: a análise baseada na fragmentação do conhecimento, na disciplinaridade da formação

profissional, no enfoque do modelo biomédico, entre outras. As principais discussões fundamentam-se na análise da estruturação da política, na formatação e operacionalização do SUS e no âmbito do exercício profissional.

As reflexões teóricas sobre o tema agregaram conhecimentos que contribuíram para a análise acerca da apropriação desse princípio nos documentos recentes da política, isto é: nos Relatórios da 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde e no Plano Estadual de Saúde de Pernambuco (PES/PE – 2008/2011). No marco legal, a integralidade é apropriada de modo vinculado à saúde a partir de sua dimensão ampliada e do modelo universalizante de saúde, que sofre os embates do modelo privatista de saúde, desde a proposição do SUS, no contexto de uma sociedade de capitalismo tardio. Nas análises de estudiosos do tema, encontramos a integralidade sendo apropriada segundo diferentes definições, usos e dimensões do termo.

Nosso entendimento é de que a apropriação do princípio da integralidade na política de saúde pode-se dar a partir da visão de totalidade, do entendimento da saúde, em sua dimensão ampliada, como bem público e direito universal, ou mediante o entendimento que se afasta dessa perspectiva e ocorre por meio do desenvolvimento de ações fragmentadas e limitadas pelo entendimento de saúde, simplesmente, como ausência de doença e como bem de consumo.

Dessa forma, essas perspectivas de saúde ou de atenção à saúde que se relacionam ao modo de se entender a apropriação de integralidade – embora estejam perpassadas pelas questões dos processos formativos de profissionais, que ocorrem de modo fragmentado e baseado em especialidades, bem como da fragmentação na organização e condução da política que apresentam dificuldades nos processos de regionalização, hierarquização e descentralização dos serviços – não dependem, fundamentalmente, de ajustes nas práticas profissionais individuais, coletivas ou nos instrumentos de gestão. A questão maior que permeia a apropriação do princípio da integralidade na política de saúde refere-se à direção

que se tem dado a essa política no Estado de capitalismo tardio, voltado, prioritariamente, para o mercado e geração de lucro.

Entendemos que, no bojo da reforma do Estado, a saúde, enquanto direito social público, norteadada pelos princípios da universalidade, equidade e **integralidade**, e inserida no conjunto mais amplo de políticas sociais, passa a ser compreendida numa outra lógica – como bem de consumo –, atrelada aos mesmos mecanismos ditados pela sociedade de mercado. Nessa lógica, são colocadas como principais dificuldades de sua materialização e efetivação as fragilidades nos mecanismos da eficiência na gestão e na frágil qualificação dos profissionais. Na proposta atual da política, evidencia-se uma atenção à saúde de forma focalizada que propõe o atendimento para um grupo restrito, com ações mínimas realizadas pelo Estado, e o repasse ao mercado das ações e serviços lucrativos, para os que podem pagar.

## **2. A armatura metodológica para a análise dos documentos**

A amplitude do tema acerca do princípio da integralidade na política de saúde levou-nos a delimitar nossa análise ao entendimento acerca da apropriação do princípio na política de saúde a partir de documentos recentes e que trouxessem o resultado de discussões realizadas por distintos sujeitos sociais. Assim, na armatura metodológica para análise dos documentos, nos utilizamos da pesquisa qualitativa e a estratégia de análise documental, buscando analisar o conteúdo da abordagem do princípio da integralidade nos Relatórios da 12ª e 13ª Conferência Nacional de Saúde e no Plano Estadual de Saúde de Pernambuco (PES/PE – 2008/2011).

Acompanhamos Cellard (2008), quando ao justificar o uso de documentos, aprecia a riqueza de informações que deles pode se extrair:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição

referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o **único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente**. (p. 295, grifo nosso).

A definição dos documentos se deu a partir de alguns questionamentos; afinal por que saber sobre a apropriação do princípio da integralidade na política de saúde, atualmente? Qual a relevância disso para a discussão e aprofundamento acerca do princípio? Por que os relatórios das conferências e o plano estadual, e não outros documentos? Sobre esses questionamentos, vale ressaltar o que nos afirma o apontamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS):

[...] às conferências de saúde cabe a atribuição de **“definir as diretrizes** para a política de saúde” (BRASIL, 1990a, art. 1º, § 1º), a transformação dessas diretrizes em ações efetivas, permitindo que a vontade social expressa nas recomendações se converta em realidade, é responsabilidade compartilhada entre as instituições do Estado e os conselhos de saúde. [...] **O que os processos de gestão democratizados permitem é ouvir os interesses das diferentes partes e incorporá-los no planejamento de suas respectivas atividades, procurando caminhos que tornem possível atender à maior parte das demandas e buscando responder aos objetivos de equidade** (2009, p. 34-35, grifo nosso).

Entendemos que compreender a apropriação do princípio da integralidade na política de saúde a partir da análise de documentos atuais e que representam o resultado de discussão coletiva com a participação de distintos sujeitos sociais: gestores, profissionais e usuários; bem como através da análise do Plano que representa um instrumento de gestão, também com a participação desses sujeitos sociais, caracteriza-se como um **caminho** para fundamentação das análises relacionadas

ao entendimento acerca da efetivação desse princípio no âmbito de sua materialização.

Não obstante compreendermos que para a ampliação de direitos sociais a representação e expressão das necessidades e demandas coletivas nos espaços legítimos de participação e controle social é apenas o primeiro passo, transformar as resoluções das conferências, os objetivos, as diretrizes e as metas do Plano de saúde, em realidade, são resultados de profundas mudanças sociais, que alteram equilíbrios de poder e dependem da existência de sujeitos políticos capazes de promover essas mudanças.

A apropriação do princípio na política de saúde, a partir dos documentos recentes, possibilita identificar a direção dada ao sistema de saúde e a perspectiva de cuidado e atenção em saúde assumida. Assim, na análise dos relatórios, partimos do entendimento de que as conferências, ainda que sejam espaços onde as forças hegemônicas, por vezes, possam exercer posições contrárias à saúde como direito e bem público ou contrapor-se aos interesses da classe trabalhadora, constituem-se em espaços legítimos de discussão responsáveis por avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nas diferentes esferas de gestão (Lei 8.142, de 28.12.90).

Os relatórios das conferências são documentos de **avaliação da política**, em que são definidas novas resoluções debatidas por distintos atores da sociedade: usuários, profissionais, sociedade civil organizada e gestores. Escolhemos analisar a 12<sup>a</sup> e a 13<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde (CNS) por se tratar de conferências mais recentes, a primeira realizada em 2003 e a segunda, em 2008, o que a nosso ver possibilitaria perceber, dada a distância de realização da 8<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde em que houve a proposição do SUS em 1986, como atualmente vem sendo apropriado e discutido o princípio da integralidade.

A intenção se assenta no desvelamento das resoluções acerca do princípio, compreendendo que o sentido apreendido acerca da integralidade pelos distintos atores da política influencia diretamente na condução e materialização do mesmo.

No que se refere ao Plano<sup>1</sup> Estadual de Saúde de Pernambuco – 2008/2011 (PES/PE), a escolha se deu considerando que esse estado tem conduzido a política de saúde com base no modelo de gestão fortemente marcado pela relação público-privado. Nesse sentido, refletir como o ente federativo estadual conforma suas ações em relação à integralidade – princípio basilar do SUS, é entender o sentido de cuidado e atenção à saúde apropriado na política, no contexto da esfera estadual.

No processo de análise, adotamos os seguintes **procedimentos**: 1) breve contextualização histórica na qual foi produzido o documento; 2) observação da lógica e estrutura interna da elaboração do documento; 3) seleção de trechos que referem o princípio da integralidade ou a aspectos a ele relacionados; 4) leitura e análise dos trechos selecionados, considerando os elementos do contexto em que o princípio da integralidade foi colocado; 5) agrupamento em cada documento dos sentidos em que o princípio da integralidade foi utilizado por meio da elaboração das classificações dos dados (MINAYO, 2004).

Na análise dos relatórios, construímos quadros para classificações dos usos e dimensões do princípio que emergiram do texto, destacando a palavra integralidade e os aspectos a ela relacionados, segundo a reflexão teórica de estudiosos do tema. No PES/PE, buscamos analisar o conteúdo a partir de dois componentes de estruturação do Plano, que apresentaram informações significativas em relação aos aspectos do princípio da integralidade, quais sejam: **Análise Situacional do Estado e Objetivos, Diretrizes e Metas**. Para a apresentação das análises realizadas destacamos trechos dos documentos e buscamos enfatizar a apropriação dada ao princípio nos documentos.

Nesse estudo, foram utilizados documentos escritos (impressos) relativos à política de saúde – os relatórios das Conferências estão disponíveis

---

1 O Plano de Saúde – nas instâncias federal, estadual e municipal – é preconizado pela LOS como parte do processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de forma ascendente, do nível local até o federal, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizam as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos. Suas diretrizes são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa (LOS nº 8.080 de 19.09.90, art. 36, 37).

no site do Conselho Nacional de Saúde e o Plano Estadual de Saúde de Pernambuco – 2008/2011 (PES/PE) foi obtido mediante o contato com a Secretaria Estadual de Saúde.

### 3. Síntese das discussões e análises

A pesquisa foi realizada buscando-se apreender, nos diversos itens que compõem os Relatórios das Conferências e o Plano Estadual de Saúde, os aspectos que permitem desvelar o sentido sobre como o princípio da integralidade é apropriado<sup>2</sup>, visto que, nos últimos anos, o entendimento das categorias utilizadas pelo Movimento de Reforma Sanitária, que culminaram na proposição do SUS, vêm sendo ou descartadas ou refuncionalizadas. Outras categorias e conceitos vêm sendo utilizados, enfatizando-se “as políticas que atuam diretamente nos comportamentos e práticas individuais”, que são importantes, mas se trabalhadas de forma isolada, podem reproduzir uma lógica, no interior da política, de responsabilização individual sobre o processo saúde-doença (SOARES, 2010, p. 93).

Assim, para nortear a análise consideramos a integralidade sob duas perspectivas: na **primeira perspectiva**, o princípio é pensado no contexto da saúde sob uma visão pautada na totalidade dos processos, da saúde em sua dimensão ampliada, compreendida a partir dos determinantes e condicionantes sociais – condições de vida (moradia, alimentação, infraestrutura sanitária, lazer, etc.); da estruturação da política como resposta do Estado às necessidades da população e ao processo de produção e reprodução das relações sociais, bem como direito público e universal.

Na **segunda perspectiva**, consideramos a inclusão do princípio da integralidade, a partir da análise de que se trata de um princípio constitutivo da política forjada nas contradições presentes no contexto da sociedade capitalista, em que a política pública de saúde é constituída sob fortes embates do projeto privatista de saúde.

---

2 Por apropriação compreendemos o ato ou efeito de apropriar(-se), de se tornar próprio. Buscamos o sentido, a direção dada ao princípio.

Com esses entendimentos, a análise dos dados foi realizada a partir do agrupamento das resoluções em torno do processo de classificação dos aspectos que emergiram dos relatórios. Na primeira classificação geral, a integralidade aparece sendo apropriada como “preceito constitucional, princípio de uma política de direito, devendo ser obedecida” (Quadro 2). Ou seja, por se tratar de um princípio de uma política de direito, as resoluções apontam a exigência de que seus princípios se concretizem no atendimento das necessidades de saúde.

Entretanto, a política de saúde é composição contraditória de interesses sociais difusos que partem da reivindicação das classes trabalhadoras e das classes dominantes, sendo mediada pela ação do Estado, que no movimento de tencionamento, busca atender às necessidades de ambas as classes, sendo a consciência dos fatores políticos, econômicos e sociais da realidade determinante na capacidade de tencionar e na busca de transformações nas políticas (BEHRING e BOSCHETTI, 2009).

Na segunda classificação geral dos dados na análise dos relatórios, verificamos outro conjunto de resoluções que se referem ao sentido de “integralidade como desafio/limite à efetivação da política de saúde” (Quadro 2). Esse aspecto se destaca entre as resoluções dos relatórios na medida em que são indicadas recomendações, estratégias e elementos para a viabilização do princípio da integralidade com vistas à superação e/ou enfrentamento das dificuldades de viabilização da política.

Chama-nos a atenção nas duas classificações gerais que as resoluções ao referirem a integralidade as fazem mencionando, paralelamente, **processos de articulação** entre:

- **Esferas de gestão – Município, Estado e União:** Ênfase dada às responsabilidades de cada esfera de governo e aos níveis de atenção/cuidados: básica, média e alta complexidade;
- **Ações e serviços:** Promoção, prevenção e assistência;

- **Políticas de saúde e demais políticas setoriais – dimensão intersectorial:** Assistência social, habitação, saneamento, emprego, renda, lazer, educação, entre outras;
- **Diferentes áreas de saberes que são desenvolvidas por equipe multiprofissional:** Considerando o conceito ampliado de saúde e a perspectiva multi e interdisciplinar;
- Ações intrassetoriais;
- Ensino, pesquisa e extensão;
- Rede pública e conveniada.

As classificações específicas que emergiram da análise dos relatórios trouxeram a **articulação** como **elemento fundamental à operacionalização da integralidade**.

No que se refere à análise do PES/PE, buscamos analisar como a integralidade é apropriada partindo dos componentes de sua estruturação. Enfatizamos os componentes:

- **Análise situacional do Estado**, que demonstra dados referentes a condições de saúde da população, determinantes e condicionantes, e gestão;
- **Objetivos, diretrizes e metas**, que demonstram os eixos prioritários, correspondentes às principais demandas da população e às linhas de ação propostas.

Nesses componentes, de onde emergiram unidades de textos relacionadas aos aspectos de integralidade destacados na discussão teórica realizada a partir do levantamento bibliográfico, tomamos como elementos orientadores da análise: a) condicionantes e determinantes sociais/ Intersetorialidade; b) ações e serviços que articulem promoção, prevenção e assistência em todos os níveis de complexidade do sistema; c) respostas a problemas específicos de saúde e Integralidade articulada ao exercício profissional (prática multidisciplinar).

## 4. O princípio da integralidade nas 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde (CNS)

Com o tema central *Saúde: direito de todos e dever do Estado - o SUS que temos e o SUS que queremos*, a 12<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde (CNS) foi estruturada a partir de dez eixos temáticos (Quadro 1) e contou com a participação de “mais de 4.000 cidadãos” (BRASIL, 2004, p. 15), sendo precedida por cerca de 3.100 conferências municipais e 27 estaduais. Os debates foram realizados em 135 grupos de trabalho e foram apresentadas 723 diretrizes relativas aos 10 eixos temáticos tratados, além de 90 moções de caráter geral. O relatório foi publicado um ano depois (CONASS, 2008, p. 20-21).

A 13<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde (CNS) teve como tema central *Saúde e qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento* e foi precedida por 4.413 conferências municipais e 27 estaduais. Contou com 3.068 delegados, 302 observadores e 210 convidados e seus debates foram organizados em torno de três eixos temáticos que geraram 691 resoluções e 157 moções (ibidem, p. 21). A 13<sup>a</sup> CNS foi a maior já realizada, tanto em número de participantes, como em número de resoluções aprovadas.

Nos relatórios da 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> conferências, verificamos, nos eixos temáticos dentre as diretrizes, resoluções e moções aprovadas, que 42 fizeram referência à **integralidade**. Os números de resoluções de uma forma geral refletem a complexidade das demandas e interesses presentes nas conferências, contudo podem representar ao mesmo tempo uma pulverização de propostas e possíveis perdas nos conteúdos para o que se deseja aprovar entre as prioridades, bem como dificuldades para a exequibilidade. Tal análise, não diferentemente, recai sobre as resoluções referentes ao princípio da integralidade.

Nas resoluções decorrentes dos dez eixos temáticos da 12<sup>a</sup> CNS, vamos verificar que **o princípio da integralidade atravessa os conteúdos das mesmas, sendo mencionado segundo reivindicações específicas**.

Quanto ao relatório da 13<sup>a</sup> CNS, sua estruturação interna apresenta três eixos temáticos. Em cada eixo, há uma indicação para proposições

inéditas, sendo possível verificar também a **referência ao princípio da integralidade em todos os eixos temáticos.**

### QUADRO 1: Temas da Conferências Nacionais de Saúde.

Conferência (Ano)	Tema Central	Eixos temáticos	Diretrizes e moções	Referência ao princípio da integralidade
12ª CNS 2003	Saúde direito de todos e dever do Estado, o SUS que temos e o SUS que queremos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Direito à saúde.</li> <li>2. A Seguridade Social e a saúde.</li> <li>3. A intersetorialidade das ações de saúde.</li> <li>4. As três esferas de governo e a construção do SUS.</li> <li>5. A organização da atenção à saúde.</li> <li>6. Controle social e gestão participativa.</li> <li>7. O trabalho na saúde.</li> <li>8. Ciência e tecnologia e a saúde.</li> <li>9. O financiamento da saúde.</li> <li>10. Comunicação e informação em saúde.</li> </ol>	723 e 90	24
13ª CNS 2008	Saúde e qualidade de vida, políticas de estado e desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desafios para a efetivação do direito humano à saúde no Século XXI: Estado, sociedade e padrões de desenvolvimento.</li> <li>2. Políticas públicas para a saúde e qualidade de vida: o SUS na Seguridade Social e o pacto pela saúde.</li> <li>3. A participação da sociedade na efetivação do direito humano à saúde.</li> </ol>	691 e 157	18

**Fonte:** Relatórios da 12ª e 13ª conferência. Elaboração própria, 2012.

## QUADRO 2: Classificações de análises.

Classificação geral de análise	Classificações Específicas
A Integralidade como princípio na política de saúde – enquanto política de direito.	Articulação entre ações e serviços de promoção, prevenção e assistência.
	Articulação entre níveis de atenção: básica, média e alta complexidade.
	Definições de papéis entre instância governamental (município, estado e união)
	Articulação intersetorial
	Pactuação intrassetorial
	Articulação multiprofissional (perspectiva multi e interdisciplinar)
A Integralidade como desafios/ limites à efetivação da política de saúde.	Articulação entre universidades, secretarias de saúde e movimentos sociais na formulação de políticas
	Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
	Mecanismos de articulação – rede pública e privada conveniada.

Fonte: Relatórios da 12ª e 13ª conferência. Elaboração própria, 2012.

Nas duas classificações que estamos tomando como base para a nossa análise, a **articulação** aparece como elemento chave da apropriação da **integralidade** na política de saúde. Desse modo, convém explicitar o que vem a ser articulação:

Epistemologicamente, articulação é um modo de pensar as estruturas do que nós conhecemos como um jogo de correspondências, não correspondências e contradições, como fragmentos na constituição do que nós entendemos como unidades. Politicamente, articulação é um modo de trazer ao primeiro plano a estrutura e o jogo de poder que acarreta em relações de dominação e subordinação. Estrategicamente, articulação garante um mecanismo para dar forma à intervenção em formações, conjunturas e contextos sociais particulares. (SLACK, 1996, p. 112 apud HYPOLITO e LEITE, 2006, p. 6).

Nesse sentido, a articulação é um conceito que permite compreender e se aproximar de mecanismo de operacionalização da política de saúde, por meio de processos de criação e reelaboração de conexões ou coordenações de ações, serviços, responsabilidades e papéis que diferem entre si, mas mantêm uma unidade. Nos processos de articulação, há implícitas relações políticas de dominação e subordinação. Os processos de articulação não são compreendidos como soma de partes ou elementos, mas como ferramenta conceitual para se entender as estruturas e intervir sobre elas, compreendendo as dinâmicas e os movimentos dos embates sociais, as formações, conjunturas e contextos.

Assim, o princípio da integralidade é apresentado nas resoluções dos relatórios a partir de articulações entre diferentes elementos, como esferas de governo, níveis de cuidados, ações e serviços de promoção, prevenção e assistência, articulação intra e intersetorial e a partir da articulação de saberes e práticas, por meio de equipes multiprofissionais e a partir do binômio público e privado.

Pudemos identificar nas resoluções das duas conferências em tela que **a integralidade deve nortear a articulação intersetorial** em relação ao acesso a outras políticas com vista à melhoria nas condições de vida. Neste sentido, os documentos mencionam a **participação das políticas** de: educação, habitação, saneamento, lazer, etc. articulada à política de saúde.

## **5. O princípio da integralidade no Plano Estadual de Saúde de Pernambuco (PES/PE – 2008/2011)**

O Plano Estadual de Saúde de Pernambuco (PES/PE) – com o tema Pernambuco para todos – é apresentado como uma declaração pública de intenções e de busca de resultados a serem alcançados no período de quatro anos – 2008 a 2011<sup>3</sup>. A sua elaboração resulta da participação de

---

3 Convém ressaltar que se trata do plano de gestão do primeiro mandato do governo de Eduardo Campos, que foi considerado um dos melhores governadores do Brasil, ocupando a primeira posição entre governadores de oito estados, mais o Distrito Federal, em pesquisa realizada pelo

diferentes atores sociais, entre os quais: os representantes da Secretaria Estadual de Saúde (SES), o Colegiado de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) e a sociedade civil organizada representada pelo Conselho Estadual de Saúde (CES). O PES/PE ressalta informações acerca do Sistema de Planejamento do SUS (Planeja SUS<sup>4</sup>), e tem como elementos de sua composição<sup>5</sup>: Introdução, Estratégia de Construção; Objetivo Geral; Caracterização do Estado; Análise Situacional; Objetivos, Diretrizes e Metas; Monitoramento e Avaliação; Considerações Finais; Referências e Bibliografias Recomendadas.

Dentre esses componentes, para discussão acerca dos aspectos referentes à integralidade, escolhemos: a Análise Situacional do Estado que contempla os eixos – Condições de Saúde da População, Determinantes e Condicionantes Sociais e Gestão, e o componente Objetivos, Diretrizes e Metas que destaca os eixos – Políticas Específicas de Saúde, Organização das Ações e Serviços de Saúde, Condicionantes e Determinantes através da realização de dois Programas governamentais, quais sejam “Mãe Coruja” e “Chapéu de Palha”, e Gestão em Saúde, conforme aponta o Quadro 3.

Inicialmente pudemos perceber que a integralidade é incorporada no texto desde a análise situacional, visto que se trata de um documento que traz em seu bojo um conjunto de elementos que não podem prescindir dos princípios que fundamentam a política de saúde. Neste sentido, o SUS como estratégia principal de operacionalização da política de saúde e seus princípios basilares são citados como referência e norte do documento.

---

Datafolha entre os dias 17 e 19 de novembro de 2010, obtendo 80% de aprovação. No campo da saúde, seu governo tem sido marcado pela proposta de construção das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), caracterizada pelo novo modelo de gestão centrado na participação público-privado.

- 4 Sistema que visa difundir a prática de planejamento estratégico e participativo em todo o território brasileiro, possibilitando um melhor aproveitamento das oportunidades e desenvolvimento de rotinas de monitoramento e avaliação nas três esferas de governo para a implantação de uma nova cultura de planejamento no país (PES/PE, 2008-2011, p. 23).
- 5 Entre os documentos que foram utilizados como referências estiveram: Plano Plurianual (PPA 2008-2011), Plano de Ação 2007 da SES, propostas aprovadas durante a 6ª Conferência Estadual de Saúde, Relatório Anual de Gestão 2006 e versão preliminar 2007, Pacto pela Saúde, PES 2005-2007 e legislações pertinentes a cada linha de ação (PES/PE 2008/2011, p. 25).

Instrumentalizar a gestão para o gerenciamento do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito estadual, durante quatro anos, expressando uma análise situacional seguida de objetivos, diretrizes e metas, construídos com a participação de gestores e técnicos do SUS, bem como do controle social estadual, a partir da definição de prioridades e em consonância com os princípios do SUS – universalidade, **integralidade**, equidade, descentralização, regionalização e participação da sociedade (PES/PE-2008/2011, p. 28, grifo nosso).

Na **análise situacional** da saúde do estado Pernambuco, o Plano destaca eixos orientadores (Quadro 3), que são apresentados mediante a definição do perfil demográfico, socioeconômico e epidemiológico, bem como da análise da organização das ações e serviços de saúde.

O perfil demográfico contempla aspectos do crescimento populacional, da estrutura etária da população, taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer, índice de envelhecimento, a taxa bruta de mortalidade e

**QUADRO 3: Estruturação do Plano Estadual de Saúde – Componentes Prioritários**

Planos	Componentes	Eixos
PES/PE 2008/2011	Análise Situacional	Condições de Saúde da População
		Determinantes e Condicionantes
		Gestão em Saúde
	Objetivos, Diretrizes e Metas	Condições de saúde da população: – Políticas específicas (grupos vulneráveis, intervenções específica, controle de doenças e agravos). – Organização das ações e serviços de saúde
		Condicionantes e determinantes – Ações governamentais/intersectorialidade – Programas: “Mãe Coruja” e “Chapéu de Palha”.
		Gestão em Saúde.

Fonte: Plano Estadual de Saúde. Elaboração própria, 2012.

a mortalidade proporcional por idade. No que se refere ao perfil socioeconômico, são destacadas questões relacionadas às principais atividades econômicas, população economicamente ativa, índices de renda segundo raça/cor, taxa de desemprego, indicadores educacionais, saneamento e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No item perfil epidemiológico, são destacadas as dimensões de morbimortalidade, situação sanitária de grupos vulneráveis e focalização em áreas de intervenção específica.

Verificamos, na exposição do perfil epidemiológico, elementos referentes à **necessidade de integralidade na atenção à saúde** que aparecem, implicitamente, na incapacidade da política através das unidades de serviços e de profissionais qualificados para prestar o atendimento adequado à população, bem como mediante as situações de adoecimento que demonstram a impossibilidade de serem enfrentadas apenas pelo viés da doença, pois reclamam a intervenção de outras políticas.

No componente referente à organização das ações e serviços de saúde do PES/PE, essa é analisada a partir de cinco vertentes: vigilância em saúde, atenção primária, assistência ambulatorial especializada, assistência hospitalar, assistência de urgência e emergência, assistência farmacêutica e assistência laboratorial.

Na vertente vigilância em saúde, a necessidade da integralidade nas intervenções aparece ao se problematizarem as questões de saúde associando as mudanças mundiais nos padrões da produção e circulação de capital e pessoas às alterações ambientais e nos padrões de comportamento humano e das doenças, observados nas últimas décadas (PES/PE, p. 55). Nesse contexto, a realidade brasileira é destacada:

No Brasil essa realidade convive com o crescimento populacional num cenário de desigualdade social que nem sempre obedece a um padrão urbano planejado para promover condições adequadas de saúde. Surge assim, um quadro de morbidade marcado pelas doenças já conhecidas e por novas doenças, ao lado de doenças reemergentes, que persistem na população ou se revelam por meio de surtos e

epidemias, exigindo o aprimoramento contínuo da vigilância em saúde. (PES/PE, 2008-2011, p. 55).

O aprimoramento contínuo da vigilância em saúde está relacionado ao conceito ampliado de saúde que considera fatores biopsicossociais do adoecimento e exigem ações articuladas entre níveis de gestão e serviços de promoção, prevenção e assistência. Outro aspecto refere-se à organização do trabalho e da produção que reflete diretamente sobre as questões ambientais, o que traz rebatimentos nas condições de vida e saúde da população:

As condições ambientais influenciam diretamente na saúde da população e nas necessidades estruturais dos serviços de saúde para o tratamento de doenças. A falta de saneamento básico, a infraestrutura das cidades, o desmatamento, a ocupação desordenada do solo, além da qualidade da água, ar e solo são aspectos ambientais que necessitam ser monitorados para a detecção de fatores determinantes de morbidade. (PES/PE, 2008-2011, p. 58-59).

Quando o Plano discorre sobre a vertente da **atenção primária**, claramente explicita o **princípio da integralidade**, apresentando-o a partir da realização do trabalho em rede e do estabelecimento de fluxos de referência e contrarreferência:

A partir dos princípios da universalidade e integralidade das ações de saúde, as redes propostas terão como objetivo a garantia de assistência aos pacientes nos vários níveis de complexidade, estabelecendo fluxos de referência e contrarreferência, assim como mecanismos de avaliação, supervisão e controle da assistência prestada. (PES/PE, 2008-2011, p. 62).

Os processos de referência e contrarreferência em saúde são considerados a partir da regionalização e hierarquização dos serviços de atenção primária e especializados. Por serviços de referência compreende-se o trânsito do nível menor para o de maior complexidade. Inversamente,

a contrarreferência compreende o trânsito do nível de maior para o de menor complexidade. Esses trânsitos podem ser estabelecidos entre unidades de serviços públicos e entre serviços públicos e privados, convenientes ao sistema.

O atendimento das necessidades de saúde da população no que se refere à rede de serviços públicos de média e alta complexidades se constitui em desafio à efetivação da integralidade, visto que, nessa relação, os investimentos na rede de serviços públicos são cada vez menores em relação ao privado.

O PES/PE reforça que a estruturação de redes de referência especializadas deve ocorrer a partir da atenção básica, através do princípio da hierarquização, e ressalta a atuação do Programa Saúde da Família (PSF), conforme destacado no trecho seguinte:

A integralidade entre os níveis ou pontos da atenção figura como aspecto crítico a ser enfrentado na perspectiva de ampliar o acesso da população aos serviços de saúde. A estruturação de redes de referência especializada a partir da atenção primária, tendo por princípio a hierarquização do Sistema de Saúde, constitui um aspecto central para organização do SUS em Pernambuco, uma vez que as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, de forma integral e contínua, devem se dar através do Programa Saúde da Família (PSF). (Ibidem, p. 62).

Vale destacar que o Programa Saúde da Família (PSF), mesmo constituindo-se como prioridade da política de saúde pública, não atende à universalidade de sua demanda, “caracterizando-se também como programa básico e precarizado, centralizado numa equipe reduzida (médicos, enfermeiros, odontólogos, técnicos de enfermagem), sem condições de uma efetiva promoção da saúde” (SOARES, 2010, p. 46).

Ainda, segundo a referida autora,

É importante ressaltar a distinção entre a defesa da atenção básica como relevante estratégia na organização dos serviços que consta no projeto de reforma sanitária, e a proposta

da atenção básica parametrada na focalização da pobreza. Enquanto que a primeira proposição defende a atenção básica numa perspectiva universalizante, integrando ações de caráter coletivo e ações tipicamente de assistência médica, relacionando-se à democratização e à participação social; a segunda defende uma atenção básica focalizada, direcionada para os aspectos individuais da assistência, numa concepção restrita, distanciando-se das três grandes funções da política de saúde pública: a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a reabilitação. (VIANA e FAUSTO, 2005 apud SOARES, 2010, p.46).

No que se refere aos determinantes e condicionantes sociais como medidas intersetoriais – que interferem na situação de saúde ou da atenção à saúde –, são apresentados pelo PES/PE a partir da realização de dois programas estaduais: o *Programa Mãe Coruja* e o *Programa Chapéu de Palha*. No âmbito desses programas, que estão voltados para grupos específicos e/ou vulneráveis – quais sejam mulheres e crianças de 0 a 5 anos e trabalhadores rurais, respectivamente –, são buscadas medidas intersetoriais através de ações articuladas em saúde, educação, desenvolvimento e assistência social. Porém para os demais grupos vulneráveis apontados no PES/PE as ações intersetoriais relacionadas aos determinantes e condicionantes sociais aparecem apenas de forma pontual.

Ora, a saúde é estabelecida segundo fatores multideterminados, ou seja, segundo explicações biológicas, psicológicas e sociais. Seus determinantes sociais são definidos<sup>6</sup> a partir das condições mais gerais socioeconômicas, culturais e ambientais de uma sociedade, e relacionam-se com as condições de vida e trabalho de seus membros, como habitação, saneamento, ambiente de trabalho, serviços de saúde e educação, incluindo também a trama de redes sociais e comunitárias. Realizar a organização da gestão das ações em saúde, distantes desses fatores, é restringi-la a intervenções focalizadas e fragmentadas.

---

6 Definição da Comissão de Determinantes Sociais da Saúde. Site: <http://www.determinantes.fiocruz.br/>

O componente *Gestão em Saúde* é apresentado, na estruturação do PES/PE, a partir da análise do planejamento, descentralização/regionalização, financiamento, participação social, gestão do trabalho em saúde, educação em saúde, informação em saúde e infraestrutura. Nesse componente, em relação à integralidade, os aspectos que se destacam referem-se à Programação Pactuada Integrada (PPI) que está implantada em todos os municípios do estado nos moldes estabelecidos pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS - 01/02).

A PPI foi estabelecida pela NOAS (01/02) no sentido de propor a organização de grupo de municípios em uma rede funcional regionalizada – módulos assistenciais, microrregiões, macrorregiões e regiões – com base em territórios autossuficientes em atenção primária à saúde, em atenção mínima de média complexidade, em atenção de média complexidade e em atenção de alta complexidade (MS, 2002).

Sobre essas pactuações que respondem pelos mecanismos de articulação entre ações e serviços da atenção básica e especializados, o PES/PE refere inúmeras dificuldades. Assim, destaca:

Como decorrência da precária interação entre a PPI e os demais instrumentos de planejamento e pela reconhecida incipiência dos processos de planejamento nas três esferas de gestão, a programação da assistência tem sido exercida de forma isolada, restringindo suas potencialidades e reduzindo-a, muitas vezes, a sua dimensão apenas financeira. A articulação entre as demandas decorrentes da programação da atenção básica e as programações da média e alta complexidade inexistem, bem como com a programação da Vigilância em Saúde. O processo de programação é pouco integrado com as redes regionalizadas e hierarquizadas de serviços e com o processo de regulação do acesso, apresentando fragilidade de mecanismos que garantam a efetivação dos pactos firmados entre os gestores. (PES/PE, p. 82).

O PES destaca as dificuldades de articulação e de planejamento das ações decorrentes das demandas da atenção básica em saúde e das

demandas da Média e Alta Complexidade, articulação que, muitas vezes, se restringe à dimensão orçamentária. Verifica-se que, apesar dos aspectos positivos, é complexa a pactuação de referências intermunicipais necessárias à habilitação das microrregiões de saúde. Nesse sentido, para **pensar a integralidade na perspectiva da organização das ações em rede**, faz-se necessário refletir sobre as limitações da capacidade de planejamento e coordenação das secretarias estaduais de saúde e ausência de uma cultura regulatória própria coerente com os princípios do SUS.

A referência aos aspectos da integralidade, vão se repetindo ao longo das propostas referentes ao controle de doenças e agravos, na organização das ações e serviços de saúde, no planejamento, monitoramento e avaliação da política de saúde no estado, sendo destacada, ainda, como algo a ser alcançado, buscado e perseguido.

## 6. Considerações finais

A política de saúde e o SUS, enquanto sua principal estratégia de operacionalização, impõem respostas a vários desafios próprios de sua implementação e desenvolvimento. Entre eles, destacamos, nesse estudo, um de seus princípios basilares, isto é, a integralidade na atenção à saúde. Buscamos desvelar como o princípio da integralidade é apropriado na política de saúde, visto que a **ausência** e/ou **fragilidade** no atendimento das necessidades de saúde, a partir de seus determinantes e condicionantes, circunscreve-se também à materialização desse princípio.

Em nossas afirmações iniciais, que aos poucos foram sendo clarificadas, tínhamos que a integralidade: a) é um princípio que tem relação direta com as formas de se entender a saúde e o desenvolvimento de suas práticas. A saúde numa dimensão da biomedicina sinaliza para a condução das práticas de modo restrito, diferente da condução das ações em saúde em seu sentido ampliado; b) representa um dos pilares da política de saúde – entendida em sua dimensão biopsicossocial e a partir de fatores políticos e econômicos; c) é tema presente na agenda do Estado e mobiliza setores da sociedade, como evidenciado nos debates nacionais

realizados pelos integrantes do Movimento de Reforma Sanitária e, internacionalmente, a exemplo da discussão na Conferência de Alma-Ata; d) trata-se de um princípio garantido no plano formal a partir do marco jurídico, mas que apresenta fragilidade de efetivação.

Como resultados de nossa investigação, pudemos verificar que a definição de integralidade é realizada pela Lei Orgânica que aponta o princípio da integralidade como sendo o “conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” (Lei, 8.080 de 19.09.1990, art. 7º, inciso II). Nessa definição, confirmamos a amplitude em torno do princípio que se expressa na organização da política, na direção dada a esta e mediante os aspectos a ele relacionados.

No estudo dos documentos, a partir da análise documental como estratégia de pesquisa, verificamos que, apesar de o princípio da integralidade ser apresentado de forma diferenciada conforme a estruturação e finalidade de cada documento, a direção dada ao princípio integra uma mesma lógica, qual seja de uma política universal exercida nos limites da restrição de uma sociedade de classes com interesses antagônicos. Assim, a apropriação do princípio da integralidade se revela a partir da:

- Fragmentação dos sistemas de serviços de saúde, através da organização por grupos isolados – vulneráveis, e da atenção voltada à priorização de fatores epidemiológicos e da elaboração de políticas específicas;
- Fragmentação da atenção, mediante a valorização da média e alta complexidade em detrimento da realização dos serviços básicos – perda da visão de totalidade do processo saúde-doença e da organização dos serviços, inviabilizando a atenção contínua ao usuário do sistema;
- Ênfase dada ao tratamento curativo em detrimento das ações promocionais e preventivas, gerando um sistema de doenças e não de saúde;

- Assistência à saúde no SUS realizada por estabelecimentos públicos e privados conveniados e contratados pelo poder público, distribuídos aleatoriamente em determinados espaços, mediante as dificuldades de operacionalização dos princípios de regionalização e hierarquização e sem a necessária articulação entre eles;
- Fragilização da intersetorialidade como estratégia de gestão e mecanismo da realização do trabalho em rede, bem como de modo distanciado dos determinantes e condicionantes de saúde.

A atenção à saúde com base na integralidade estabelece nexos internos com determinações que se relacionam, entre outras questões: ao conjunto mais amplo de necessidades sociais gerados pelo modo de vida das pessoas, da organização do processo de trabalho, da gestão e planejamento, e a construção de novos saberes e práticas em saúde. Portanto, não pode ser vista de forma isolada e tampouco prescindir dos vários aspectos para que seja alcançada da forma mais completa possível.

## Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPS, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Da ordem social, Título VIII. Brasília, DF: Centro Gráfico, Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. As Conferências Nacionais de Saúde: Evolução e perspectivas. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília, DF: CONASS, 2009. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: 1990.

\_\_\_\_\_. *Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: 1990.

BRASIL. 12ª Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sérgio Arouca: 7 a 11 de dezembro de 2003: Relatório Final/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida, políticas de Estado e desenvolvimento/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas Sociais. *Norma Operacional Básica do SUS - 01/96*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegisl>>. Acesso: 23 fev. 2012.

BRAVO, Maria Inês. (Org.). *Saúde e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. *Reforma da reforma: repensando a saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. Reforma política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? In: *Ciência e saúde coletiva*. Abrasco - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, volume 12, mar-abr. 2007, p. 301-306.

CECÍLIO L. C. de O.; MERHY E. E. *A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar*. Campinas; 2003. Disponível em: <<http://www.hc.ufmg.br/gids/Integralidade.doc>> Acesso em: 23 out. 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

COMISSÃO NACIONAL DE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. *Determinantes Sociais da Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

COSTA, A. M. integralidade na atenção e no cuidado à saúde. In: *Revista Saúde e Sociedade*. Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública. São Paulo: v. 1, n. 1, set-dez, 2004.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. p.39-53. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

SCOREL, S. Saúde: uma questão nacional. In: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Abrasco, 1989.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; LEITE, Maria Cecília Lorea. *Contextos, articulação e recontextualização: uma construção metodológica*. In: 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu. EDUCAÇÃO, CULTURA E CONHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE: Desafios e Compromissos. Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: <[www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf](http://www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2012.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E. D. *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global Editora, 1983.

MATTOS, R. A. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/Abrasco, 2001.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*: 8. ed. São Paulo: Huditec, 2004.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Declaração de Alma-Ata. *Conferência internacional sobre cuidados primários de saúde*. OPAS, 1978. Disponível em: <[www.opas.org.br](http://www.opas.org.br)>. Acesso em: jun. 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. *Ações integradas de saúde (AIS): por que não dois passos atrás*. Cad. Saúde Pública [online]. 1986, vol.2, n.2, pp. 167-183. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1986000200005>.

PERNAMBUCO. Secretaria de Saúde. Superintendência de Planejamento. *Plano Estadual de Saúde (PES/PE) 2008-2011: Pernambuco para todos*. Recife, 2009.

SOARES, Raquel Cavalcante. *A contra-reforma na política de saúde e o SUS hoje: impactos e demandas ao serviço social*. Recife: UFPE/CCSA, 2010. 206f Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2010.

## CAPÍTULO 8

# | Como avaliar impactos

*Ana Cristina Brito Arcoverde*

### 1. Introdução

A Pesquisa avaliativa é campo teórico-metodológico relativamente recente nas ciências sociais e no serviço social em particular. Apesar da avaliação ser amplamente utilizada nas áreas da educação e da saúde, seja na perspectiva quantitativa, seja na qualitativa, vem despertando o interesse dos pesquisadores de outras áreas como campo de produção de conhecimento sobre a realidade social. Aos procedimentos de mensuração já utilizados na avaliação, outros procedimentos metodológicos de natureza qualitativa vêm sendo associados e se expandindo, sobretudo os vinculados à investigação das mudanças operadas junto à população pelas políticas públicas ou, mais precisamente, pelo Estado em ação.

Em geral, a questão posta à realidade para ser desvelada por meio da investigação determina o procedimento metodológico a ser utilizado para dar conta da apreensão do real. Ou seja, não existe pesquisa neutra, mas dirigida pela questão que, da articulação teoria/realidade, é construída. Pesquisa avaliativa tem e segue, portanto, as mesmas regras de cientificidade das ciências sociais.

O propósito do presente texto é apresentar o caminho metodológico que foi trilhado na práxis de investigação de impactos sociais, econômicos, ideológicos e políticos junto a trabalhadores que se inseriram em iniciativas coletivas de trabalho, como: cooperativas, associações, ONGs, grupos produtivos, dentre outros, entendendo impacto como mudança, seja ela na dimensão objetiva, substantiva e subjetiva, provocada pela

experiência de trabalho na vida de trabalhadores territorialmente situados nos municípios do estado de Pernambuco.

Como toda pesquisa parte da realidade problematizada com o auxílio das teorias, a avaliação de impactos apoiou-se na produção teórica de avaliação e na suposição de que o trabalho não produz apenas bens materiais para garantir a reprodução humana e do sistema de produção hegemônico vigente, mas ao fazê-lo produz e reproduz o próprio homem. O trabalho molda a consciência e a prática sociopolítica do trabalhador. Assim, o trabalhador, ao vivenciar formas de trabalho mais coletivas, cooperativas, ou melhor baseado em relações mais horizontais, pode se perceber e perceber a realidade de forma diferente da sociabilidade capitalista. Com e no trabalho, se realiza e pode materializar mudanças econômicas e qualitativas, mudanças imateriais ideológicas e substantivas. A questão orientadora da pesquisa avaliativa foi: como o trabalho em unidades econômicas classificadas como solidárias e cooperativas, sobre o território pernambucano, vem provocando mudanças objetivas, substantivas e subjetivas na vida, na consciência e na ação política dos trabalhadores? Como o trabalho vem moldando, vem provocando mudanças de/na percepção da realidade social dos trabalhadores?

O desenvolvimento de unidades econômicas associativas de trabalhadores em meio aos efeitos excludentes de um capitalismo tardio com peculiaridades estadual e local chama atenção e provoca questionamentos sobre seus impactos na consciência e nas condições de existência (materiais, ideológicas e políticas) dos trabalhadores. Seriam tais iniciativas capazes de melhorar as condições de existência dos produtores associados e provocar mudanças qualitativas e ideológicas nas suas práxis ideológicas e políticas no local? Quais mudanças subjetivas ou de percepção nos componentes de ideologia e de ação política se processam com a participação nessas iniciativas econômicas mais coletivistas? Como e em que medida a percepção da realidade, as condições de existência e a ação política dos participantes dos empreendimentos foram modificadas? Que relação é possível estabelecer entre os resultados da prática produtiva na ideologia e na ação política dos trabalhadores associados?

## **2. Subsídios para a escolha da avaliação de impactos como procedimento de pesquisa**

Como a maior parte dos conceitos desenvolvidos pelas ciências sociais, o de pesquisa ainda passa por acréscimos, críticas e inconensos. Entendemos a pesquisa sob a perspectiva conceitual de Ander-Egg (1997, p. 1) que a entende como [...] “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Toda pesquisa requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 1). Nesse caminho, a definição dos métodos em relação à problemática para aplicá-los a determinada realidade se impõe ao pesquisador para obter o que se almeja com dada investigação. São os métodos científicos que garantem e levam ao conhecimento aproximado da realidade.

De um modo geral, são muitos e diversificados os tipos de pesquisa e de metodologias utilizadas nas ciências sociais e aplicadas, as quais são delimitadas pelos objetivos de cada trabalho ou problema a ser desvendado. Para o caso específico da avaliação de impactos, uma das modalidades de avaliação, optamos pela utilização de metodologias qualitativa e quantitativa, uma vez que compreendemos os dois métodos como complementares para a investigação das mudanças como problema de investigação.

É preciso dizer que é “falso dilema” a percepção de que o quantitativo e o qualitativo na pesquisa são divergentes ou contraditórios (BATISTA, apud MARTINELLI, 2003, Org.). Infinitas afirmações que emanam da aproximação da realidade social requerem ambos os procedimentos, seja para construção do universo e da amostra que garantem representatividade e fiabilidade dos dados, seja para organização e verificação de dados por saturação da informação, dentre outros. Ainda mais por que nenhum resultado obtido pelo estudo de determinado aspecto ou faceta da realidade social tem caráter apenas objetivo ou subjetivo ou é absoluto.

Devemos considerar também que o pesquisador participa do processo do conhecimento como sujeito que também sofre a ação. A realidade social na pesquisa, na verdade, é uma realidade construída, como o é a realidade social – uma construção social da qual o investigador participa ativamente.

O principal significado do termo “avaliação” se refere ao processo de determinação do mérito, valor ou validade de algo, podendo incluir outros termos que dele fazem parte, como: estimar, analisar, criticar, examinar, graduar, inspecionar, julgar, estudar, rever, entre outros.

A avaliação julga, valoriza, informa, interpreta, identifica dados a serem alterados na ação ou na política e nos programas sociais públicos. A avaliação é, em geral, definida como aquele ramo da ciência que se ocupa da análise da eficiência (COHEN; FRANCO apud MUSTO, 1975).

Além de se constituir em atividade sistemática, planejada e dirigida por objetivos, a avaliação “identifica, obtém e propicia informações válidas confiáveis, suficientes e relevantes para fundamentar um juízo sobre o mérito, importância, contribuição ou valor de um programa, de uma atividade específica; comprova a extensão e o grau dos resultados, e serve de base para tomada de decisão racional sobre o desenvolvimento de programas ou ações, soluções de problemas e compreensão dos fatores determinantes de êxitos e fracassos” (SILVA, 2001, 48-49).

Avaliação é entendida como “uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que é inteligente realizá-la entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento” (AGUIAR; ANDER-EGG, 1994, p. 31).

“A avaliação é um modo de verificar a racionalidade, medindo o cumprimento – ou perspectiva de cumprimento – dos objetivos e metas previamente estabelecidos e a capacidade para alcançá-los”. (COHEN; FRANCO, p. 73 apud ANDER-EGG, 1984, p. 20).

No âmbito das políticas públicas, a avaliação diz respeito aos:

métodos e técnicas da pesquisa social que darão sentido à busca de subsídios para afirmar da contribuição ou não das mesmas para a melhoria das condições de vida da população em geral e para a intervenção do Estado na realização da “res” pública. (ARCOVERDE, 2009, p. 3)

Os processos avaliativos são dotados de uma diversidade de aspectos ideológicos, métodos, técnicas e abordagens que se fundamentam em diferentes perspectivas teórico-metodológicas, no intuito de explicar como se dá a formulação e execução das políticas públicas, bem como analisar os resultados obtidos. Neste sentido, concorda-se com Boschetti ao afirmar que:

[...] não é possível discutir metodologias de avaliação apenas do ponto de vista dos modelos, tipos, formas, técnicas e procedimentos avaliativos. Estes devem ser inseridos e compreendidos a partir das teorias e abordagens que explicitam a histórica e contraditória relação entre Estado e sociedade civil no capitalismo. (2006, p. 2).

Com relação às perspectivas teórico-metodológicas que fundamentam as pesquisas avaliativas, Lima (2011) cita o método funcionalista clássico e o método histórico-dialético, e acrescentamos o método fenomenológico.

A primeira vertente é de matriz positivista e se caracteriza pela focalização da análise em momentos isolados das políticas públicas, pela priorização da mensuração de resultados, pelo uso exclusivo de métodos quantitativos e pela defesa da suposta neutralidade do processo de produção de conhecimento e, sobretudo, por não consideração do conjunto de variáveis contextuais presentes nas políticas.

A matriz fenomenológica e seu método compõem também no campo da avaliação de políticas públicas, sobretudo nos estudos na área da saúde. Esta perspectiva tem uma abordagem qualitativa e privilegia os aspectos relacionados aos sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos nas políticas públicas (formuladores, gestores, executores, usuários, dentre outros). Ou seja, atribui prioridade à subjetividade do sujeito em detrimento das variáveis contextuais que são determinantes sobre o objeto da pesquisa.

O método histórico-dialético é de matriz marxista. Considera a historicidade como categoria imprescindível para a avaliação de políticas públicas, pois leva em conta o contexto em que as políticas são desenvolvidas. Em uma perspectiva de totalidade, considera na análise a articulação entre os momentos constituintes das políticas públicas (concepção, implementação, resultados), a diversidade de sujeitos e interesses nelas envolvidos, bem como os conflitos e contradições dessas relações.

Os métodos quantitativos e qualitativos não são considerados excluídos entre si, pelo contrário, se busca fazer um uso combinado entre eles e não se defende a neutralidade científica na produção de conhecimento.

Alinhada à perspectiva histórico-dialética, Carvalho aponta para uma “concepção totalizante da avaliação” que considera conjuntamente todos os momentos que constituem a ação pública. “Não é uma avaliação apenas de resultados, mas também de processos. Não é uma avaliação que apenas mensura quantitativamente os benefícios ou malefícios de uma política ou programa, mas que qualifica decisões, processos, resultados, impactos.” (1998, p. 88).

Fundamentados em uma perspectiva teórico-metodológica, os processos avaliativos de políticas e programas sociais, segundo Silva (2001), caracterizam-se por: examinar e analisar a elaboração, o processo, os impactos e resultados; situam-se antes, durante ou depois da sua execução; analisam relações entre processo/resultados/impactos; podem ser descritivas, interpretativas ou experimentais; podem subsidiar revisão de ações, recursos e metas.

### 3. Modalidades de avaliação

Várias são as modalidades de avaliação como procedimento de investigação e podem ser caracterizadas em função do momento de sua realização e dos objetivos, conforme o critério do tempo de sua realização, de quem realiza a avaliação, da procedência dos avaliadores, da escala ou dimensão dos programas, de quais serão os destinatários, em relação ao critério do destinatário, do conteúdo ou objeto da avaliação, de conformidade com o mérito, as razões ou justificativas da própria avaliação e dos tipos de abordagem.

Cohen e Franco (1993) tipificam avaliação conforme o momento em que ela se realiza e seus objetivos, a saber: **antes**, **durante** e **depois**. Na avaliação *ex-ante*, são antecipados aspectos a serem considerados no processo decisório para conferir racionalidade ao mesmo, ordenar projetos segundo a eficiência e até decidir se deve ou não ser implementado. Para tanto, requer a análise da relação entre custo e benefício e entre custo e efetividade. Na avaliação *ex-post*, que é realizada durante ou após a execução do projeto ou ação, o objetivo é buscar subsídios para fundamentar decisões qualitativas de manter ou introduzir modificações. Trata-se de avaliação de processo ou concomitante e avaliação terminal ou do depois, que é a avaliação de impacto.

Para Aguilar e Ander-Egg (1994) a avaliação é classificada em **antes**, orientando-se por três princípios: pertinência, coerência e rentabilidade econômica; **durante a execução**, levanta informações sobre o andamento do programa; e **depois**, realizada quando o projeto alcançou pleno desenvolvimento, após um período de tempo posterior a sua finalização.

Para Browne e Wildavsky (1984), a avaliação pode ser **retrospectiva**, expressando a forma de um programa já utilizado; **prospectiva**, indicando como poderá ser um novo programa; **formativa**, a avaliação se desenvolve no processo de implementação do programa; **contínua**, envolvendo avaliação formativa e retrospectiva; **integrativa**, quando a avaliação ocorre antes e depois da implementação do programa.

Segundo Cohen e Franco (1999), a dimensão temporal permite diferenciar, na avaliação *ex-post*, as fases do **durante** a realização do projeto (avaliação de processos ou concomitante) e do **depois** (avaliação terminal). Também podem diferenciar-se, segundo a ênfase dada à análise da eficiência operacional ou a do impacto.

Ainda, Cohen e Franco (1993) e Aguilar e Ander-Egg (1994), conforme quem realiza a avaliação, apontam para os tipos seguintes: **externa**, avaliação realizada por pessoas estranhas ao quadro da instituição, programa ou ação; **interna** ou **autoavaliação**, realizada no interior da instituição por pessoas vinculadas ou não à formulação e, ou execução do programa, ação ou experiência. Ainda, falam de **avaliação mista** que combina as modalidades interna e externa com a intenção de superar os limites de ambas e preservar as suas vantagens.

As avaliações, em geral, são realizadas e dirigidas a destinatários. Silva (2001), baseada em Cohen e Franco, indica como destinatários das avaliações os dirigentes superiores, os administradores e os técnicos que executam o programa ou realizam as ações. Mas defendemos como os principais destinatários das avaliações, em última ou primeira instância, as populações usufrutuárias das políticas, dos programas ou da ações, sobretudo públicas.

Normalmente, as avaliações são realizadas em duas grandes modalidades, ou incluem dois componentes: uma modalidade é a **avaliação de processo** ou de implementação e a outra é **avaliação de impacto** ou de resultado ou ainda de efetividade, como preferem alguns autores. A primeira tenta esclarecer em que medida o programa foi realizado e alcançou os seus objetivos conforme o plano original. A segunda, a mais importante, procura verificar se os efeitos finais foram atingidos. O objetivo mais simples de uma avaliação de programas é averiguar se a intervenção alcança os efeitos esperados por quem a planejou. No caso, basta procurar saber em que consiste o programa e quais são os efeitos desejados.

A modalidade **avaliação de processos** determina na medida em que os componentes de um projeto contribuem ou são incompatíveis com os

fins esperados. Procura detectar as dificuldades que ocorrem na programação, administração, controle, execução. É uma avaliação que deve ser realizada periódica e sua função central é medir a eficiência de operação do projeto (COHEN; FRANCO, 1999, p. 109).

Já a modalidade **avaliação de impacto** procura determinar em que medida há efetividade na execução de uma dada política, programa ou projeto, se alcançaram seus objetivos e quais são os seus efeitos secundários (os previstos e os não previstos) (Idem. Ibidem).

A principal diferença entre avaliação de processo e de impactos é que a de processos “olha para frente”, ou seja, para orientar correções e adequações ao planejado, enquanto a de impacto “olha para trás” no intuito de verificar se a política, programa ou projeto funcionaram ou não, e busca as razões, as determinações dos resultados ou não inesperados. Na avaliação de processos, se busca afetar as decisões cotidianas, operativas, enquanto a de impactos se dirige para além do projeto, servindo de base, portanto, para decidir sobre a continuidade ou não da política, do programa ou do projeto, inclusive para fornecer elementos para a formulação de novos projetos e alicerçar a tomada decisões sobre a política.

#### **4. Avaliação de impactos: de que se trata?**

Inicialmente é preciso esclarecer que impacto é a consequência dos efeitos de uma política, programa, projeto ou prática social. Expressa o âmbito do quanto e do como foram concretizados os objetivos em relação à população usuária da política, do programa ou do projeto. O impacto pode ser avaliado em distintas unidades de análise: na do indivíduo, na do grupo familiar, ou em múltiplos conglomerados societários, como: segmentos de trabalhadores, comunidade, região, estado e país (COHEN; FRANCO, 1999).

O impacto é justamente o resultado dos efeitos observados em um programa, projeto ou política. Qualquer avaliação de impacto identifica a mudança e suas dimensões ocorridas numa situação conhecida previamente, mas que deve poder afirmar que a mudança resultou,

direta e exclusivamente, desta ou daquela variável presente na política, no próprio programa, projeto ou prática social tomada como a variável independente. Entretanto, é preciso alertar para o fato de que, neste processo, deve-se entender que a realidade social é dinâmica, contraditória e de difícil apreensão. A realidade social é síntese de múltiplas interações e determinações, apreendê-la constitui-se um desafio para os que pretendem com pesquisa avaliar impactos e atribuir a mudança exclusivamente a uma política, programa ou projeto social. A pesquisa, a avaliativa em especial, é uma aproximação sempre relativa da realidade social.

A avaliação, como modalidade de investigação e na modalidade de impacto, busca saber quais os resultados dos efeitos diretos ou indiretos da política, do programa e/ou do projeto, não somente sobre os usuários participantes, mas também nos seus entornos entendidos como territórios construídos pela interação homem-meio ambiente, e mesmo nos sistemas mais amplos e complexos. A avaliação se propõe analisar os procedimentos e os resultados obtidos, tendo em vista captar as mudanças produzidas e/ou operadas nos distintos planos e nas suas execuções.

Acompanhamos Roche, (2000, p. 37), para quem “o impacto expressa mudanças efetivas e/ou significativas na vida das pessoas em decorrência de determinada intervenção”. Se a problemática de pesquisa construída a ser desvendada tem por objetivo captar, conhecer, analisar, mensurar, atribuir mudanças efetivas e significativas na vida das pessoas em decorrência de determinada intervenção proposta e/ou realizada por política, programa, ou projeto social, a avaliação de impactos é um dos procedimentos com potencial a ser seguido.

## **5. Avaliação de impacto ou do como se faz**

De início é preciso afastar qualquer pensamento de que existe receita pronta para realizar pesquisa, pesquisa avaliativa e, no caso, avaliação de impactos. Toda proposta de investigação resulta de um processo de construção coletiva. Cada proposta começa a partir da realidade, passa pelas explicações existentes ou acessíveis do e ao conhecimento do pesquisador,

que constrói questões, estabelece objetivos, busca fundamentos teóricos e metodológicos, providencia os recursos, enfim, toma a forma de um projeto de pesquisa. Aqui a proposta é socializar uma das experiências de avaliação de impactos como contribuição aos que se propuserem a enveredar nessa aventura.

Como proposta de pesquisa, a avaliação de impactos sociais, econômicos, ideológicos e políticos do trabalho coletivo na percepção e vida dos trabalhadores de unidades produtivas classificadas como pertencentes à economia solidária requereu como síntese a construção de um projeto a ser executado. Para tanto foi necessário preparar e capacitar a equipe sobre a proposta, feita em sucessivas reuniões de estudo para a preparação do quadro teórico e da metodologia a ser desenvolvida.

A leitura do conhecimento sobre avaliação e impacto foi fundamental para definir as categorias centrais e realizar a montagem da estrutura de indicadores de impactos, que é uma base estruturada e que funciona como uma “rede” cognitiva a indicar sobre quais os aspectos que se devem examinar a qualidade e a extensão dos efeitos de uma determinada política, programa, projeto, intervenção, ou de uma nova tecnologia. Cada dimensão é descrita por um número de componentes, que por sua vez também são descritos por outro conjunto de componentes, e assim por diante, formando uma estrutura hierarquizada e ramificada. Os componentes vão indicar a variação no tempo e seu exame no campo (componentes básicos) e representam o nível mais desagregado da estrutura hierarquizada construída (BONACELLI, 2003).

Consultando ROCHE (2002), podemos verificar ainda que a avaliação de impacto é composta de elementos que norteiam todas as ações de avaliação e de análise do processo investigado, entre elas estão: 1) identificação e elaboração, que se traduz na análise da situação das mudanças ocorridas e impactos esperados; 2) revisão e avaliação nas quais se pretende rever a eficácia e a eficiência, e o impacto do projeto a partir de dados preliminares coletados no início do projeto e no monitoramento desses dados; 3) no decorrer do projeto ou implementação, é necessário rever os dados e indicadores preliminares com o objetivo de avaliar as

possíveis mudanças; e 4) a fase que é de avaliação preliminar com revisão detalhada da viabilidade do projeto, sua eficácia, custos, benefícios e o impacto do projeto proposto.

Além dos procedimentos de consulta aos órgãos de registro das unidades de trabalho utilizados para a construção do universo finito e da amostra aleatória simples<sup>1</sup> aplicada ao mesmo universo por meio de procedimentos estatísticos para ser estudada em profundidade, é fundamental dispensar tempo significativo para a construção de uma estrutura de indicadores para avaliação dos impactos. Nesse processo de busca de conhecimento sobre pesquisa avaliativa e de impactos para a construção dos indicadores, muitas descobertas são realizadas. Ao estudarmos e construirmos os indicadores em torno do impacto econômico, descobrimos que ele correspondia à dimensão objetiva, que os indicadores em torno dos impactos sociais correspondiam à dimensão substantiva, e que os indicadores dos impactos ideológicos e políticos correspondiam à dimensão subjetiva.

A construção da estrutura de indicadores para avaliação de impactos requereu estudos e discussões sobre o significado de cada indicador para a pesquisa pretendida. A referida estrutura tomou por base produções de autores na área de avaliação de impactos e a experiência acumulada na construção de indicadores por órgãos que realizam pesquisa neste âmbito, como: IBGE, Ipad, Ipea, e secretarias estaduais e municipais, dentre outros. No entanto, foi verificado que, para responder às questões da investigação pretendida, era necessário ir além, avançar e criar os próprios indicadores para a investigação dos impactos como mudanças. A leitura da cadeia de impactos de Roche (2002, p. 42) nos forneceu elementos para compreender o significado do impacto naquela cadeia, e as dimensões objetiva, substantiva e subjetiva de Cardoso e Stephanou (2005) e Bonnacelli (2003) completaram o conhecimento necessário para finalizar a construção da estrutura de indicadores da avaliação de impactos sociais, econômicos, ideológicos e políticos pretendida.

---

1 Na qual todos os participantes têm a mesma probabilidade de serem sorteados (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 28).

A associação de elementos em torno da natureza das mudanças que podem se materializar com ou por meio do trabalho na percepção e vida dos trabalhadores coletivos tornou-se fundamental para dar conta dos aspectos levantados em torno da questão de pesquisa.

Vale salientar que, numa primeira abordagem, os indicadores são estabelecidos, tais como já foram delimitados, e a avaliação ou o processo avaliativo verificarão como esses indicadores podem ser combinados; a segunda abordagem vai captar e analisar, de fato, a mudança ocorrida pela inserção dos trabalhadores nos empreendimentos solidários e, a terceira abordagem, avança ainda mais, pois explorará e interpretará a qualidade e significância da mudança na vida dos trabalhadores.

Finalizada a estrutura de avaliação de impactos, o trabalho seguinte é o de traduzir cada indicador em pergunta ou questão de forma objetiva para compor o instrumento de entrevista a ser respondida pelos entrevistados.

Para mensurar os **impactos econômicos**, foram elaboradas perguntas, objetivas e abertas, sobre: a produção dos empreendimentos – principais atividades desenvolvidas, principais produtos, distribuição dos ganhos, distribuição das tarefas e a produção; a produtividade – condições de trabalho, equipamentos, ferramentas, serviços, tempo necessário para produzir; a renda – composição da renda (se recebiam algum benefício, aposentadoria, salário, renda de aluguel), valores em reais da renda familiar e *per capita*; sobre investimento – participação dos sócios nos empreendimentos e financiamentos; e os custos, caracterizados pelas dívidas adquiridas.

Quanto aos impactos sociais, buscamos identificar, nas condições de vida dos trabalhadores participantes de unidades econômicas coletivas, as mudanças provocadas pela inserção no trabalho nessas iniciativas. Constituíram os **indicadores sociais**: a alimentação – tipo de alimentação e frequência das refeições; o trabalho – se possuíam proteção trabalhista (carteira assinada, autônomo), ou realizavam trabalho sem a mesma (informal, autônomo e terceirizado); qualificação da despesa familiar – o investimento realizado em alimentação, educação, saúde, vestimenta,

lazer, medicamentos; se possuíam alguma reserva, ou poupança, quanto gastavam com transporte, energia e água; a habitação/condições de habitabilidade – moradia (própria ou alugada), abastecimento de água, saneamento/esgoto, abastecimento de energia; a educação – anos de escolaridade, nível de ensino, se estudavam em escola pública ou privada; a saúde – as doenças mais comuns, acesso ao SUS, saúde privada (plano de saúde); e o lazer – viagem, cinema, praça, parque, praia, *shows*, entre outros.

Por último, constituíram os **indicadores ideopolíticos** – visando identificar a percepção da mudança provocada pela inserção nos empreendimentos – os seguintes itens: a qualidade de vida – a satisfação no trabalho, o convívio familiar; o empoderamento, conhecimento apropriado, qualificação de ação política, politização, ação sociopolítica e ação político-partidária; acesso a serviços, visibilidade junto à comunidade ou entorno do empreendimento do trabalho realizado, e participação – ação social e ação política – em associações, sindicatos, partidos políticos, ou em outros espaços de exercício ou ação cidadã.

É possível identificar, portanto, que os tipos de impactos destacados acima estão relacionados com as dimensões: objetiva, substantiva e subjetiva do impacto, ou seja, ao falar de impacto econômico, estamos falando do impacto na sua **dimensão objetiva** a partir da qual é possível verificar as mudanças quantitativas nos sujeitos pesquisados, ou na população beneficiária (STEPHANOU; CARDOSO, 2005).

Da mesma forma, a partir da identificação dos impactos sociais de uma ação numa determinada população ou grupo, pode-se verificar o impacto na sua **dimensão substantiva** pela qual se percebe uma melhoria ou alteração qualitativa nas condições de vida desses sujeitos, ou seja, há um acréscimo de bem-estar na vida dos trabalhadores entrevistados, e que, segundo Stephanou e Cardoso (2005), é importante verificar se os objetivos ou resultados esperados tiveram ou exerceram uma atuação positiva, considerando ainda os princípios morais e de justiça social presentes.

Já com relação à **dimensão subjetiva** do impacto, a sua contribuição na percepção dos impactos ideopolíticos está relacionada à identificação

de mudanças de espírito, percepção da realidade, visão de mundo, consciência de si e para si, e da ação política. São mudanças que estão inter-relacionadas com os ganhos financeiros, objetivos ou substantivos, mas que se processam na consciência, na percepção da população que se quer captar, entender, interpretar, avaliar. Enfim, procura-se avaliar o potencial do trabalho coletivo, realizado nas unidades econômicas, em provocar mudança na consciência e na ação desenvolvida pelos trabalhadores depois de suas inserções naquelas unidades econômicas. Esses dados e todas as informações necessárias devem ser coletados de forma direta junto ao trabalhador ou usuário da política, programa ou projeto social por meio de instrumento que pode ser misto, ou seja, conter perguntas fechadas e/ou abertas.

O Diagrama 1 – estrutura de indicadores para avaliação de impactos socioeconômicos e ideopolíticos – foi construído para e com essa pesquisa de avaliação de impactos, e constituiu-se um dos produtos da investigação extremamente valiosos. Chegar a esse refinamento foi trabalho intenso de reflexão, debates, leituras e pesquisas sobre indicadores e suas dimensões, antes e durante a pesquisa. Para construir a estrutura dos impactos, tomando por base o problema de pesquisa a ser desvendado, foi necessário tomar a decisão de criar os próprios indicadores já que não os encontramos disponibilizados nas fontes tradicionais de pesquisa. Os impactos ideopolíticos, em particular, foram os de maior dificuldade de construção, tendo em vista sua natureza e a necessidade de objetivar o subjetivo.

Assim, para avaliar impactos utilizamos procedimentos metodológicos de natureza quantitativa e qualitativa nas diversas fases da investigação e na construção e desenvolvimento do elo impacto como mudança na cadeia de impactos. Durante toda a execução da pesquisa, foram levantados e acompanhados mensalmente dados socioeconômicos dos territórios de localização das unidades econômicas, e cotejados com os dados obtidos por entrevista. Também foi de extrema importância a leitura da literatura existente a respeito do contexto social, econômico e político do país, do estado e dos municípios, como subsídios à identificação de

**DIAGRAMA 1: Estrutura de indicadores para avaliação de impactos socioeconômicos e ideopolíticos.**



## IMPACTOS ECONÔMICOS

### INDICADORES ECONÔMICOS

DIMENSÃO OBJETIVA

#### → Produção

- Principais atividades desenvolvidas;
- Principais produtos;
- Organização da produção;
- Distribuição das tarefas;
- Divisão dos ganhos.

#### → Produtividade

- Condições de trabalho;
- Equipamentos/ferramentas/serviços;
- Bens produzidos;
- Tempo para produção.

#### → Renda

- Composição da renda (benefícios, aposentadorias, salários etc.);
- Valores em reais da renda familiar e per capita.

#### → Investimento

- Participação dos sócios no empreendimento;
- Financiamentos.

#### → Custos

- Dívidas.

## IMPACTOS IDEOPOLÍTICOS

### INDICADORES IDEOPOLÍTICOS

DIMENSÃO SUBJETIVA

#### → Percepção de trabalho

- Percepção da trajetória de trabalho;
- Consciência de si;
- Consciência para si.

#### → Participação

- Social;
- Política.

#### → Empoderamento

- Conhecimento apropriado;
- Qualificação de ação política.

#### → Politização

- Ação sociopolítica;
- Ação político-partidária.

determinantes externos para a análise dos resultados, produtos e impactos ou dos processos de mudança.

A intenção foi captar os insumos, atividades, produtos, resultados e impactos do trabalho, entendidos como melhoria efetiva nas condições de vida dos trabalhadores e na consciência deles, como na ação política moldados pelas experiências de trabalho.

## **6. A coleta de dados e alguns resultados**

Na coleta de dados, fase rica e importante da pesquisa, sobretudo na avaliação de impactos, que se orienta pela temporalidade das informações sobre o antes e o depois (a mudança) da política, do programa, do projeto ou prática social, é preciso levar em consideração, aspectos como tempo e recursos financeiros, além da dimensão do território que será trilhado. O estado de Pernambuco possui 185 municípios e é dividido geograficamente em cinco mesorregiões, a saber: Mesorregião do São Francisco, Mesorregião do Sertão Pernambucano, Mesorregião do Agreste, Mesorregião da Mata e Mesorregião Metropolitana do Recife.

O caminho metodológico foi orientado pela construção do universo finito de 1.971 unidades econômicas nos municípios das cinco mesorregiões do estado de Pernambuco, retirada de amostra aleatória simples, aplicando a tabela de Marlow (1998) e por meio do Programa “Random Number Generator”, que permite enumerar os empreendimentos de 01 a 1.971 e sorteio dos números indicados, e que resultou em 316 unidades de 145 municípios selecionados com 0,5% apenas de margem de erro.

Para subsidiar e garantir a confiabilidade do processo do trabalho de campo foram retiradas duas amostras, uma principal e uma de reposição, para cada mesorregião, ou seja: a segunda amostra seria utilizada sempre que o entrevistado da primeira amostra não fosse encontrado, fosse inexistente, ou se algum obstáculo inviabilizasse o acesso ao local. Depois da retirada de duas amostras para cada mesorregião, foram construídas duas outras listas, desta vez, contendo a quantidade de entrevistados/unidades por município. Ao completar as informações necessárias, é

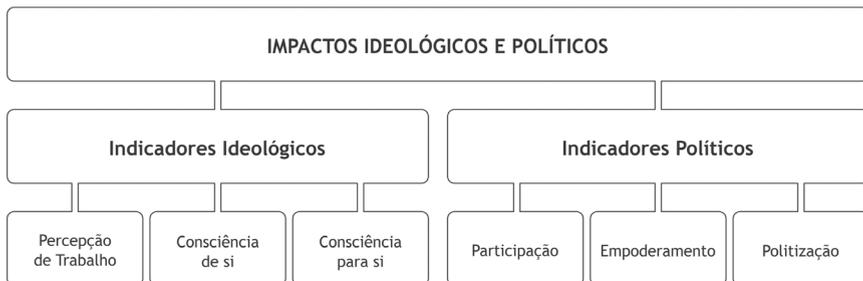
indispensável realizar o planejamento da pesquisa de campo e o plano de viagem, incluindo despesas, custos e melhor distribuição da equipe para realização das visitas.

Dos 145 municípios visitados de 333 e mais 120 entrevistas realizadas, em dois tempos diferentes (2010, 2012/2013), apuramos e classificamos os dados, utilizando dois tipos de *software*: o SPSS e o SPHINX para análise quanti-quali, além de elaborar uma grade de análise mais fina (Diagrama 2) com categorias temáticas para avaliar os dados ideológicos e políticos subjetivos.

Os dados quantitativos foram utilizados na caracterização do perfil das unidades econômicas de trabalho, e os qualitativos foram trabalhados para identificação, qualificação e interpretação dos impactos ideopolíticos, dimensão subjetiva. As categorias mais gerais foram: trabalho, ideologia e política. E as subcategorias/indicadores da estrutura de avaliação de impactos, construída ao longo de nossas pesquisas, foram: percepção das mudanças, da trajetória de trabalho, consciência de si e consciência para si; participação social e política; empoderamento, conhecimento apropriado e qualidade da luta por direitos; politização, ação sociopolítica e ação político-partidária.

Em relação aos impactos econômicos, dimensão objetiva, foi possível verificar mudanças na renda pessoal. No Quadro 1, é possível constatar

### DIAGRAMA 2: Grade de apuração e análise de dados qualitativos.



Fonte: A autora, 2013.

### QUADRO 1: Renda pessoal.

Intervalo de valores	Antes	Depois
Sem renda	15,6%	2,4%
Menos de 01 SM	27%	21%
1 SM	24,3%	23,7%
Até 2 SM	17,4%	26,4%
Até 3 SM	5,4%	12,3%
De 4 a 5 SM	3,9%	6,3%
Mais de 5 SM	3%	4,5%
Não informado	3,3%	3,3%

Fonte: Coleta direta, 2010.

que os percentuais de rendimento crescem com a participação dos trabalhadores em unidades econômicas coletivas, inclusive reduzindo a situação sem renda ou com menos de um salário, e aumentando nas situações além de dois salários.

A título de exemplo de mudança nos indicadores sociais, na dimensão substantiva, é possível avaliar que, com a inserção nas unidades econômicas no indicador situação do imóvel, houve melhoria qualitativa, pois os trabalhadores reduziram a ocupação de imóveis na condição de cedido, alugado, ocupado, emprestado e outros (Quadro 2). Esse acréscimo, impacto/mudança da condição de moradia pode ser entendido como melhoria no bem-estar ou acréscimos no bem-estar.

Quanto aos impactos ideológicos e políticos, na dimensão subjetiva, os dados obtidos com a pesquisa revelam mudanças na consciência, ou seja: na percepção que o trabalhador adquire com sua participação e/ou ingresso nas unidades ou empreendimentos econômicos coletivos e na ação sociopolítica.

Através da realização das entrevistas semiestruturadas realizadas com os trabalhadores, foi possível captar algumas contribuições do trabalho realizado na percepção e na ação expressas por eles: “passei a participar

## QUADRO 2: Situação do imóvel.

Situação	Antes	Depois
Próprio	78,1%	85,6%
Cedido	6,9%	5,1%
Alugado	9,6%	8,1%
Ocupado	0,9%	0%
Emprestado	1,8%	0,3%
Outros	1,2%	0,9%

Fonte: Coleta direta, 2010.

de cursos profissionalizantes; adquiri experiência profissional; tive oportunidade do primeiro trabalho; oportunidade de ter outra profissão; participo de capacitações e de aperfeiçoamento das técnicas de trabalho.

Já no campo pessoal, tais contribuições expressam-se da seguinte forma: “tenho mais satisfação com o trabalho que realizo, obtive mais amadurecimento pessoal; melhorou minha convivência e ampliei meu diálogo com as pessoas; houve aumento dos meus conhecimentos; aumentei meu ciclo de amizades”.

Em relação às principais contribuições dos empreendimentos no âmbito familiar, identificaram-se melhorias no convívio entre os familiares; aumento da renda; participação familiar no empreendimento; acesso a bens materiais.

Por fim, destacamos as contribuições dos empreendimentos solidários para a sociedade local, a saber: prestação de serviços à comunidade; geração de trabalho e renda; oferecimento de produtos de boa qualidade; desenvolvimento comunitário; mobilização da comunidade; inclusão social.

A participação na tomada de decisões acontece como o ápice do processo democrático ou de horizontalidade no trabalho e no exercício do poder político. Quando os princípios que norteiam a organização do trabalho e as relações de produção das unidades econômicas se aproximam

da autogestão, solidariedade e cooperação, tanto mais se exercita a tomada de decisões por todos, sinalizando para mudança de visão de mundo menos individualista.

Os dados coletados revelaram trajetórias de trabalho distintas no que se refere às situações anteriores à participação dos trabalhadores nas unidades econômicas, a saber: não trabalhavam antes do empreendimento, trabalhavam antes, mas estavam desempregados no momento anterior ao engajamento ao empreendimento, trabalharam até a aposentadoria com carteira assinada e proteção social, e somente depois passaram a trabalhar no empreendimento, ou, ainda, trabalham com vínculo empregatício com carteira assinada e proteção social, e ao mesmo tempo trabalham no empreendimento seja para complementar os ganhos, ou se proteger do estado de desemprego. Essa diversidade de situações expressa e leva à construção de ideias distintas quanto à diferença que os entrevistados vislumbram entre o trabalho realizado antes e o realizado depois do ingresso na unidade econômica. A grande preocupação dos trabalhadores é sempre com a sobrevivência e melhoria das condições de vida.

Ainda é preciso dizer que cada trabalhador entrevistado fala e tem sua visão de mundo construída e de conformidade com a sua história de vida e trajetória de trabalho, tipo de empreendimento, e de sua organização, bem como do lugar que ocupa no empreendimento, enquanto membro da diretoria, funcionário, integrante, coordenador de produção, membro da diretoria e produtor ao mesmo tempo.

Um aspecto relevante foi a afirmação do trabalho coletivo e seu potencial transformador por alguns, porém outros os negam. A maioria dos entrevistados reconhece o valor do trabalho coletivo que realizam nos empreendimentos, sobretudo nas cooperativas e associações, e se expressam diferentemente.

A experiência nos empreendimentos, sob diferentes formatos e ângulos, potencializa ou proporciona de fato a vivência do coletivo, seja na cooperativa, associação, sindicato ou outra forma associativa, e de uma cooperação solidária, nem sempre orgânica, em torno das demandas de sobrevivência.

Considerou-se empoderamento a capacidade que os participantes desenvolvem no e com o trabalho produtivo coletivo, sobretudo nos espaços de tomada de decisão, e que os levam à ação pelo conhecimento apropriado e luta pelo exercício dos seus direitos. Em geral, está relacionado à emancipação individual e à consciência coletiva, indispensáveis à superação da dependência social e dominação política, ou seja: pela consciência em si e para si, nos termos de Kosik, em *Dialética do concreto* (RJ: Paz e Terra, 1970).

Os processos de participação, empoderamento e politização vivenciados pelos trabalhadores das unidades econômicas como materialização da produção dos meios de sobrevivência estão articulados entre si e são vividos distintamente pelos entrevistados e nos territórios específicos. A participação se concretiza por meio das ações que podem se limitar às atividades da produção, da organização, ou dos interesses da associação, ou podem se complexificar como atuação em outras organizações ou ações reivindicatórias de direitos. Ressalta-se, inclusive, a aprendizagem da participação extrapolando o empreendimento e se fazendo luta política pessoal ou coletiva. Neste sentido, impactos ou mudanças são verificados e qualificados na prática política dos trabalhadores, provocados pela experiência do trabalho coletivo. A esfera do empoderamento qualifica pessoalmente alguns integrantes para a esfera da socialização do poder por meio dos encaminhamentos dos problemas aos espaços decisórios, mas podem conduzir à luta em defesa dos direitos dos integrantes e da organização de trabalho. Seja socializando o poder nos espaços decisórios, ou conduzindo às lutas por direitos, as experiências qualificam a politização dos trabalhadores, portanto, provocam alguns impactos políticos como mudança na consciência e no modo de vida dos trabalhadores.

## Referências

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARCANGELI, A.; GUILHON, M. V. M. et al. A Política de Educação Profissional no Maranhão: resultados de uma avaliação. In: SILVA, M. O. da S. e S. (Org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Editora Veras, 2001.

ARCOVERDE, A. C. B. *Avaliação de políticas públicas: elemento estratégico de gestão da coisa pública*. Artigo apresentado na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) em São Luís, Maranhão, 2009.

\_\_\_\_\_. Avaliação dos impactos sociais e econômicos dos empreendimentos solidários em Pernambuco. In: ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais: Modelos, metodologias e experiências de avaliação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma Visão institucional para avaliação de políticas públicas. In: MACHADO, Nelson et al. (Org.). *Gestão baseada em resultados no setor público*. São Paulo: Atlas, 2012.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. et al. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BONACELLI, M. B. M.; BIN, A.; ZACKIEWICZ, M. Avaliação de impactos sociais de programas tecnológicos na agricultura do estado de São Paulo. *Revista Espacios*. Vol. 24 (2) 2003. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a03v24n02/03240204.html>> Acesso em: 1ª set. 2008.

BOSCHETTI, I. *Questões correntes no debate sobre metodologias de avaliação de políticas públicas*. Texto preparado como material didático para a disciplina Análise de Política Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. SER/UnB, 2006.

BROWNE, A.; WILDAVSKY, A. Implementation as exploration. In Pressman, J., Wildavsky, A. (Eds), *Implementation*, 3rd ed., University of California Press, Berkeley, CA, 1984. p. 195-215.

CARDOSO, Adauto Lúcio. *Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas*. Proposta, Rio de Janeiro, n. 77, p. 42-53, jun./ago. 1998.

CARVALHO, M. C. B. Avaliação Participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Avaliação de projetos sociais*, 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – Out/2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

DORNELES, R. P. *Avaliação da educação profissional: um estudo sobre indicadores educacionais específicos*. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, DF, 2011.

LIMA, V. F. S. A. Tendências da avaliação no âmbito das políticas públicas: desafios e perspectivas. In: ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais: modelos, metodologias e experiências de avaliação*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

NUNES, M. C. M. *Acesso com (in)sucesso? O Programa de Incentivo Acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco – BIA/UFPE*. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2013.

ROCHE, C. *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M. O. da S. e. (Org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Editora Veras, 2001.

\_\_\_\_\_. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, M. O. da S. e. (Coord.). *Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos*. São Paulo: Veras Editora; São Luís, MA: GAEPP (Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza), 2008.

\_\_\_\_\_. *Construindo uma abordagem participativa para avaliação de políticas e programas sociais*. Texto apresentado no 2009 Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brasil, 11 a 14 de junho, 2009.

## CAPÍTULO 9

# Os nexos entre a assistência estudantil e a contrarreforma universitária nos anos 2000: apontamentos teórico-metodológicos

*Clara Martins do Nascimento*

### 1. Introdução

As reflexões de ordem teórico-metodológica presentes neste artigo resultam do movimento de reaproximação da dissertação intitulada *Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000* (NASCIMENTO, 2013) com o objetivo de resgatar o percurso investigativo traçado na sua elaboração. Ressaltamos o caráter *a posteriori* da apreensão das determinações teórico-metodológicas da pesquisa, uma vez que a organicidade das expressões mais concretas do objeto pesquisado somente foi possível de serem deslindadas ao final do processo investigativo.

Mesmo conscientes dos riscos deste tipo de produção científica – alvos das interpretações positivistas que dispõem sobre as possibilidades de generalização de experiências metodológicas pontuais, na análise de objetos de pesquisa distintos –, a nossa decisão de “correr os riscos das generalizações indevidas” é justificada pela intenção de contribuir para o avanço das pesquisas na área da assistência estudantil, socializando trajetórias já traçadas, caminhos percorridos e tendências reveladas na dinamicidade do processo de pesquisa.

Corroboramos, contudo, das interpretações que concebem a pesquisa enquanto processo que visa apreender o movimento do real, na sua

totalidade e dinamicidade. Tal dinamicidade afirma-se no caráter provisório das conclusões científicas acerca dos processos sócio-históricos, e coloca a necessidade de revisão constante dos resultados das pesquisas, mediante a problematização de suas determinações centrais, da apropriação dos elementos que se conservam nas análises, e apreensão dos elementos novos, respondendo, assim, pelo caminhar crítico, reflexivo e dinâmico da pesquisa social. Reside neste aspecto a possível contribuição deste artigo.

## **2. O ponto de partida: as expressões empíricas da assistência estudantil no cotidiano da intervenção acadêmica**

As expressões concretas do movimento expansivo vivenciado pela assistência estudantil no início do século XXI, na realidade das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), e, particularmente, das universidades públicas, (objeto de análise da dissertação), estavam postas no cotidiano da nossa intervenção acadêmica<sup>1</sup>, sendo este, portanto, o ponto de partida da pesquisa. Já com relação às suas mediações mais essenciais, estas foram sendo deslindadas no decorrer do processo investigativo.

Partimos, inicialmente, da problemática posta entre a institucionalização da assistência estudantil via Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010 (e a sua conseqüente expansão) e as possibilidades existentes nas universidades públicas federais de garantir o atendimento efetivo (do ponto de vista qualitativo e quantitativo) dos estudantes assistidos pela Política<sup>2</sup>.

---

1 Refiro-me aqui a minha atuação enquanto estagiária de Serviço Social da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atualmente vinculada à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proaes).

2 Não existe uma política nacional de assistência estudantil, e, sim, um programa nacional de assistência estudantil que orienta a construção pelas Ifes de suas próprias políticas de assistência aos estudantes. Neste sentido, quando nos referirmos à política de assistência estudantil, dirá respeito às regulamentações, ações, programas, projetos e diretrizes particulares de cada Ifes.

O terreno sócio-histórico impulsionador da questão de pesquisa foram os anos 2000, e, no contexto específico da assistência estudantil, o marco das recentes reestruturações, das quais a Política foi alvo, foi o ano de 2010. Neste período, a assistência estudantil vivenciou uma verdadeira reconfiguração nas Ifes, uma vez que sua regulamentação alterou-se de uma Portaria do Ministério da Educação (MEC) a um decreto presidencial com força de lei. Este decreto institucionalizou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), determinando a obrigatoriedade da execução de ações e programas de assistência aos estudantes das Ifes.

Inicialmente, uma maior estruturação da assistência estudantil nas Ifes foi possível pela consolidação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), em 2007, que começou a ser implementado em 2008, no rastro do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A institucionalização do Pnaes pelo Decreto 7234, de 19 de julho de 2010, foi legitimada pela esfera governamental e sociedade civil como sendo mais um mecanismo legal que direcionaria a construção de políticas de assistência estudantil pelas Ifes. Um dos aspectos positivos propalados pelo discurso oficial foi o da ampliação do acesso a estas políticas, que, por sua vez, desempenhariam papel central na garantia da permanência dos estudantes no ensino superior público. Em outras palavras, à assistência estudantil - que historicamente teve um caráter pontual, eventual e posta à mercê da vontade política dos gestores - estaria sendo posta a possibilidade de caminhar “a passos largos” para sua estruturação, pela via de uma regulamentação mais sólida, que garantiria a articulação de suas ações, inclusive de seu orçamento.

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nosso lócus de intervenção, a implementação do Pnaes garantiu a duplicação dos estudantes atendidos pela política, mediante a criação de novos benefícios e extensão dos seus programas aos estudantes dos *campi* Caruaru e Vitória de Santo Antão. Este cenário, pelo seu ineditismo, ocupou páginas de destaque nas

mídias da universidade e ganhou centralidade nos discursos proferidos pelos gestores desta instituição nos principais rituais acadêmicos<sup>3</sup>.

Contraditoriamente, no rastro da comemorada expansão da assistência estudantil, os profissionais e estudantes assistidos pela Política denunciavam situações como o esgotamento de prazo para execução dos recursos destinados a esta área, corpo técnico reduzido para implementação das ações e o recrudescimento dos critérios de acesso aos programas, (sobretudo devido ao rebaixamento da renda *per capita* para 1/2 salário mínimo previsto no Decreto 7.234). No caso específico da UFPE, esta situação agravou-se devido à redução do número de vagas dos principais programas<sup>4</sup>, cortes de alguns benefícios em detrimento à criação de outros, falta de infraestrutura das Casas de Estudantes, do Restaurante Universitário e outros equipamentos sociais da política.

Tais contradições evidenciavam que a constituição de um marco regulatório da assistência estudantil e a inédita importância que estas ações vinham assumindo no debate da contrarreforma universitária dos anos 2000 não eram prerrogativas que neutralizariam a necessidade de realização de análises críticas acerca das bases de sustentação da assistência aos estudantes nas Ifes. Ao contrário, tais acontecimentos aumentavam a responsabilidade dos sujeitos políticos envolvidos com a Política de desvendar o verdadeiro movimento da sua anunciada “ampliação”.

Em termos nacionais, consolidava-se uma política de assistência estudantil de caráter mercantilizado, estruturada, basicamente, sob a forma de bolsas, com seus equipamentos sociais (como o restaurante universitário) privatizados, e suas ações extremamente focalizadas e seletivas, sob o predomínio de benefícios eventuais e focalizados.

Foi ao longo dos anos 2000 que a assistência estudantil foi sendo incorporada ao corpo legal da contrarreforma universitária. Esta política inclusiva passou a compor uma sessão específica no Anteprojeto de Lei da Reforma Universitária (BRASIL, 2006) e apareceu como uma das diretrizes

---

3 Como é o caso da mídia impressa jornal *Incampus*.

4 No primeiro semestre de 2012, o Programa Bolsa Permanência apresentou como demanda reprimida uma média de 400 estudantes.

do Reuni – um dos principais programas deste processo. A regulamentação da assistência estudantil a partir do Pnaes teve como consequência uma maior legitimação destas ações, acompanhada do aumento do seu orçamento e consequente expansão nas Ifes<sup>5</sup>.

Dentre as reflexões emergentes deste processo, inquietava-nos o cenário controverso que estava posto nas Ifes para comportar a expansão da assistência, no seio da agenda da contrarreforma universitária dos anos 2000. A falta de infraestrutura e recursos humanos das Ifes dificultava a operacionalização do orçamento destinado aos programas assistenciais, o planejamento das ações da Política e o diálogo entre as instâncias legais, responsáveis pela operacionalização da assistência, e as organizações estudantis.

Se, por um lado, a integração da assistência estudantil na agenda governamental, através do Pnaes, representou para os estudantes e para os profissionais que atuam junto a estas Políticas possibilidades de ampliação da assistência, do fortalecimento do seu debate enquanto direito, da estruturação de suas ações para além da questão da renda dos estudantes, por outro lado, o Pnaes também representou o reforço à concepção minimalista de assistência, disseminada pelo discurso governamental, entendida como resultado da “democratização” promovida por programas contrarreformistas como o Reuni. Inicialmente, estas questões, postas na esfera da aparência, orientaram a definição dos objetivos da pesquisa na direção da compreensão das contradições da operacionalização do Pnaes nas Ifes.

Contudo, como resultado das aproximações sucessivas que realizamos do objeto de pesquisa, emergiu, como determinação teórico-metodológica central, a concepção de que as contradições da operacionalização da assistência estudantil nas Ifes, decorrentes do seu processo de expansão nos anos 2000, somente seriam reveladas, na sua concreticidade,

---

5 Esta expansão é consequência da obrigatoriedade das Ifes de desenvolver programas de assistência estudantil, instituída pela Decreto 7234, da estruturação em Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de políticas de assistência estudantil (em consonância com as diretrizes gerais do Pnaes), do aumento do orçamento destinado às políticas via Pnaes.

mediante apreensão das principais determinações que conformam o próprio movimento de expansão/reestruturação da assistência na sua articulação com o processo de contrarreforma universitária em curso.

Isto porque a reestruturação da assistência estudantil no decorrer dos anos 2000, via Pnaes, integra um movimento mais amplo de contrarreforma universitária conduzida pelo governo Lula, estrita ao projeto de universidade operacional, a que se referiu Chauí (1999). O processo de contrarreforma universitária dos anos 2000 constituiu-se então, enquanto mediação central para a compreensão do movimento expansivo da assistência estudantil em tempos neoliberais.

### **3. A contrarreforma universitária nos anos 2000 como principal mediação**

O tema das reformas nas universidades públicas brasileiras apresentou-se na pesquisa enquanto determinação teórico-metodológica fundamental, respondendo à necessidade metodológica de recompor a trajetória histórica destas instituições na formação social brasileira, dotando de historicidade os processos contemporâneos.

Deste debate, ressaltamos o caráter dependente da educação superior no Brasil e a experiência, no período ditatorial, de formação de um “Movimento de Reforma Universitária” (FERNANDES, 1975, 1989) que constitui-se num marco do debate da reforma universitária neste país. Neste período, o Movimento, de caráter progressista, foi alvo das reações conservadoras da autocracia burguesa, ressignificando as principais pautas da reforma universitária de 1968.

Esta temática pôde ser desenvolvida na pesquisa, mediante apropriação teórica do arsenal categorial elaborado por Florestan Fernandes (1975, 1989). As categorias de “antirreforma” e “reforma universitária consentida” revelam a essência dos movimentos reacionários das elites dominantes e a readaptação das bandeiras de luta dos movimentos reformistas na direção dos seus interesses de classe. Deste arsenal

heurístico resultou a concepção de “assistência estudantil consentida” (parafrazeando a categoria de reforma universitária consentida de Florestan Fernandes) mencionada ao longo da pesquisa para enfatizar o perfil restrito e conservador da assistência estudantil estruturada no bojo dos processos contrarreformistas em curso na educação superior pública.

A universidade contemporânea emergiu deste debate nas suas vinculações mais essenciais com a política educacional da autocracia burguesa. Contudo, as reestruturações capitalistas que sucederam a crise estrutural capitalista da década de 1970 empreenderam novidades na política educacional atual. Foram justamente estes aspectos inovadores com que nos ocupamos no processo investigativo.

A concepção da esfera da produção material e da reprodução social, enquanto totalidade social, impediu que analisássemos a incorporação do tema da assistência estudantil na agenda governamental da contrarreforma universitária dos anos 2000 de forma isolada, ou seja, concebendo esta expansão como um avanço em si mesmo, sem o devido questionamento dos rumos da assistência estudantil consentida, em tempos de renovação do neoliberalismo. Tal mistificação é recorrente nas análises unilaterais que afirmam a vinculação mecânica do tema da assistência estudantil com as reivindicações dos movimentos sociais, sem realizar as devidas mediações acerca da sua vinculação a distintos projetos políticos classistas.

A aura democratizante que envolve a temática da assistência estudantil complexifica a sua problematização pelos diversos sujeitos envolvidos com a Política. Pensar a assistência estudantil para além de um avanço em si mesmo foi o maior desafio que enfrentamos na pesquisa – desafio que se agrava num cenário em que as reestruturações operadas pelo governo federal na educação superior pública estão amparadas numa concepção fetichizante de democratização.

O “fetiche da democratização” a que se referiu Lima (2005), expressão da ressemantificação da categoria democratização, denota o perfil conservador da expansão do ensino superior no Brasil, materializado

por programas como o ProUni<sup>6</sup>, Novo Enem/Sisu, o Fies<sup>7</sup>, o Reuni<sup>8</sup> dentre outros. Este último constitui-se em uma das principais expressões da tentativa de consolidação do modelo de “universidade operacional” (CHAUI, 1999), tal como nos alertou Chauí: “[...] regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível [...]”.

Numa primeira aproximação da trajetória histórica da assistência estudantil nas universidades públicas federais, identificamos o caráter pontual e residual destas políticas<sup>9</sup>. O auge da residualidade e focalização das ações de assistência aos estudantes é a década de 1990, período em que a ofensiva neoliberal invadiu a universidade pública, provocando cortes orçamentários e a consequente desestruturação das políticas de assistência aos estudantes. Neste período, o Fonaprace, criticou a omissão do governo (representado pelo Ministério da Educação – MEC) com relação à estruturação da assistência estudantil em termos nacionais. Este Fórum, sob o lema “assistência estudantil como uma questão de investimento” (FONAPRACE, 2012), ingressou nos anos 2000 enfatizando a importância do apoio estudantil para o controle das taxas de evasão e retenção universitária, e, ao longo desta década, foi estabelecendo alianças com a esfera governamental.

A pesquisa demandou o estudo mais aprofundado da conjuntura social do final do século XX e início do XXI no sentido de deslindar as vinculações mais orgânicas existentes entre os processos em curso e as reestruturações situadas na esfera educacional. Neste debate, argumento

---

6 Programa Universidade para Todos – ProUni. Este Programa prevê o financiamento de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes dos cursos de graduação, ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

7 Na lógica de mercantilização da educação superior, do provimento da educação superior enquanto mercadoria, consolida-se o Financiamento concedido a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito Nacional – FIES. Este Programa, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, possibilita o financiamento dos cursos de graduação do ensino superior aos estudantes que comprovem insuficiência de renda para arcar com os custos da formação.

8 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/ REUNI, instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

9 Kowalski (2012) expõe na sua pesquisa de doutoramento uma linha do tempo das ações da assistência estudantil, recuperando os marcos históricos da trajetória destas ações.

consensual entre os autores consultados<sup>10</sup> revela as rearticulações das forças dominantes diante dos sinais de esgotamento do neoliberalismo clássico, traduzidos pela incapacidade deste projeto político (baseado na desregulamentação, flexibilização e privatização) de aumentar as taxas de lucro do capital, e dos impactos da implementação dos preceitos neoliberais no que tange à extrema precarização das condições de vida dos trabalhadores, somada aos danos ambientais em escala destrutiva. A incorporação do pensamento da terceira via (GUIDDENS, 2001), disseminada pelos intelectuais orgânicos do Estado, marca a fase de renovação do neoliberalismo que se expressa na tentativa de “humanização” do capital e se estende pelo século XXI.

Na América Latina, especialmente no Brasil, o ingresso nos anos 2000 foi marcado pela eleição de governos ditos progressistas e a definição de novas estratégias de hegemonia. Os projetos políticos das classes dominantes são redefinidos a partir da incorporação do ideário social-liberal de cunho novo-desenvolvimentista<sup>11</sup>. No governo Lula, o debate sobre o desenvolvimento social irá emergir sob novas bases para obter o consenso das classes subalternas em torno das reestruturações econômicas em curso. No caso da educação superior, o tema da democratização emerge articulado ao discurso governamental do “crescimento econômico com desenvolvimento social”, lema das teses autointituladas novo-desenvolvimentistas.

Adentrando no âmbito mais específico da reforma universitária no Brasil, os analistas do ensino superior demonstram que o governo Lula deu prosseguimento às medidas contrarreformistas (privatização do ensino superior, fortalecimento das fundações de apoio, precarização do trabalho docente) que já vinham sendo implementadas, desde os governos Collor (1990-1992) e Cardoso (1995-2002). É ideia comum na bibliografia

---

10 Dentre as obras consultadas, destacamos as análises de Neves (2005, 2010), Behring (2003), Lima (2005) e Anderson (1995).

11 Trabalhamos a temática do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo a partir das análises de Castelo (2009, 2010, 2012), Braga e Bianchi (2003) e Mota et al. (2010).

consultada<sup>12</sup> a afirmação de que a ênfase no discurso da democratização marca uma nova fase de contrarreformas que se desenrolam na gestão petista. Na pesquisa, o desenvolvimento desta argumentação revelou que a assistência estudantil é incorporada na agenda de contrarreformas do governo federal mediante sua vinculação com as propostas ditas democratizantes, materializadas por programas como o Reuni.

A nova fase da contrarreforma universitária, inaugurada no governo Lula (2003-2010), incorporou de forma mais consistente uma agenda de “preocupações” com a função social da universidade. Nesta agenda, o termo democratização serve à conquista da adesão da sociedade ao projeto de educação dominante, constituindo-se, portanto, no terreno ideológico no qual são legitimados os processos de mercantilização da educação superior, perda de autonomia universitária, aligeiramento da formação superior, flexibilização dos currículos, dentre outras ofensivas ao tripé ensino-pesquisa-extensão.

Neste sentido, o discurso governamental da democratização da educação superior ampara as contrarreformas educacionais em curso nas universidades públicas federais, e suas propostas apresentam-se como sendo necessárias à “inclusão social” e à “igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2006, 2012, 2007). O conteúdo da democratização, concebido pela esfera governamental, aparece desvinculado do sentido político do termo, ou seja, da sua referência à perspectiva da transformação social, da condução de reformas estruturais, da ideia de gestão pública dos espaços de poder (WOOD, 2003; COUTINHO, 2008; LUCKÁCS, 2008).

A pesquisa realizada, mesmo tendo se apropriado do arsenal de medidas contrarreformistas levadas a cabo pelo governo Lula, no que tange às universidades públicas e às privadas (de que são exemplares o banco de professores, Fies, Prouni, IED, etc.), preocupou-se com a análise mais minuciosa do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e do Novo Enem/Sisu<sup>13</sup>, sob a justificativa

---

12 Para citar os principais, destacamos Leher (1999, 2009), Andes (2007), Chauí (1999, 2001, 2003), Lima (2005), Neves e Pronko (2008), Sguissard (2009), Silva Jr. e Sguissard (2001).

13 O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC). Este Sistema

de serem executados especificamente nas universidades públicas federais e exercerem impacto direto na estruturação da assistência estudantil nas Ifes.

O Reuni, por exemplo, tem como meta a elevação da taxa de conclusão média dos estudantes de graduação e a elevação da relação professor-aluno pela via da reestruturação curricular e de infraestrutura e, inclusive, da ampliação da assistência estudantil (uma das diretrizes do Programa). A principal crítica feita ao Programa pelos analistas da educação está na sua contribuição para perda de autonomia universitária (porque orientado por contrato de gestão) e instauração do ideário da produtividade acadêmica orientado por uma lógica mercadológica. Estas medidas estão direcionadas para a consolidação do modelo de “universidade operacional” a que se referiu Chauí (1999), ou à universidade “neoprofissional, heterônoma e competitiva” de Sguissard (2009) - ambas empenhadas em transpor a lógica mercadológica para a esfera acadêmica.

As mediações que conformam a expansão da assistência estudantil no espaço universitário foram apreendidas mediante a problematização do conteúdo político da democratização que vem sendo materializada pelo Estado brasileiro. Nesta direção, os nexos mais intrínsecos entre a expansão da assistência estudantil nas Ifes e as propostas dos programas da “democratização” expressam a funcionalidade do projeto de assistência estudantil (restrita) à construção do modelo de “universidade operacional” (CHAUÍ, 1999).

#### **4. Os nexos entre a expansão da assistência estudantil e a contrarreforma universitária nos anos 2000**

Em suma, a compreensão das bases estruturantes da contrarreforma universitária dos anos 2000 (os projetos políticos em disputa, a orientação

---

utiliza-se da nota do novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior. É regido pela Portaria Normativa Nº 2, de 26 de janeiro de 2010 do MEC.

política dos seus principais programas, sua articulação com o movimento de rearticulação de forças da burguesia brasileira no início do século XXI), constituiu-se exercício analítico de primeira ordem para o processo de pesquisa. Somente a partir da apropriação teórica destas determinações é que pudemos apontar tendências acerca da estruturação da assistência estudantil nos anos 2000.

Nesta direção, a hipótese construída no processo de pesquisa foi a de que a expansão da assistência estudantil nas Ifes, na “nova fase da contrarreforma universitária” (LIMA, 2005), seria determinada pela funcionalidade da assistência estudantil definida nos limites da agenda educacional do Estado (assistência estudantil consentida) à consolidação do modelo de “universidade operacional” (CHAUÍ, 1999).

Esta antecipação metodológica resultou da maturação do objeto de pesquisa no processo de intervenção acadêmica (no âmbito da política de assistência estudantil, implementada na UFPE) e da apropriação teórica da conjuntura social brasileira nos séculos XX e XXI – com ênfase na temática educação superior, das universidades e, no seu interior, das ações de assistência aos estudantes.

Nas aproximações sucessivas que realizamos da temática da expansão da assistência estudantil no contexto das Ifes dos anos 2000, constatamos o fato de que: no processo de contrarreforma em curso nas universidades públicas brasileiras, e de forma peculiar na segunda gestão do governo Lula (2007-2010), a assistência estudantil desempenha funções estratégicas à consolidação do projeto educacional dominante, atribuindo uma aura democratizante às propostas produtivistas dos principais programas da contrarreforma universitária e assumindo um papel instrumental ao alcance das metas produtivistas perseguidas por estes programas. Evidenciamos, assim, nexos orgânicos entre propostas como o Reuni e o Enem/Sisu e a expansão da assistência estudantil neste contexto específico.

Estes nexos estão explicitados nas regulamentações desta Política, nos relatórios, atas e publicações do Fonaprace (principal sujeito político responsável pela direção intelectual e moral da assistência estudantil nas

Ifes), nas legislações do Reuni e do Enem/Sisu, assim como, nos relatórios acerca do processo de contrarreforma universitária elaborados pelos organismos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC).

O Quadro 1 traz os documentos analisados na pesquisa, que explicitam os principais nexos entre a ampliação da “assistência estudantil consentida” nos anos 2000 e os programas da contrarreforma universitária do referido período.

**QUADRO 1: Documentos analisados.**

<b>1º GRUPO</b>	<b>2º GRUPO</b>
<b>Plano Nacional de Assistência Estudantil – Aprovado pela Andifes.</b> Proposta do Fonaprace em julho de 2007 (FONAPRACE, 2007). Legislação.	<b>Exposição de Motivos do PL 7200</b> (BRASIL, 2006). Legislação.
<b>Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010.</b> Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil Pnaes. Legislação.	<b>Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007.</b> Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (BRASIL, 2007). Legislação.
<b>Atas das Reuniões Ordinárias do Fonaprace.</b> Referentes aos anos 2000. Atas.	<b>Portaria Normativa Nº 2, de 26 de janeiro de 2010.</b> Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada (MEC, 2010). Legislação.
<b>Revista Comemorativa 25 Anos: Histórias, Memórias e Múltiplos Olhares</b> (FONAPRACE, 2012). Publicação.	<b>Diretrizes Gerais do Reuni</b> (BRASIL, 2007b). Publicação.
<b>Dez Encontros</b> (FONAPRACE, 1993). Relatórios.	<b>Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior</b> (BRASIL, 2004). Publicação.
<b>Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras</b> (FONAPRACE, 2011). Publicação.	<b>Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011: Exercício 2010</b> (MEC, 2009). Relatório.
	<b>A Reforma da Educação Superior no Brasil</b> (GENRO, 2005). Publicação.
	<b>Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas</b> (HADDAD, 2008). Publicação.

**Fonte:** Elaboração da autora, 2012.

A análise crítica do discurso oficial materializado nestas fontes primárias evidencia vinculações diretas entre a expansão da assistência estudantil e o controle das taxas e evasão e retenção nas Ifes, a produtividade das vagas nas Ifes, a rotatividade dos estudantes entre as Ifes, o discurso da democratização. Ainda que algumas destas propostas representem bandeiras históricas dos movimentos da educação (como é o caso do controle das taxas de evasão e retenção e da democratização da universidade), no contexto da contarreforma universitária dos anos 2000, impera uma tendência conservadora de ressignificação dos seus conteúdos políticos, orientados para a construção do modelo de universidade operacional.

Aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2007), como o Fonaprace e o Ministério da Educação (MEC), responsáveis pela direção da assistência estudantil em termos nacionais, divulgam uma suposta relação orgânica entre a assistência estudantil (Pnaes) e o Reuni. As articulações entre estas duas propostas (Reuni e Pnaes) estão sendo construídas desconsiderando o histórico da assistência aos estudantes na universidade pública. Num processo de desistoricização da assistência estudantil, a mesma emerge, no bojo do Reuni, ora como condição, ora como resultado da expansão promovida pelo Programa, e, portanto, passa a ser pensada nos limites do Reuni, perdendo as raízes que a vinculam a projetos educacionais alternativos.

Outra constatação é a de que a expansão proposta pelo Reuni, a partir do alcance da sua meta de elevação da taxa de conclusão média dos estudantes de graduação e do aumento da relação professor-aluno, pressupõe, como uma das medidas para o cumprimento destas metas, o controle das taxas de evasão e retenção universitária.

O debate sobre a contribuição da assistência estudantil para o controle destas taxas nas Ifes acompanha a trajetória da assistência e, no atual contexto, constitui-se em um dos principais nexos do Pnaes ao Reuni. Contudo, no âmbito da assistência estudantil, este debate esteve vinculado, historicamente, à garantia da qualidade da formação de nível superior, pela via do provimento das condições necessárias à conclusão

dos cursos superiores, pelos estudantes universitários. Já no âmbito do Reuni, o indicador do controle das taxas de evasão e retenção nas Ifes é a capacidade destas instituições substituírem, de forma mais eficiente, as suas vagas ociosas. Com isso, a avaliação que deveria resultar do acompanhamento dos estudantes concluintes a partir de sua trajetória no curso não se concretiza.

Como consequência da sua afirmação no bojo do Reuni (ora como condição, ora como resultado da expansão proposta por este programa), a tendência, identificada pela pesquisa, posta para assistência estudantil – desconsiderando sua vinculação a projetos educacionais alternativos – é a da incorporação pelas próprias políticas de assistência estudantil da mesma lógica produtivista do Reuni. Sendo assim, diante das pressões exercidas pelos organismos educacionais, as instâncias responsáveis pela operacionalização da assistência estudantil passarão a incorporar critérios de acesso e permanência que permitam a rotatividade dos estudantes no âmbito da própria assistência estudantil, como alternativa para responder, de forma satisfatória, às metas do Reuni.

Realizando o caminho de volta da pesquisa, conseguimos agregar novas determinações às expressões empíricas desta tendência produtivista da assistência estudantil, identificada pela pesquisa. O devir desta tendência já estava posto na nossa intervenção acadêmica, traduzindo-se na intensificação do controle dos estudantes assistidos pela Política, mediante a naturalização das contrapartidas acadêmicas, aumento do controle do desempenho acadêmico e a rigidez dos critérios socioeconômicos. Na realidade concreta, o principal impacto negativo do produtivismo da assistência estudantil é o desligamento daqueles estudantes que não conseguem enquadrar-se aos critérios exigidos pela Política, “liberando” as vagas para novos estudantes.

Um das consequências postas para “assistência estudantil consentida”, como resultado da sua integração na agenda das contrarreformas em curso nas Ifes, é a da restrição do acesso dos estudantes à critérios socioeconômicos (rebaixados). Agir nas situações de desigualdade socioeconômica do corpo discente é um dos nexos da assistência estudantil com

as propostas dos programas da contrarreforma em curso. Inclusive, esta temática, historicamente, emergiu na assistência estudantil como sendo prioritária. Contudo, o debate sobre as dificuldades acadêmicas (aspectos da subjetividade dos estudantes) para além das desigualdades de renda também tiveram lugar de destaque na agenda da assistência estudantil<sup>14</sup>. Sob a restrição, cada vez mais intensa, aos critérios de renda, este debate é relegado a segundo plano<sup>15</sup>.

Nesta mesma direção estruturam-se relações funcionais entre o Pnaes e o Enem/Sisu. A pesquisa revelou também que a funcionalidade da assistência estudantil à rotatividade dos estudantes entre as diferentes Ifes é um dos principais nexos da assistência estudantil com as propostas de “melhor aproveitamento” (BRASIL, 2007) das vagas nas universidades.

O Enem/Sisu aborda a assistência estudantil como principal alternativa, senão a única, para subsidiar a mobilidade estudantil proposta por este programa. Sendo cada instituição, na sua particularidade, responsável pela estruturação de suas políticas de assistência estudantil, o MEC transfere para as Ifes a responsabilidade de construção de alternativas, através dos insuficientes recursos da assistência estudantil consentida, para subsidiar a permanência dos estudantes provenientes das diversas regiões do país (ou seja, para responder à mobilidade estudantil proposta pelo Enem/Sisu).

Por último, os nexos entre o discurso da democratização do ensino superior, que marca a nova fase da contrarreforma universitária inaugurada no ex-governo Lula, e a assistência estudantil é um dos principais determinantes que constituem o processo de expansão da assistência nos anos 2000. Onexo entre assistência estudantil e democratização universitária

---

14 Tanto que as pesquisas realizadas pelo Fonaprace coletaram dados significativos sobre as dificuldades emocionais enfrentadas pelos estudantes na trajetória acadêmica.

15 Inclusive, neste contexto, os próprios critérios de renda para acesso aos programas assistenciais estudantis foram rebaixados. A aprovação do Decreto 7 234 de 19 de julho de 2010, que institucionalizou o Pnaes, alterou o termo da Portaria Nº 39 do MEC que considerava a prioridade dos estudantes até 2 salários mínimos *per capita* para 1 salário mínimo e meio.

se dá pela funcionalidade da assistência estudantil consentida à nova retórica da contrarreforma educacional em curso.

No âmbito do que Lima (2005) chamou de o “fetiche da democratização”, a assistência estudantil constitui-se em um mecanismo estratégico para fortalecer a dimensão “ética” do debate que mistifica o caráter conservador das reestruturações em curso nas Ifes. Deste modo, esta Política faz-se presente no corpo legal da contrarreforma, legitimando os argumentos veiculados na esfera governamental que destacam a “responsabilidade social das Ifes” (BRASIL, 2006) e a concretização de uma “nova reforma educacional” (GENRO, 2005) para um “novo projeto de desenvolvimento nacional” (GENRO, 2005).

## **5. Os caminhos da investigação e da exposição da dissertação: à guisa de conclusão**

A dissertação intitulada *Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000* (NASCIMENTO, 2013) é produto do trajeto de pesquisa orientado pela hipótese acerca da funcionalidade da expansão da assistência estudantil, nos anos 2000, a operacionalização das principais propostas contrarreformistas em curso nas universidades públicas brasileiras. Esta pesquisa qualitativa, de natureza documental, utilizou como fonte de análise dados secundários (relatórios e livros) e primários (as legislações, as atas, os discursos presentes em materiais de circulação pública) e ateu-se aos anos 2000, tratando particularmente, das universidades públicas federais.

Na construção da dissertação, realizou-se o seguinte percurso teórico metodológico: identificação das particularidades da contrarreforma universitária dos anos 2000, estudo dos seus principais programas e investigação dos nexos existentes entre a expansão da assistência estudantil e as propostas defendidas pelos programas da contrarreforma universitária, em especial aqueles implementados nas universidades

públicas federais, relacionados ao denominado processo de “democratização” da educação superior.

A ênfase nos programas da contrarreforma universitária que são implementados nas universidades públicas federais, e, destes, especialmente os programas do chamado processo de “democratização” da universidade pública (o Reuni e o Novo Enem/Sisu) esteve fundamentada nos seguintes argumentos: 1) o Pnaes marca o início da fase expansiva da assistência estudantil nos anos 2000, cabendo às Ifes a sua operacionalização; 2) compõem as Ifes, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia/Ifets e as universidades públicas federais, sendo que somente nestas últimas, a assistência estudantil tem uma trajetória mais consolidada (porque desenvolvida de forma fragmentada desde os anos 1930, no Brasil); 3) é no interior do chamado processo de “democratização” que a assistência estudantil é incorporada na agenda governamental.

Sobre este último ponto é importante destacar que, estando amparados em autores como Lima (2005), concebemos que a ênfase no discurso da democratização é uma particularidade desta fase específica das contrarreformas em curso no ensino superior e, portanto, terreno ideológico em que se orquestra a expansão da assistência nas Ifes. Os principais programas que materializam a “democratização” proposta pelo governo federal (cuja ênfase está na expansão das matrículas e vagas no ensino superior), em termos das universidades públicas federais, são o Reuni e o Novo Enem/Sisu.

A seleção dos documentos para análise considerou as escolhas metodológicas supramencionadas e o agrupamento dos documentos foi feito da seguinte forma: no primeiro grupo, foram reunidas as regulamentações da assistência estudantil e os relatórios, atas e publicações do principal sujeito político responsável pela direção intelectual e moral da assistência estudantil nas Ifes: o Fonaprace. No segundo grupo, reunimos as legislações do Reuni e do Enem/Sisu, assim como, os relatórios dos referidos programas elaborados pelos organismos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC), tal como demonstra o Quadro 1 supramencionado.

A análise destes documentos atendeu ao seguinte roteiro metodológico: numa abordagem inicial, buscou-se identificar as referências à assistência estudantil presentes nos textos dos documentos selecionados. Rastream-se os enunciados que faziam menção direta ou indireta à assistência estudantil, tomando nota da forma como o tema estava sendo abordado. Tal feito permitiu a aproximação teórica da concepção de assistência dominante, das suas articulações com relação às temáticas mais gerais das políticas educacionais, das propostas da assistência e dos objetivos perseguidos. As categorias de Estado, educação, trabalho e assistência, e os conceitos de produtividade e democratização, compreendidos na atual dinâmica capitalista de produção e reprodução social, na particularidade brasileira, permitiram a análise dos dados numa perspectiva de totalidade.

Especificamente, a análise das duas publicações do Fonaprace – *Dez Encontros*, do ano de 1993 e a *Revista Comemorativa* dos 25 anos, publicada em 2012 – nos permitiu tratar mais particularmente da orientação política do Fórum, considerando os seus posicionamentos sobre a relação da política governamental com a assistência estudantil desde sua criação até o presente momento. A finalidade destas análises foi explicitar as redefinições da assistência na agenda da política educacional brasileira, ao longo das duas últimas décadas.

Desta primeira aproximação com os dados, conseguimos destacar os termos através dos quais o tema da expansão da assistência estudantil foi explicitado. Identificamos que a questão da evasão e retenção, da ociosidade das vagas, da mobilidade estudantil e da democratização universitária serve para justificar, nestes documentos, a necessidade de expansão da assistência estudantil nas Ifes. Trabalhamos estas vinculações (os nexos) de forma mais aprofundada, à luz da categoria produtividade. Diante das constatações derivadas das análises das propostas do Reuni e do Enem/Sisu, consideramos que esta categoria (produtividade) sintetiza as principais determinações do processo de contrarreforma universitária em curso, uma vez que o foco deste processo é a ampliação do número de

vagas em tempo reduzido, com melhor aproveitamento de infraestrutura e recursos humanos e menor gasto.

Realizamos, concomitantemente, a crítica<sup>16</sup> dos discursos veiculados pelos organismos governamentais e pelo principal aparelho de hegemonia da assistência estudantil, o Fonaprace. Buscamos, nestes discursos, os enunciados que reiteram os nexos identificados entre a expansão da assistência estudantil nas Ifes e as propostas da contrarreforma universitária dos anos 2000. Através destes depoimentos, demonstramos como o discurso veiculado expressa a funcionalidade da assistência estudantil às propostas produtivistas implementadas nas universidades públicas federais.

Os principais nexos encontrados foram entre a expansão da assistência estudantil e o controle das taxas e evasão e retenção nas Ifes, a produtividade das vagas nas Ifes, a rotatividade dos estudantes entre as Ifes e o discurso da democratização. Estes nexos integram as principais propostas perseguidas pelos programas da contrarreforma universitária analisados (o Reuni e o Novo Enem/Sisu), nos permitindo, deste modo, evidenciar que a expansão da assistência estudantil nas Ifes, no decorrer dos anos 2000, para além de ser resultado das tensões exercidas pelos movimentos sociais da educação na correlação de forças entre diferentes projetos educacionais, é intensificada pela funcionalidade de um determinado projeto de assistência estudantil restritiva (“assistência estudantil consentida”) às mudanças que vêm sendo conduzidas na universidade brasileira no seio da contrarreforma em curso. Neste sentido, a expansão da assistência estudantil (nos limites do projeto educacional dominante) serve à materialização do discurso da democratização, disseminado pelo Estado, e, sobretudo, funciona como mecanismo instrumental para garantir a produtividade da universidade de modelo operacional.

---

16 A concepção de crítica que assumimos tem inspiração no materialismo histórico e dialético e se concretiza na tentativa de apreender as mediações que nos permitem compreender os fundamentos e os condicionamentos sócio-históricos do objeto investigado.

Na exposição da dissertação, o percurso teórico-metodológico traçado na apreensão das mediações que constituem o nosso objeto foi estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, situamos as reestruturações da política educacional (no interior da qual está situado o Pnaes) no âmbito do Estado, e expomos a nossa compreensão acerca das principais determinações do Estado, sobretudo no que tange à sua atuação na garantia das condições necessárias à reprodução das relações sociais capitalistas – compreendidas a partir da teoria social de Marx (1996). A categoria Estado, enquanto importante recurso teórico-metodológico para compreensão da educação, com foco na assistência estudantil, foi estudada a partir de autores vinculados à tradição marxista (ACANDA, 2006; HARVEY, 2005; MANDEL, 1985; CORAZZA, 1987). Tratamos da função integradora do Estado, abordando especificamente os denominados “aparelhos privados de hegemonia” (GRAMSCI, 2007), através dos quais o Estado realiza sua função educativa.

Resgatamos as categorias de alienação, educação e trabalho do arsenal marxista<sup>17</sup> para subsidiar a apreensão do processo de reprodução das relações desiguais das classes sociais no capitalismo. Nesta mesma direção, retomamos a categoria assistência e as particularidades da constituição do assistencial no Brasil, como recurso para pensar as limitações de sua concepção sob o ponto de vista do direito, neste país de capitalismo dependente.

Adentramos nas particularidades do Estado capitalista brasileiro, no período atual, corroborando as afirmações de Castelo (2008, 2009, 2010, 2012), Neves (2005, 2011), Braga e Bianchi (2003), Mota et al. (2010), que apontam para o predomínio de uma fase renovada do neoliberalismo, o social-liberalismo e/ou “novo-desenvolvimentismo”. Destas discussões, apreendemos a abordagem dada ao tema da educação.

No segundo capítulo, expomos a nossa compreensão acerca das particularidades da contrarreforma universitária dos anos 2000.

---

17 Dentre as obras consultadas, destacamos Meszáros (2006, 2002), Macário (2005), Maceno (2011), Konder (2009).

Problematizamos, inclusive, a ressemantificação de categorias de raízes progressistas como reforma e democratização sob o ideário social-liberal, como parte das novas estratégias hegemônicas de busca do consenso das classes subalternas pelas classes dominantes.

Ainda no segundo capítulo, retomamos a crítica de autores como Lima (2005), Leher (1999; 2009), Sguissard (2009) e Neves (2008), sobre os principais programas que materializam a democratização proposta pelo governo federal nos anos 2000. A fim de sublinhar o caráter conservador destas reestruturações em curso no ensino superior brasileiro, nos aproximamos das elaborações feitas por Coutinho (2008) acerca da categoria contrarreforma.

No último capítulo, recuperando o arsenal teórico-metodológico trabalhado na pesquisa, expomos nossas reflexões acerca do processo de expansão da assistência estudantil nas universidades públicas federais, apontando os seus nexos com as propostas produtivistas postas pelo Reuni e pelo Novo Enem/Sisu. No bojo destes programas, questões como o controle das taxas de evasão e retenção universitária são ressignificadas (visando a produtividade das vagas nas Ifes) e a suposta expansão da assistência estudantil serve para legitimar e subsidiar a “democratização” proposta por estes programas.

## Referências

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDES-SN/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior*. Caderno ANDES 25. Brasília, DF: 2007.

BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo*. 2. ed. Brasília, DF: GESST/SER/UnB, 2003.

BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. *O social-liberalismo chega aos trópicos*. 2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/261787.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, dez. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro; vol. 8; p. 71-91, n. 1, 2009. Disponível em <[www.revistaoikos.org](http://www.revistaoikos.org)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica, a noção do desenvolvimento econômico com equidade. *Revista Emancipação*, n. 8, v. 1, p. 21-35, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/112/110>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, Set /Out /Nov /Dez. p. 05-15, 2003.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. *A universidade operacional*. Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 9 de maio de 1999.

CORAZZA, Gentil. Estado e relações de produção. In: *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, Vol. 8, n. 2, p. 21-30, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GIDDENS, Anthony (Org.). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere: notas sobre o Estado e a Política*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. v.3.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOWALSKI, Aline Viero. *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul / Faculdade de Serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LEHER, Roberto. *O que é comodificado é mercadoria*. Disponível em <<http://www.mepr.org.br/noticias/educacao/290-enem-o-que-e-comodificado-e-mercadoria.html>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Um novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Outubro, São Paulo, n.1, p 19-30, 1999.

LIMA, Kátia Regina de Souza. *Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso à Luís Inácio Lula da Silva*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, UFF. Niterói, 2005.

LUCKÁCS, Gyorgy. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Organização, introdução e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MACÁRIO, Epitácio. *Trabalho, reprodução social e educação*. Tese de doutoramento – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2005.

MACENO, Talvanes Eugenio. *Educação e universalização no Capitalismo*. São Paulo: Baraúna, 2011.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Apresentação de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Coord. e rev. de Paul Singer; Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1996.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA et al. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: *As ideologias da contrarreforma*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

NASCIMENTO, Clara Martins do. *Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000*. Dissertação de mestrado. Orientadora Ana Cristina Brito Arcoverde. Recife- UFPE, 2013.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

\_\_\_\_\_. PRONKO, Marcela Alejandra. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

SGUISSARD, Valdemar. *Universidade brasileira no Século XXI*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. Estado, democracia e globalização. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2006.

## Documentos analisados

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. *Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior*. Brasília, DF: PL n. 7200/2006, MEC/MF/MT/MCT.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, 2007a. Disponível em <[http://200.156.25.73/reuni/D6\\_096.html](http://200.156.25.73/reuni/D6_096.html)>. Acesso em: 14 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Gerais do Reuni*. [Brasília, DF], 2007b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010*. Institui o Programa Nacional de assistência Estudantil-Pnaes, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: jan. 2012.

FONAPRACE. *Ata da reunião ordinária realizada na Cidade de Brasília/DF nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2009*. Disponível em <[www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br)> . Acesso em: dez. 2012.

\_\_\_\_\_. *Dez encontros*. UFG, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Goiânia, 1993.

\_\_\_\_\_. *Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras*. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace). Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. *Proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Encaminhado à Andifes, Versão final. 2007.

FONAPRACE. *Revista Comemorativa 25 anos do Fonaprace: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.). Coordenação, Andifes. UFU, Proex: 2012.

GENRO, Tarso. A Reforma da Educação Superior no Brasil. In: *Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior: tendências na Europa e na América Latina*. Realizado em São Paulo, no dia 25 de abril de 2005. Anais... Brasília, DF: Inep, 2005.

HADDAD, Fernando. *Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas*. Ministério da Educação. Brasília, DF: 2008.

MEC/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reforma da Educação Superior: Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior*. Documento II. BRASIL, 2004.

\_\_\_\_\_. *Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011: exercício 2010*. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa Nº 2, de 26 de janeiro de 2010*. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Brasil, 2010.

## CAPÍTULO 10

# Política de segurança pública e intersetorialidade: uma análise de conteúdo na pesquisa documental

*Marcelo Teles de Mendonça*

### 1. Introdução

Desde que os seres humanos começaram a duvidar das explicações mitológicas ou do senso comum para os fenômenos da realidade, que começaram as buscas por meios mais eficazes de explicar tais fenômenos. Primeiro vieram os filósofos defendendo o uso da razão e o método da reflexão para se chegar à verdade sobre os fenômenos, fossem eles da natureza, biológicos, psicológicos ou sociais. Depois, esses mesmos filósofos, não mais se contentando em apenas refletir sobre a realidade, defenderam que era preciso se aproximar do mundo sensível para uma melhor compreensão da realidade. Demos, então, um segundo passo na história da humanidade, passando do conhecimento filosófico ao científico.

Ao longo da história do conhecimento científico, muitos métodos e técnicas foram sendo desenvolvidos com o intuito de tirar a venda ou o véu sobre os fenômenos, desvendando ou desvelando sua essência. Todos esses métodos e técnicas têm por base um único princípio, o de que todo conhecimento parte da realidade e só a partir dela pode ser produzido.

Para se produzir um conhecimento científico se faz pesquisa, que não é mais do que a aplicação de um conjunto de procedimentos e técnicas que visam chegar à compreensão de um determinado aspecto da realidade. Uma dessas pesquisas é a documental, que procura extrair dos documentos informações que permitam compreender como se processaram ou

estão se processando determinados fenômenos. A pesquisa documental parte de documentos que são impressões deixadas por seres humanos em objetos físicos, como por exemplo, uma pintura em uma caverna.

Para se chegar à essência das mensagens que são transmitidas pelos documentos, não ficando apenas no nível da aparência, se utiliza uma técnica conhecida como análise de conteúdo. Essa técnica foi evoluindo ao longo dos anos até chegar a um maior rigor científico. Uma das autoras que melhor vem trabalhando a análise de conteúdo é Laurence Bardin, pesquisadora francesa que se especializou no uso dessa técnica. Bardin (2011) define a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a conteúdos diversos e que oscilam entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade.

A técnica da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin, está organizada em três etapas, que são: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise consiste na seleção dos documentos que serão analisados, além da formulação de hipóteses, objetivos e indicadores. A exploração do material é a parte mais demorada, onde são feitas a codificação, decomposição e enumeração dos dados para análise. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, são feitas as interpretações e inferências com base nos dados levantados.

Para a codificação do material a ser estudado, os documentos são recortados em unidades menores que são as unidades de contexto e de registro. A unidade de registro é a unidade de significação que servirá à categorização e contagem frequencial. As mais usadas são a palavra e o tema. A unidade de contexto, por sua vez, serve apenas para a compreensão da unidade de registro, podendo ser a frase para a palavra, ou o parágrafo para o tema. Posteriormente as unidades de registro são agrupadas em categorias a partir de características comuns entre elas. A categorização facilita a análise e interpretação dos dados, pois fornece uma representação simplificada desses dados.

No estudo do qual este artigo deriva, as unidades de registro foram agrupadas em duas categorias centrais e quatro subcategorias. As centrais

são intersetorialidade e concepção de segurança e as outras quatro são subcategorias da intersetorialidade. São elas: articulação entre políticas públicas, participação da sociedade civil, territorialidade e trabalho em rede.

A categoria concepção de segurança, após a codificação realizada, permitiu inferir do *corpus* de análise qual é a concepção de segurança que orienta a política de segurança pública em Pernambuco.

## 2. O caminho metodológico

Ao empreendermos o estudo sobre como vem se materializando o princípio da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco, optamos por uma pesquisa documental por entendermos que através da análise de documentos seria possível perceber de forma segura como essa intersetorialidade se apresenta na política de segurança pública em Pernambuco. De acordo com Sá-Silva; Almeida e Guindani (2009) o uso de documentos deve ser valorizado e apreciado em pesquisas, pois a riqueza de informações que se pode extrair dos mesmos justifica seu uso em várias áreas das ciências humanas e sociais.

A principal vantagem da pesquisa documental é que a mesma elimina, pelo menos em parte, a influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador sobre o conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados. Por outro lado, aponta-se como dificuldade da pesquisa documental o fato de que o pesquisador não tem domínio sobre o documento, pois este é surdo ao pesquisador e não lhe fornece precisões suplementares.

Os documentos “podem nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas” (MAY, 2004, p. 205). Um documento pode ser definido como uma impressão deixada em um objeto físico por um ser humano e apresentar-se sob a forma impressa, que é a mais comum, mas também como

fotografias, filmes, pinturas, esculturas, endereços eletrônicos, entre outras.

A nossa capacidade de memória é limitada e não temos condições de memorizar tudo com o que entramos em contato. Além de que, sendo limitada, a memória pode distorcer lembranças ou fatos como também esquecer acontecimentos importantes. “Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstituição, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais.” (CELLARD, 2008, p. 295).

Através dos documentos é possível observar o processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas, bem como de sua gênese até os dias atuais.

Os documentos são geralmente classificados em três grupos principais: no primeiro grupo, os documentos primários, secundários e terciários; no segundo grupo, os documentos públicos e os privados; e num terceiro grupo, as fontes solicitadas e não solicitadas. Os documentos primários são aqueles elaborados por pessoas que de fato testemunharam os fatos que descrevem. Os documentos secundários são aqueles cujo autor não testemunhou pessoalmente os fatos ou eventos que descreve. Já os documentos terciários são aqueles que nos permitem localizar outros documentos como índices, resumos ou outras bibliografias.

Os documentos são ainda públicos ou privados, e tanto uns quanto outros podem também ser arquivados ou não arquivados. Os documentos públicos arquivados são aqueles comumente encontrados em arquivos públicos, mas que podem também ser encontrados em arquivos privados. Os públicos não arquivados são os jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos como, dentre outros, anúncios, circulares, boletins e anuários telefônicos. Vale ressaltar, conforme Cellard (2008), que muitos documentos ainda que ditos públicos nem sempre são acessíveis. Os documentos privados também podem ser arquivados ou não. Os arquivados são geralmente encontrados em arquivos privados de organizações políticas, sindicatos, igrejas, instituições e

empresas, dentre outras organizações. Na maioria das vezes são de acesso bastante difícil. Os documentos privados e não arquivados são os pessoais que constituem, dentre outros, as autobiografias, diários íntimos, correspondências ou documentos de famílias.

Para este estudo utilizamos documentos escritos, que são definidos por Cellard (2008), como todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Alguns são documentos públicos e não arquivados, pois, facilmente encontrados na página do Governo do Estado de Pernambuco; outros, entretanto, são documentos privados e arquivados. Os documentos trabalhados foram planos, relatórios, programas, leis e matérias de jornais conforme apresentados no Quadro 1.

O período que delimitamos para o estudo vai de 2007 até 2011, que compreende o primeiro mandato e início da segunda gestão do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, quando é lançado o programa Governo Presente. Ao entendermos que a segurança pública é dever do Estado, como vem colocado pela Constituição Federal de 1988, e que esta só vai realmente atender às necessidades da sociedade por segurança da população se atuar de forma articulada com as demais políticas públicas, decidimos por estudar o Governo Eduardo Campos, buscando perceber como vem se materializando a intersectorialidade na política de segurança pública neste governo. O critério para escolha do Governo Eduardo Campos foi condicionada pela contemporaneidade entre nosso estudo e a atual gestão, além de que uma das marcas desse governo é a prioridade que o mesmo refere dispensar à política de segurança pública. Nessa gestão foi elaborado o primeiro plano de segurança pública do estado de Pernambuco, o Pesp, também conhecido por Pacto Pela Vida.

A escolha da Gestão Eduardo Campos para estudo veio condicionar também os critérios para escolha dos documentos a constituírem o *corpus*<sup>1</sup> de análise. Bardin (2011) nos explica que a formação do *corpus* deve seguir algumas regras como a da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Pela regra da exaustividade, para alguns

---

1 “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” (BARDIN, 2011, p. 126).

## QUADRO 1: Documentos analisados.

Tipos	Documentos
Plano	Pacto pela Vida – Plano Estadual de Segurança Pública. Elaborado em 2007
Programa	O novo Pernambuco – Melhor para trabalhar, melhor para viver. Lançado em 2010
Relatório	Relatório Anual de Ação do Governo 2010. Lançado em 2010.
Lei	Lei 14.357 que institui o Programa Governo Presente de Ações Integradas para Cidadania. Sancionada em 2011
Matérias de Jornal	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pacto pela vida completa um ano sem atingir meta – Publicada no Jornal do Commercio de 8 de maio de 2008</li> <li>2. Ação integrada contra violência – Publicada no Jornal do Commercio de 8 de novembro de 2008</li> <li>3. Governo apresenta resultados – Publicada na Folha de Pernambuco de 15 de maio de 2009.</li> <li>4. Governo omite dados negativos – Publicada no Jornal do Commercio de 15 de maio de 2009.</li> <li>5. Estado tem redução inédita de homicídios – Publicada no Jornal do Commercio de 3 de outubro de 2009.</li> <li>6. Santo Amaro comemora resultados de programa – Publicada na Folha de Pernambuco de 9 de novembro de 2009.</li> <li>7. Mais de 500 vidas salvas em Pernambuco – Publicada na Folha de Pernambuco de 1º de dezembro de 2009.</li> <li>8. Criminalidade cai no estado – Publicada no Diario de Pernambuco de 13 de março de 2010.</li> <li>9. Pacto pela vida: a nova realidade da segurança pública – Publicada no Diario de Pernambuco de 31 de março de 2010.</li> <li>10. Homicídios caíram 19,9% no estado – Publicada na Folha de Pernambuco de 4 de agosto de 2010.</li> <li>11. Homicídio cai 39% no Recife – Publicada no Jornal do Commercio de 3 de dezembro de 2010.</li> <li>12. Queda de homicídios fica abaixo da meta – Publicada no Jornal do Commercio de 2 de fevereiro de 2011.</li> <li>13. Homicídios voltam a subir em Pernambuco – Publicada no Jornal do Commercio de 1º de abril de 2011.</li> <li>14. Governo lança pacote contra alta da violência – Publicada no Jornal do Commercio de 7 de maio de 2011.</li> <li>15. Governo cobra metas e cancela férias na polícia – Publicada no Jornal do Commercio de 1º de dezembro de 2011.</li> </ol>

campos definidos como as respostas a um questionário, por exemplo, nenhum elemento pode ser deixado de fora do *corpus* sem que possa ser justificado de forma rigorosa. No caso da representatividade, a análise poderá ser feita a partir de uma amostra desde que o estudo possibilite tal escolha. Pela regra da homogeneidade, os documentos devem ser homogêneos, ou seja, escolhidos de acordo com determinados critérios e não podem apresentar demasiada singularidade fora desses critérios. Pela pertinência, os documentos devem ser fonte de informação adequada de modo a atenderem ao objetivo que motivou a realização da análise.

Acreditamos que os documentos que compõem o *corpus* formado para análise são uma amostra homogênea, representativa e pertinente para a temática em estudo. A homogeneidade decorre do fato de que em todos os documentos é possível perceber como vem se materializando a intersectorialidade na política de segurança pública em Pernambuco. Os documentos são representativos, pois permitem uma apreensão do objeto de estudo no período determinado e, ainda, são pertinentes, porque trazem informações quanto à temática abordada na pesquisa.

O período que foi estudado se inicia em 2007 quando o Governo do Estado lança o Pacto pela Vida que se expressa no Pesp. Daí porque esse foi um dos documentos escolhidos para análise. Em 2010, o governador lança o seu relatório de ação, referente ao trabalho desenvolvido em seu primeiro mandato. Vimos neste documento a oportunidade de perceber, depois da implementação do Pacto pela Vida, as referências feitas à intersectorialidade entre a política de segurança e as outras políticas públicas.

Do mesmo modo, escolhemos também para análise a proposta do governo para a segunda gestão, como meio de perceber se nessa estava contemplado um trabalho articulado entre a política de segurança e as demais políticas estatais. Em meados de 2011, o governo do estado lançou o programa Governo Presente através da Lei 14.357, que, conforme o artigo primeiro explicita, está inserido no Plano Estadual de Segurança Pública, Pacto Pela Vida, e é uma estratégia de prevenção social da violência e de intervenção estruturadora de uma Política Integrada de Desenvolvimento Social. Analisamos também este documento – a Lei

14.357 – tendo em vista sua pertinência para a temática em estudo, uma vez que se trata de uma proposta de articulação de políticas com vistas à segurança pública.

Ainda como meio de perceber como o princípio da intersetorialidade se insere na política estadual de segurança pública em Pernambuco, foram analisadas 15 matérias retiradas de três jornais de grande circulação no estado. As matérias selecionadas tratam das ações do governo do estado na área da segurança pública durante o período estudado. Os critérios para escolha dessas matérias foram justamente o fato de tratarem da política de segurança pública em Pernambuco, no período estudado, e, ainda, de haverem sido publicadas nos três principais jornais em circulação no estado. A análise dessas matérias de jornais serviu também para perceber se existe coerência entre a concepção de segurança pública e de intersetorialidade colocada nos documentos oficiais e aquela que é passada para a sociedade através da mídia.

Para analisar os documentos nos baseamos na técnica da análise de conteúdo, mais especificamente no trabalho de uma estudiosa do tema, a francesa Laurence Bardin. Ao descrever a análise de conteúdo, Bardin (2011, p. 15) diz ser a mesma:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” diversos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. [...] Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de “desocultação”, responde a esta atitude de *voyeur* de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico.

Ao aplicar a análise de conteúdo ao *corpus* constituído, tínhamos justamente a intenção de descobrir o que os documentos selecionados

poderiam nos dizer quanto à materialização da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco. A opção pela análise de conteúdo tem também por causa sua popularidade e reconhecida eficácia dentre os estudiosos que trabalham com a pesquisa documental.

Bardin (2011) nos explica que a análise de conteúdo se organiza em torno de três polos cronológicos que são: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, são escolhidos os documentos, formuladas as hipóteses, os objetivos e elaborados os indicadores se for o caso. Vale esclarecer, entretanto, que, na pesquisa documental, a análise de conteúdo não é um método em si, mas uma técnica que vai permitir o trabalho com os documentos de forma mais rigorosamente científica. A aplicação da análise de conteúdo à pesquisa documental carece, portanto, de algumas adaptações. Em nosso estudo, os objetivos e hipóteses já haviam sido formulados anteriormente e a pré-análise consistiu apenas na escolha dos documentos para composição do *corpus*.

A exploração do material, segundo Bardin (2011), é longa e fastidiosa e consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Já na fase de tratamento e interpretação dos resultados, os dados brutos são tratados de maneira a tornarem-se significativos a partir de operações estatísticas e de inferências realizadas.

Para tratar o material precisamos codificá-lo com base nas razões que levaram à realização da análise e para isso precisamos ter clara a hipótese que norteia o trabalho e o referencial teórico que estiver embasando o estudo. O tema da segurança pública vem ganhando relevância nos últimos tempos, dada a insegurança experimentada pela população na atualidade. Foi esse aspecto da realidade atual que nos motivou a desenvolver esse estudo, cujo principal objetivo foi o de analisar como vem se materializando a intersetorialidade na política de segurança pública no estado de Pernambuco. Com a produção desse conhecimento, pensamos também poder contribuir para a melhoria na implementação dessa política no estado. Partimos da hipótese de que a política de segurança pública

em Pernambuco aponta para uma intersetorialidade, embora esta venha se desenvolvendo de forma incipiente.

Ao empreendermos a análise da materialização da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco, partimos ainda de alguns pressupostos teóricos que nortearam o estudo. Primeiro, que toda política pública na relação Estado/sociedade é um instrumento utilizado pelo Estado para conseguir a adesão dos subalternos ao projeto societário da classe dominante. Segundo, que uma política pública pode ser definida como uma forma de relação ou intervenção na sociedade que articula sujeitos com interesses e expectativas diversas. Terceiro, que a segurança pública precisa ser vista de uma forma ampliada, como garantia dos direitos humanos e de cidadania e não de forma restrita como garantia apenas da integridade física e do patrimônio. Quarto, que a política de segurança pública, portanto, não pode estar restrita apenas às ações repressivas e policiais, mas deve atuar de forma intersetorializada com as demais políticas para realmente garantir um sentimento de segurança na população. E quinto, que a intersetorialidade é uma articulação de saberes e experiências voltadas ao planejamento e execução de políticas, programas e projetos, buscando alcançar uma sinergia em situações complexas.

De acordo com Bardin (2011, p. 133) “a codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão.” A codificação compreende três etapas: o recorte, a enumeração e a escolha de categorias.

A utilização de todas as etapas vai depender da modalidade da análise a ser realizada, se quantitativa ou qualitativa. Como a abordagem quantitativa vai se prender à frequência de aparição de determinados elementos na informação, vai precisar se valer de uma exaustiva enumeração dos elementos dessa informação. Se, no entanto, a análise for qualitativa, as inferências serão feitas a partir de determinadas informações específicas encontradas nos textos dos documentos, e não a partir da frequência de aparição de determinados elementos nestes textos. Nada impede, porém,

que mesmo em uma pesquisa qualitativa seja utilizada a frequência de aparição de determinados elementos como forma de reforçar as inferências estabelecidas. Isso evidentemente será feito de forma acidental em uma análise qualitativa, mas será essencial em uma análise quantitativa.

Em nosso estudo, a análise realizada foi de natureza qualitativa e, por isso, prescindimos de uma enumeração de elementos para proceder à codificação dos dados. Apesar disso, não deixamos de levar em consideração a frequência de aparição de determinados temas ou a ausência dos mesmos, como indicadores da intersectorialidade entre a política de segurança e demais políticas públicas no estado de Pernambuco.

No que diz respeito ao recorte que é a escolha das unidades de análise, trabalhamos com unidades de registro e de contexto. A unidade de registro “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando à categorização e à contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p. 134). Não existem critérios muito claros com relação à formação das unidades de registro embora as mais usadas sejam a palavra e o tema.

Nesse estudo, tendo em vista os objetivos do mesmo, optamos por uma análise temática por entender que essa responderia melhor a esses objetivos. M. C. d’Unrug (1974 apud Bardin, 2011, p. 135) assim define o tema:

Uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou proposições). Enfim, qualquer fragmento pode remeter (e remete geralmente) para diversos temas.

O tema, na verdade, emerge naturalmente do texto como uma unidade de significação, a partir de certos critérios formados com base na teoria que norteia o trabalho. O tema é uma unidade de registro formada a partir de um recorte do sentido e não da forma. Com a análise temática, busca-se descobrir os núcleos de sentido da informação cuja presença ou

frequência, a partir de inferências, vão trazer respostas às indagações do pesquisador.

Para compreender melhor a unidade de registro, trabalhamos, também, neste estudo, com a unidade de contexto. As unidades de registro não aparecem, nos documentos, isoladas de um contexto, e para sua melhor compreensão é preciso analisar as mesmas de forma articulada com esse contexto em que estão inseridas. De acordo com Bardin (2011, p. 137):

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Esta pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema. [...] A referência ao contexto é muito importante para a análise avaliativa e para a análise de contingência.

Em nosso estudo, as unidades de registro foram ainda agrupadas em duas categorias principais e quatro subcategorias para o procedimento da análise dos documentos. Quando agrupamos elementos em categorias, estamos buscando investigar o que cada um deles tem em comum com os outros. A organização por categorias facilita a análise e interpretação dos dados levantados, pois fornece, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos, embora nem sempre seja utilizada em uma análise de conteúdo. “As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.” (BARDIN, 2011, p. 147). As duas categorias principais com as quais trabalhamos foram: intersetorialidade e concepção de segurança pública e as quatro subcategorias, da categoria intersetorialidade, foram: articulação entre políticas públicas, participação da sociedade civil, territorialidade e trabalho em rede.

A categorização pode se dar por dois processos inversos. Pode-se primeiro construir as categorias e, em seguida, os elementos encontrados vão sendo classificados dentro dessas categorias ou, por um procedimento

inverso, as categorias vão sendo construídas à medida que os elementos forem sendo encontrados. Em nosso estudo, as categorias foram construídas *a priori*, a partir do referencial teórico e dos objetivos do trabalho.

Neste estudo, após a codificação dos dados, passamos para a última fase do processo da análise de conteúdo que foi a interpretação dos dados ou inferência. Na pesquisa documental, a análise de conteúdo busca descobrir o que subjaz nas mensagens que trazem os documentos, se apresentem estes de forma impressa ou por outros meios. As informações que trazem os documentos, mas que não aparecem a olho nu, precisam ser trazidas à luz pelas inferências feitas a partir dos dados codificados. Ao fazer uma indagação, Bardin (2011, p. 165) nos diz o que é para ela uma inferência: “Sobre o que pode incidir este tipo de interpretação controlada que é, na análise de conteúdo, a inferência?” Logo, a inferência nada mais é do que uma interpretação controlada dos dados codificados que possibilita saber além da aparência do texto, chegando até a sua essência.

Alguns elementos precisam ser levados em consideração no processo da inferência, que são: o emissor ou produtor da mensagem contida no documento, o receptor dessa mensagem e a própria mensagem. O emissor pode ser um ou mais indivíduos, sendo a mensagem uma representação ou expressão desse emissor. Desse modo, é possível inferir da mensagem informações sobre o emissor.

O receptor também pode ser um indivíduo ou grupo de indivíduos e, do mesmo modo que com o emissor, o estudo da mensagem contida nos documentos pode trazer informações quanto ao público a quem se dirige essa mensagem. Um exemplo bem claro disso são as mensagens publicitárias de bens de consumo que, ao serem analisadas, informam tanto sobre as empresas quanto sobre os consumidores desses bens.

O elemento principal da análise de conteúdo e sobre quem se debruça essa análise são as mensagens veiculadas em documentos ou outros meios. Toda mensagem é veiculada por meio de um significante para transmitir um significado, e o intuito da análise de conteúdo é chegar aos significados, implícitos nas mensagens, a partir do estudo dessas mensagens levando-se em consideração significantes e significados. O

significante é o continente e o significado é o conteúdo, ou seja, o significante é a forma em que uma mensagem se expressa em uma determinada língua, seja essa forma oral ou escrita, enquanto que o significado é o que, em uma língua, uma mensagem expressa acerca da realidade.

Neste estudo, as inferências realizadas a partir da análise das mensagens trazidas pelos documentos oriundos do Governo do Estado, na Gestão Eduardo Campos, nos possibilitaram entender como vem se materializando a intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco. A partir da análise das mensagens expressas nos significantes registrados nos documentos, pudemos inferir o significado dessas mensagens e, com base nessas inferências, perceber ainda qual a concepção de segurança pública e de política de segurança pública dessa gestão, à frente do executivo estadual.

Para realizar a codificação dos documentos, fizemos várias leituras dos mesmos, desde o momento em que estávamos fazendo a identificação das unidades de registro e de contexto até a contagem da frequência de aparecimento dessas unidades nos textos dos documentos. Apenas as matérias de jornais foram lidas três vezes, enquanto que os demais documentos foram lidos, em média, cinco vezes. Preferimos adotar uma forma de leitura dos documentos diferente da recomendada por Bardin (2011). Iniciamos as leituras de forma mais rígida e concentrada para só depois passarmos ao que Bardin chama de “leitura flutuante”, mais solta e menos concentrada. Acreditamos que uma leitura mais rígida de início facilita a captura das unidades de registro em uma posterior leitura mais flutuante.

Alguns documentos foram trabalhados por completo como no caso do Plano Estadual de Segurança Pública, da Lei 14.357 e das matérias de jornais, enquanto que, nos outros, foram aproveitadas apenas as partes que diziam respeito à política estadual de segurança pública, como nos casos do relatório anual de ação do governo e do documento Novo Pernambuco. Mesmo no Plano Estadual de Segurança Pública, apesar de visto por completo, foram desprezados para análise o diagnóstico e o detalhamento dos programas. Isso porque nosso interesse era a proposta de governo para a segurança pública e até onde ela incorporava a

intersetorialidade. Não nos interessava para análise o período anterior à Gestão Eduardo Campos. O detalhamento dos programas, por sua vez, refletia questões de ordem prática e estávamos mais interessados nos princípios que regiam a ação do Governo Eduardo Campos com relação à segurança pública. Desse modo, no Plano, foram analisadas a apresentação, a conclusão do diagnóstico – por apontar para as propostas da gestão para a segurança pública - e as apresentações das linhas de ação propostas pelo Plano. Também no relatório, quanto no programa de governo, foram desprezados os diagnósticos colocados nos mesmos como a “situação encontrada.”

É importante dizer também que, para a contagem frequencial do aparecimento dos temas nos textos dos documentos, utilizamos como recorte os parágrafos. Desse modo, consideramos uma aparição todas as vezes que um tema estava presente em um parágrafo mesmo que estivesse presente mais de uma vez no mesmo parágrafo.

### **3. A concepção de segurança na política de segurança pública em Pernambuco**

Uma das categorias que criamos para poder analisar os dados e entender como vem se materializando a intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco foi a de concepção de segurança, isto porque a intersetorialidade na política de segurança pública está intrinsecamente ligada a uma visão ampliada da segurança em contraposição a uma visão restrita da mesma. Perceber a segurança pública de forma restrita é entendê-la limitada tão somente à garantia da integridade física e do patrimônio das pessoas, enquanto que percebê-la em uma perspectiva ampliada significa entender a segurança pública como uma necessidade humana que vai além da mera garantia da incolumidade das pessoas ou do patrimônio, como reza nossa Carta Constitucional de 1988. Uma visão ampliada de segurança vai entendê-la como garantia não apenas da integridade física e do patrimônio, mas também como garantia dos direitos à

saúde, educação, trabalho, assistência social entre outros, daí porque, em uma perspectiva ampliada de segurança pública, esta visa a garantia dos direitos humanos e de cidadania. Essa garantia, portanto, vai depender de uma ação articulada entre a política de segurança e as demais políticas públicas.

A concepção de segurança predominante no estado, se mais restrita ou mais ampliada, vai determinar as ações que serão desenvolvidas pelo poder público na área de segurança. Se mais restrita, vai enfatizar ações de coerção e repressão à criminalidade, enfatizando os órgãos policiais como principais implementadores da política de segurança pública. Por outro lado, se a visão de segurança pública do ente estatal for mais ampliada, este deverá enfatizar ações das diversas políticas públicas, visando uma real segurança para a população. Essas ações das diversas políticas estatais, que deverão estar voltadas para a garantia dos direitos humanos e de cidadania, só poderão ter efetividade se acontecerem de forma intersectorializada. Desse modo, para atender a demanda por segurança da população, dentro de uma perspectiva ampliada, é imprescindível que o princípio da intersectorialidade esteja incorporado ao aparato estatal.

A partir do referencial teórico, traçado anteriormente, recortamos dos documentos nove unidades de registro (Quadro 2) que nos possibilitaram apreender qual a concepção de segurança que orienta a política de segurança pública em Pernambuco. Dos nove temas que constituem as nove unidades de registro, apenas dois deles dizem respeito a uma concepção ampliada de segurança pública, que são as unidades “b” e “d”. A unidade “b” fala de uma articulação entre segurança pública e direitos humanos e a “d” fala em integração de ações preventivas. O tema da articulação entre segurança pública e direitos humanos aparece duas vezes nos documentos, enquanto que o tema da integração de ações preventivas aparece 16 vezes.

As ações preventivas realizadas pelo Governo do Estado, no período analisado, se expressam principalmente no trabalho desenvolvido pelo programa Governo Presente, lançado em 7 de novembro de 2008 e

## QUADRO 2: Categoria concepção de segurança pública.

Unidade de contexto	Unidade de registro - Tema	Frequência de aparecimento nos documentos
Tanto o Plano quanto o Fórum Estadual de Segurança Pública estão diretamente vinculados ao Pacto Pela Vida, grande concentração de ações e esforços, coordenados pelo Governador Eduardo Campos, com o objetivo fundamental de reduzir a violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida.	a) Ênfase na diminuição dos crimes contra a vida	3
Articulação entre segurança pública e direitos humanos, em que a garantia do direito à vida é a principal meta.	b) Articulação entre segurança pública e direitos humanos	2
Compatibilização da qualificação da dimensão repressiva e coercitiva – baseada na incorporação da inteligência, informação, tecnologia e gestão – com uma forte ênfase sobre os aspectos de prevenção social e específica da criminalidade violenta.	c) Compatibilização da qualificação da dimensão repressiva e coercitiva	16
O Pacto incorpora e integra ações preventivas e repressivas por meio de diversos atores sociais e agentes públicos.	d) O Pacto incorpora e integra ações preventivas	16
O ano de 2010 foi o quarto consecutivo de redução da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).	e) Redução da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	35
O recompletamento dos quadros de segurança do Estado é uma das prioridades da atual gestão.	f) Recompletamento dos quadros de segurança	7
Em paralelo ao aumento do efetivo, investiu-se também no reaparelhamento das forças policiais, sendo realizada no triênio 2007-2008-2009 a maior aquisição de aprestos já registrada.	g) Reaparelhamento das forças policiais	6

Unidade de contexto	Unidade de registro - Tema	Frequência de aparecimento nos documentos
Ações de combate aos crimes contra o patrimônio também têm sido empreendidas, com o acompanhamento semanal das ocorrências por Área Integrada de Segurança.	h) Ações de combate aos crimes contra o patrimônio	3
Em outubro de 2009, foram iniciadas as obras para construção do Centro Integrado de Ressocialização (CIR) em Itaquitanga.	i) Construção do Centro Integrado de Ressocialização (CIR)	2
O Presídio Professor Aníbal Bruno (PPAB), localizado no Sancho, está sofrendo uma reforma que resultará na divisão da atual estrutura em três módulos administrativos independentes.	j) O Presídio Professor Aníbal Bruno (PPAB), localizado no Sancho, está sofrendo uma reforma	2
Foram concluídas em maio de 2010 as obras de construção da segunda etapa da Colônia Penal Feminina em Paratibe, que teve sua capacidade ampliada em 200 vagas.	k) Construção da segunda etapa da Colônia Penal Feminina em Paratibe	2

formalizado em 14 de julho de 2011 através da Lei 14.357, que faz parte do *corpus* de análise deste estudo. É interessante notar, entretanto, que, no período estudado, o programa é matéria de jornal apenas em dois momentos: o primeiro quando é lançado no bairro de Santo Amaro, em Recife, e o segundo quando as ações em Santo Amaro completam um ano. No relatório anual de ação do governo 2010, o programa aparece em apenas dois parágrafos, já no final da parte do documento que trata da segurança pública. Mesmo voltado para ações de prevenção, o foco do programa é a redução da criminalidade, como dá a entender a matéria publicada no Jornal do Commercio do dia 8 de novembro de 2008, um dia após o lançamento do programa. O início da matéria é bem revelador:

O cenário é o mesmo: o bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O nome do projeto quase igual. Mudou de ação integrada contra a violência para Governo Presente – Ações Integradas para a Cidadania. O objetivo também permanece: reduzir os homicídios. Com esse mote, foi lançado, ontem pela manhã, um plano estratégico do Governo do Estado para concentrar ações de oito secretarias na comunidade, como forma de prevenir a criminalidade.

As demais unidades de registro apontam para uma visão restrita de segurança pública, sendo alguns dos temas que mais se repetem nos documentos dentro da categoria concepção de segurança. A unidade “c”, que trata da dimensão repressiva e coercitiva da política de segurança pública no estado, se repete por 16 vezes nos documentos, enquanto que a redução dos crimes violentos letais e intencionais – unidade “e” – aparece 35 vezes no *corpus* de análise. Temos ainda a unidade “f” tratando do recompletamento dos quadros de segurança, que aparece 7 vezes, e a unidade “g”, cujo tema é o reaparelhamento das forças policiais, que se repete por 6 vezes.

Tanto os temas que compõem as unidades de registro quanto à frequência de aparecimento dos mesmos nos documentos mostram que existe uma visão dicotômica da segurança pública no aparato estatal em Pernambuco. A segurança tanto é entendida como garantia de direitos humanos e de cidadania quanto garantia apenas da integridade física e do patrimônio, ou seja, a segurança é vista de uma forma ampliada e restrita ao mesmo tempo. Fica demonstrado, entretanto, que existe uma predominância da visão restrita de segurança pública, tanto pelo maior número de unidades temáticas relacionadas à mesma, quanto pela maior frequência em que esses temas aparecem nos documentos. Mesmo quando os documentos falam em articulação entre segurança pública e direitos humanos ou em ações preventivas, enfatizam a diminuição dos crimes contra a vida ou a redução dos CVLIs como metas a serem perseguidas pela segurança pública. Logo na apresentação do Plano Estadual de Segurança Pública, está colocado que:

Finalmente, pode ser dito que a META ESTRUTURANTE do Plano Estadual de Segurança Pública é construir um conjunto de ações SISTÊMICAS de curto, médio e longo prazo, que, definindo e monitorando responsabilidades, busque interromper o crescimento da violência criminosa em Pernambuco e iniciar um processo de redução contínua e progressiva de tal violência, especialmente dos crimes contra a vida. Quantitativamente, a meta básica é reduzir em 12% ao ano as taxas de mortalidade violenta em Pernambuco, a partir de maio de 2007. (PERNAMBUCO, 2007, p. 15, grifo do autor).

A ênfase na redução dos crimes contra a vida, aliada à redução dos crimes contra o patrimônio, os CVPs, são indicadores de uma visão restrita de segurança, embora nos documentos o tema da redução aos crimes contra o patrimônio tenha aparecido só três vezes. Tanto a ênfase nos crimes contra a vida quanto ao patrimônio recaem na ideia de uma segurança pública voltada tão somente para a garantia da integridade física e do patrimônio das pessoas e não de todos os seus direitos humanos e de cidadania.

Os outros temas que constituem o restante das unidades de registro para essa categoria reforçam uma concepção restrita de segurança pública direcionada principalmente para ações de caráter policial. É o que se depreende da unidade “c”, que fala em uma dimensão repressiva e coercitiva. Do mesmo modo, o tema da unidade “f” é o recompletamento dos quadros de segurança e o tema da unidade “g” é o reaparelhamento das forças policiais. O tema da unidade “f” aparece 7 vezes nos documentos e o da unidade “g” se repete por 6 vezes.

O foco na repressão, aliada ao aumento do número de policiais e aquisição de aprestos para a atuação da polícia, é um tema recorrente em todos os documentos. Em matéria publicada no Jornal do Commercio, de 17 de maio de 2011, tratando de um pacote lançado pelo Governo do

Estado visando conter o aumento do número de homicídios, que voltara a crescer por dois meses seguidos, vamos encontrar que: “as ações vão do aumento de equipes especializadas na investigação de assassinatos, passando pela instalação de 389 novas câmeras de segurança até o reajuste dos bônus para os policiais que atinjam a meta de redução dos crimes violentos letais intencionais (CVLI).” Mais adiante, a matéria explica que, em quatro anos do Pacto Pela Vida, foram contratados cerca de dez mil policiais civis e militares e a frota da polícia foi reforçada em mais 2,5 mil novas viaturas. O governo responde ao aumento do número de homicídios com mais homens na rua, mais viaturas, armamento e tecnologia.

Três outros temas que também aparecem por duas vezes nos documentos que compõem o *corpus* de estudo (unidades i, j, k) são o da construção do Centro Integrado de Ressocialização (CIR) e as reformas do Presídio Aníbal Bruno e da Colônia Penal Feminina de Paratibe. O relatório anual de ação do governo 2010 esclarece que o CIR terá capacidade para 3.126 detentos, o Presídio Aníbal Bruno para 1.514 e que a Colônia Feminina de Paratibe teve sua capacidade ampliada para mais 200 mulheres. Mais uma vez, a resposta do Estado para a insegurança da população baseia-se em uma visão restrita de segurança pública, calcada na repressão e encarceramento de criminosos.

Os dados analisados, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, nos permitem concluir que a concepção de segurança que orienta a política de segurança pública no estado de Pernambuco é predominantemente restrita, voltada principalmente para a defesa da integridade física e do patrimônio das pessoas. Apesar de também existir no âmbito da política uma visão ampliada de segurança, esta é eclipsada pela visão restrita. Em alguns momentos, fala-se na garantia dos direitos humanos ou em ações de prevenção, mas o foco da ação estatal está principalmente concentrado nas ações de repressão à criminalidade por meio dos órgãos policiais.

## 4. Considerações finais

Utilizar procedimentos metodológicos rigorosos para o desenvolvimento de um trabalho científico é uma exigência axiomática da própria construção do saber científico. Essa evidência, infelizmente, nem sempre é levada em conta por todos aqueles que se propõem a desenvolver um trabalho científico. Em muitos casos, tem-se uma intuição do caminho a ser seguido, mas este não é planejado e explicitado, o que leva a uma insegurança quanto ao rigor científico do trabalho desenvolvido. Planejar e explicitar o caminho a ser seguido são, então, fundamentais na produção do conhecimento científico.

Não se pode olvidar que o conhecimento científico não é o único meio de se chegar a conhecer a realidade, pois esta também pode ser desvelada através da religião, da filosofia, das artes ou mesmo do senso comum. Ocorre que o desenvolvimento do saber científico por parte da humanidade foi uma tentativa de se conseguir um maior número de acertos possíveis na interpretação dos fenômenos naturais, biológicos, psicológicos ou sociais como forma de melhorar a vida dos humanos no mundo.

Discutir se a ciência conseguiu seus objetivos ou se trouxe mais benefícios ou malefícios para a humanidade é assunto que escapa aos objetivos deste artigo. O que sabemos é que estamos em um caminho sem volta, onde não é mais possível retornar, e, se você não sabe mais o caminho de volta, o melhor é seguir em frente até encontrar uma saída. E a saída para a humanidade talvez esteja associada a um maior desenvolvimento da própria ciência, principalmente da psicológica e da social, de modo a que possamos compreender cada vez mais o ser humano e, quem sabe, modificá-lo para melhor.

A pesquisa documental é, portanto, uma modalidade de fazer ciência e produzir conhecimento científico desde que feita de forma rigorosa. Uma das maneiras de ser rigoroso na produção de conhecimento na pesquisa documental é valer-se de uma análise do conteúdo dos documentos planejada e controlada. Os instrumentos para isso são fornecidos por Laurence Bardin, que desenvolveu toda uma técnica de abordagem de

documentos que leva em conta a análise quantitativa e qualitativa dos mesmos.

Este artigo, sem maiores pretensões epistemológicas, procurou mostrar as possibilidades da utilização da análise de conteúdo em uma pesquisa documental e contribuir de alguma forma com outros pesquisadores que estejam se aventurando em uma empreitada parecida. Esperamos ter nos aproximado do objetivo proposto.

## Referências

Ação integrada contra a violência. *Jornal do Commercio*. Recife, 8 nov. 2008. Caderno Cidades.

ARETAKIS, Juliana. Santo Amaro comemora resultados de programa. *Folha de Pernambuco*. Recife, 9 nov. 2009. Caderno Grande Recife.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Disponível em: <[www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2013.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHO, Paulo. Homicídios caíram 19,9% no estado. *Folha de Pernambuco*. Recife, 4 ago. 2010. Caderno Grande Recife.

Criminalidade cai no estado. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 mar. 2010.

Estado tem redução inédita de homicídios. *Jornal do Commercio*. Recife, 3 out. 2009. Caderno Cidades.

FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. *A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações*. Disponível em: <[www.lettras.ufscar.br](http://www.lettras.ufscar.br)>. Acesso em: 6 ago. 2013.

Governo apresenta resultados. *Folha de Pernambuco*. Recife, 15 maio 2009. Caderno Grande Recife.

Governo lança pacote contra alta da violência. *Jornal do Commercio*. Recife, 7 maio 2011. Caderno Cidades.

Homicídio cai 39% no Recife. *Jornal do Commercio*. Recife, 3 dez. 2010. Caderno Cidades.

MACHADO, Eduardo. Governo omite dado negativo. *Jornal do Commercio*. Recife, 15 maio 2009. Caderno Cidades.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Pacto pela vida: a nova realidade da segurança pública. *Diário de Pernambuco*. Recife, 31 mar. 2010.

PERNAMBUCO. *Pacto pela vida: Plano Estadual de Segurança Pública*. Recife: Cepe, 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual de ação do governo 2010*. Recife: Governo de Pernambuco, 2010.

\_\_\_\_\_. *O novo Pernambuco: melhor para trabalhar, melhor para viver – Programa de governo*. Recife: Governo de Pernambuco, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 14.357, de 14 de julho de 2011*. Recife: Governo de Pernambuco, 2011.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de pesquisa*, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

Queda de homicídios fica abaixo da meta. *Jornal do Commercio*. Recife, 2 fev. 2011. Caderno Cidades.

SANTOS, Carlos Eduardo. Governo cobra metas e cancela férias na polícia. *Jornal do Commercio*. Recife, 1º dez. 2011. Caderno Cidades.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano 1, n. 1, jul. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VALADARES, João. Pacto pela vida completa um ano sem atingir meta. *Jornal do Commercio*. Recife, 8 maio 2008. Caderno Cidades.

VASCONCELOS, Cláudia; MACHADO, Eduardo. Homicídios voltam a subir em Pernambuco. *Jornal do Commercio*. Recife, 1º abr. 2011. Caderno Cidades.

VERAS, Júlia. Mais de 500 vidas salvas em Pernambuco. *Folha de Pernambuco*. Recife, 1º dez. 2009. Caderno Grande Recife.

## CAPÍTULO 11

# A formação ideológica dos assistentes sociais no Brasil (1934-1988)

*Marilena Jamur*

### 1. Introdução

Neste capítulo, proponho abordar resumidamente as principais linhas metodológicas que animaram o longo processo de pesquisa qualitativa desenvolvida para elaboração da minha tese de doutoramento<sup>1</sup>.

A formulação sistemática da questão que foi ponto de partida da pesquisa, envolveu um lento trabalho de elaboração sobre dúvidas, angústias e indagações que percorreram todo o processo de formação profissional em Serviço Social desde a minha graduação; a expectativa de obter respostas me levou a buscá-las em níveis superiores de formação: inicialmente cursos de aperfeiçoamento e depois no Mestrado, sem que se efetivassem, ampliando apenas os questionamentos anteriores. Isso me levou a nova busca, desta vez, num doutorado.

No centro das minhas indagações, estava a dissociação entre a teoria ensinada e a prática realizada pelos assistentes sociais nas instituições onde prestavam serviços. Tal dissociação se manifestava através de insatisfação constante, expressa, sobretudo, pelos estudantes em formação. Estes, por participarem simultaneamente dos dois polos do sistema de formação – o ensino teórico ministrado nas escolas e o do ensino prático

---

1 Trata-se de “Imaginaire du changement et idéologie de la permanence - la formation des assistants sociaux au Brésil (1936-1988)”- Tese de Doutorado defendida em 1990 na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França.

proporcionado pelos campos de estágio nas instituições – expressavam de forma clara a existência da referida dissociação.

Minha percepção inicial do fenômeno se deu quando ainda era estudante em formação, depois fui incorporando novos elementos percebidos com a experiência profissional e incluindo outras dimensões a partir da experiência docente. Essa experiência de trabalho na formação de assistentes sociais, realizada em quatro diferentes Escolas de Serviço Social, possibilitou um contato simultâneo com os três principais conjuntos de atores envolvidos na formação profissional (estudantes, professores e assistentes sociais supervisores de estágio). A partir dela, foi possível perceber a insatisfação de todos eles com o sistema de formação e intuir sobre a complexidade inerente às indagações acumuladas, uma vez que cada um dos segmentos envolvidos no processo atribuía aos outros a responsabilidade pela ineficiência ou fracasso da formação.

Essa atribuição de “culpa” é explicável pela implicação incontornável a que todos os atores estão submetidos, tornando difícil colocarem-se em questão diante de fatos dolorosos, tendendo a projetá-los no mundo exterior. Somos limitados pelo nosso universo conceitual, e o real que nos perpassa ultrapassa estruturas e lógicas; nossos conceitos, nossos *habitus* limitam nossa busca de conhecimento, nossa forma de interrogar. É amplamente aceito por pesquisadores de diferentes áreas que não existe “ponto de vista” a partir do qual a totalidade do real seria simultaneamente visível.

Dessa forma, percebia-se a configuração de uma situação de “crise” no sistema de formação profissional, cujos contornos apareciam mais claramente naquele momento, entretanto suas manifestações constantes, há cerca de duas décadas, indicavam que havia uma crise persistente.

Cabe ressaltar, também, que, diante da ineficiência do sistema de formação, havia uma insatisfação compartilhada por todos os atores envolvidos, em todas as escolas em que trabalhei. Constatava-se, porém, que não havia inércia diante delas, mas uma constante busca de solução. Entretanto, essa busca parecia se concentrar principalmente em

reformas curriculares como foi possível observar examinando as convenções realizadas pela ABESS<sup>2</sup>.

Em face dessa complexidade, uma série de estudos exploratórios, tanto teóricos, quanto empíricos, foram por mim realizados, cujas características são descritas por alguns autores como uma espécie de “tatear”, por não serem movimentos orientados por uma efetiva problemática teórica; esta só foi possível construir depois de realizar um levantamento sistemático do estado da questão, examinando os principais estudos nacionais e internacionais a respeito.

Indicaremos a seguir quais foram as escolhas metodológicas realizadas para enfrentar a complexidade da crise percebida e como construímos nosso objeto de pesquisa.

## 2. Construindo o caminho da pesquisa

A proposta da pesquisa foi estudar a crise percebida no sistema de formação profissional em Serviço Social no Brasil, definir seus contornos, identificar a natureza e a origem dos problemas que o afetavam naquele momento e ao longo da sua evolução no país; para alcançar esses objetivos, a pesquisa cobriu o período compreendido entre 1934 e 1988, portanto, mais de meio século, desenvolvendo-se em três etapas.

Metodologicamente optamos pela pesquisa qualitativa, seguindo a orientação de alguns autores, como Mucchielli (1994) e Deslauriers (1987)<sup>3</sup>. Isso não significa, porém, uma contraposição radical à análise

---

2 A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), fundada em 1946, que, em 1979, passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1998. Ao iniciarmos a pesquisa, a Associação já havia realizado sua XXII Convenção Bianual, cabendo registrar que, em todos esses eventos, foram discutidas questões ligadas aos problemas existentes na formação profissional.

3 Os dois autores citados designam como **pesquisa qualitativa** toda pesquisa empírica em ciências humanas e sociais, apresentando as seguintes características: a pesquisa é concebida em grande parte numa lógica compreensiva, abordando o objeto de estudo de maneira bastante aberta e ampla; inclui uma coleta de dados realizada por meio de métodos qualitativos, como é o caso da entrevista, da observação livre e da coleta de documentos, entre outros; proporciona uma análise qualitativa dos dados, onde as palavras são analisadas diretamente, sem passar necessariamente

quantitativa dos dados. Entendemos, como muitos pesquisadores, que existe interdependência entre a realidade vivenciada cotidianamente e aspectos que podem ser quantificados – tudo depende das questões levantadas e dos problemas de pesquisa que se quer resolver. Assim, os métodos qualitativos e quantitativos são tomados como complementares, ao invés de opostos.

Na tentativa de obter a maior amplitude possível na construção, descrição, explicação e compreensão do objeto em estudo, adotamos a **triangulação** como estratégia de pesquisa, ou seja: superpusemos e combinamos várias técnicas de coleta de dados para reduzir as possibilidades de erro sistemático, tendenciosidade ou ambiguidade<sup>4</sup> que podem ocorrer ao se usar uma só técnica (o viés ou *bias*); essa estratégia permite também verificar a justeza, a coerência e a estabilidade dos resultados produzidos, propicia a sustentação dos resultados. Supõe-se que quanto mais se obtém dados diferentes sobre um mesmo fenômeno, maior será a riqueza e a confiabilidade de uma interpretação. A escolha se baseou em duas razões: a) pela natureza das questões a serem estudadas, considerando que ao estudar fenômenos dinâmicos e evolutivos nenhuma técnica sozinha seria capaz de captar a sua riqueza – a triangulação, portanto é mais adequada à compreensão e interpretação dos fenômenos humanos e sociais; b) por entendermos que o cientista social não é um ser distante e objetivo, mas um ser pensante que constrói significações a partir dos dados da pesquisa, a triangulação oferece meios para objetivar as pistas de interpretação e recorrer a diversas fontes de verificação.

É necessário esclarecer ainda, tendo em vista as características do fenômeno, que tipo de triangulação adotamos: sua compreensão envolvia dimensões temporais e espaciais, ou seja, era preciso abordar meios e contextos diferentes; envolvia também observar sua manifestação em diferentes níveis: individual, interativo e coletivo. Conseqüentemente,

---

por uma operação numérica; o resultado, ou o ponto de chegada é uma narrativa ou uma teoria (e não uma demonstração).

4 Ver a respeito: POURTOIS, J-P.; DESMET, H. *Épistémologie et instrumentation en sciences humaines*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1988. p. 52-57.

foram adotados dois tipos de triangulação: uma **triangulação metodológica**, recorrendo a várias técnicas de coletas de dados, para obter diferentes formas de expressão e vários discursos – utilizamos observações, entrevistas, produção de textos escritos, relatórios e registros diversos; uma **triangulação teórica**, que possibilitou uma interpretação dos dados a partir de vários quadros teóricos, relacionados aos conceitos centrais no desenvolvimento da pesquisa: ideologia, representações sociais e imaginário, entre outros.

Descrevemos a seguir as três etapas da pesquisa, abrangendo desde o período de introdução do Serviço Social no Brasil na década de 1930 até 1988.

A **primeira etapa** teve por objetivo fazer um inventário dos problemas percebidos pelos diferentes atores participantes do sistema de formação profissional: professores, supervisores de estágio e estudantes de graduação. Houve um exame preliminar da literatura sobre o tema, seguido de um estudo exploratório feito a partir da observação sistematizada em duas unidades de ensino e da avaliação de algumas tentativas de criar uma articulação orgânica entre os dois polos do sistema de formação.

Visando conhecer a extensão do fenômeno e alargar a observação sobre os problemas constatados no estudo exploratório, partiu-se para um levantamento de dados em seis unidades de ensino<sup>5</sup>, tentando verificar se o que foi identificado não seria apenas decorrência de características específicas das unidades inicialmente observadas. Nas seis unidades, foram realizadas 153 entrevistas semiestruturadas, através das quais foram levantados os problemas percebidos pelos três grupos de atores envolvidos no processo de formação.

Procurou-se, dessa forma, configurar as representações que esses atores elaboravam sobre a sua experiência a partir de questões abertas, suscitando uma avaliação da qualidade e da adequação da formação assegurada, visando conhecer:

---

5 Foram selecionadas seis Escolas de Serviço Social (públicas e privadas), sediadas em diferentes cidades, sendo três delas mais antigas, com reconhecida influência no desenvolvimento de sistema de formação, e outras três de criação mais recente.

- A natureza dos problemas identificados e a interpretação que elaboravam sobre eles;
- As relações causais que estabeleciam entre os diferentes fatores intervenientes no processo de formação;
- A forma como percebiam a participação dos dois polos no sistema de formação, o peso atribuído a cada um e a qualidade da relação entre ambos;
- O grau de articulação da unidade com outras organizações e a qualidade dos vínculos estabelecidos.

A **segunda etapa** se desenvolveu em grande parte de forma paralela à anterior: em cada uma das seis unidades de ensino selecionadas, além das entrevistas realizadas, foi feito um estudo da documentação disponível nos arquivos, procurando identificar:

- A evolução dos programas de ensino;
- As concepções direcionadoras da formação e a pedagogia utilizada;
- As regras de funcionamento da instituição;
- A identificação de atores cuja participação foi relevante no processo de evolução do sistema de formação, o que indicava que seriam informantes privilegiados, tendo sido entrevistados posteriormente.

Após a análise da documentação realizada nas unidades de ensino, foi feito um estudo global de dois acervos de documentos importantes: os documentos acumulados pela ABESS desde a sua fundação (cerca de 43.000) e os documentos existentes na biblioteca do CBCISS (cerca de 1.850), que forneceram elementos importantes para a reconstituição histórica da formação profissional.

Além do recurso ao acervo de documentos disponíveis, a possibilidade de realizar entrevistas com quinze informantes privilegiados, que participaram de diversas formas da construção do sistema de formação, foi fundamental para estabelecer uma dupla correlação entre os dados obtidos: por um lado, com o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil,

dando-se especial atenção ao processo de profissionalização dos seus agentes; por outro, relacionando ambos com as mudanças que se produziram na sociedade nesse período.

Os resultados obtidos sugeriram uma **hipótese**, que passou a orientar a pesquisa na sua terceira etapa: a de que o conjunto de problemas que se colocavam à formação profissional dos assistentes sociais no Brasil – entre os quais a dissociação entre a teoria e a prática parecia ser o mais crucial, ou pelo menos, o mais frequentemente apontado – não teria a sua origem em “disfunções” de ordem organizacional ou de ordem pedagógica, que poderiam ser resolvidas através de uma reformulação do sistema de ensino, como sempre se tentara. As principais dificuldades enfrentadas pelo sistema de formação profissional têm origem diversa: elas decorrem de uma tensão contraditória entre projeto profissional e realidade que, ao nível das representações dos seus atores, aparece como dissociação entre teoria e prática. O conjunto dos problemas é determinado por contradições que se relacionam com a dimensão ideológica do Serviço Social, que passa a constituir o foco principal da pesquisa num segundo momento, fornecendo os elementos essenciais ao desdobramento da hipótese formulada.

Nessa formulação, foi preciso romper com algumas representações construídas pelos atores a respeito da natureza da sua profissão, questionando o que se considera “teoria do Serviço Social”; para isso, apoiamos-nos nas reflexões de Foucault (1969: 238), que distingue **ciência** e **saber**, indicando que só pertencem a um domínio científico as proposições que obedecem certas regras de construção, respondendo a critérios formais, alcançando um certo nível de rigor e um certo grau de sistematização. Um **saber** é, segundo Foucault, “o espaço no qual o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos com os quais ele se defronta no seu discurso; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados onde os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; é o conjunto de pontos de articulação sobre outros discursos, ou sobre outras práticas que não são discursivas”. Como diversas práticas, o Serviço Social desenvolveu o que o autor caracteriza como

**prática discursiva:** “o conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, numa determinada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (p. 153). É possível, portanto, identificar, na produção do Serviço Social, um conjunto heterogêneo, com as características do que o autor citado chama de **formação discursiva:** “caso se possa descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão semelhante, caso entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se possa definir uma certa regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á que se trata de uma formação discursiva” (op. cit. p. 53).

Tratava-se, agora, portanto, de analisar a relação dos problemas constatados na formação com a dimensão ideológica da prática denominada Serviço Social e examinar as suas características como formação discursiva, examinando as condições nela presentes desde a sua introdução no país e que influíram sobre o desenvolvimento dessa prática na sociedade brasileira. Os estudos publicados por Carvalho (1980) e Lima sobre as condições da sua introdução no país, indicam que ela foi introduzida como prática de classe – de uma fração da classe dominante, constituída por um grupo de ação católica, predominantemente feminino – assumindo um caráter marcadamente instrumental.

O conjunto das representações do grupo fundador, que se articula à formação ideológica presente na conjuntura brasileira dos anos 30, serve de matriz à elaboração de um projeto social e profissional, que tem caráter **soteriológico**<sup>6</sup>. Tal caráter se revela no discurso desses agentes, tendendo a persistir e a se renovar constantemente para se adaptar às mudanças que ocorrem na sociedade. Essa hipótese sugere, portanto, a persistência do caráter soteriológico que está na base da matriz ideológica a partir da qual os assistentes sociais brasileiros constroem seus

---

6 Utilizamos o termo **soteriológico** no seu sentido teológico, ligado à noção de salvação, que comporta simultaneamente um sentido de redenção, de preservação em relação aos males (materiais e espirituais) e de posse escatológica da plenitude do bem.

projetos profissionais, mesmo se alguns analistas consideram que, na medida em que o Serviço Social se “seculariza”, os seus vínculos com a religião passam a constituir apenas uma etapa ultrapassada da sua história.

A **terceira etapa** da pesquisa foi concebida para submeter à prova a nossa hipótese, com seus desdobramentos, através da análise da literatura profissional produzida entre 1939 e 1988. Em função da hipótese, optamos por examinar apenas as publicações de autores nacionais. Constatamos que isso só seria possível trabalhando com publicações periódicas, pois estas cobriam todo o período estudado. Foi realizado um levantamento das revistas publicadas e chegamos ao resultado exposto no Quadro 1.

No período estudado, registrou-se a existência de três revistas publicadas com regularidade, num total de 164 números, onde foram publicados 1213 artigos; após a leitura do total de artigos, foram selecionados 591 cujos temas eram pertinentes ao estudo proposto; desse total,

**QUADRO 1: Periódicos de Serviço Social brasileiros publicados (1939-1990).**

<b>Título dos periódicos analisados</b>	<b>Números publicados</b>	<b>Periodicidade das revistas</b>	<b>Total de artigos publicados</b>	<b>Nº de artigos selecionados</b>	<b>Nº de artigos analisados</b>
Revista Serviço Social (1939-1956)	82	Mensal (até 1943) Trimestral (após 1944)	627	298	103
Revista Debates Sociais (1965-1990)	50	Semestral	323	145	109
Revista Serviço Social & Sociedade (1979-1990)	35	Quadrimestral	263	148	128
<b>Total</b>	164		1213	591	340

**FONTE:** Levantamento feito nas Bibliotecas do CBCISS e da PUC no Rio de Janeiro – por Marilena Jamur (1990).

foram submetidos à análise de conteúdo 340 artigos que correspondiam aos critérios estabelecidos de acordo com a metodologia adotada.

Utilizamos um procedimento sistemático de análise de conteúdo, seguindo Maingueneau (1987) e Bardin (1983), na tentativa de apreender o conjunto de representações desse grupo, explorando todos os elementos que, integrando-se num sistema, constituem a matriz de sentido, a partir da qual os atores constroem seus projetos profissionais; nestes se expressam não apenas as representações específicas a respeito do papel que eles se atribuem na sociedade, mas concepções particulares de homem e de mundo, que configuram um certo modo de interpretação dos acontecimentos e da história, assim como da situação e do comportamento daqueles a quem prestam serviços. Buscava-se identificar as características do sistema que orientam a reprodução dos agentes do Serviço Social e a partir das quais é possível explicar os problemas da sua formação profissional.

Para tal foram definidas quatro áreas temáticas de análise: projeto profissional, concepção de mundo, leitura da realidade e formação profissional, que se desdobraram em treze categorias analíticas, construídas para apreender, no discurso profissional dos assistentes sociais brasileiros, as tendências dominantes no período citado.

### 3. Alguns resultados do estudo

Considerando a amplitude do conjunto de categorias temáticas e a extensão do material analisado, não haveria espaço aqui para apresentar e discutir todos os resultados da análise; por esta razão, selecionamos alguns resultados que possam mostrar os principais aspectos do conjunto, em relação à hipótese.

Os resultados da análise revelam a presença de uma ideologia singular, que pode ser apreendida no discurso dos assistentes sociais brasileiros<sup>7</sup>,

<sup>7</sup> As citações que utilizaremos a seguir entre aspas para exemplificar as interpretações da formação discursiva que é objeto da análise foram extraídas dos artigos que compõem o **corpus de análise**; seus autores são identificados apenas pelas iniciais seguidas do ano em que o artigo foi publicado. A relação nominal completa dos 340 artigos analisados se encontra em Jamur (1990, p. 716-781).

onde a matriz soteriológica aparece na base dos projetos de intervenção desses atores na sociedade. É possível identificar, em três momentos do desenvolvimento da profissão, os projetos diferentes que elaboram, tentando adaptá-la às condições sociais que mudam e assegurar, assim, a legitimação da sua prática.

A matriz soteriológica que funda esses projetos mostra a sua permanência no discurso – apesar das mudanças que nele se produzem a cada período histórico e da substituição de elementos, que são tomados das ideologias mais pregnantes entre as que circulam na sociedade –, produzindo e reconduzindo sempre a distância entre projeto e realidade.

O peso considerável do sistema de formação profissional na elaboração desses projetos é colocado em evidência, na medida em que ele é responsável pela reprodução dos agentes, pela formulação e pela reciclagem da sua matriz ideológica, mantendo as representações dos agentes sobre a profissão à distância das condições objetivas onde ela se exerce.

Num primeiro momento (entre 1939 e 1956), que corresponde à fase de implantação e de institucionalização do Serviço Social no Brasil, as representações da profissão e de seu papel na sociedade se construíram com elementos tipicamente religiosos, que asseguravam à **matriz ideológica** seu **caráter soteriológico** em consistência e plenitude. As definições dominantes de Serviço Social, de seus objetivos e instrumentos de ação se articulavam em torno das noções de **missão** e de **vocação**: missão de “restabelecer a ordem social e moral rompidas desde que o homem se afastou de Deus”. A questão social é, para a maioria dos autores, “uma questão moral”. O exercício da profissão de assistente social supunha, assim, antes de tudo, a “vocação de servir”, uma sólida formação moral, tendo a Doutrina Social da Igreja Católica Romana por base para realizar sua missão: recristianizar a sociedade, em face da qual o projeto de salvação se constrói. Um dentre muitos enunciados com o mesmo sentido, onde o caráter soteriológico se revela, talvez resuma o espírito de “cruzados” com que esses sujeitos empreendem a conquista do campo social, considerando-se “modernos agentes da justiça e da caridade” e pretendendo: “instaurar a ordem democrática cristã, que preconiza a

harmonia e a cooperação entre as classes, inspiradas pela lei da fraternidade universal e pela lei do Amor” (F. P. F., 1940).

No momento seguinte (entre 1965 e 1977), observa-se a **reconstituição da matriz ideológica**, tomando alguns elementos soteriológicos da **ideologia do desenvolvimento**, que teve uma longa trajetória na sociedade brasileira e que, no início desse período, ainda era dominante. O discurso dos assistentes sociais se seculariza, a doutrina católica perde sua força e observa-se que elementos e instituições laicas, como a ONU e suas agências, ocupam o lugar onde anteriormente a Igreja Católica dominava. **Desenvolvimento** e **ciência** são agora as novas palavras de ordem da profissão modernizada, em sintonia com a sociedade brasileira; os assistentes sociais não querem mais se legitimar como agentes da manutenção da ordem, mas como “agentes de mudança”; seu papel, a partir de agora, é “estimular o desenvolvimento e integrar a massa nesse processo”. Consequentemente, os autores criticam a formação profissional do passado e propõem novos objetivos e meios, visando adaptá-la às novas representações da profissão e da sua função numa sociedade que quer deixar de ser tradicional para tornar-se moderna.

Outro período (1978-1990) traz nova **reconstituição da matriz ideológica**, observando-se, porém, mudanças mais radicais no conjunto de representações expressas pelos autores, quanto aos elementos ideológicos que são utilizados para tal; pode-se considerar que mesmo o caráter soteriológico que permanece na matriz se radicaliza. Para o discurso dominante no Serviço Social desse período, o prestígio passa à esquerda e, para se legitimarem, seus agentes invocam “a teoria marxista”, atribuindo-se um novo papel, diante da sociedade brasileira que se redemocratiza: “transformá-la radicalmente e preparar o caminho para a nova sociedade, participar da construção de uma sociedade socialista”.

O assistente social deve desempenhar o papel de **agente da transformação**. A “livre interpretação” de Gramsci, guiada por uma grade ideológica, permite aos agentes reconstruírem sua identidade profissional mais uma vez, atribuindo-se o papel de “intelectual orgânico das massas oprimidas, a fim de trabalhar para um projeto de sociedade

alternativa”. Os autores fazem o julgamento do Serviço Social do passado – dito tradicional –, acusando-o de ser uma “instituição atrelada ao Estado, criada por este como um aparelho ideológico, comprometido a desempenhar papéis determinados, a realizar funções ligadas aos interesses da classe dominante” (M. L. M., 1979).

Essas representações encontram, na conjuntura política de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 80 e na ideologia marxista que passa a ter forte presença nos meios acadêmicos, as condições adequadas para o seu desenvolvimento. No plano da formação profissional, os enunciados traduzem também uma crítica radical do passado, denunciando, sobretudo, a precária formação teórica, ou suas bases funcionalistas; a formação, a partir de agora, deve preparar profissionais que “sejam, ao mesmo tempo, cientistas e militantes políticos” (R. A. R., 1984) para transformar a sociedade. O tom crítico, que pode ser mais ou menos radical, se atenua no fim do período, na medida em que a ideologia marxista vai perdendo sua força como instrumento de legitimação e a teoria marxista ocupa espaços como instrumento de análise.

Outra suposição que foi colocada à prova através da análise de conteúdo do discurso dos assistentes sociais estava relacionada com a existência de uma distância entre as representações que estes constroem sobre a sua profissão - vinculadas à matriz ideológica à qual já nos referimos – e o lugar socialmente definido que eles ocupam na divisão social do trabalho; dizendo de outra forma, existe uma contradição entre a base de legitimação profissional existente na sociedade brasileira (constituída a partir da institucionalização da assistência como forma de enfrentamento da questão social) e a autoimagem construída pelos assistentes sociais: a partir de suas representações, estes tendem a minimizar, a rejeitar, a desvalorizar e mesmo a negar suas funções institucionais de assistência e a se atribuir um papel político superdimensionado, o de agentes de mudança social<sup>8</sup>.

---

8 O conteúdo e a direção política das mudanças variam ao longo do período estudado; entretanto os assistentes sociais sempre se atribuem a responsabilidade e o poder de produzir mudanças, superdimensionando ambos.

Portanto, quando os assistentes sociais designam a dissociação entre “teoria” e “prática” como o principal problema da sua formação profissional, eles estão colocando em confronto não duas dimensões reais e efetivas, mas duas ordens de representações: de um lado, uma representação de “teoria” que não tem sustentação a partir de critérios científicos rigorosos, como já argumentamos anteriormente, e melhor se caracteriza como um projeto construído a partir de uma certa matriz ideológica, com caráter soteriológico; de outro lado, uma representação de prática que não se constrói a partir de suas bases materiais e sociais concretas e que, por se constituir a partir da mesma matriz ideológica, tende a repor a distância entre essas duas ordens de representações. O que está em jogo é a legitimação da profissão a partir de uma representação de “teoria”, que é possível esclarecer estabelecendo-se uma relação entre as regras de formação do discurso dos assistentes sociais e as condições da formação social brasileira.

O processo de investigação permitiu também concluir sobre a pertinência de uma outra hipótese, confirmando que as escolas de Serviço Social, enquanto espaço especializado que orienta a formação profissional, constituem o campo por excelência de elaboração, de difusão e de reprodução da matriz ideológica a partir da qual se constroem os projetos e os padrões de intervenção profissional valorizados num dado período. Nesse campo, que é o campo privilegiado de uma prática discursiva, se afirmam os “modelos” profissionais dominantes, que se constroem sempre em oposição ao outro campo – o campo da prática que não tem modelos, nem referências positivas a oferecer. É sempre a partir deste outro campo, que é apenas o contrário do primeiro, sua referência negativa, que os sujeitos elaboram as críticas, partindo de suas próprias representações de projeto profissional.

No processo complexo onde se constroem as regras de funcionamento do campo da formação, é possível identificar o eixo de reprodução necessário à sustentação da matriz ideológica: trata-se da ABESS<sup>9</sup>, a associação

---

9 Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, organização criada em 1946, então chamada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, tendo mudado recentemente para Associação

que mantém filiadas escolas de todo território nacional que ela coordena, funcionando simultaneamente como aparelho de poder e instância de legitimação, como instrumento de formação de consensos e de defesa dos interesses das escolas filiadas. Os elementos empíricos levantados nos indicam que nenhum projeto de formação ou de intervenção profissional tornou-se legítimo e muito menos hegemônico no período estudado, sem ser adotado por essa instância, que tem atuado como catalizador na reconstituição da matriz ideológica da profissão.

Finalizando, pode-se dizer que a investigação realizada permite afirmar que mudança e permanência fazem parte da dialética onde o trabalho da ideologia revela e oculta a realidade social aos sujeitos que buscam legitimar a profissão, ao mesmo tempo em que se legitimam, atribuindo à sua prática sentidos diferentes ao longo de cada um dos períodos estudados.

## Referências

- ANSART, Pierre. *Les idéologies politiques*. Paris: P.U.F., 1974.
- BARDIN, Laurence. *L'analyse de contenu*. Paris: P.U.F., 1983.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BERGER, Peter L. *La religion dans la conscience moderne: Essai d'analyse culturelle*. Paris: Centurion, 1971.
- BLACKBURN, Robin (Org.). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHAPOULIE, J. M. *Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels*. *Revue Française de Sociologie*, XIV, 1973, p. 86-114.

---

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que, ao longo da sua existência, sempre funcionou como aparelho de hegemonia.

- DASCAL, Marcelo (Org.). *Conhecimento, linguagem, ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- DESLAURIERS, J. P. (Direction). *Les Méthodes de la recherche qualitative*. Sillery, Québec: Presses de l'Université du Québec, 1987.
- DUBAR, Claude. *La formation professionnelle continue*. Paris: La Découverte, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, Michel et al. Pourquoi le travail social – GITS. *Revue Esprit*, Numéro spécial, avril-mai 1972. Disponível em: <<http://www.esprit.presse.fr/archive/search/freeaccess.php>>.
- JAMUR, M. (1990). *Imaginaire du changement et idéologie de la permanence: la formation des assistants sociaux au Brésil (1936-1988)*. Thèse de Doctorat, Paris: EHESS/FR, 1990. Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/imaginaire-du-changement-et-ideologie-de-la-permanence-la-formation-des-assistants-sociaux-au-bresil-1936-1988/oclc/490131872>>.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Nouvelles tendances en Analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MORIN, Edgar et. al. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.
- MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MUCCHIELLI, Alex. *Les Méthodes qualitatives*. Paris: P.U.F., 1994.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- UNIVERSIDADE DE BIRMINGHAM (CCCS Org.) *Da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VERDÈS-LEROUX, Janine. *Le Travail Social*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1978.
- VIDAL, Daniel. *Éssai sur l'idéologie: le cas particulier des idéologies syndicales*. Paris: Éditions Anthropos, 1977.

## Metodologias Qualitativas de Pesquisa em Serviço Social

---

### Tipografia

Gentium Basic (texto)

Aller (títulos)

---

**Editora**  
**Universitária**  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50740-530

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930 | Fax: (81) 2126.8395

[www.ufpe.br/edufpe](http://www.ufpe.br/edufpe) | [livraria@edufpe.com.br](mailto:livraria@edufpe.com.br)



